



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 42, QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da Reunião de Instalação e Eleição, realizada em 10 de abril de 2025.	5
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de maio de 2025.	40
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2025.	62
Ata da 7ª Reunião de Audiência Pública, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2025.	84
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 e 15 de julho de 2025.	147
Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2025.	179
Ata da 11ª Reunião de Audiência Pública, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2025.	228





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- Reunião de Instalação e Eleição da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada em 10/04/2025;
- 5ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 27/05/2025;
- 6ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 12/06/2025;
- 7ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 08/07/2025;
- 8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizadas nos dias 08 e 15/07/2025;
- 9ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 27/08/2025; e
- 11ª Reunião de Audiência Pública Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, realizada no dia 10/09/2025;





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DA COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NO
DIA 10 DE ABRIL DE 2025.**

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2025. Foi registrado o comparecimento dos membros: **Deputados Titulares:** Acácio Favacho, Albuquerque, Aliel Machado, Aluisio Mendes, Capitão Augusto, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Zarattini, Diego Coronel, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, Isnaldo Bulhões Jr., João Cury, João Leão, Júlio Cesar, Julio Lopes, Junio Amaral, Junior Lourenço, Luiz Carlos Busato, Marcos Tavares, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Rosângela Reis, Túlio Gadêlha e Vicentinho Júnior; **Senadores Titulares:** Carlos Viana, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Wilder Moraes; **Deputados Suplentes:** Alencar Santana, Aureo Ribeiro, Beбето, Dr. Francisco, Felipe Francischini, Flávia Moraes, Jorge Solla, Joseildo Ramos, Lêda Borges, Luiz Carlos Motta, Newton Cardoso Jr, Pinheirinho, Rafael Brito, Raimundo Santos, Rogéria Santos, Sidney Leite e Wilson Santiago; **Senadores Suplentes:** Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke e Vanderlan Cardoso. Registrou-se a ausência dos membros titulares: **Deputados:** João Carlos Bacelar, Bohn Gass, Rubens Pereira Jr., José Nelto, Castro Neto e Weliton Prado; e **Senadores:** Eliziane Gama, Irajá, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Beto Faro e Mecias de Jesus. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: **Deputados:** Antônio Doido e José Priante e **Senador:** Eduardo Gomes. **ABERTURA:** às doze horas e sete minutos, havendo número regimental conforme disposto no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Senador Wellington Fagundes (PL/MT), de acordo com o *parágrafo 2º do artigo 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, combinado com o *artigo 14 da Resolução nº 01 de 2006 do Congresso Nacional*, abriu os trabalhos destacando o atraso na sanção do orçamento de 2025 pelo Poder Executivo e os prejuízos decorrentes disso. Foi feito um apelo para que se cobre celeridade nesta aprovação. Em seguida, declarou instalada a Comissão para o ano de 2025. **EXPEDIENTE:** 1) CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS RECEBIDAS: 1) Ofício nº 87/2025 do Líder do MDB, Deputado Isnaldo Bulhões, que indica o próprio nome para Relatoria-Geral da LOA 2026; 2) Ofício nº 287/2025 do Líder da Federação Brasil da Esperança, Deputado Lindbergh Farias, que indica o Deputado Carlos Zarattini para Relatoria da LDO 2026. Para o cargo de Presidente da CMO, foi indicado o Senador Efraim Filho (União/PB), escolhido por acordo entre os Senadores. Atingido o quórum de deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício consultou o Plenário sobre a possibilidade de fazer a eleição do cargo de Presidente da Mesa da CMO por aclamação. Em deliberação, a eleição da presidência por aclamação foi **APROVADA** na representação das



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

duas Casas do Congresso Nacional. Declarou então, eleito e empossado, o Senador Efraim Filho (União/PB). O Presidente fez seu discurso, agradeceu e passou a palavra ao Deputado Isnaldo Bulhões, que expressou suas expectativas em relação ao trabalho a ser realizado à frente da Relatoria-Geral da Proposta Orçamentária Anual para 2026. Em seguida, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Eduardo Gomes, Deputado Vicentinho Júnior, Senador Wilder Moraes, Deputado Newton Cardoso Jr, Senador Carlos Viana, Deputado Túlio Gadêlha, Deputado Albuquerque, Deputado José Priante e Deputado Acácio Favacho. Na sequência, o Presidente agradeceu as felicitações recebidas e abordou as seguintes diretrizes gerais: **1)** Conforme o Ato nº 1/2023 da Comissão Diretora do Senado Federal, a Comissão se reunirá de forma semipresencial. Os links das reuniões serão disponibilizados no aplicativo Infoleg. No mesmo aplicativo, os Senadores e Deputados deverão entrar na reunião virtual, registrar sua presença e seu voto nas deliberações. Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30, até que haja acordo com o novo colegiado de representantes das lideranças da Comissão. **2)** De acordo com o disposto no *art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN*, o dia 15 de abril é o prazo regimental para a indicação das relatorias. Deverão ser indicados os Relatores Setoriais, o Relator da Receita e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no *art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN*. **3)** O dia 15 de abril também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes **comitês**, conforme estabelece o *art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN*: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. **4)** A indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, até o dia 15 de abril. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senador Efraim Filho, agradeceu a todos os parlamentares e encerrou os trabalhos, às treze horas e vinte e nove minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária Executiva Substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Efraim Filho, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PL - MT) - Boa tarde a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Vamos dar início a esta sessão de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Orçamento.

Poderiam perguntar por que estou abrindo a sessão — eu não sou o mais velho, sou o mais experiente. Então, na condição de Senador, estou aqui para presidir esta sessão de instalação e o faço com muito prazer e felicidade, porque já tive oportunidade de estar nesta Comissão por muitos anos, principalmente como Deputado Federal, atuando de forma muito forte nesta que é a Comissão mais importante, pois define o Orçamento do País e, consequentemente, há influência para todos os Municípios e Estados brasileiros.

Quero registrar a presença do Senador Moka, que vi há pouco. Ele foi também Relator do Orçamento em 2018 para o ano de 2019. Ele é do Mato Grosso do Sul. Foi meu companheiro lá. Estudamos na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Quero também cumprimentar outros ex-Parlamentares que aqui estão.

Sras. e Srs. Parlamentares, com certeza, a eleição de hoje é extremamente fundamental, principalmente porque ainda estamos vivendo aqui o atraso na aprovação do orçamento, que aconteceu, mas até hoje, neste momento, não temos a sanção, Senador Wilder, do Orçamento da União. E esse atraso, para nós, representa um descaso institucional que atinge de forma cruel e direta os mais frágeis da Federação, que são os nossos Municípios. Por consequência, prejudica a população brasileira, que depende das políticas públicas essenciais para viver com dignidade.

Enquanto Brasília protela decisões, o povo, nos Municípios, sofre com a escassez de recursos. Prefeitos de todas as regiões, do Sertão nordestino ao interior amazônico, dos Pampas gaúchos aos confins do Centro-Oeste, estão sendo obrigados a adiar investimentos, suspender obras, cortar programas sociais e enfrentar dificuldades para manter os serviços básicos funcionando.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Os Municípios dependem fortemente de transferências constitucionais e voluntárias da União, como o FPM, o SUS, o Fundeb, convênios com emendas parlamentares. Inclusive, até hoje temos aqui romarias de Prefeitos nos procurando. Na verdade, não há orçamento, e, conseqüentemente, para aquilo que aprovamos no orçamento, mesmo agora, como já anunciamos, não há emenda funcionando. E o Governo gasta o duodécimo com total liberdade. A gastança continua sem nenhum controle por parte do Congresso Nacional. Por quê? Se não há orçamento vigente, conseqüentemente, fica o Governo com toda a liberdade.

E, claro, na educação, com esse atraso no Fundeb, também se atrasam programas, merenda escolar, transporte escolar, as creches param de funcionar. E os cidadãos estão lá, o pai, a mãe, que precisam trabalhar, às vezes... E há muitas denúncias de creches fechadas no Brasil.

Também na assistência social há prejuízo para programas, como o Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada, pelo qual lutei muito. Inclusive, como Parlamentar, já no meu primeiro mandato, apresentei aqui a Política Nacional do Idoso. Conseguimos, depois, aprovar a Lei Orgânica de Assistência Social e o Benefício da Prestação Continuada, exatamente para atender aqueles mais necessitados, as pessoas que não tinham direito à aposentadoria, trabalhadores rurais — trabalhadores de modo geral, mas principalmente os rurais —, que chegavam à idade avançada e ficavam abandonados. E o valor do Benefício da Prestação Continuada é exatamente de um salário mínimo, para beneficiar essas pessoas que não tinham direito à aposentadoria. Hoje são mais de 5 milhões de pessoas.

Também há a impossibilidade de firmar convênios com os Municípios, gerando insegurança sobre o que será ou não executado, comprometendo a elaboração dos planos de ação, a execução de metas do PPA — Plano Plurianual e também da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ainda queremos registrar que a verdade é que, sem orçamento aprovado, a máquina pública federal opera no piloto automático. O Senador Wilder Moraes —





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

não sei se é piloto, mas pelo menos é dono de helicóptero, de avião — sabe o que é um piloto automático, ou seja, ela fica lá... A máquina tem que saber resolver sem o comando, principalmente, da direção humana, limitada a duodécimos, engessada pela chamada regra do duodécimo, que permite apenas a execução de um doze avos do orçamento previsto no ano anterior. Isso paralisa novos investimentos, congela repasses voluntários, emperra convênios e impede a execução plena de políticas públicas estruturantes.

E quem paga essa conta? Não são os gabinetes aqui em Brasília, mas, sim, as mães que veem a creche municipal adiar a inauguração por falta de verba e, principalmente, o não funcionamento daquela já existente; os pacientes que esperam meses por uma cirurgia porque o repasse do SUS não chegou; os estudantes que não têm transporte escolar, porque o convênio com o Ministério da Educação foi suspenso.

Como pode um país continental como o Brasil submeter sua base federativa, os Municípios, à insegurança orçamentária e ao imprevisto administrativo? Isso é mais do que ineficiência, é irresponsabilidade com a Federação, é desprezo pelas cidades que sustentam a estrutura e a prestação de serviços públicos, onde a cidadania acontece de verdade.

Saúde, educação, assistência social, segurança, tudo isso começa lá no Município, onde está o cidadão. E isso é diretamente impactado quando o orçamento federal atrasa. E mais: sem orçamento não há obras. Os recursos travam, os canteiros de obras se esvaziam e também a economia local desacelera. Comerciantes vendem menos, trabalhadores perdem empregos, Prefeituras atrasam os salários e os fornecedores ficam sem receber. O atraso no orçamento não é um problema técnico, é uma crise social sempre anunciada.

O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, sim, mas também de responsabilidade federativa. O Governo Federal tem o dever de garantir previsibilidade, respeito e compromisso com os entes federados. Os Municípios não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

podem continuar sendo tratados como coadjuvantes de um orçamento que, muitas vezes, só privilegia interesses centralizadores e projetos de poder.

Na qualidade de Senador da Oposição, mas, acima de tudo, como representante do povo, faço um apelo a esta Casa: que se cobre com firmeza do Executivo celeridade na sanção do Orçamento. Esperamos que isso aconteça. Não podemos permitir que o atraso orçamentário se torne instrumento político, moeda de troca ou fruto de inépcia administrativa.

O Brasil dos Municípios, o Brasil real, não pode mais esperar. O Orçamento é um pacto de responsabilidade com o presente e também com o futuro, e o atraso desse pacto é um ato de negligência com milhões de brasileiros.

Informo que, após registro das presenças, temos quórum. Portanto, temos condições de fazer a abertura da reunião.

Declaro iniciada — deveria tê-lo feito até antes — a presente Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Comunico aos senhores membros as seguintes indicações.

Ofício nº 87, de 2025, do Líder do PMDB — que está aqui conosco, quero cumprimentá-lo —, nosso Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que indica o próprio nome para a Relatoria-Geral da Lei Orçamentária Anual de 2026. Caberá ao nosso Presidente eleito, depois, fazer a indicação para que isso se concretize.

Ofício nº 287, de 2025, do Líder da Federação Brasil da Esperança, Deputado Lindbergh Farias, que indica o Deputado Carlos Zarattini para a Relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

Informo também que há um acordo de Lideranças indicando o Senador Efraim Filho para a Presidência da Comissão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Eu consulto o Plenário sobre a possibilidade de fazermos a eleição da Mesa da CMO por aclamação. *(Pausa.)*

Em votação a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade. *(Palmas.)*

Em votação a proposta na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovada por unanimidade. *(Palmas.)*

Isso demonstra o prestígio do nosso Senador Efraim Filho e também do Deputado Isinaldo Bulhões Jr.

Há uma grande esperança de que a gente possa aprovar o Orçamento este ano.

Agora há pouco, nós estávamos na reunião de Líderes na Casa do Presidente Davi Alcolumbre. Após vários acordos feitos, eu perguntei ao nosso Presidente: *"Vamos aprovar o Orçamento este ano, não é?"* Ele me disse que é compromisso pessoal. É claro que vamos depender de todo o colegiado para que isso aconteça.

Portanto, declaro eleito e empossado o Senador Efraim Filho como Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional — CMO para 2025. *(Palmas.)*

Antes de passar oficialmente a Presidência, eu quero registrar para todo o Brasil que o Senador Efraim Filho é filho do ex-Senador e ex-Deputado Efraim Morais, meu colega aqui por vários mandatos. Efraim Morais é um homem extremamente experiente: Deputado por três mandatos, além de Senador, quando foi duas vezes 1º Secretário do Senado da República. Eu já vi depoimentos do ex-Senador Efraim Morais sobre a ternura e o carinho que Efraim Filho tem com toda a família. É importante dizer — aliás, acima de tudo — que a família é a base de todos nós.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Quero apresentar um breve currículo do Senador, para ser fiel à sua assessoria. Efraim Filho tem apenas 46 anos, é paraibano, advogado, foi Deputado Federal por quatro mandatos pela Paraíba e, atualmente, é Senador da República pelo Estado que está mandando no Brasil, porque o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, é paraibano. Isso demonstra apoio e um trabalho conjunto.

Já no primeiro mandato no Senado Federal, em 2023, o Senador Efraim foi eleito o melhor Senador do País pelo *ranking* dos políticos, uma iniciativa da sociedade civil que avalia o desempenho de Senadores e Deputados Federais com base em critérios como combate a privilégios e também a desperdícios e à corrupção.

No Senado, Efraim é Líder do Partido União Brasil e também do Bloco Democracia, que é o maior da nossa Casa do Senado, que agrega 25 Senadores.

Em 2025, o paraibano, conhecido por todos nós, destaca-se com esta nova missão, além de importantes matérias já relatadas. Ele assume a nossa Comissão Mista de Orçamento com toda essa responsabilidade, que é cuidar dos destinos no próximo ano do Orçamento do País.

O Senador Efraim Filho desempenha uma importante função na Presidência da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, da qual eu faço parte. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura e Logística, e sempre procuramos trabalhar em conjunto.

O Senador Efraim é defensor incondicional do setor produtivo nacional e atua sempre em consonância com pautas que colaboram com o empreendedorismo, a geração de emprego e também a promoção de segurança jurídica, para tornar o Brasil uma Nação mais competitiva, detentora de uma economia forte.

Entusiasta de sua missão na vida pública, Efraim Filho tem sido uma voz ativa no debate político e econômico dos grandes temas nacionais, sem se esquecer de suas batalhas regionais para transformar o Estado da Paraíba num lugar cada vez melhor de se viver.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Casado com Carol, é pai de Alice e Maria. Namorou durante 5 anos e está casado há 16 anos.

Ele não me causa inveja, porque anteontem eu completei — foram 8 anos de namoro — 42 anos de casado. Então, tenho essa felicidade de estar casado com a minha querida esposa, Mariene de Abreu Fagundes.

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) - Meu herói. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PL - MT) - Registro também que tenho dois netos homens: João Francisco e Didico, que é filho da única Deputada Estadual do Mato Grosso por três mandatos consecutivos, minha grande nora, Deputada Janaína, que é sempre a mais votada. Neste último mandato, foi a única que fez quociente eleitoral na Assembleia Legislativa. E, se o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. deixar, ela estará conosco no cargo de Senadora da República — porque ele é o grande Líder. Quem define os candidatos do Brasil inteiro é o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. E eu ainda quero registrar aqui que tenho duas netinhas. Fui presenteado por Deus com duas gêmeas univitelinas, portanto, idênticas. Então, eu agradeço a Deus por minha família, com a qual sou muito feliz.

Agradeço também a oportunidade de, neste momento, dirigir esta reunião. É grande a responsabilidade que todos nós temos.

Neste momento, quero passar a Presidência da Comissão ao nosso Senador Efraim Filho, que depois conduzirá os trabalhos aqui.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr., eu não vou anunciar V.Exa. como Relator, porque isso caberá ao nosso Presidente. Eu gostaria muito de poder fazer isso, porque o Relator é a figura, junto com o Presidente, que vai definir toda a nossa vida no próximo ano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Saúdo as senhoras e os senhores presentes.

Boa tarde a todos. Houve um atraso no início da sessão. Agradeço a todos a tolerância e o respeito.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Como é a primeira sessão da nova CMO em 2025 com os novos integrantes, principalmente Senadores, há que ser feito o cadastramento dos *e-mails* e dos números de celular, porque o sistema que opera a CMO é o sistema da Câmara.

Estou justificando isso a todos aqueles que esperaram ansiosamente a gente atingir o quórum para dar início à abertura dos trabalhos. Mas, passada esta primeira reunião com todos os Senadores devidamente registrados, a gente terá mais facilidade na condução dos trabalhos.

Primeiro, quero saudar o meu antecessor, o Senador Wellington Fagundes. Foi uma honra tê-lo como o mais experiente do Senado, que é a Casa que preside a sessão neste ano, convocado para abrir a sessão. Como disse, é uma amizade que atravessa gerações. Ele teve aqui a oportunidade de ser contemporâneo do meu pai, que já presidiu a Câmara dos Deputados no ano 2002, para empossar 2003.

Senador Wellington, mais do que nunca, tenho o sentimento de estar em casa. Sinto ter um sentimento de pertencimento em relação à Câmara dos Deputados, onde eu fiz diversos amigos, com os quais eu tive oportunidade de conviver até a legislatura passada, em várias bancadas. Fui Deputado Federal por quatro mandatos. Conheço as nuances desta Casa, sua efervescência, o dia a dia bem mais corrido até do que temos no Senado. Tive a oportunidade de liderar a minha bancada à época, o Democratas, por 3 anos. Então, tinha presença no Colégio de Líderes.

Como eu disse, conhecendo as peculiaridades da Câmara dos Deputados, os Deputados e Deputadas que fazem parte desta Comissão sabem que terão no Senador-Presidente alguém que tem essa sensibilidade com os temas e com a agenda também da Câmara dos Deputados.

Digo aos meus caros Senadores aqui presentes — Wilder Moraes, Senador por Goiás; Caio Vianna, nosso Senador por Minas Gerais; Wellington Fagundes, do Mato Grosso, homem forte do agronegócio brasileiro —, em tom de brincadeira, que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

eu sou o mais verde dos azuis, por estar aqui durante tanto tempo andando e percorrendo os caminhos desta Casa.

Tive oportunidade de ser Líder aqui ao lado do Deputado Isnaldo. Então, trazer a figura dele para trabalhar comigo na elaboração do Orçamento 2026, em companhia de todo o colegiado, é também uma oportunidade de saber que há uma sintonia precedente. Essa sinergia entre o trabalho que o Deputado Isnaldo, como Líder do MDB, e eu, à época, Líder do Democratas, exercíamos vai permitir que, neste momento, encurtam-se as distâncias entre as salas do Senado e da Câmara dos Deputados, para que a gente faça realmente uma Comissão Mista com foco no Brasil.

A agenda do Brasil, mais do que nunca, está lincada, conectada com a palavra Orçamento. Eu sou de um tempo, Deputado Isnaldo, em que muitos de nós convivíamos... Aqui vejo Deputados mais experientes, alguns Deputados de cara nova. O Orçamento tinha a cara de uma peça técnica, uma peça técnico-orçamentária. Quem vinha para a CMO discutia, basicamente, a elaboração do Orçamento. Não havia muito o olhar da política sobre a CMO.

O Gilmar Machado, que está ali — eu acho que a minha primeira participação na CMO foi com ele —, já era Coordenador do Governo aqui na CMO. Ele ainda continua por aqui, do outro lado da bancada agora, mas eu me lembro bem disso.

E se discutia a elaboração, até porque não existia Orçamento impositivo. O Orçamento era autorizativo. Várias mudanças aconteceram e deram à elaboração do Orçamento no Brasil outra envergadura, outra dinâmica e, principalmente, uma maior importância, uma maior responsabilidade.

É com esse olhar que nós chegamos para assumir esta missão. O olhar de quem se sente em casa, primeiro, pelo conhecimento de como funciona a Câmara, como disse; segundo, pelo conhecimento da matéria.

Com muita humildade, tenho sido um Parlamentar que, desde o início, tem se dedicado à discussão de assuntos da agenda econômica do Brasil. Fui autor ou Relator de matérias importantes, de matérias que formaram opinião; fui





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Coordenador do Grupo de Trabalho no Senado sobre a Reforma Tributária; sou estudioso desses temas que chamam, como eu disse, a atenção.

Quando analisamos — esses dados estão disponíveis para todos na Internet — os gastos que nós temos com Previdência, vemos que eles passam de 1 trilhão de reais e significam 30% do Orçamento; as transferências constitucionais — FPE, FPM — chegam a 16,5% do Orçamento; as despesas com pessoal atingem 13,2% do Orçamento. Em quarto lugar, apenas, vem a despesa com investimentos, com 7,3% do Orçamento. Na sequência, o Bolsa Família, com 4,7%; BPC, com 3,4%; que, somados, chegam a 8% do nosso Orçamento. E há outras tantas rubricas que estão aqui.

E o que é importante falar sobre o Orçamento? É que 90% são despesas obrigatórias. Apenas 10% do Orçamento do Brasil são discricionários. E é por isso que nós temos a responsabilidade de saber escolher bem e entender, Senador Caio Vianna, que a palavra da moda no Brasil, equilíbrio fiscal, responsabilidade fiscal, deve ser uma premissa na discussão desta Comissão.

Devemos evitar qualquer sentimento de gastança desenfreada, que cause impacto na sociedade, que cause impacto em quem acompanha ou quer investir no Brasil. Não é à toa — e é importante lembrar, nós temos essa responsabilidade — que esse equilíbrio fiscal não se faz apenas pelo lado da receita, aumentando imposto, aumentando alíquota para arrecadar, arrecadar e arrecadar. Equilíbrio fiscal também se faz pelo lado da despesa: qualificar o gasto público, reduzir custos, eliminar o desperdício, buscando, assim, equilíbrio sem precisar depositar nos ombros de quem produz no Brasil um peso maior de carga tributária. Para quem empreende já está difícil suportar os níveis atuais de carga tributária.

E o nosso papel é qualificar o Orçamento para que a gente possa atender às políticas públicas que são prioridades do Governo. O Orçamento — palavra tão técnica, tão difícil, tão árdua — é mero instrumento para o fim, que são as pessoas. Cuidar das pessoas é a missão de quem é homem público ou mulher pública, votado ou votada para poder estar aqui neste momento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Agradeço a presença do nosso Vice-Presidente do Senado Federal, representando o Senador Davi Alcolumbre, nosso querido Senador Eduardo Gomes.

Queria agradecer também, mesmo na ausência, o apoio e as palavras que recebi do Presidente do Senado e do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, que é do meu partido, o União Brasil. Até brinco que, como Líder que sou do União Brasil no Senado, tenho o Senador Davi como meu liderado. Então, eu sou o único Líder que lidera o Presidente. Então, é uma grande alegria ter contado com a confiança do Presidente Davi no encaminhamento para assumir esta Presidência.

Quero saudar, na sua ausência, e em nome dos Deputados que estão presentes, o meu amigo e conterrâneo Presidente Hugo Motta. Como V.Exa. disse, a ascensão da república da Paraíba ganha mais um capítulo. A Paraíba, que preside hoje a Câmara dos Deputados com o Deputado Hugo Motta; o TCU com o Ministro Vital; o STJ, com o Ministro Herman Benjamin; que preside a Caixa Econômica, que preside o Banco do Brasil, agora preside a CMO. O Deputado Isnaldo, que já era acostumado com a época da república das Alagoas, agora vê a ascensão da república da Paraíba neste momento, mas, como eu disse, com muita qualificação, com alguém que se preparou para estar aqui.

A minha carreira e formação de advogado, de jurista, com pós-graduação em Direito do Consumidor pela Universidade de Granada, na Espanha, trazem a sensibilidade e o conhecimento. Tive nesta Casa a alegria de poder relatar — de ser Sub-Relator, na verdade — o novo Código de Processo Civil, que hoje traz novas normas para o mundo jurídico. Tive a alegria de presidir a CPI dos Fundos de Pensão, que conseguiu organizar, pelo menos um pouco, toda uma situação desorganizada que havia nesses meios, e de ter a autoria de temas como a desoneração da folha de pagamento, temas da agenda econômica que estão presentes.

As missões que, durante a nossa trajetória aqui, a Câmara dos Deputados bem como o Senado nos deram, nos trazem credibilidade, legitimidade e, acima de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

tudo, responsabilidade. Eu sei que o Brasil hoje olha para esta Comissão com olhos muito mais atentos ao que será feito, ao que será dito, ao que será discutido e, acima de tudo, ao que será votado e decidido pela Comissão mais importante: a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Então, para iniciar, minhas palavras são essas.

Atendendo ao ofício que já nos chega aqui, e cabe ao Presidente fazer a indicação, teremos a alegria de conduzir a elaboração do Orçamento de 2026 com a Relatoria desse Líder, conhecedor também desta Casa, dos meandros da articulação política que se faz necessária para que um bom relatório signifique um olhar para o Brasil, para suas necessidades, mas, acima de tudo, para a construção de apoio, de consenso, de convergências. Essa é uma palavra que dialoga com a verdade deste Plenário que está aqui abaixo. Não são decisões unilaterais que resolverão muitos dos temas que serão aqui discutidos. A busca pela convergência é essencial, e eu sei e trago como testemunho que essa é uma característica inata do trabalho do nosso Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões, de quem, neste momento, faço a indicação. *(Palmas.)*

Agradeço.

Antes de passar a palavra para V.Exa., quero agradecer ao Walbinson de Araújo, que está aqui com a gente. Na pessoa dele, quero saudar toda a equipe da Secretaria da CMO.

Como eu disse, já frequentei em diversas oportunidades esse espaço de vocês, como membro da CMO, e sei da categoria, do conhecimento e, acima de tudo, do preparo desses servidores abnegados que estão por trás dos holofotes, das luzes. A gente sabe como é difícil olhar cada detalhe, cada minúcia, cada peculiaridade de uma rubrica, de uma decisão. Então, a todos os servidores da Comissão Mista de Orçamentos, sejam os vinculados à Câmara dos Deputados, sejam aqueles vinculados ao Senado, fica o meu reconhecimento, em nome da minha assessoria, do meu gabinete e da Liderança do União Brasil e do Bloco Democracia, que são aqueles a que eu pertencem no Senado Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Saúdo também todas as Lideranças de partidos que acompanham a Comissão. Como Líder aqui na Câmara dos Deputados, eu sei quão importante são as assessorias. Cada partido tem uma assessoria muito qualificada para acompanhar *pari passu* tudo que será aqui decidido.

Agradeço à imprensa, que faz a cobertura deste momento. Sei que a CMO é pauta constante nas grandes discussões que hoje são vitrine na mídia nacional, na sociedade brasileira. A gente saberá tratar com muito respeito essa relação, buscando sempre transparência no andamento dos trabalhos.

Neste momento, agradecendo aos senhores e senhoras, passo a palavra ao nosso Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. *(Pausa.)*

Antes, me permitam saudar o Plenário de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras na pessoa do aniversariante do dia, o Deputado Vicentinho.

(Intervenção fora do microfone.)

É amanhã? É amanhã, mas já estava valendo hoje, então.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) - Quero, em primeiro lugar, agradecer as palavras do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Efraim Filho.

De forma recíproca, quero registrar, Senador Efraim, a grata satisfação que será trabalhar ao seu lado este ano, diante da responsabilidade que recebo sob sua designação, diante do indiscutível e inquestionável perfil, reconhecido no Congresso Nacional, do seu trabalho, embora movido um pouco pela suspeição, pela relação fraterna de amizade que eu tenho contigo e com sua família. O destino proporciona essas gratas coincidências.

Quero cumprimentar de forma especial também o Presidente Wellington Fagundes.

Recém-chegado aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, cristão-novo, como dizem lá na minha terra, a primeira missão que recebi foi presidir uma Comissão Mista que tratava da apreciação de uma medida provisória que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

redefiniria as regras de PPIs, de parcerias públicas, e tive a honra de ter como Relator e professor o Senador Wellington.

Wellington, leve também o meu abraço a toda sua família.

Quero fazer um cumprimento mais que especial a todas as Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados, companheiros Congressistas. Faço esse cumprimento na pessoa do Líder Senador Eduardo Gomes, registrando a esperança que tenho ainda de tê-lo de volta às fileiras MDBistas.

Quero fazer também um cumprimento à minha bancada aqui presente, a bancada do Movimento Democrático Brasileiro: o Deputado José Priante, nosso decano do MDB do Pará; meu companheiro alagoano Deputado Rafael Brito; o Deputado Yury Bruno, mais conhecido como Deputado Yury do Paredão, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano — estou trabalhando a partir de hoje para mudar o nome do Yury, para tirar o "Paredão" e colocar o "Bruno"—; o Deputado Newton Cardoso Jr, esse valoroso companheiro; o Deputado Acácio Favacho e o Deputado João Cury. Esses fizeram questão de estar aqui presencialmente, nesta reunião que funciona também remotamente.

Quero registrar a todos vocês que esta missão que recebo, que não persegui nem me candidatei para cumprir, terá em todos os momentos o pensamento e a visão, meu Presidente Efraim, da sociedade brasileira. Esse será um Orçamento em que buscaremos cumprir o calendário exigido aqui pelo Presidente Wellington Fagundes, o qual atrasamos do ano passado para este, por várias circunstâncias.

Além de buscar cumprir esse calendário, Deputado Vicentinho, lutaremos para fazer um Orçamento não do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo, mas, acima de tudo, um Orçamento do povo brasileiro.

Vamos lutar para que esta Comissão encontre o caminho convergente de um Orçamento inclusivo, mas, acima de tudo, um Orçamento, Senador Wilder, eficiente.

Eu conversava antes de ontem com o Presidente Efraim e com o Ministro Gilmar Mendes sobre a necessidade de a gente enfrentar o debate e a discussão da eficiência do Estado brasileiro, de detectar e encontrar onde há desperdício do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

recurso público, diante de setores que não fazem mais sentido — Deputado Túlio, nós que somos mais à esquerda, V.Exa. mais do que eu — serem tocados pelo Governo. Quantos milhões, bilhões de reais vão para o ralo, enquanto setores essenciais do Governo precisam desses recursos?

O Presidente Efraim falou há pouco que sobrarão apenas 7% do Orçamento da União para investimento. Um país com um potencial como o Brasil, que, indiscutivelmente, cada vez mais avançará para alimentar o mundo, precisando de obras estruturantes fundamentais para o crescimento econômico, tem a capacidade de apenas 7% de todos os seus recursos para investimento.

A gente tem que buscar — não em curto, mas em médio ou em longo prazo — um caminho que proporcione, cada vez mais, de forma programada, meu Presidente Efraim Filho, eficiência para que o investimento no Brasil seja do tamanho que o País realmente precisa. E só virá investimento privado se houver a contrapartida do investimento público.

Caminho para encerrar as minhas palavras. Quero reafirmar a minha alegria ao ter tido a confiança da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, seja na Câmara, seja no Senado. Registro, na pessoa do Deputado José Priante, do Senador Eduardo Braga e do Presidente Baleia Rossi, esse agradecimento.

Eu levei uma espécie de carteirada do MDB para ser o nome do partido a relatar o Orçamento. Isso não estava nos meus planos, de forma alguma, como todos as minhas companheiras e os meus companheiros de bancada sabem, o que me traz uma responsabilidade ainda mais forte.

Saí de uma cidade que se chama Santana do Ipanema, lá no Sertão de Alagoas, que é a mais bonita e a mais importante do mundo. Trata-se de uma pequena cidade, com cerca de quarenta mil habitantes. E hoje aqui estou.

Dediquei toda a minha vida ao sacerdócio da militância política. Desde os 19 anos, de forma ininterrupta, venho exercendo mandatos no Legislativo. Fui Vereador, Deputado Estadual. Hoje sou Deputado Federal. Nessa carreira, nessa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

caminhada, o sentimento que me move é o de extrema felicidade, por ser um homem com o apoio da família.

Como é duro vir a Brasília, voltar ao Estado, percorrer nossas bases. Cuidar de uma bancada maravilhosa como a que eu tenho — o Senador Eduardo Gomes teve a oportunidade de ser Líder por mais de uma vez e sabe — é algo árduo e duro, mas também é altamente gratificante. E é gratificante porque a política só tem um sentido para todos nós, Presidente Efraim Filho. Ela é a única ciência capaz de mudar diretamente a vida das pessoas.

Movido por esse sentimento, quero agradecer a confiança ao Presidente Efraim Filho; ao seu conterrâneo, o Deputado Hugo Motta, Presidente da Câmara dos Deputados, ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal.

A exemplo do que V.Exa. fez, Presidente, quero cumprimentar toda a equipe que trabalha comigo, seja no meu gabinete, na pessoa do Chefe de Gabinete, Renato Holanda; seja na Liderança do MDB, nas pessoas do Chefe de Gabinete, Levino, e do meu Assessor de Orçamento, Celso. Cumprimento todos aqueles que acompanham o meu cotidiano e toleram a forma como eu conduzo os trabalhos da equipe.

Tenham certeza — Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão, que acaba de chegar, e demais colegas — que V.Exas. terão um companheiro que trabalhará este Orçamento, acima de tudo, para o Brasil.

Por coincidência, esta instalação acontece no Plenário 2, que leva o nome — esta Câmara dos Deputados reconheceu isso — de uma das mulheres mais guerreiras que conheci na minha vida, a Deputada Ceci Cunha, que teve a sua vida brutalmente ceifada por causa da sua militância política e da sua importância para o Brasil.

Então, em homenagem à Ceci, eu tenho certeza de que nós faremos, indiscutivelmente, um Orçamento que terá uma continuidade de médio e longo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

prazos, Presidente Efraim, a fim de continuarmos trabalhando pela diminuição das diferenças neste País.

Muito obrigado, Presidente Efraim, pela confiança. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço as palavras ao nosso Relator Isnaldo Bulhões Jr.

Também agradeço ao Senador Wellington Fagundes, que o antecedeu, pelas palavras dirigidas a mim.

Agora vou passar a palavra aos inscritos para que façam uma saudação.

Quero dizer, Deputado Isnaldo, que, seja a LDO, seja o PPA, seja a LOA, são muitas as missões desta Comissão, como a fiscalização de obras inacabadas.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, Vice-Presidente do Senado Federal.

Vamos alternando entre Deputados e Senadores, concedendo a palavra àqueles que desejarem falar.

O SR. EDUARDO GOMES (PL - TO) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Presidente, cumprimento V.Exa.; o Líder do Bloco Vanguarda, o Senador Wellington Fagundes; e todos os demais Líderes.

Faço um registro especial para, no dia de hoje, comemorar a chegada à Presidência da Comissão Mista de Orçamento e à relatoria do PLOA de dois dos mais experimentados e competentes Parlamentares do Congresso Nacional.

Presidente, V.Exa. tem experiência como Líder; foi Relator de matérias fundamentais, como a desoneração; trouxe uma série de avanços no seu trabalho na Câmara dos Deputados — também tive a honra de ser o seu colega como Deputado Federal —; e recentemente tornou-se o Líder do União Brasil no Senado Federal.

O Deputado Isnaldo Bulhões Jr. é um Parlamentar que dispensa comentários, por sua garra, sua luta e sua articulação nos momentos recentes da Câmara dos Deputados e também por ter nos ajudado quando tivemos a oportunidade de ter a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Liderança do Governo no Congresso Nacional, uma missão durante 3 anos e 3 meses.

Quero também desejar sucesso aos membros da bancada do Estado do Tocantins: à Senadora Dorinha; ao Deputado Carlos Henrique Gaguim; ao Deputado Vicentinho Júnior, a quem eu felicito pelo aniversário — nós todos do Tocantins reconhecemos que é um festejo lá, visto que dura 3 dias; e está aqui o seu irmão, o Prefeito Neto Aires, da cidade de Ipueiras —; ao Senador Irajá, que é membro desta Comissão; e ao Deputado Ricardo Ayres.

Faço o registro da presença do nosso Senador Wilder Moraes.

Ressalto que os nossos acordos levaram esta Comissão a uma eleição pacífica. O engraçado é que esta eleição está se dando no mês de abril, mas, nos últimos 5 anos, é a eleição mais tranquila para a Presidência da Comissão Mista de Orçamento. Então, V.Exa. chega aqui sob o signo da união, junto ao Deputado Isnaldo. E o Senador Wilder deve ocupar uma posição de destaque na relatoria estratégica pelo Bloco Vanguarda, pelo Partido Liberal, nos acordos com o Presidente Davi.

Por último, quero chamar a atenção, desejando felicidades a V.Exa., para o fato de que esta é a primeira vez que a Comissão Mista de Orçamento analisa o Orçamento sob a ótica da reforma e da mudança trazida pela Resolução nº 1, da qual eu tive a oportunidade de ser Relator, no último dia 13 de março, num acordo de procedimentos do plano de trabalho ajustado entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Então, a gente espera que o Orçamento, como disse V.Exa., seja mais próximo da população, entendendo que foi tarefa, sim, do Congresso Nacional, nos últimos anos, a presença dos recursos nos Municípios brasileiros, nos rincões brasileiros, naqueles lugares menores, onde a política pública demora a chegar às vezes mais do que o tempo de um governo, onde há uma necessidade maior de atendimento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Então, em nome do Presidente Davi Alcolumbre e na qualidade de Vice-Presidente, desejo a V.Exa. e aos membros desta Comissão um profícuo ano de 2025.

Sabemos que a eficiência será a marca da sua gestão. Já estamos no dia 10 de abril e precisamos da Comissão Mista de Orçamento para que o Brasil volte a funcionar, já sob o signo da reforma da Resolução nº 1.

Então, felicidades a V.Exa. Eu tenho certeza de que será um ano, com o apoio de toda a assessoria da Comissão Mista de Orçamento, bem produtivo. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, meu Vice-Presidente, Senador Eduardo Gomes.

Em relação à sua fala, permita-me colocar um detalhe. Existem gestos que valem mais do que palavras. A gente sabe que muitos achavam até que não ocorreria a instalação da Comissão nesta semana, porque o tempo era bastante exíguo desde quando o Presidente Davi fez a convocação, na segunda-feira, até hoje. Mas a semana que vem é de quórum muito complicado, e a gente perderia 15 dias para fazer a instalação. E, no Brasil de hoje, não se pode dar ao luxo de desperdiçar esse tempo.

Então, em conjunto com o Relator Isnaldo, combinei de tentar ajustar e articular o quórum. Conseguimos fazer a instalação hoje, na quinta-feira, o que já nos permite atravessar a semana seguinte em ritmo de preparação e de planejamento de cronograma, para que, na semana subsequente, a gente possa transmitir a todos a programação, como eu disse, de uma Comissão que prezar, sim, pelos critérios de rastreabilidade e transparência, o que hoje, mais do que nunca, não são decisões, mas são princípios que têm que ser absorvidos por esse novo momento.

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Vicentinho Júnior.

Depois, falará o Senador Wilder Moraes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Cumprimento o Sr. Presidente, caro amigo fraterno, Senador Efraim Filho.

Cumprimento o nosso Relator Isnaldo Bulhões Jr., com quem tenho o prazer, por muitas vezes, de conviver e aprender muito, no Plenário Ulysses Guimarães, sobre a forma focada e respeitosa de entrega não só ao Estado de Alagoas, mas também ao nosso País, os resultados sobre os anseios que, por muitas vezes, o País aguarda que sejam atendidos em vossas decisões.

Na pessoa de V.Exas., eu cumprimento todos presentes, os meus colegas Deputados Federais, os nossos Senadores.

Confessem, V.Exa. e o Relator, que não combinaram só a convocação — por sinal, Dona Gil está zangada, porque não fui ontem para o meu Estado, para a minha casa —, mas combinaram também a gravata de bom gosto, que vejo até na mesma tonalidade de cor.

Um dia V.Exa. falou, Presidente — sou um tocaninense, um nortista encantado pela inteligência dos nordestinos, afinal de contas, sou neto de uma maranhense e de um alagoano, o Comandante Vicente de Paula Oliveira —, que não basta o homem ter coragem e que, sem coragem, não adianta ter vontade. Não me lembro se foi essa a sua fala de um tempo atrás.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Não adianta ter vontade se não tem coragem.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Pronto. Se não tivermos a coragem necessária de fazer os enfrentamentos, não adianta termos a vontade de levar para os nossos Estados as entregas, os resultados e as soluções que muito bem o Senador Wellington Fagundes colocou há pouco.

É vergonhoso ver que estamos no mês de abril, a bem dizer, e que o primeiro semestre de 2025 quase se foi embora. Gestores municipais de todos os rincões visitaram os nossos gabinetes e trouxeram as suas necessidades orçamentárias, Deputado Isnaldo, para atenderem à saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Hoje se faz necessário o custeio PAP, o custeio MAC, o investimento, a compra de uma ambulância, para o meu Prefeito e irmão lá da minha pequena Ipueiras, que hoje acompanha esta sessão, assim como para gestores em vários Municípios do nosso País afora, conseguir dar uma saúde de qualidade ao nosso País. Não é justo vermos de perto um Prefeito cobrar o recurso para o investimento através das transferências especiais que desburocratizou.

E espero, Presidente, que nós tenhamos aqui a mesma coragem de fazer o discurso altivo, porque desburocratizar através da criação de uma emenda de transferência especial não é tirar a luz da aplicação desse recurso. Se estamos ainda em abril discutindo o orçamento de 2025 foi porque se perdeu um prazo precioso para tirar a dúvida que alguém colocou sobre a aplicação de transferência especial.

Aqui quem fala é um Parlamentar que não é dono de construtora, não é dono de farmacêutica, não vende asfalto, não vende maquinário e não aceita que coloquem no Tocantins a dúvida sobre algum recurso.

Sou um Parlamentar que aqui está todos os fins de semana, visito o interior do meu Estado de Tocantins e ouço as necessidades dos nossos gestores, da população, dos nossos Vereadores. Quando volto para Brasília, como V.Exa. faz na Paraíba, volto com a mala não de solicitações; mas de angústias por parte desses mesmos gestores que aguardam essa desburocratização.

Então, espero que nós tenhamos a altivez de não aceitarmos mais essa dúvida colocada sobre a aplicação de um recurso. Se há dúvida, vá à fonte, averigue, mas não atrapalhe um Brasil que necessita, de fato, das soluções dadas por esta importante Comissão de Orçamento.

O amigo Gilmar se encontra aqui ao lado, um homem muito respeitoso, de bom trato. Eu sei que foguete não dá ré, mas, como eu brincava aqui com o meu colega. se depender da sua vontade de fazer, de sua pressa, nós vamos entregar, sim, o orçamento de 2026 ainda votado no ano de 2025. Sei que, para isso, por muitas vezes, a cadeira se faz refém não só da agilidade deste Plenário, que não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

tenho dúvida de que não vai novamente se furtar aos trabalhos e às suas obrigações, mas também, por muitas vezes, da boa vontade do Governo Federal.

Então, espero que o Governo Federal faça a sua parte, porque aqui estarão Congressistas imbuídos em fazer o que é de nossa obrigação para levar o que for necessário para o Brasil afora.

Eu disse, no meu Tocantins, para encerrar, esses dias, Presidente, que casa não cai do céu. Hoje eu falo um pouco mais. Casa não cai do céu, asfalto não cai do céu, UBS não cai do céu, escola não cai do céu, creche não cai do céu, máquina não cai do céu, ponte não cai do céu, benefícios sociais não caem do céu. Mas, se chegam ao dia a dia de um tocaninense, de um brasileiro, é porque, nesta Comissão, há discussão, trabalho e muito zelo, através das nossas assessorias — faço jus a elas.

Fico com saudade do Wagner, a quem conheci ainda cabeludo. Eu o vi aqui e o estranhei com o cabelo baixo. Digo aos assessores Wagner, que faz falta nesta Comissão, e ao nosso amigo Walbinson, que sei que o trabalho será bem feito e com a necessária pressa, porque o Brasil urge e geme por necessidade que tem que ser priorizada por este Colegiado.

Parabéns, Senador Efraim Filho! Que Deus o abençoe! Vou carregar a sua fala: *"Para se ter vontade, antes tem que se ter coragem"*. E coragem não vai faltar a esta Comissão. Sucesso! Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Deputado Vicentinho, por todo o depoimento.

Na sequência, tem a palavra o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo e dizer do meu respeito, do meu carinho e da minha admiração pelo seu trabalho não só como Deputado, mas também como Senador.

Também o cumprimento por nosso entendimento, hoje de manhã, com o Presidente Davi. No ano passado, havíamos também pleiteado estar na Presidência, mas soubemos fazer essa articulação para um bom resultado aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Então, deixo aqui os meus cumprimentos e registro a minha satisfação de ter V.Exa. como Presidente da Comissão Mista de Orçamento. Assim, eu também o cumprimento pela escolha do Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Parabéns, Deputado Isnaldo! Com certeza, a sua história também o credencia a estar hoje aqui. Eu vou fazer parte de uma relatoria setorial e nós vamos trabalhar juntos.

Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, que é do meu partido e que abriu os trabalhos de instalação desta Comissão. Também cumprimento o Senador Eduardo Gomes, Vice-Presidente do nosso partido.

Temos caminhado para fazer a instalação nesta semana, para ganharmos tempo e não fazermos na semana seguinte, que realmente terá um quórum muito baixo, para já começarmos a trabalhar.

Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras e dizer da minha satisfação de estar nesta Comissão este ano. Com toda certeza, vamos trabalhar muito para fazermos um melhor Orçamento, mais justo para o nosso País e para o nosso povo.

Um abraço! Sucesso a cada um de nós que fazemos parte desta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Senador Wilder. Com certeza, conseguiremos construir convergências e andar bem com a sua contribuição nos trabalhos desta Comissão.

Na sequência, tem a palavra o Deputado Newton Cardoso Jr.

Depois, falará o Senador Carlos Viana.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG) - Muito obrigado, Presidente, Senador Efraim Filho. Inicialmente, congratulo V.Exa. por essa missão honrosa, que certamente irá fazê-lo brilhar e contribuir para a evolução cada vez maior do Orçamento Federal.

V.Exa. tem competência de sobra para nos conduzir, especialmente porque tem ao lado o grande Líder da bancada do MDB nesta Casa e também líder do povo nordestino, líder do povo brasileiro, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., a quem, junto





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

a toda a nossa bancada de Deputados Federais do MDB e de Senadores, agradeço o gentil convite para participar desta Comissão.

É a minha primeira oportunidade, no terceiro mandato, de compor esta Comissão fundamental para o nosso País. Por isso, cumprimento os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas que participam presencialmente ou de forma remota nesse momento importante de instalação.

Cumprimento também toda a equipe da consultoria, toda a equipe de servidores da Casa que hoje contribuem para um bom andamento desses trabalhos.

Eu gostaria, Líder, Presidente e ilustre Relator, de me inspirar, para a condução dos trabalhos neste ano, em um trator que o nosso Estado de Minas Gerais teve. Esse trator chamava-se Newton Cardoso, meu saudoso e querido pai, um homem que, como Governador de Minas, ganhou esse gentil, mas imponente apelido, por conta da sua capacidade não de apenas demonstrar força, porque, como disse, alguns dias atrás, quando tive a oportunidade de estar com amigos lá no Estado de Minas Gerais, um trator não tem força apenas pela potência das suas máquinas, mas pelas articulações que ele é capaz de promover.

E é nesta Casa que nós vamos conseguir fazer com que os investimentos nacionais aumentem pela capacidade de articulação dos colegas, pela capacidade de diálogo com o Executivo e também com o Poder Judiciário, para mostrar a verdadeira face da evolução, da transparência, da necessidade de um Orçamento bem conduzido e também bem planejado, para que o País possa atender aos anseios de milhares de brasileiros que requerem hoje não só o acesso a uma logística melhor, um trânsito melhor, uma condição de vida mais segura, uma habitação digna e necessária, mas também uma liderança forte por parte do seu povo, dos seus líderes, para que o Brasil avance.

Então, na inspiração de um homem que foi capaz de garantir mais de 6 mil quilômetros de asfalto que passaram pelo Estado de Minas Gerais em apenas 4 anos, o trator Newton Cardoso, eu agradeço este convite e a confiança dos colegas,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

que participam junto conosco. Agradeço o aprendizado que irei receber aqui por parte de toda a equipe que compõe esta Comissão.

Que nós possamos, com boas articulações, fazer com que também o nosso Estado de Minas Gerais seja reconhecido pela sua importância, pela sua participação nesse Orçamento federal, e que possamos conduzir aqui, com unidade, com diálogo, um trabalho que traga de verdade benefícios, no final do dia, para as famílias brasileiras.

Muito obrigado. Um excelente trabalho a todos os membros da nossa Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito obrigado, Deputado Newton Cardoso Jr, com quem eu também tive a alegria de conviver aqui durante os tempos de tapete verde.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Obrigado, Líder Efraim.

Saúdo todos os presentes da Comissão.

Primeiramente, quero dar os parabéns a V.Exa. pela Presidência. Tenho certeza de que V.Exa. conduzirá os trabalhos de uma forma muito segura, muito tranquila e muito profissional, pela experiência que já tem.

Quero saudar o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. pela escolha como Relator.

Eu quero me colocar à disposição para ajudar nessa tarefa que não é fácil. É uma tarefa que traz muitas demandas, uma vez que todos nós queremos benefícios, e o Orçamento é curto. É um cobertor que nós precisamos usar da melhor maneira possível, para que o País seja beneficiado. E eu me junto aqui ao Deputado Newton Cardoso Jr num esforço para ver se sobra alguma coisa para Minas Gerais, porque o Nordeste, nessa articulação bem-feita, ocupou tudo. *(Risos.)*

E nós estamos aqui para lutar, dizendo: *"Olhe, Minas Gerais está aqui em silêncio, mas precisamos do reconhecimento e, principalmente, do apoio para os nossos desafios, que não são pequenos"*. Um Estado que tem a maior malha rodoviária do Brasil, um Estado que tem regiões com um pé no Nordeste e outro no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Sudeste — e são diversos os nossos desafios regionais —, eu espero que possa ser contemplado aqui, com a sensibilidade dos Srs. Senadores.

Deixo o meu muito obrigado. Que Deus nos abençoe nessa tarefa, uma vez que também espero ser um Relator Setorial, pelo Podemos, para servir ao Brasil como a população espera. E que esse Orçamento, Srs. Deputados e Srs. Senadores, seja votado e aprovado neste ano.

Muito obrigado pela palavra. E vamos em frente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Senador Carlos Viana, tenho certeza de que Minas Gerais tem o seu valor e de que V.Exa., como representante, vai saber buscar aquilo que o Estado merece. Conte conosco para ajudar nessa missão!

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Túlio Gadêlha. Depois, falarão os Deputados Albuquerque, José Priante e Acácio Favacho.

Em seguida, encerraremos a reunião.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente Efraim, primeiro, quero externar a minha satisfação com a sua Presidência, pelo excelente mandato que vem fazendo ao longo dos anos e pela referência que é nesta Casa Legislativa por ter sido Deputado também.

Discordando do Senador que me antecedeu, queria dizer que o Norte e o Nordeste estão muito contemplados com as Presidências das duas Casas, com o Presidente Hugo Motta e o Presidente Davi Alcolumbre, mas, sobretudo, com a Presidência de Comissões importantes como a CMO. Desde a Presidência de Campos Neto, em 1890, até o início do Governo de Getúlio, a gente viveu o período da política do café com leite no nosso País, em que o governo se revezava entre os Estados do Sudeste. Chegou a hora do Nordeste. E, agora, a gente vai conduzir muito bem os trabalhos aqui nesta Comissão e nas duas Casas Legislativas.

Mas, sobretudo, Presidente, queria agradecer e parabenizar V.Exa. e também externar a minha felicidade de ter um Relator como o Deputado Isnaldo, que é conhecido aqui como um Parlamentar que transita muito bem entre ambos os lados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Em um ambiente de polarização, ele sempre teve a facilidade muito grande de dialogar com o Governo e a Oposição. E é importante ter uma figura como o Deputado Isnaldo para conseguir construir um relatório redondo, costurar bem essas pontas e, principalmente, ouvir os setores da sociedade brasileira.

Então, fico feliz com esta Mesa, sabendo que a gente vai fazer um grande trabalho aqui. A minha relação com o Deputado Isnaldo é muito boa. Ultimamente, está um pouco em crise porque ele está atrapalhando a Lei do Mar, mas a gente vai chegar a um entendimento e vai resolver isso ainda na próxima semana. E tenho certeza de que tiraremos bons frutos dessa composição.

Eu não posso deixar de externar também, Presidente, a minha tristeza com relação ao episódio ocorrido ontem no Conselho de Ética. Refiro-me à cassação do mandato de um Deputado Federal eleito democraticamente pelo povo brasileiro. Estou falando do Deputado Glauber, que foi cassado no Conselho de Ética e vai ser julgado pelo Plenário da Câmara. Quero externar não só a minha insatisfação, mas também o meu sentimento de injustiça com um Parlamentar combativo. Tenho certeza de que o Plenário da Câmara vai reverter essa decisão do Conselho de Ética da Câmara Federal, e a gente vai fazer justiça ao companheiro Glauber Braga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado pelas palavras, Deputado Túlio.

Chamaram a atenção para o fato de que eu e o Deputado Isnaldo, além da sintonia, viemos de gravata verde — não foi nem vermelha nem amarela, foi verde. É para mostrar essa capacidade de diálogo, para poder dialogar e construir as convergências que são necessárias aqui nesta Casa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Começaram combinando cedo, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Não foi combinado, mas a sintonia já funcionou desde a largada, como diz o outro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Albuquerque. Depois, falará o Deputado José Priante.

O SR. ALBUQUERQUE (Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Sr. Presidente, Senador Efraim Filho, Deputado Isnaldo Bulhões Jr., demais Deputados presentes, Senadores, quero cumprimentar todos com um bom dia, na graça do eterno Deus, que nos dá a oportunidade de estar aqui nesta manhã. Eu quero dizer aos senhores que é uma alegria enorme poder compor hoje esta tão importante Comissão da Casa.

Quero dizer que este Deputado Albuquerque é um cearense radicado no Norte, nortista. Estou lá no Estado de Roraima, Presidente, e quero aqui levantar o braço e dizer que Roraima também precisa ser olhada com muito amor e com muito carinho, uma vez que os senhores certamente conhecem as problemáticas do nosso Estado, que está ali com grandes problemas sociais advindos da Venezuela, cuja diáspora tem afetado o nosso País. É um gargalo de natureza grave que nós temos enfrentado ao longo desses 7 anos, 8 anos.

Eu quero, Presidente, colocar-me à disposição de V.Exa. e do Relator, o Deputado Isnaldo, para juntos podermos, dentro deste ano de trabalho, encontrar alternativas para este País. Estamos visitando as nossas bases — acredito que não só eu, como todos os Deputados e Senadores —, e a pressão é uma só: "*Votem o Orçamento*". Nós precisamos fazer com que as atividades financeiras e sociais deste País andem, como se fôssemos nós o problema da sanção do Orçamento deste País. Mais uma vez, eu me coloco à disposição. Eu ouvi o discurso de V.Exa., que disse que um dia esteve do lado de cá, e hoje está como Presidente. Assim façamos nós que estamos aqui sentados nestas mesas do lado de cá. Nós estamos aqui prontos para poder ajudar V.Exa. a fazer o melhor Orçamento deste País, colocando-nos à disposição para que as políticas públicas cheguem à mesa do cidadão brasileiro, Senador. Eu me coloco à disposição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

O Estado de Roraima é carente, é um dos Estados mais pobres desta Federação, com problemas graves na educação, na segurança, em todas as áreas, por conta dessa diáspora venezuelana que afeta a nossa comunidade de Roraima.

No mais, eu me coloco à disposição e agradeço ao meu partido, o Republicanos, por nos dar a oportunidade de participar dessa nova experiência de fazer parte desta tão importante Comissão, que é a CMO, aqui nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Deputado Albuquerque. Como disse o Deputado Túlio, não há dúvida de que há uma dívida histórica a ser resgatada com o Norte e o Nordeste do Brasil. E, claro, eu acho que é missão insculpida na Constituição Federal, princípio pétreo da nossa Carta Magna, a diminuição das desigualdades regionais. Eu tenho certeza de que a sua luta, como a de todos nós, é uma luta justa para que o Brasil possa ser cada vez menos desigual. Para ser igual, vai demorar muito, mas quanto menos desigual for, estaremos dando um passo adiante.

Com a palavra o Deputado José Priante.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/MDB - PA) - Presidente Efraim, em breves considerações aqui, eu tento expressar o sentimento da nossa bancada do MDB na Câmara. É uma alegria participar deste momento em que V.Exa. assume a Presidência deste colegiado, e, ao mesmo tempo, o nosso comandante do MDB, o Líder Isnaldo, assume a Relatoria-Geral do Orçamento. Essas responsabilidades que V.Exas. assumiram talvez sejam as mais importantes de todas as atividades do Congresso Nacional. Afinal de contas, o Parlamento existe na sua essência para a elaboração do Orçamento. Essa é a principal lei que pode tramitar nesta Casa.

Outras propostas que tramitam aqui trazem até mais emoções, mas a lei do Orçamento, seguramente, na essência da constituição da atividade parlamentar, é a principal lei que tramita no Parlamento brasileiro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

Eu quero dar o testemunho aqui, Senador Efraim, de quatro mandatos em que tive a oportunidade de tê-lo como colega na Câmara dos Deputados. Quero registrar o quanto V.Exa. foi se construindo na democracia da Câmara, nos corredores desta Casa, conhecendo cada passo da realidade, da vida, da atmosfera da Câmara dos Deputados. Portanto, V.Exa. tem toda a capacidade política — hoje, como Senador, liderando sua bancada no Senado — de conduzir esta Comissão, especialmente num momento em que se discute o protagonismo do Congresso Nacional no Orçamento brasileiro. É uma discussão que está entre os Poderes da Nação e está entre as instituições deste País. Qual é o tamanho desse papel, qual é a responsabilidade, qual é o protagonismo do Congresso Nacional na aplicação do Orçamento brasileiro? Portanto, na medida em que a V.Exa. assume, renova-se a esperança, a expectativa de vermos uma condução que, cada vez mais, possa fortalecer o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, sinto um misto de orgulho e alegria de ver o nosso Líder Isnaldo Bulhões Jr. assumir a Relatoria-Geral do Orçamento, que não é uma atividade para amador, é uma atividade para quem já tem um longo curso na história política. E ele, com certeza, se constituiu, graças ao seu talento político, em mais do que um Líder da nossa bancada, mas uma referência em todo o Congresso Nacional. Eu diria que o Deputado Isnaldo, hoje, pode ser considerado Líder de Líderes nesta Casa pela capacidade de formular, de agregar e de escutar as diversas forças políticas do Congresso.

Então, eu fico profundamente renovado de vê-lo junto à nossa bancada do MDB, Deputado Isnaldo. Tenho certeza de que estamos diante de um momento muito especial, muito rico para a construção de uma lei orçamentária que possa atender não só aos grotões do Nordeste, mas à Amazônia, a todo o Brasil, enfim, que possa ser uma referência para a economia, para os setores vitais da economia brasileira, atendendo aos Poderes — evidentemente, dentro do espectro harmonioso —, e que possa resgatar, sim, seu papel verdadeiro, que não é uma função de Governo, é mais do que uma função governamental do Parlamento. É





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

uma função de Estado relatar o Orçamento brasileiro. Esse papel estará inserido no portfólio, na biografia do Senador Efraim e de V.Exa., Deputado Isnaldo, como uma das missões mais desafiadoras e mais importantes, com certeza, da trajetória política desses dois nordestinos.

Parabéns a todos e sucesso na caminhada!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado pelas palavras dirigidas tanto a mim quando ao Relator, Deputado Priante.

O último inscrito é o Deputado Acácio Favacho, também companheiro de outrora.

O SR. ACÁCIO FAVACHO (Bloco/MDB - AP) - Presidente Efraim, primeiro quero parabenizá-lo, como todos já fizeram aqui, pela sua eleição. A partir de agora, não só é Líder, mas Presidente da CMO.

Na mesma esteira, quero parabenizar o meu Líder, do Movimento Democrático Brasileiro, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. Este é um ano atípico aqui dentro desta Comissão, e eu queria, da mesma maneira, parabenizar o Colégio de Líderes e os blocos partidários pela indicação de dois Parlamentares experimentados, dois Parlamentares experientes.

Eu tive a oportunidade, na legislatura passada, de legislar ao lado do Deputado Efraim, agora Senador. Passamos momentos difíceis, na legislatura passada, com este Congresso Nacional muitas das vezes funcionando de forma remota. Eu tive a oportunidade, junto com o Deputado Isnaldo e com V.Exa., Presidente, de construir inclusive um modelo híbrido que hoje foi instaurado aqui na Comissão. A gente construiu esse modelo, naquele momento, com muitos dias e noites incansáveis, para que o Poder Legislativo pudesse voltar a funcionar.

Eu queria fazer essa referência a V.Exas. porque vai ser um ano desafiador. Nós já estamos aqui no quarto mês deste ano. Geralmente, nós instalamos a CMO logo após o início dos trabalhos da Casa, a partir de fevereiro. Estamos no quarto mês deste ano, e não temos dúvida nenhuma de que esta Comissão não vai ter





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

pausa técnica para recesso parlamentar. Os trabalhos vão começar a partir de agora e vão até o dia 31.

É muito importante escutar de V.Exa. e do Deputado Isnaldo aqui que nós vamos concluir, se Deus quiser, esse Orçamento ainda em 2025.

V.Exas., Deputado Isnaldo e Senador Efraim, vêm de Estados nordestinos, e eu venho do povo do Norte. A gente sabe que mais de 3 mil Municípios muitas vezes dependem de contraparte de ISS, de ICMS, de programas do Governo Federal, que muitas das vezes, pelo atraso da peça orçamentária, prejudicam lá na ponta aquele Município e a vida dos cidadãos, daqueles que mais precisam, que só têm, muitas vezes, a política como forma de mudar a sua realidade, a sua vida e a do seu próximo.

Então, nesta oportunidade, sendo a última pessoa a falar, eu só peço a Deus, neste momento, que dê a cada um de vocês muita sabedoria, muita serenidade e muito equilíbrio para conduzirem as decisões deste colegiado. Que nós possamos, acima de tudo, esquecer as nossas ideologias partidárias e as cores partidárias e que possamos aqui elaborar uma peça orçamentária não do Parlamento, mas do povo brasileiro, de todos. E também que possamos organizar — e este é um ano importante, porque antecede as eleições nacionais — uma peça orçamentária que possa ser construída por várias mãos, para todos e por todos.

Esse é o desejo que tenho no dia de hoje para cada um de vocês. E que possamos, o mais rapidamente, começar o trabalho desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço, Deputado Acácio, as palavras.

Concluindo aqui a nossa participação, agradeço a todos os que estiveram presentes, ao nosso suplente de Senador, Erik Marinho, e aos amigos Zenildo, Arlindo e José Vítor, que vieram aqui nos prestigiar.

Quero dizer, Deputado Isnaldo — e V.Exa. citou a questão das gerações —, que trago aqui os princípios que aprendi com o meu pai, Efraim Moraes, também





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião de Instalação e Eleição)

10/04/2025

reconhecido aqui nesta Casa. Como eu disse, ele chegou a presidir a Câmara dos Deputados, foi 1º Secretário do Senado Federal e tem uma longa história dedicada ao Parlamento. Ao lado dele, da minha mãe, Ângela, trago valores, trago educação, trago princípios, características e habilidades natas de um grande articulador que foi ele. E, hoje, a gente leva adiante essa missão.

Quero saudar, em nome deles, todos vocês que nos acompanharam até o momento.

Por fim, passo aos encaminhamentos finais de diretrizes gerais.

Conforme o Ato nº 1, de 2023, da Comissão Diretora do Senado Federal, esta Comissão se reunirá de forma semipresencial.

Os *links* das reuniões serão disponibilizados no aplicativo Infoleg. No mesmo aplicativo, os Senadores e Deputados deverão entrar na reunião virtual, registrar a presença e, quando houver deliberação, o voto.

Informo que, inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, até que haja acordo eventual com o novo colegiado de representantes de Lideranças da Comissão.

Neste sentido, já demando e solicito a indicação, por parte dos respectivos Líderes partidários, dos Parlamentares que integrarão o colegiado de representantes das lideranças partidárias com assento nesta Comissão.

Estipulo o prazo até o dia 15 de abril para o envio dessas indicações, para que a gente possa, na semana subsequente, iniciar também a reunião do Colégio de Líderes da CMO.

Nada mais havendo a tratar, agradeço aos senhores e às senhoras a atenção e declaro encerrada esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27
DE MAIO DE 2025.**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares**: Acácio Favacho, Albuquerque, Aliel Machado, Aluisio Mendes, Bohn Gass, Capitão Augusto, Carlos Henrique Gaguim, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, João Cury, João Leão, Júlio Cesar, Junio Amaral, Junior Lourenço, Luiz Carlos Busato, Marcos Tavares, Ricardo Ayres, Rosângela Reis, Rubens Pereira Júnior, Túlio Gadêlha e Weliton Prado; **Senadores Titulares**: Beto Faro, Carlos Viana, Efraim Filho, Wellington Fagundes e Wilder Moraes; **Deputados Suplentes**: Alencar Santana, Bebeto, Delegado Marcelo Freitas, Emanuel Pinheiro Neto, Felipe Francischini, Franciane Bayer, Gervásio Maia, Jorge Solla, Joseildo Ramos, Marcon, Nely Aquino, Raimundo Santos, Rogéria Santos, Sidney Leite, Soraya Santos, Talíria Petrone, Tião Medeiros e Wilson Santiago; **Senadores Suplentes**: Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra e Randolfe Rodrigues. Registrou-se a ausência dos membros titulares: **Deputados**: Carlos Zarattini, Castro Neto, Diego Coronel, Felipe Carreras, Isnaldo Bulhões, João Carlos Bacelar, José Nelto, Julio Lopes, Romero Rodrigues e Vicentinho Júnior e **Senadores**: Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso e Weverton. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: **Deputados**: Antônia Lúcia, Giacobbo e Reginaldo Lopes; e **Senadores**: Danilo Forte e Lucas Ramos. **ABERTURA**: às quinze horas e um minuto, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, senador Efraim Filho, iniciou os trabalhos e comunicou que já havia quórum para deliberação, conforme o *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. **EXPEDIENTES**: O Presidente solicitou ao Plenário que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 20 de março de 2025 até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. Não houve manifestação em contrário a respeito das informações passadas sobre os expedientes. A seguir, solicitou ao Plenário a dispensa da leitura das Atas referentes às seguintes reuniões: 2ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada nos dias 11 e 20 de março, e 4ª Reunião de Instalação e Eleição da Mesa, realizada no dia 10 de abril. Não houve pedidos de retificação das Atas. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na sequência, foi comunicado o recebimento da indicação para Segunda Vice-Presidência. Foi informado que na reunião de Instalação e Eleição da Mesa da CMO para 2024, realizada no dia 10 de abril, foi aprovada por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional, a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação. Sendo assim, de acordo com o Ofício nº. 034/2025/BLRESDEM, de 27 de maio de



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

2025, da Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, senadora ELIZIANE GAMA, foi declarada eleita e empossada a própria Senadora como Segunda Vice-Presidente da Comissão. Em seguida, passou-se à **ORDEM DO DIA:**

Item 1– Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1282/2024** – do Poder Executivo - que " abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6.500.000.000,00, (seis bilhões e meio de reais) para o fim que especifica". RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO. VOTO: pela aprovação da MPV nº 1.282/2024, na forma apresentada pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. A matéria foi colocada em discussão, porém não houve quem quisesse discuti-la. Aprovada a Medida Provisória. A matéria vai à Câmara dos Deputados, e, posteriormente ao Senado Federal.

Item 2– Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1283/2024** – do Poder Executivo - que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 168.268.040,00, (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quarenta reais) para os fins que especifica". RELATOR: Senador ESPERIDIÃO AMIN. VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas à Medida Provisória. A matéria foi colocada em discussão e fez uso da palavra o Deputado João Leão. Em deliberação, foi aprovada a Medida Provisória. A matéria vai à Câmara dos Deputados, e, posteriormente ao Senado Federal.

Item 3 - Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1284/2024** – do Poder Executivo - que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, (trezentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte reais) para os fins que especifica". RELATOR: Deputado BOHN GASS. VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, foi INADMITIDA a de nº 1 e REJEITADA a de nº 2. O relatório foi lido pelo relator. Não houve quem quisesse discutir a matéria e foi encerrada a discussão. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitida a emenda nº 1, indicada pelo Relator no seu voto. Em votação, a Medida Provisória foi **APROVADA** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A matéria vai à Câmara dos Deputados, e, posteriormente ao Senado Federal.

Item 4 - Apreciação do **Requerimento 3/2025 CMO** - que "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a execução dos recursos públicos do exercício de 2025 e a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026 (PLOA 2026)". AUTOR: Senador WELLINGTON FAGUNDES. O autor fez a justificativa do requerimento. A discussão foi iniciada, porém nenhum parlamentar se manifestou. Encerrada a discussão. Em votação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Item 5 - Apreciação do **Requerimento 4/2025 CMO** - que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº1.087, de 2025 e as perspectivas de tributação dos Super Ricos no Brasil". AUTORA: Deputada TALÍRIA PETRONE. A autora fez a justificativa de seu Requerimento. O Deputado Túlio Gadelha e o Deputado Gervásio Maia subscreveram o requerimento. Discutiram a matéria:



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Deputado Junio Amaral, Deputado Giacobbo, Deputado Tulio Gadelha, Senador Izalci Lucas, Senador Wilder Moraes, Deputado Rubens Pereira Júnior, Deputado Gervásio Maia e Deputado João Leão. A autora, Talíria Petrone, fez uso da palavra ao final da discussão. Encerrada a discussão, em votação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional, com voto contrário registrado do Deputado Junio Amaral, do Senador Wilder Moraes e do Senador Izalci Lucas. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senador Efraim Filho, agradeceu a todos os parlamentares e encerrou os trabalhos, às quinze horas e quarenta e três minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Efraim Filho, Presidente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Há quórum regimental para abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes aqui no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da CMO, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação das matérias constantes da pauta.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Presidente, para que eu possa registrar a presença, eu tenho que tomar estes segundos da sua atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - V.Exa. tem a nossa atenção.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 20 de março até a presente data, inclusive avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste, faremos a designação a tempo.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das Atas da 2ª Reunião Deliberativa Extraordinária e da 4ª Reunião de Instalação e Eleição da Mesa. Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo, as atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico aos senhores membros da Comissão, sobre a indicação para a 1ª Vice-Presidência, a 2ª Vice-Presidência e a 3ª Vice-Presidência, que apenas a indicação da 2ª





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

Vice-Presidência chegou a esta Comissão: o Ofício nº 34, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, a quem cabe a indicação da vaga, indicando a Senadora Eliziane Gama para a 2ª Vice-Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Informo que no dia 10 de abril foi aprovada por unanimidade nesta Comissão a proposta de eleição dos membros da Mesa por aclamação.

Isso posto, aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleita e empossada a Senadora Eliziane Gama como 2ª Vice-Presidente da Comissão, a quem eu convidaria para compor a Mesa, caso a Senadora estivesse presente. Ela está em outra Comissão. Quando chegar aqui, formalizaremos a sua posse como 2ª Vice-Presidente.

Volto a dizer que a indicação para a 1ª Vice-Presidência e para a 3ª Vice-Presidência cabe à Câmara dos Deputados. Nós estamos aguardando a deliberação do Líder do bloco da Câmara sobre essas indicações.

Vamos à pauta.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.282, de 2024, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6,5 bilhões, para o fim que especifica — o atendimento, especialmente, das consequências do desastre natural que ocorreu no Rio Grande do Sul. O Relator é o Deputado Luiz Carlos Busato, e o voto é pela aprovação da medida provisória na forma apresentada pelo Poder Executivo. Não foram sequer apresentadas emendas à medida provisória.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Busato, a quem peço que, se puder, vá direto ao voto. Esta Presidência agradece.

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/UNIÃO - RS) - Pois não, Presidente.

Quero apenas antes ressaltar que se trata de R\$ 6,5 bilhões de reais para atendimento daqueles eventos climáticos de 2024 que abalaram o Rio Grande do Sul inteiro.

O nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 1.282, de 2024, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

Este é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, meu caro Relator. Todos nós, de todos os Estados, ficamos muito solidários com o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Por isso mesmo, eu fiz questão de indicar três Relatores que tivessem identidade com o Estado. Dois deles são Deputados do Rio Grande do Sul — V.Exa. é o Relator desta primeira medida provisória, e o Relator da terceira será o Deputado Bohn Gass. Como o Rio Grande do Sul não tem Senador compondo esta Comissão, por afinidade e aproximação, o Relator da segunda medida será o Senador Esperidião Amin, por quem eu tenho certeza de que o Rio Grande do Sul se sente bem representado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a medida provisória.

A matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Parabéns ao Relator, o Deputado Luiz Carlos Busato, pela aprovação da matéria.

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (Bloco/UNIÃO - RS) - Muito nos orgulha ter o Senador Esperidião Amin como nosso Relator. Ele é vizinho nosso, de Santa Catarina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - É Relator exatamente do item que será apreciado agora.

Item 2. Medida Provisória nº 1.283, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$168.268.040,00, para os fins que especifica. O Relator é o Senador Esperidião Amin, e o voto é pela aprovação da medida provisória na forma proposta pelo Poder Executivo. Não foram sequer apresentadas emendas à medida provisória.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do seu relatório, especialmente do voto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade.

Fiz parte da Comissão do Senado que acompanhou as trágicas consequências da chuarada do começo de maio do ano passado. Estive lá. A Comissão foi presidida pelo nosso Senador Paulo Paim, teve como Vice-Presidente o Senador Luis Carlos Heinze e como o Relator o Senador Hamilton Mourão. Eu me sinto muito à vontade para ajudar a resgatar essa carência que vitima os mais humildes do Rio Grande do Sul.

Como o Deputado Bohn Gass e o Deputado Luiz Carlos Busato pediram a minha certidão de nascimento, desafiaram a minha boa convivência com o ambiente do Rio Grande do Sul, eu escolhi uma estrofe da Payada, do Jayme Caetano Braun, para oferecer como identidade, Senador Wilder Moraes.

*E assim, crescendo ao relento, criado longe do pai
Junto ao mar doce — o Uruguai —, o rio do meu nascimento
Soldado sem regimento no quartel da imensidade
Um dia me deu vontade, deixei crescer toda a crina
E me amasiei com uma china que chamei de Liberdade!*

Isso é do Jayme Caetano Braun. Merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E estive no centenário dele, ano passado, dia 7 de dezembro, em Bossoroca, na Fazenda Santa Catarina.

Como já foi dito pelo Presidente, o projeto é altamente meritório. Ele destina recursos para antecipar prestações adicionais do BPC para os beneficiários residentes em Municípios reconhecidamente afetados pelo desastre ambiental do Rio Grande do Sul.

Dessa sorte, atendidos todos os aspectos legais e formais, o voto é favorável, ou seja, é pela aprovação, e louva-se especialmente seu mérito e sua destinação.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - O relatório está em discussão.

O Deputado João Leão terá a palavra.

Peço vênio ao Deputado João Leão, porque o Senado Wilder Moraes havia pedido a palavra pela ordem, para registrar a presença.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Presidente, como não conseguimos registrar a impressão digital, pedimos a palavra para registrar a nossa presença aqui.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu usei o mesmo truque. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Senador Esperidião Amin, a origem desses recursos é aquele fundo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Qual fundo?

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Foi criado um fundo de 56 bilhões de reais. Qual é a origem? É preciso saber de onde é que se tira o recurso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Perfeitamente.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - O senhor não tirou nada da Bahia, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Não. Eu jamais faria isso, porque eu tenho uma afilhada em Oliveira dos Brejinhos, que o senhor só visitou uma vez, a pedido do ACM. *(Risos.)*

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Olhe, eu sei que V.Exa. é catarinense e tem o coração gaúcho. Só lhe falta ir embora para a Bahia. Eu estou lá, esperando de braços abertos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Retribuindo a sua presença quadrimestral em Brusque, Guabiruba e Botuverá — é bom que todos os baianos saibam que o senhor visita seus eleitores, supõe-se —, eu quero lhe dizer que tive o privilégio de ter uma afilhada em Oliveira dos Brejinhos, cidade histórica da Bahia, que deu ao ACM a possibilidade de não ficar suplente de Deputado em 1954.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - O senhor é um ingrato, porque o senhor tem uma afilhada também no Município de Barra, lá na Bahia, que V.Exa. batizou com o Frei Luiz. Eu me lembro disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Em Barra eu conheci o Bispo Cappio, o homem da greve de fome, que tinha saído de Lages.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Senador Esperidião Amin, para valorizar essa conversa, quero dizer que a minha mãe nasceu em Oliveira dos Brejinhos, então está tudo resolvido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Está tudo certo, tudo em casa. *(Risos.)*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu só tive receio quando o Deputado João Leão disse que o senhor tinha uma... Ainda bem que era afilhada. Quase se complica a vida do nosso Senador Esperidião Amin. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - A diocese de Oliveira dos Brejinhos...

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Olha, meu Presidente, eu não quis dizer o que ele tem aí pelo Brasil inteiro, não só na Barra, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Oliveira dos Brejinhos é um Município da diocese de Barra. Barra é a sede da diocese onde o Bispo Cappio, oriundo de Lages, ganhou grande fama.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Aqueles que aprovam o relatório na representação da Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que o aprovam na representação do Senado Federal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A medida provisória segue para a Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.284, de 2024, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e também de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, para os fins que especifica. Como dissemos, prestigiamos nesta matéria a identidade com o Rio Grande do Sul, daí a escolha do Deputado Bohn Gass para Relator. O voto é pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às duas emendas apresentadas, foi inadmitida a Emenda nº 1 e rejeitada a Emenda nº 2.

Com a palavra o Relator, o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, nosso Presidente Senador Efraim Filho.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

É uma satisfação, sim, poder relatar a matéria, obviamente com a grande responsabilidade de todos nós, Deputados e Senadores que aprovamos as medidas provisórias do Governo do Presidente Lula de envio de recursos para enfrentar, através dos Ministérios, as dificuldades causadas pelas grandes enchentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Os recursos foram para Operações Oficiais de Crédito do Incra-MDA; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ministério das Cidades, principalmente para a área do transporte urbano da Trensurb; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para o Fundo Nacional de Assistência Social. Já foram empenhados 83,4% dos recursos aqui anunciados.

Para podermos dar continuidade à utilização integral desses recursos, na forma como estabelece a medida provisória, é fundamental que aprovemos aqui na Comissão Mista de Orçamento, depois nas duas Casas, a Medida Provisória nº 1.284, de 2024.

Presidente, eu vou direto à conclusão do voto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - V.Exa. pode ir direto ao voto, Relator.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Presidente.

"Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 1.284, de 2024, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.

Quanto às emendas apresentadas, votamos pela inadmissibilidade da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.284, de 2024, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das sessões da Comissão Mista de Orçamento."

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - O relatório está em discussão e está aberta a fase de apresentação de destaques. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a Emenda nº 1, indicada pelo Relator no seu voto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a medida provisória. A matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Item 4. Apreciação do Requerimento nº 3, de 2025, CMO, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública com o objetivo de debater a execução dos recursos públicos do exercício de 2025 e a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026 (PLOA 2026).

Tem a palavra o autor do requerimento, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o objetivo deste requerimento é exatamente dar a entidades como a Confederação Nacional dos Municípios, através das suas representações nos Estados, que representam o municipalismo, e ao Executivo a oportunidade de discutir o Orçamento e, é claro, de dar mais clareza ao que foi executado. Isso pode inclusive nos permitir melhorar a construção do Orçamento deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - O requerimento está em discussão.

Há quem deseje discuti-lo? *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É interessante, Senador Wellington Fagundes, que este requerimento dialoga com toda uma discussão que está acontecendo no momento sobre execução orçamentária e inclusive sobre finalidade do Orçamento. O Orçamento deixou de ser uma peça meramente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

técnica, e que às vezes caminhava à margem da discussão da agenda legislativa e política da Casa, e hoje é pauta da agenda do Brasil e da agenda política do Brasil — digo "Política" com P maiúsculo. Equilíbrio fiscal, responsabilidade fiscal, macroeconomia, perseguição de meta de inflação, aumento de juros ou não, Selic são temas que saíram da seara meramente técnico-orçamentária e passaram a dialogar com a agenda política do País.

Está aprovado o requerimento.

Item 5. Apreciação do Requerimento nº 4, de 2025 CMO, que requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, e as perspectivas de tributação dos super-ricos no Brasil, de autoria da Deputada Talíria Petrone.

Tem a palavra a autora do requerimento.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Boa tarde, colegas Congressistas.

Senador, este requerimento trata talvez do projeto de lei mais importante que o Governo enviou para esta Casa. Ele propõe uma alteração profunda no regime de tributação do País que vai beneficiar 10 milhões de pessoas que ganham até 5 mil reais e, ao mesmo tempo, taxar em especial os lucros e dividendos. Isso tem um impacto importante no Orçamento brasileiro, mas, além disso, tem grande impacto para a população em geral e dá um passo importante na direção da justiça tributária.

Acho importante que esta Comissão também se debruce sobre esse projeto, que tramita agora na Câmara Federal.

Obrigada, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço à autora do requerimento.

Em discussão o requerimento.

O Deputado Junio Amaral, do PL de Minas Gerais, pede a palavra.

O SR. JUNIO AMARAL (Bloco/PL - MG) - Boa tarde aos Parlamentares.

Com a licença do nosso Líder Giacobbo, quero manifestar, Presidente, a nossa discordância desta proposição, tanto na forma como no conteúdo. Na forma porque já existe uma Comissão tratando do assunto, que acho que seria uma carga impertinente para esta Comissão de Orçamento, mesmo que se trate de uma "simples" — entre aspas — audiência pública. E no conteúdo porque se demoniza quem mais investe e gera emprego no País.

Então, acho impertinente tratar desse tema aqui, e até mesmo a nomenclatura está inadequada, porque se trata de pessoas que investem e que geram emprego, e não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

podemos inviabilizar ainda mais a produção e a geração de riqueza, que atinge o indivíduo de baixa renda, que é o empregado e é, neste caso, também o beneficiário.

Manifesto, portanto, a minha posição contrária ao tema e sugiro aos colegas que pensem acerca da matéria, que não é a mais adequada para tratarmos aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Tem a palavra o Deputado Giacobbo, para discutir a matéria.

A autora pede a palavra. No final, retornaremos para a autora a palavra.

O SR. GIACOBBO (Bloco/PL - PR) - Presidente Senador Efraim Filho, demais membros da Comissão, colegas, como Líder da Minoria e coordenador da bancada do PL, quero concordar com o nosso Deputado que nos antecedeu, mas, em respeito à Deputada, nós não vamos pedir verificação de quórum. Mas quero deixar registrado que a bancada do PL é contra e, simbolicamente, vota contra este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço ao Líder a forma de marcar posição, que não tumultua os trabalhos da Comissão. Agradeço o gesto.

Temos ainda as inscrições do Deputado Túlio Gadêlha, do Senador Izalci Lucas e do Senador Wilder Moraes.

O Deputado Túlio Gadêlha tem a palavra.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu fico feliz de termos construído acordo para que um projeto tão importante, um requerimento tão importante como este seja debatido.

Eu fico preocupado com alguns membros da Comissão que não pretendem sequer debater uma matéria através de audiência pública. Quantas vezes a gente viu Parlamentares destas Casas votando contra audiências públicas? Nas audiências a gente vai ouvir especialistas, economistas, para entender um projeto que tramita nas Casas Legislativas e que tem um grande impacto no Orçamento.

Então, Presidente, sendo bem franco, eu fico feliz em saber que vamos aprovar um requerimento importante como este, mas eu me preocupo com a posição de colegas que votam contra algo que não oferece nenhum risco a estas Casas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço ao Deputado.

Tem a palavra o Senador Izalci Lucas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, é evidente que a CMO tem muitos assuntos a serem debatidos aqui. E acho que a gente tem que enfrentar o corte de despesas, e não o aumento de tributação, porque ninguém aguenta mais pagar tanto imposto. Eu, como contador, me lembro muito bem de quando criaram a isenção de imposto sobre dividendos. Houve um aumento significativo na alíquota das pessoas jurídicas.

Agora, eu participei de uma reunião, e deverão acontecer muitas outras, com o Deputado Arthur Lira, que é o Relator dessa matéria e está fazendo, realmente, um debate sobre isso.

Eu acho que a gente poderia discutir a matéria nesta Comissão. Aqui a gente tem muitos requerimentos que eu espero que sejam aprovados, principalmente nas áreas de educação, ciência e tecnologia. Sobre esse Orçamento nosso, a previsão... Inclusive, recebemos agora o relatório do IFI, segundo o qual — e V.Exa. disse isto hoje, na reunião de Líderes também — nos próximos 2 ou 3 anos as despesas discricionárias serão zeradas. Então, acho que a gente tem outros requerimentos mais importantes do que este.

Então, aqui na Liderança do PL do Senado, eu também votaria contra, mas, como o meu Líder disse, nós não vamos dificultar a situação aqui na Comissão.

Mas quero registrar também o meu voto contrário a essa discussão na CMO, porque nós temos muitos assuntos mais importantes do que este, que já está tramitando na Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Senador Izalci.

Tem a palavra o Senador Wilder Moraes. *(Pausa.)*

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Sr. Presidente, peço apenas para subscrever o requerimento, se for possível.

O SR. WILDER MORAIS (PL - GO) - Sr. Presidente, eu também queria fazer uma colocação, uma manifestação contrária não à audiência pública, mas, sim, ao tema, porque a cada dia que passa... Nós temos aí, nesta semana, mais uma discussão sobre o IOF, e as pessoas não entendem que o setor produtivo não aguenta mais pagar imposto.

Como disse meu colega Senador Izalci, em vez de fazermos uma reforma administrativa para diminuir os gastos, para deixar tanta despesa que tem feito o Governo hoje... Eu acho que, por este motivo agora, se nós pegarmos o setor automotivo, que gera emprego e renda... Se o objetivo for aumentar cada vez mais o número de necessitados no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

Brasil, onde não há emprego, eu acho que o caminho está certo, é discutir esse imposto sobre a distribuição de dividendos das empresas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Temos dois inscritos ainda, pela ordem: o Deputado Rubens Pereira Júnior e o Deputado Gervásio Maia. Temos o Deputado João Leão também, na sequência.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA) - Sr. Presidente, com esse assunto estou bastante familiarizado, porque sou o Presidente da Comissão Especial que trata do Projeto de Lei nº 1.087. E eu garanto a V.Exa., Presidente, que uma audiência pública na CMO não atrapalha em absolutamente nada os trabalhos da Comissão Especial. Pelo contrário, ajuda. Quanto mais debate no Congresso Nacional, melhor será o resultado final. Então, a meu ver, repito, não há nada que prejudique a existência de uma Comissão Especial para tratar desse tema. E é um projeto que, de alguma forma, pode ter impactos orçamentários. A visão do debate na CMO é diferente da visão do debate na Comissão Especial, até mesmo porque são diferentes os Parlamentares que delas participam, Deputados e Senadores. É tão somente uma audiência pública, apenas isso.

Eu não tenho medo de debate. Façamos o debate! Isto que nós estamos fazendo é o início do debate, inclusive. Acho que quem se comporta contrariamente ao requerimento pode avançar no entendimento de sugerir nomes para a audiência pública. Coloquemos quem pensa diferente para expressar as opiniões! Mas, quanto a fazer uma audiência pública para debater um projeto que tramita no Congresso Nacional, não vejo nenhum tipo de prejudicialidade.

A única coisa positiva de votarmos um requerimento deste é a possibilidade de mostrar quem no Congresso Nacional tem medos e calafrios quando se fala em tributar quem tem alta renda.

O SR. GIACOB (Bloco/PL - PR) - Presidente, peço a palavra pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Não. V.Exa. já fez uso da palavra. Deixe-me ouvir os Deputados que ainda não falaram. Voltarei a conceder a palavra a V.Exa. na sequência.

A autora também está aguardando para falar ao final.

Tem a palavra o Deputado Gervásio Maia. *(Pausa.)*

Primeiro quem não falou ainda, depois o repeteco.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, neste primeiro momento, quero dizer que é uma alegria para mim participar da Comissão Mista de Orçamento tendo como Presidente V.Exa., que exerce um mandato que orgulha os paraibanos. É uma alegria muito grande estar aqui ao seu lado para que a gente possa defender pautas importantes pelo Brasil.

Presidente, quero dizer que conheço a Deputada Talíria e sei que ela está querendo debater aquilo que não foi tratado na reforma tributária, que é um modelo justo, em que quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos. O nosso modelo tributário atual não é assim. Então, nada mais justo do que trazer para a realidade dos brasileiros esse debate. Que isso possa avançar, para que o Congresso Nacional entregue, num segundo momento, um modelo justo para o Brasil. O nosso modelo é um dos mais injustos do planeta Terra.

Então, peço para subscrever esse requerimento, o Requerimento nº 4, de 2025, de solicitação de audiência pública. Eu encaminho a V.Exa. essa solicitação, na certeza de que esse debate vai ser muito rico.

Se Deus quiser, o Congresso poderá, depois de tanto tempo, colocar um pouquinho a mão na consciência, e a gente poderá avançar, nesse segundo momento, trazendo para o Brasil um modelo tributário justo, que possa entregar, quem sabe, mais arrecadação, mas colocando aqueles que ganham mais para pagar um pouquinho mais e aqueles que ganham menos para pagar um pouquinho menos e ter mais qualidade de vida. Afinal, o que a gente precisa fazer e é nossa obrigação aqui no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados é defender a justiça tributária no nosso País.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado pelas palavras, Deputado Gervásio Maia. É uma honra também ter V.Exa., como membro da nossa bancada, compondo este Plenário da CMO.

Estão aceitos os pedidos de subscrição do requerimento, tanto o feito por V.Exa. quanto o feito pelo Deputado Túlio Gadêlha.

Com a palavra o Deputado João Leão.

Na sequência, não havendo novos inscritos, terão a palavra a Deputada Talíria e o Deputado Giacobbo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vejo problema nenhum no requerimento da Deputada Talíria.

Meus parabéns!

Nós vamos aprovar este requerimento, já está praticamente aprovado.

Porém, eu tenho uma preocupação muito grande, mas muito grande mesmo, que eu gostaria de levantar novamente — levantei na reunião de Líderes e gostaria de levantar aqui. Nós precisamos urgentemente começar o trabalho com a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se acontecer o que aconteceu no ano passado, a LDO não vai servir de nada. Ela vem pronta do Governo, ela vem pronta. O Congresso Nacional não tem nenhuma participação, absolutamente nenhuma, e não terá, se nós não tivermos as emendas. Sobre tudo aquilo que nós fizemos, como as adequações na LDO, nós não teremos nenhuma, nenhuma opinião a dar, porque, quando nós aprovarmos, vamos aprová-la junto com o Orçamento. Então, o Governo não terá mais tempo, e a LDO não servirá de coisa nenhuma.

Levanto essa questão nesta Comissão no intuito de que V.Exa., todos os Deputados e todos os Senadores tragamos a LDO, para começarmos a discuti-la. Se há uma coisa importante neste País, é a LDO. Eu fui à França discutir a LDO no parlamento francês, porque lá não tinha LDO. A LDO é de uma importância tremenda para o Orçamento da União!

O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito bem. Compartilho do seu entendimento, meu caro Deputado João Leão.

Esta Presidência não permitirá que se repitam o exemplo e os episódios do ano passado, porque nós entendemos que é um modelo que não funciona. Em nada agrega ter uma postergação da LDO até o final do ano, para ser votada praticamente em conjunto com o PLOA, que foi exatamente o que existiu. Então, envidaremos todos os esforços, em nome da Presidência, para que a gente consiga avançar e, se for possível, cumprir o prazo ideal — o que quase nunca ocorre, infelizmente, no Parlamento — do recesso de julho, 17 de julho. Será essa a meta a ser perseguida. Porém, queremos ter, sim, a aprovação da LDO o quanto antes.

Lendo o seu pensamento, já consultei a Consultoria da CMO sobre se ainda estamos dentro do prazo, tendo em vista que o Orçamento só foi aprovado em abril deste ano praticamente. Consultei sobre se estamos atualmente dentro do prazo para cumprir as





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

premissas regimentais para poder votar o Orçamento até o mês de julho. Estamos, sim, dentro do prazo. O que vai transcorrer, do ponto de vista de articulação política, é algo com que vamos lidar, todos nós no plenário.

Falta ainda a indicação da Câmara dos Deputados, a quem cabe, do Relator da LDO. Estamos aguardando essa confirmação. Estive com o Presidente Hugo Motta hoje. Tratamos do tema. O Senador Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Congresso, pela ausência de acordo da Câmara, está aguardando. Ele enviará a LDO à Comissão quando tiver um Relator designado por sugestão da Câmara dos Deputados. Acredito eu que até a próxima semana isso esteja solucionado. Estamos ainda dentro do prazo para poder cumprir a ação regimental.

Parabéns pela lembrança, que é muito bem acolhida!

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Orçamento, Presidente, sem LDO não tem adequações, não tem absolutamente nada. Assuntos deste requerimento nós podemos alocar no Orçamento da União. Podemos alocar. Há tantas coisas que podemos alocar no Orçamento da União através da LDO!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Concordo, e será tratado com a devida responsabilidade por esta Presidência.

Na França, V.Exa. falou em francês ou em português mesmo, que foi traduzido para os membros do Parlamento? V.Exa. é de uma sapiência, de uma cultura geral extraordinária!

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu estudei no Município de Barra, na Bahia — nós falamos agora há pouco com o Senador Esperidião Amin —, e eu tive a honra de ser pupilo do Pe. Edilson Alkimin. O Pe. Edilson era nosso professor de francês. Ele disse: "*A partir de hoje, você só fala comigo em francês*". Hoje eu não me lembro mais. V.Exa. sabe que a gente vai ficando velho, vai começando a perder a memória. Não se pratica a língua.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pelo menos os cumprimentos em francês, V.Exa. ainda lembra?

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Tranquilamente. *Parlez-vous français? Oui, monsieur.*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Está certo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

Eu acredito, inclusive, que essas palavras inspiraram o Vaticano. O Papa Leão XIV é uma homenagem, é claro, familiar a V.Exa. Sabia que desde a França tinha vindo essa inspiração.

Obrigado, Deputado João Leão, pela participação.

A autora, Deputada Talíria Petrone, pediu para fazer uso da palavra. Já se encerraram as discussões. Ela e o Deputado Giacobbo encerram as falas.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - O Deputado pediu para falar anteriormente. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Na ordem, seria ela, mas, como V.Exa. pediu, tem a palavra.

O SR. GIACOBBO (Bloco/PL - PR) - Gostaria, primeiramente, de reiterar que o PL não foge de nenhum debate. Acho que é salutar debater matérias. Agora, na CMO, temos muito trabalho. Como disse o nosso Deputado João Leão e concordou V.Exa., a peça orçamentária, nos últimos tempos, tem sido fictícia.

Temos um projeto de lei enviado pelo próprio Ministro Haddad que veio para o Congresso. Este seria um foro adequado para debater isso. Temos um projeto cujo Relator é o Deputado Arthur Lira.

Nós não vamos obstaculizar isso aqui hoje, mas eu quero pedir a autorização da autora e de V.Exa., já que nós vamos apoiar, mesmo que indiretamente, o projeto não pedindo verificação. Gostaria que tivéssemos a condição de indicar também membros para debater, se a audiência realmente tiver êxito, tiver tempo hábil de ser feita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Com a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigada, Presidente.

Sem a menor dúvida! Acho que esse debate é para ser plural e ajudar o Brasil a avançar com o melhor projeto possível. Agradeço aos colegas da Oposição por se somarem a essa audiência pública. Sem a menor dúvida, esta Comissão é uma das mais importantes do Congresso Nacional, com muitas missões a serem cumpridas. Quando nós olhamos para essa matéria que tramita na Comissão Especial, obviamente, vemos que ela tem impactos importantes para o orçamento público brasileiro, por isso, merece ser objeto de análise e discussão da CMO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

Eu ouvi atentamente os colegas. A gente está falando de 10 milhões de pessoas impactadas com um projeto que o Governo teve coragem de mandar para esta Casa, com a isenção do pagamento do Imposto de Renda de 5 mil pessoas. A gente está falando de uma compensação a partir da instituição de um modelo de tributação de rendas elevadas, em especial lucros e dividendos, colegas, de 145 mil pessoas, ou seja, 10 milhões de pessoas vão ter um impacto significativo. Isso vai ter um impacto pequeno em 145 mil pessoas que já ganham muito dinheiro num Brasil em que, a gente sabe, o sistema tributário é bastante desigual. Então acho importante o debate.

Agradeço o apoio dos colegas para avançar com a audiência pública nesta Casa. Eu tenho certeza de que essa matéria enviada pelo Governo, após a escuta diversa, plural, de especialistas, de instituições, da sociedade civil, dos próprios representantes do Ministério da Fazenda, vai fazer com que a gente aperfeiçoe esse projeto e garanta justiça tributária. Isso vai aumentar a renda das famílias e, por conseguinte, fazer a roda da economia girar, ajudando o Brasil a se desenvolver.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Deputada Talíria Petrone.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Registro o voto contrário do Deputado Giacobbo e daqueles que também se manifestaram durante o período da discussão, caso do Deputado Junio Amaral.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Também aprovado, com os votos contrários do Senador Izalci Lucas e do Senador Wilder Morais.

Eu, particularmente, acredito que o debate é bem-vindo. É possível debater. Quero apenas dizer que essa premissa também será acolhida por esta Presidência quando muitas vezes o inverso acontecer, quando outro campo político, com um tema que é delicado, evitar debater determinados temas. Teremos esse discernimento, para que a gente possa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

sempre prestigiar o bom debate nesta Comissão. Da mesma forma, saibam que esta Comissão estará sempre na defesa de temas do Parlamento.

Deputado Giacobbo, a gente está vendo que o Orçamento — e eu falei aqui — deixou de ser uma peça meramente técnico-orçamentária para estar no protagonismo da agenda política do Brasil, da agenda política do Governo e da própria discussão da sociedade, da opinião pública como um todo. Então, haveremos de ter muita responsabilidade.

O Senador Izalci Lucas falou algo com o qual, particularmente, eu compartilho: equilíbrio fiscal não se faz apenas pelo lado da receita, se faz também pelo lado da despesa. Nós temos que procurar compatibilizar qualificação do gasto público, eliminação do desperdício, redução de custos, para que a gente possa construir o equilíbrio fiscal, que é o desejo de todos, para, inclusive, permitir a aprovação, Deputada Talíria Petrone, de projetos que são importantes, sim, do ponto de vista de justiça fiscal, com responsabilidade com o contribuinte brasileiro.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Presidente, só para deixar consignado, pergunto se ficou autorizado a gente indicar membros para participar.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Da minha parte, sem o menor problema.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Sobre isso, foi boa a pergunta. Eu já tinha até pedido aqui a lembrança, antes do encerramento.

Por parte da Deputada Talíria Petrone, são cinco indicados, três nomes e dois representantes. Se a gente puder ficar com os nomes que são colocados, V.Exas. indicariam até três nomes. Cinco mais cinco seriam dez.

Há a indicação do Sergio Wulff Gobetti, economista do Ipea; do André Horta, Diretor do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda dos Estados — Comsefaz; e o pedido de presença de três representantes: um do Dieese, um do Ministério da Fazenda e outro do Inesc. V.Exa. mantém, ou podemos reduzir um pouco, para compatibilizar?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Posso fazer uma proposta, Presidente? De repente, a gente se senta e faz um combinado, sem estender muito essa lista.

Qual é o máximo que poderia ser? Seis?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião Deliberativa)

27/05/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu acho que seis é um número no limite. V.Exa. ficaria com três indicações, e o Deputado Giacobbo ficaria com três indicações. Pode ser?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Certo. Eu faço o compromisso de me sentar aqui com os colegas do PL para fecharmos essa lista. Pode ser? Eu vou me sentar com a assessoria também, para ver quais são os nomes mais importantes, quais as representações mais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Perfeito.

Vamos limitar em seis, sendo três e três.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - A Consultoria nos avisa que haverá a publicação de nota técnica sobre a LDO para subsidiar os debates. Vamos acompanhar.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Na próxima semana, acontecerá o Fórum Parlamentar do Brics. Haverá uma agenda limitada. Portanto, retornaremos aos trabalhos na semana subsequente.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2025.

Aos doze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares**: Aliel Machado, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Geraldo Resende, João Cury, João Leão, José Nelto, Julio Lopes, Junio Amaral, Junior Lourenço, Luiz Carlos Busato, Ricardo Ayres, Rosângela Reis, Vicentinho Júnior e Weliton Prado; **Senadores Titulares**: Carlos Viana, Cid Gomes, Efraim Filho e Mecias de Jesus; **Deputados Suplentes**: Bebeto, Delegado Marcelo Freitas, Emanuel Pinheiro Neto, Fausto Santos Jr., Felipe Francischini, Gervásio Maia, Luiz Carlos Mota, Miguel Lombardi, Nely Aquino, Raimundo Santos, Sidney Leite e Soraya Santos; **Senadores Suplentes**: Flavio Bolsonaro, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra e Randolfe Rodrigues. Registrou-se a ausência dos membros titulares: **Deputados**: Acácio Favacho, Albuquerque, Aluisio Mendes, Capitão Augusto, Carlos Zarattini, Castro Neto, Diego Coronel, Dilvanda Faro, Felipe Carreras, Isnaldo Bulhões Jr., João Carlos Bacelar, Júlio Cesar, Marcos Tavares, Romero Rodrigues, Rubens Pereira Júnior e Túlio Gadêlha; e **Senadores**: Ana Paula Lobato, Beto Faro, Eliziane Gama, Irajá, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Wilder Moraes. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados: Amom Mandel e Rosana Valle e Senadores: Professor Alcides e Danilo Forte.

ABERTURA: às onze horas e três minutos, havendo número regimental para a abertura da reunião, conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, senador Efraim Filho, iniciou os trabalhos.

EXPEDIENTES: O Presidente solicitou ao Plenário que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 27 de maio de 2025 até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. Não houve manifestação em contrário a respeito das



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

informações passadas sobre os expedientes. Na sequência, foi comunicado o recebimento da indicação do DEPUTADO GERVÁSIO MAIA para relatoria do PLN nº 2/2025-CN - Projeto de Lei (CN) de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por meio do ofício nº 244/2025, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro. O Presidente designou, então, o deputado supracitado como Relator da LDO/2026 e o convidou para compor a Mesa. Dando prosseguimento, o Presidente informou que, de acordo com o ofício nº. 244/2025 da Liderança do Partido Liberal, foi indicado o DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO (PL/SP) como Primeiro Vice-Presidente da Comissão. O deputado Giacobbo, Líder da Minoria, se manifestou sobre a indicação. Em seguida, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Item 1– Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1299/2025** – do Poder Executivo - que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), para o fim que especifica." RELATORA: Sen. Professora Dorinha Seabra. VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. A relatora fez a leitura do relatório. A matéria foi colocada em discussão e o deputado Giacobbo fez uso da palavra. Passou-se para o próximo item uma vez que não havia quórum para deliberação. Item 2– Apreciação do Relatório apresentado ao **PLN 1/2025-CN** – do Poder Executivo - que "Altera a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025". RELATORA: Sen. Professora Dorinha Seabra. VOTO: pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto à emenda apresentada, recebeu voto pela REJEIÇÃO. A relatora leu o relatório. Como já havia quórum para deliberação, conforme o art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional, foi colocada em votação a quebra de interstício para a votação do PLN 1/2025 e PLN 3/2025, com aprovação em ambas as Casas. A discussão do relatório e o prazo para apresentação de destaques foram abertos. O Deputado Giacobbo fez uso da palavra. Foi apresentado um destaque, de autoria do deputado Gervásio Maia, à emenda apresentada. Em deliberação, o substitutivo apresentado foi **APROVADO** em ambas as Casas, ressalvado o destaque. O autor do destaque fez sua defesa e a relatora o acatou. O parecer da relatora ao destaque foi colocado em votação e o destaque foi **APROVADO** em ambas as Casas. O deputado Giacobbo solicitou que ficasse registrado o posicionamento contrário do PL à aprovação do destaque. Por fim, o



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

substitutivo foi APROVADO, com o destaque. Em seguida, foi deliberado o relatório da **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1299/2025**, que foi **APROVADO** em ambas as Casas. A matéria vai à Câmara dos Deputados, e, posteriormente ao Senado Federal. Item 3 - Apreciação do relatório apresentado ao **PLN 3/2025-CN** – do Poder Executivo - que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.” RELATOR: Senador Cid Gomes. VOTO: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. O relator ad hoc, deputado Gervásio Maia, leu o relatório. O Presidente deu início à discussão, mas não houve quem quisesse discutir. Em votação, o relatório do PLN 3/2025-CN foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. Na sequência, em eleição por aclamação, o deputado CAPITÃO AUGUSTO (PL/SP) foi declarado eleito e empossado como Primeiro Vice-Presidente da Comissão. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da **Ata** referente à 5ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada no dia 27 de maio. Não houve pedidos de retificação da Ata. Em votação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senador Efraim Filho, agradeceu a todos os parlamentares e encerrou os trabalhos, às onze horas e cinquenta minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Efraim Filho, Presidente** XX





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Há quórum regimental para a abertura da reunião. A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para votação das matérias constantes da pauta.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 27 de maio até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Comunico aos ilustres membros da Comissão a seguinte indicação: Ofício nº 244, de 2025, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, indicando o Deputado Gervásio Maia, do PSB da Paraíba, como Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o qual, desde já, designo como Relator da LDO 2026.

Deputado Gervásio Maia, sabemos da competência, da dedicação e do compromisso de V.Exa. com as causas da agenda do Congresso Nacional, especialmente do nosso querido Estado da Paraíba. Recebo o ofício da Liderança do PSB, em concordância com o sentimento do bloco majoritário da Câmara dos Deputados, presidida pelo também paraibano e amigo Deputado Hugo Motta. Desejo a V.Exa. muito sucesso e sabedoria na condução da LDO 2026, sabendo que temos prazos exíguos, prazos apertados. Estamos concorrendo com o atraso que aconteceu no ano de 2024, mas esperamos recuperar boa parte desse tempo perdido. Contamos com a dedicação de V.Exa. para esse momento.

Deputado, aproveito para convidá-lo para compor a Mesa, na condição de Relator da LDO.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Gervásio Maia.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Sr. Presidente, Senador Efraim Filho, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores da Casa, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara, inicialmente, quero dizer da minha alegria e satisfação diante da grande responsabilidade que o Congresso nos entrega para realizar o trabalho de relatoria da nossa LDO.

Eu quero agradecer ao Presidente Hugo Motta a confiança, assim como aos demais partidos da Casa e a todos os Líderes das duas Casas. Quero agradecer ainda ao Líder do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, o Deputado Pedro Campos.

Devo dizer, Presidente, que a base do nosso trabalho — inclusive, já agendamos um encontro na segunda-feira — está na equipe técnica. Já tomei conhecimento de que temos uma equipe muito qualificada na Comissão Mista de Orçamento, Senadora Dorinha, e vamos iniciar o trabalho na segunda-feira, já com reuniões, como bem solicitou o nosso Presidente, Efraim Filho, a quem agradeço a acolhida, a receptividade. Vai ser muito bom trabalhar ao lado de V.Exa., por sua experiência, por sua dedicação ao Brasil e ao nosso Estado, visto que somos da Paraíba. Então, para mim, é uma alegria muito grande dividir as atividades na Comissão Mista de Orçamento com V.Exa. e com todos os nossos colegas, Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores.

Nós vamos prestar muita atenção aos prazos, em função dos atrasos já ocorridos de 2025 para 2026. O alicerce do nosso trabalho será, sem sombra de dúvida, o diálogo, sempre entendendo a realidade vivida no País, agora, em 2025, e nos próximos anos, passando, é claro, pelo Orçamento de 2026.

Firmo aqui o compromisso de muita dedicação, ciente, repito, Presidente Efraim, da nossa responsabilidade no momento em que nós precisamos preparar a melhor peça em relação à nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias e, logo mais, da nossa LOA, que tem como Relator um Deputado extremamente experiente, que conhece com profundidade as atividades no campo legislativo e, mais ainda,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

conhece o País como ninguém. Refiro-me ao Deputado amigo de Alagoas Isnaldo Bulhões Jr.

Então, deixo os meus agradecimentos a todos e um forte abraço ao Presidente Hugo Motta. Podem ter certeza de que a base será o diálogo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito obrigado, meu caro e estimado Deputado Federal Gervásio Maia. Em tempos alvissareiros como este, onde equilíbrio e responsabilidade fiscal são a agenda principal do Brasil, da sociedade, da própria mídia e da imprensa, que faz a cobertura dos trabalhos do Congresso Nacional, temas como LDO e os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento ganham relevância e protagonismo. Tenho certeza de que será uma missão muito honrosa, mas de trabalho árduo, e V.Exa. tem a competência para poder desenvolvê-lo.

Comunico, de igual forma, que recebemos o Ofício nº 244, de 2025, da Liderança do Partido Liberal, indicando o Deputado Capitão Augusto, do PL de São Paulo, como 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Aqui S.Exa. está representado pelo Líder do PL na CMO, o Deputado Giacobbo.

Deputado Giacobbo, comunico o recebimento do ofício. Em breve, faremos a eleição por aclamação do Deputado Capitão Augusto.

Tem a palavra o Deputado Giacobbo.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, bom dia.

Quero dizer da minha satisfação de ver a nossa Paraíba, a Paraíba de todos os brasileiros, hoje dominar esta Comissão com muita competência. Parabéns, Deputado Gervásio Maia!

Nosso Presidente é sempre muito atento e conhecedor das matérias. O Senador Efraim foi Deputado, nosso colega, sempre muito atencioso. É um orgulho saber que V.Exas. estão aí para fazer esse belíssimo trabalho.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O Deputado Capitão Augusto é uma pessoa competente e séria. Tenho certeza, Senador Efraim, de que S.Exa. vai ajudá-lo muito na condução dos nossos trabalhos. S.Exa. não pôde estar aqui hoje, pois está participando de uma agenda em São Paulo com o Governador Tarcísio de Freitas, mas tenho certeza de que, na próxima sessão, nós vamos aclamá-lo como 1º Vice-Presidente desta Comissão.

É um orgulho para nós, para o nosso partido, que possamos avançar no Orçamento e entregar para o povo brasileiro um Orçamento de fato, que traga soluções para os dias atuais. Vamos ter, se Deus quiser, uma belíssima sessão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito obrigado, Deputado Giacobbo.

Na sequência, item 1 da pauta. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.299, de 2025, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), para o fim que especifica. Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra. Voto: pela aprovação da medida provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À medida provisória não foram apresentadas emendas.

A Relatora está com a palavra para a apresentação do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Bom dia, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Toda a questão da constitucionalidade está atendida.

Sob o ponto de vista material, a justificativa legitima a necessidade dos créditos extraordinários, que é o instituto geral de urgência e relevância para a edição de medidas provisórias de qualquer natureza.

"Notadamente quanto a esses aspectos, parece razoável considerar que as informações trazidas na Exposição de Motivos nº 00019, de 2025, do Ministério do Planejamento e Orçamento, acima reproduzidas, são suficientes para comprovar o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

cumprimento dos requisitos de relevância, urgência e imprevisibilidade que justificam a abertura do crédito extraordinário.

Adequação financeira e orçamentária

A Resolução nº 1, de 2022, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MPs *'abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — LRF (...)'*.

Nesse particular, verifica-se que o crédito em apreço está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 2024), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (Lei nº 15.080, de 2024), da Lei Orçamentária Anual para 2025 (Lei nº 15.121, de 2025), da Lei nº 4.320, de 1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e do Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200, de 2023).

Cabe destacar que, embora não haja necessidade de indicação prévia da fonte de recursos no caso de crédito extraordinários, a EM 00019/2025 MPO demonstra que o crédito extraordinário em exame será viabilizado à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024 (...).

Quanto ao impacto no resultado primário, destaca-se que, por não ter utilizado a anulação de despesas primárias como fonte de recurso, o crédito em apreço pode afetar o cumprimento da meta de resultado fiscal fixada na LDO 2025.

No que diz respeito ao atendimento da Lei Complementar nº 200, de 2023, que instituiu um novo regime fiscal, em substituição ao 'Teto de Gastos' estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, destacamos que, a despeito de promover aumento no montante de despesas primárias, o presente crédito está em consonância com a citada lei complementar, porquanto as despesas autorizadas por créditos extraordinários não se incluem na base de cálculo e nos limites individualizados preconizados pelo art. 3º, § 2º, inciso II, da norma.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

Mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a presente abertura de crédito extraordinário, tendo em vista que o Brasil, de fato, tem enfrentado uma série de eventos climáticos extremos que evidenciaram os impactos crescentes da mudança do clima no País, demandando não só ações de prevenção e mitigação de desastres, mas, sobretudo, preparação, resposta e reconstrução, diante dos eventos ocorridos.

Dessa forma (...) restou comprovada a necessidade do crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

III. Voto

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 1.299, de 2025, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção.

Por fim, com relação ao mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.299, de 2025, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Saúdo a presença do Deputado João Cury, que participa conosco da reunião.

Coloco em discussão o projeto.

O Deputado Giacobbo tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. GIACOBBO (Bloco/PL - PR) - Sr. Presidente, eu quero salientar, como Líder da Minoria e coordenador da bancada do PL, que nós não vamos obstaculizar. Nós aprovaremos a matéria.

Entretanto, eu queria fazer uma pequena reflexão: mais uma vez o Congresso Nacional aprova, através de crédito extraordinário, recursos para o Governo. Isso só tem um objetivo: chegar ao fim do ano com superávit. Deveríamos fazer uma reflexão para que não nos exacerbeamos em todos os sentidos nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Perfeito, Deputado Giacobbo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

Já dei declarações, inclusive nesta semana, a respeito disso. Neste caso, é claro, há uma justificativa: são ações que têm relevância e urgência. Mas a CMO estará muito atenta quanto a cumprir com seu papel.

Sabemos que o País passa por um esforço fiscal, e essa é uma responsabilidade de todos: responsabilidade do Governo, responsabilidade do Congresso, responsabilidade do setor produtivo e da sociedade. Estaremos atentos para que esse esforço fiscal não se reverta em mais gastos. Esse esforço fiscal que o País tem de fazer deve ser no sentido de equilibrar as contas públicas, e não para viabilizar a contratação de mais gastos, que é exatamente o que se busca combater.

O equilíbrio e a responsabilidade são muito bem-vindos, mas eles não podem, não devem e não serão feitos exclusivamente pelo lado da receita, para aumentar impostos e alíquotas, e só arrecadar. É preciso olhar pelo lado da despesa para qualificar o gasto público, para eliminar o desperdício. A CMO estará atenta exatamente a todos esses projetos — PLNs e MPs — de crédito extraordinário.

O Senador Carlos Viana já está no aplicativo Zoom e registra a presença neste exato momento, conforme aparece na tela. Se o Senador Carlos Viana quiser fazer algum registro, basta pedir a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Bom dia.

Ainda estamos na reunião de Líderes do Senado. Peço a V.Exa. a gentileza de marcar a minha presença, Presidente. Eu me dirigirei à Comissão em instantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pela imagem, percebo que V.Exa. ainda está na reunião de Líderes da Mesa do Senado Federal. Eu saí daí há pouco. Inclusive, aproveito para justificar aos senhores a pequena demora no início desta reunião, porque, assim como o Senador Carlos Viana, eu lidero o União Brasil no Senado Federal, e estávamos concorrendo com a reunião de Líderes do Senado, preparando a próxima sessão do Congresso Nacional. Quero confirmar, em primeira mão, que a sessão está mantida para o dia 17 de junho, próxima terça-feira, destinada à apreciação de vetos e PLNs, assim como à leitura do pedido de criação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

da CPMI do INSS pelo Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal. Foi isso que foi deliberado na reunião de Líderes do Senado.

Enquanto aguardamos o quórum para deliberar, vamos adiantar os trabalhos.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao PLN 1/2025-CN, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025. Relatora: a competentíssima Senadora Professora Dorinha Seabra. Voto: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto à emenda apresentada, recebeu voto pela rejeição.

Informo a V.Exas. que foi encerrada a discussão do item 1 e estamos aguardando o quórum para deliberação.

A Relatora está com a palavra para fazer a apresentação do parecer.

Saúdo a presença dos Deputados Julio Lopes e Danilo Forte, que também compõem o Plenário desta Comissão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, vou direto à análise da proposição.

"II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada, projeto de lei ordinária de iniciativa privativa, versando sobre matéria do sistema constitucional orçamentário (...). O projeto de lei atende aos requisitos formais da Lei Complementar nº 95, de 1998, notadamente ao princípio insculpido no seu art. 7º, inciso II, ao limitar o objeto da proposição às alterações pertinentes e afetas à LDO 2025.

Quanto ao mérito, inicialmente cabe destacar que o Referencial de Controle de Benefícios Tributários, publicado pelo Tribunal de Contas da União, informa que, desde 2012, as LDOs estabelecem que a concessão ou a ampliação de incentivo tributário tenha vigência de, no máximo, 5 anos. Além do prazo de concessão, outras boas práticas para a gestão e a governança de gastos tributários incluem: i) a definição de responsabilidades dos órgãos competentes pelas políticas públicas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

associadas aos gastos tributários; ii) a mensuração do impacto orçamentário e financeiro; iii) a definição de critérios de elegibilidade dos beneficiários; iv) avaliações *ex ante* e *ex post* dos benefícios; e v) transparência e publicização das estimativas de impacto, monitoramento e avaliação periódicas. Algumas dessas boas práticas são contempladas no art. 139 da LDO de 2025, o qual exige, desde a apreciação da proposição legislativa referente ao benefício tributário, à fixação do prazo máximo do incentivo, a indicação dos seus objetivos e metas, até a definição do responsável pela avaliação dos resultados.

Contudo, é necessário reconhecer que a efetividade do prazo máximo de 5 anos previsto no art. 139 da LDO 2025 é reduzida diante da existência de renúncias tributárias com prazo indeterminado. No demonstrativo de gastos tributários apresentado no PLOA 2025, por exemplo, consta uma tabela com 172 benefícios vigentes no ano de 2025 em diante, dos quais 112 têm prazo indeterminado.

Nesse contexto, a EM 00009/2025 MPO destaca que a alteração na LDO 2025 é uma medida necessária para que o Poder Executivo proponha a redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas — IRPF sem a limitação temporal de 5 anos prevista na LDO 2025. A presente análise do PLN 1/2025 não implica, portanto, discussão sobre o mérito da proposta do Poder Executivo para a redução do IRPF, a qual foi submetida ao Congresso Nacional por intermédio do PL 1.087/2025.

A proposta de alteração do art. 139 da LDO 2025 traz segurança jurídica ao contribuinte, pois garante a confiabilidade e a previsibilidade de que a eventual alteração na legislação do IRPF, seja qual for o desfecho da proposição no Parlamento, não será obrigatoriamente rediscutida a cada 5 anos. Logo, em que pese a importância do referido dispositivo da LDO para a gestão e a governança de gastos tributários, somos favoráveis à criação de nova exceção para que a proposição do Poder Executivo para a redução do IRPF seja submetida com prazo indeterminado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

A presente proposição também representa uma oportunidade para adequar a LDO 2025 (...)."

Sr. Presidente, há barulho demais no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu quero pedir à assessoria, aos servidores, enfim, a todos os presentes que mantenham o silêncio necessário para que a Senadora Dorinha possa proferir o parecer.

Agradeço a todos a gentileza e a atenção.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Obrigada, Sr. Presidente.

"A presente proposição também representa uma oportunidade para adequar a LDO 2025 às alterações promovidas pela Lei Complementar nº 2015, de 21 de março de 2025, a qual permitiu a revalidação de Restos a Pagar cancelados em dezembro de 2024. Inobstante a revalidação dos Restos a Pagar, há casos em que essas dotações atendem a convênios ou outros instrumentos congêneres com condições suspensivas, cujo prazo para cumprimento poderá expirar ainda que exista amparo orçamentário para a despesa nos Restos a Pagar. Assim, propomos a inclusão de parágrafo ao art. 92 da LDO 2025, a fim de prorrogar o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas até setembro de 2026, de modo que os Restos a Pagar possam ser executados de acordo com os objetivos da referida lei complementar.

Ademais, o substitutivo ora apresentado por esta Relatoria busca contemplar na LDO 2025 dispositivos que constavam no autógrafo e repetiam o conteúdo de LDOs anteriores, mas que foram objetos do Veto nº 47, de 2024 — ainda não apreciado pelo Congresso Nacional.

Dessa forma, o § 6º do art. 92 fixa em 36 meses o prazo mínimo de cumprimento das cláusulas suspensivas nos instrumentos de transferência a que se refere o *caput* do artigo. Ressalta-se que dispositivo com conteúdo semelhante constou na LDO 2024 (Lei nº 14.791, de 2023) em razão de deliberação do Congresso Nacional que rejeitou veto do Poder Executivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O § 7º do art. 92, por sua vez, dispensa a adimplência de Municípios com até 65 mil habitantes para a emissão de nota de empenho, transferência de recursos e assinatura dos instrumentos previstos no *caput* do dispositivo, bem como afasta essa exigência para a doação de bens, materiais e insumos. Trata-se de flexibilização para Municípios menores que constou em LDOs pretéritas.

Foi apresentada uma emenda ao projeto.

A Emenda nº 1 pretende contemplar no art. 118 da LDO 2025 a autorização para despesas com pessoal em razão de alteração no número total de Deputados Federais. A justificativa ressalta que a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, que fixa o número de Parlamentares daquela Casa em 531, uma ampliação de 18 vagas.

Em que pese o mérito da emenda, entende-se que seu objetivo é atendido pelo inciso IV do art. 118 da LDO 2025 (...)."

Trata-se de emenda proposta que, por adequação, eu não acolhi no texto.

"III. Voto do Relator

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do PLN 1/2025, na forma do substitutivo."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Em discussão a proposta.

Solicitaria ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Mecias de Jesus que fizessem o registro *on-line* da presença, para que pudéssemos avançar no quórum.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, o substitutivo, na verdade, dá corpo a tudo que eu já li. Ele está disponível. Por isso, não acho necessário fazer a leitura dele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Não há necessidade, ele já está disponível. São duas emendas bastante meritórias, em relação às quais, já aproveitando a abertura do processo de discussão, quero elogiá-la, Senadora Professora Dorinha Seabra.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

São aperfeiçoamentos que V.Exa. trouxe ao texto, os quais simbolizam uma sensibilidade muito forte com os Municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte, que necessitam receber recursos e investimentos diretos do Congresso Nacional. Muitas vezes, por alguma inadimplência, eles perdem recursos importantíssimos para o próprio desenvolvimento, como os da área de saúde ou de educação, que são essenciais. V.Exa. demonstrou essa sensibilidade com os pequenos Municípios do Brasil, especialmente do Tocantins. Da minha parte, acolho as sugestões trazidas por V.Exa.

A discussão está aberta. Ao fim das falas, retornarei a palavra à Relatora.

O Deputado Giacobbo deseja fazer uso da palavra.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Sr. Presidente, nobres Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Só um instante, Deputado Giacobbo. O Senador Mecias quer fazer o registro da presença. *(Pausa.)*

O microfone de S.Exa. está desligado, mas a presença foi registrada.

S.Exa. também está na reunião de Líderes do Senado Federal. Espero que tenha boas notícias, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) - Obrigado, Presidente. Envio um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu também vi o Senador Randolfe Rodrigues presente na mesma reunião. Considero a presença dele registrada.

Devolvo a palavra, agradecendo a tolerância, ao Deputado Giacobbo.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em que pese a nossa divergência com o Governo, queria só esclarecer que, em primeiro lugar, o Poder Executivo anunciou que enviaria ao Congresso Nacional proposição legislativa para a redução do Imposto de Renda Pessoa Física das pessoas que recebem até 5 mil reais mensais. Segundo as normas vigentes da LDO, esse tipo de proposição deveria atender a três regras: cláusulas de vigência de, no máximo, 5 anos; estar acompanhada de metas e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CMO (Reunião Deliberativa)

CD - 13

12/06/2025

objetivos; e designar órgãos responsáveis pelo acompanhamento das metas e dos objetivos estabelecidos.

O presente PLN objetiva dispensar as proposições legislativas relacionadas ao novo escalonamento do Imposto de Renda Pessoa Física de atender a esses três requisitos. Com isso, a nova regra poderá ser permanente. A Relatora apresentou um substitutivo. O substitutivo adiciona a regra sobre transferências voluntárias a entes federativos, permitindo que instrumentos de transferências firmados até 31 de dezembro de 2023, e que ainda estejam vigentes, terão o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas prorrogado até 30 de setembro de 2026. Os instrumentos firmados em 2024 terão prazo mínimo para o cumprimento de cláusula suspensiva de 36 meses. Determina ainda que, no caso de Municípios com até 65 mil habitantes, a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos de transferências não dependerão da situação de adimplência.

Em que pese nossa ponderação em alguns pontos, Sr. Presidente, quero parabenizar a nobre Relatora pelo excelente trabalho, inclusive no substitutivo, que vai resolver muitos Restos a Pagar. Isso é importantíssimo, Presidente Efraim, principalmente de RP6.

O nosso partido vai apoiar a matéria. Quero parabenizar a Relatora pela rejeição das duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Deputado Giacobbo.

A Relatora pediu a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, quero reforçar dois aspectos. Na verdade, não estamos fazendo nenhuma inovação. A questão é mais de cuidado com os Municípios.

Muitos Municípios, como acontece em todos os Estados, às vezes, em função de alguma situação — a exemplo de Prefeitos que acabaram de assumir o mandato, cujo Município está com pendência no Sistema de Informações sobre Requisitos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

Fiscais, o CAUC —, não podem receber recursos para a saúde, para atendimento à educação, para a área social. Isso já foi excetuado em outras oportunidades, e hoje nós teríamos uma grande lacuna, prejudicando os pequenos Municípios. De igual forma, temos a questão da prorrogação. Algumas obras, prestes a serem iniciadas — UBSs, escolas, creches —, ficariam de fora, comprometendo o atendimento direto à população.

Então, agradeço a oportunidade da Relatoria e, lógico, essa sensibilidade que V.Exa. demonstra com os Municípios brasileiros, sobretudo os pequenos, que dependem grandemente dos recursos enviados através das nossas emendas ou diretamente pelos Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Parabéns, Relatora. V.Exa. demonstra grande sensibilidade em sugerir esses aperfeiçoamentos. Sorte dos Municípios tocantinenses em ter uma Senadora desse quilate, quem sabe a futura Governadora daquele Estado também.

Está encerrada a discussão.

Foi apresentado um destaque.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado, ressalvado o destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O destaque foi apresentado pelo Deputado Gervásio Maia. O autor da emenda é o Deputado Damião Feliciano.

Deputados Gervásio Maia, V.Exa. dispõe do tempo regimental de 2 minutos para fazer uso da palavra.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Destaque nº 1, de 2025, emenda do Parlamentar Damião Feliciano, paraibano, já encaminhado à Mesa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - A Relatora deseja fazer uso da palavra sobre o destaque apresentado pelo Deputado Gervásio Maia? (*Pausa.*)

Parecer a favor ou contra?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, na verdade, o que o Deputado apresenta é uma condição de alteração à LDO, do projeto de lei já apresentado na Câmara, que deve ser apreciado no Senado. Então, vou acolhê-lo. Eu já o tinha rejeitado, entendendo que o tema do PLN 1 tinha outra abordagem, mas, segundo orientações técnicas, para que tenha efetividade — se for confirmado, porque ainda vai ser votado no Senado —, precisa haver essa alteração. Então, para dar essa condição futura, se for essa a opção do Congresso, eu acolho o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Exato. É um tema importante para a sessão do Congresso, que se realizará na terça-feira, dia 17 de junho.

Mesmo havendo tempo à frente, foi essa a orientação recebida da Consultoria Técnica.

Coloco em votação o destaque.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Sr. Presidente, o PL se posiciona contra esse destaque. Gostaria que houvesse um acordo aqui, porque vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu só digo a V.Exa. que, regimentalmente, para pedir verificação, é preciso ser membro da Comissão com apoio de Líder. V.Exa. é coordenador no Colégio de Líderes, mas não é membro desta Comissão.

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Eu sou Líder da Minoria no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Mas, no caso, deve ser Líder de partido. Pelo menos, consultando a Mesa, na sessão do Congresso, precisa ser Líder de partido. Não é o caso de Líder de bancada.

Está registrada a posição de V.Exa., mas coloco em votação a matéria.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O SR. GIACOBO (Bloco/PL - PR) - Então, deixo aqui minha posição contra esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Posição contra registrada, mas, regimentalmente, a Mesa entende que não há a qualificação necessária para o pedido de verificação.

Na representação da Câmara dos Deputados, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo demonstração divergente, aprovado.

O item 1 tinha ficado com apreciação pendente, por não ter havido quórum.

Como a Senadora Professora Dorinha Seabra já fez a apresentação do parecer, coloco em votação o item 1 na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado Federal, aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os itens 1 e 2 foram aprovados.

Passamos agora ao item 3. Apreciação do relatório apresentado ao PLN 3/2025-CN, do Poder Executivo, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das operações fiscais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$816.647.541,00 (oitocentos e dezesseis milhões seiscientos e quarenta e sete mil quinhentos e quarenta e um reais), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária vigente.

Designo, como Relator *ad hoc*, o Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, trata-se da abertura de crédito suplementar, destinado a reforçar dotações destinadas a operações





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

oficiais de crédito, especialmente os recursos que visam à suplementação no âmbito de recursos sob supervisão do Fundo de Desenvolvimento Nordeste — FDNE, almejando o financiamento de projetos do setor produtivo.

"Esses recursos serão particularmente direcionados a companhias concessionárias de serviços públicos do setor de logística ferroviária, em projetos que já tenham recebido aportes anteriores oriundos do FDNE, conforme previsto pela Lei nº 1.502, de 2025.

(...)

II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito suplementar, haja vista pretender ampliar recursos já existentes na Lei Orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 2024), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (Lei nº 14.791, de 2023), na Lei Orçamentária Anual para 2024 (Lei nº 14.822, de 2024), na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e no Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200, de 2023).

A exposição de motivos que acompanhou o projeto declara que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — Siop.

Para custear a ampliação das despesas, o Executivo indicou, em anexo à exposição de motivos, o demonstrativo de excesso de arrecadação a ser utilizado.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 3/2025, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Está lido, Sr. Presidente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - V.Exa. traz informação importante para temas da nossa Região Nordeste. Parabéns, Deputado Gervásio Maia!

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permanência como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Vamos fazer agora a deliberação, Deputado Giacobbo, da indicação do 1º Vice-Presidente, já havendo quórum para a eleição.

O SR. GIACOBBO (Bloco/PL - PR) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço ao Deputado Gervásio, nosso Relator da LDO, designado no dia de hoje.

Informo que, no dia 10 de abril, foi aprovada, por unanimidade, nesta Comissão, a proposta da eleição de membros da Mesa para 2025 por aclamação.

Isso posto, coloco em votação a indicação do Deputado Capitão Augusto, do PL de São Paulo, como 1º Vice-Presidente da Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está devidamente aprovada.

Eu convidaria o Deputado Capitão Augusto para compor a Mesa, mas, como o Deputado Giacobbo já informou, S.Exa. cumpre agenda em São Paulo.

S.Exa. levou a primeira falta hoje, Deputado Giacobbo. Diga ao Deputado que não leve a segunda, para seguirmos adiante.

Agradeço a confiança ao PL. Será uma alegria tê-lo compartilhando a missão de conduzir os trabalhos desta Casa. Já fui contemporâneo do Deputado Capitão Augusto nos meus tempos de tapete verde, na Câmara dos Deputados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião Deliberativa)

12/06/2025

Dessa forma, declaro eleito e empossado o Deputado Capitão Augusto como 1º Vice-Presidente da Comissão.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 5ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 27 de maio. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a pauta de hoje.

Caso não haja mais quem queira fazer uso da palavra, vou declarar encerrada a presente reunião. A próxima reunião será convocada no momento oportuno. Lembro a todos que, na terça-feira, dia 17 de junho, teremos sessão do Congresso Nacional, com apreciação de vetos e PLNs.

Está encerrada a reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA
NO DIA 8 DE JULHO DE 2025.**

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). Esta reunião foi convocada para ouvir a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Nassar Tebet, sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 - Projeto de Lei nº 2/2025-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências”, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 01/2006-CN. Verificaram-se as **presenças dos Deputados Titulares:** Aluisio Mendes, Bohn Gass, Capitão Augusto, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Zarattini, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, João Cury, João Leão, José Nelto, Júlio Cesar, Junio Amaral, Junior Lourenço, Ricardo Ayres, Túlio Gadêlha e Weliton Prado; **Senadores Titulares:** Beto Faro, Carlos Viana, Efraim Filho, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; dos Deputados Suplentes: Alencar Santana, Beбето, Delegado Marcelo Freitas, Dr. Francisco, Fausto Santos Jr., Felipe Francischini, Franciane Bayer, Gervásio Maia, Icaro de Valmir, Jefferson Campos, Jorge Solla, Luiz Carlos Motta, Marcon, Rafael Brito, Raimundo Santos, Sidney Leite, Soraya Santos, Talíria Petrone, Tião Medeiros; e dos Senadores Suplentes: Izalci Lucas e Randolfe Rodrigues. Foi registrado também o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, os Deputados: Antônia Lúcia, Da Vitoria e Delegado Caveira. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e um minutos, o Presidente da CMO, Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) declarou iniciada a reunião, esclareceu os objetivos desta bem como apresentou a composição da Mesa formada pela Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Tebet, pelo Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sr. Gustavo Guimarães, pelo Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Sr. Robinson Barreirinhas e pelo Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, Deputado Gervásio Maia (PSB/PB). Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

comunicou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, a ministra disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado com a permissão dela. E conforme o estipulado no mesmo artigo, inciso X, os parlamentares inscritos para interpelar a ministra poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a convidada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Visando facilitar a condução do debate, o Presidente propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de três parlamentares, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria à Ministra que responderia ao grupo de interpeladores. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, o presidente concedeu a palavra à Ministra do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Tebet, que, fazendo uso de projetor multimídia e apresentação em slides, discorreu sobre os principais destaques para 2026 (Resultado Primário, Receitas Primárias, Limite de Despesas e Salário Mínimo). Posteriormente, discorreu rapidamente sobre Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil, Despesas Primárias, Metas de Resultado por Esfera de Governo e o Cálculo do Limite de Despesas. Encerrada a apresentação, às quinze horas e vinte e dois minutos, o presidente da CMO fez observações sobre as despesas discricionárias e obrigatórias, em seguida concedeu a palavra ao Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2026, Deputado Gervásio Maia (PSB/PB) que agradeceu e fez vários questionamentos sobre o projeto para que a ministra pudesse posteriormente respondê-los. A Ministra assim o fez respondendo não só as perguntas do relator como as dúvidas do Presidente da CMO. Por fim, o Senador Efraim dividiu a lista de inscritos em dois blocos contendo três parlamentares cada para fazer seus questionamentos. No primeiro bloco fizeram uso da palavra o Senador Izalci Lucas e os Deputados Bohn Gass e Jorge Solla, já no segundo bloco, falaram os Deputados Sidney Leite, João Leão e o Senador Carlos Viana que participou remotamente por meio da plataforma zoom. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os dois blocos de inscritos e respondidos todos os questionamentos pela Ministra Simone Tebet, o Presidente da CMO agradeceu a presença e participação da Ministra e sua equipe técnica, dos convidados que compuseram à Mesa, bem como dos parlamentares presentes no plenário. Comunicou ainda que, logo após a reunião de audiência pública, seria iniciada a reunião deliberativa para votação de Medida Provisória e requerimento do



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Deputado Túlio Gadelha. Por fim, às cinco horas e sete minutos, o Presidente da CMO encerrou a reunião. Após aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. Senador Efraim Filho, Presidente em exercício. xxxxxxxxxx





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Declaro aberta esta reunião da Comissão Mista de Orçamento.

Solicito a atenção do Plenário, dos senhores assessores, assessoras e Parlamentares presentes.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, que nos enobrece com sua presença à Mesa e que irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, o Projeto de Lei nº 2, de 2025, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1.

Compõem também a Mesa: o Deputado Gervásio Maia, do PSB, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026; o Sr. Gustavo Guimarães, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento; e o Sr. Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial, logo pode haver Parlamentares presentes no Plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores convidados disporão de até 30 minutos para fazerem suas exposições, só podendo ser aparteados com a devida permissão.

Conforme estipulado no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de até 5 minutos — nós podemos convencionar o prazo de 3 minutos, para haver tolerância para o encaminhamento de perguntas e comentários —, tendo também o interpelado igual tempo para responder.

Para facilitar a condução do debate, proponho que a Ministra responda, no momento adequado, a blocos de questionamentos de quatro oradores inscritos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta, sendo dirigido aqui ao Secretário Walbinson o pedido de inscrição.

Tem a palavra, agradecendo pela ilustre presença, a Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, a Sra. Simone Tebet, nossa sempre amiga, sempre Líder, sempre Senadora da República.

Seja bem-vinda!

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Boa tarde a todos e a todas.

Na pessoa do Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, o Senador Efraim Filho, eu gostaria de cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores que se fazem aqui presentes; na pessoa do Relator da LDO, o Deputado Gervásio Maia, eu gostaria de cumprimentar as Deputadas e os Deputados que são membros titulares e suplentes desta Comissão.

Começo agradecendo pela oportunidade de poder estar aqui para falar de algo tão importante e sério.

Agradeço a deferência que o Senador Efraim me fez. De última hora, fui convocada para ir ao evento do Mercosul, na Argentina, com o Presidente Lula. Havia algumas reuniões bilaterais importantes, inclusive acerca das Rotas de Integração Sul-Americana, que fazem parte do projeto do Ministério do Planejamento e Orçamento. Fomos avisados, com menos de 48 horas, e tivemos que fazer uma viagem 24 horas antes, para poder fazer todas as bilaterais. O Senador Efraim, gentilmente, com menos de 12 horas de antecedência, adiou a minha vinda a esta egrégia Casa.

Portanto, eu agradeço, na pessoa do Senador, a todas as senhoras e senhores pela compreensão.

É já o terceiro ano que venho a esta Casa e a esta Comissão para falar sobre a LDO.

Como de praxe, Senador Efraim, como se trata de algo muito técnico e, num primeiro momento, burocrático, eu não uso os 30 minutos, aliás, dificilmente eu passo de 15 minutos, porque eu acho que o importante é o debate, é anotar todas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

as observações e perguntas que são feitas para podemos elaborar a melhor Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Brasil num esforço conjunto, numa união, através do diálogo, do debate e da complementariedade de ideias, porque é assim que se faz política.

Então, sem mais delongas, eu vou fazer as apresentações de praxe, lembrando apenas que este é mais um instrumento do nosso Orçamento brasileiro, lembrando que a cada 4 anos nós elaboramos o PPA. Eu não me canso de dizer que tive o privilégio de andar o Brasil, visitar todas as capitais brasileiras, elaborando-o com a população, do sindicato ao empresário, do pequeno agricultor ao grande agricultor, do aluno ao professor. Nós conseguimos elaborar talvez o maior e mais participativo planejamento de médio prazo do Brasil.

A gente, às vezes, se esquece, porque é votado apenas a cada 4 anos. Eu tive a oportunidade de votar por duas ou três vezes o PPA. Na realidade, o PPA é uma peça orçamentária das mais importantes, porque é o elo entre a LDO e a própria LOA. Ali está o Brasil que queremos e para quem queremos este Brasil para os próximos 4 anos.

Então, já de antemão, digo que a LDO que iremos apresentar está obviamente em consonância com tudo o que foi estabelecido no nosso Plano Plurianual.

A LDO, como os senhores e as senhoras sabem, orienta obviamente a elaboração da nossa LOA, baseada obviamente no PPA. E, mais importante, ela traça regras, limites, que, em comum acordo, iremos estabelecer.

A primeira apresentação traz apenas os grandes números. São treze lâminas ou doze lâminas. Depois, nós iremos rapidamente tratar de cada uma delas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para eu não ficar com o rosto virado e de costas para os senhores, eu trouxe impresso e vou seguir exatamente como está ali.

Bom, o primeiro destaque que eu gostaria de apresentar às senhoras e aos senhores é que o ano de 2026 vai ser um ano desafiador.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Temos uma meta de resultado primário, que eu diria possível, factível — e ela é —, mas desafiadora. Nós temos como centro da meta um superávit primário de 0,5% do PIB, o que corresponderia ou corresponderá a algo em torno de 34,3 bilhões de reais. É o centro da meta, porque poderemos ou cumprir na banda inferior zero ou na banda superior 0,5% do PIB.

Dentro desse resultado, nós temos o lado das receitas e o lado das despesas. As nossas receitas primárias, indo direto para a receita líquida, portanto retirando a transferência de receitas para Estados, Municípios e Distrito Federal, é de 2 trilhões 576 bilhões e 800 milhões de reais, o que corresponde a 18,8% do PIB. Olhando pelo lado das despesas, seguindo a regra do arcabouço, em que todo ano nós podemos crescer a despesa apenas 70% do aumento da receita — porque são dois tetos para a despesa: um é a receita, o outro é o crescimento real da despesa de até 2,5% —, nós temos um limite total fixo de 2 trilhões 430 bilhões e 800 milhões de reais. Aqui está claro que é IPCA mais crescimento real de até 2,5%, a depender, se conseguirmos as receitas suficientes também para tal.

O salário mínimo, segundo a nova regra aprovada por esta Casa — nós agradecemos inclusive — vai ser de 1.630 reais, lembrando que é INPC mais crescimento real de 2,5%. Na realidade, são duas regras em relação ao salário mínimo, a que tiver crescimento menor. A gente fala um pouquinho mais sobre ela ao final.

Aqui, muito rapidamente — o que eu já havia falado, mas agora apenas em números —, está o superávit da meta. Deixamos muito claro que nós estamos mantendo as metas aprovadas na LDO de 2025, lembrando que a meta de 2025 é zero, então é a primeira linha aqui à direita. Agora, o PLDO tem que apresentar a meta do ano seguinte mais 3 anos. Então, seria 0,25% em 2026; 0,5% de superávit em 2027; 1% em 2028; e 1,25% em 2029, 2030, 2031. Num primeiro momento, é fixado em 1,25%.

Nós temos um compromisso com o arcabouço fiscal, e a equipe econômica está 24 horas por dia focada em manter a meta fiscal. Entendemos o quanto é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

necessária. Vocês vão ver a importância de se manter a meta fiscal no próximo quadro antes deste.

Do lado, à direita, estão apenas os valores atuais. Nós estamos falando em superávit, olhando o centro da meta, de 34,3 bilhões de reais, em 2026; 73,4 bilhões de reais, em 2027; e assim por diante, chegando, em 2029, com 210,7 bilhões de reais.

Por que a importância de se cumprir a meta e o centro da meta? Porque nós sabemos a importância de garantirmos a sustentabilidade da dívida. Aqui nós estamos falando de equilíbrio, de manutenção, do impedimento do crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Nós temos, cumprindo o centro da meta, uma perspectiva de chegar, em 2028, no ápice do crescimento dessa dívida, em torno de 84,2% e, a partir daí, num pequeno declínio, a partir de 2029. Seria 84% do PIB, depois 83,7%. Isso pode não ser suficiente para a sustentabilidade da dívida, mas o é para impedir o crescimento e até um declínio em relação a ela. Não vamos entrar agora nessa discussão, porque sei que é um assunto que poderá vir a debate no momento oportuno.

Esses são os números macroeconômicos que as senhoras e os senhores conhecem, mas é obrigação legal que eu os apresente novamente.

Eu aqui ficaria apenas, para não me delongar muito, com três ou quatro linhas e, conseqüentemente, duas colunas, comparando 2025 e 2026. O PIB de 2025 estava ali projetado em 2,3%. Acreditamos que conseguiremos chegar a esse percentual, se não for um pouco mais, talvez de 2,4%, quem sabe, e, se tudo der certo, de 2,5% de crescimento este ano. Mas estamos ainda com a projeção de 2,3%, em que pesem as estimativas do mercado e as projeções ainda estarem focando em torno de 2% e 2,1%. Estamos projetando com muito realismo e com a certeza de que conseguiremos um crescimento do PIB de 2,5%.

Aqui, temos toda a parte da taxa de câmbio, da Selic, mas eu gostaria apenas de reforçar aqui a linha do valor do salário mínimo, que será de 1.630 reais, fazendo uma ponderação de que esse número significa, em termos reais, o maior salário





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

mínimo dos últimos 50 anos. Vou repetir: esse número de 1.630 reais, em termos reais, representa o maior salário mínimo dos últimos 50 anos. Por outro lado, a cada 1 real de aumento do salário mínimo, eu tenho, por conta de despesas, algo em torno de 420 milhões de reais por conta de todas as vinculações previdenciárias, abono, seguro, e daí por diante.

Na próxima lâmina, temos o resultado primário do Governo. Também para não me delongar, porque todos os senhores têm isso na própria LDO, eu gostaria apenas de focar nessa primeira linha. A receita primária total corresponde a 23,21% do PIB. Se nós tirarmos as receitas líquidas de transferência, teríamos, na receita líquida de transferências, algo em torno de 18,69%.

No que se refere às despesas primárias, na linha 4, em relação a todos os anos — estou falando aqui de 2025 e agora falo de 2026 —, nós temos, praticamente, em 2025 para 2026, uma permanência, mas ela começa a cair mais drasticamente a partir de 2027 e, depois, em 2028 e 2029. Isso por conta exatamente do arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso Nacional. Se eu só posso aumentar a despesa em 70% do aumento da receita, tendo ainda um segundo teto, que é um crescimento real de no máximo 2,5%, como as receitas têm comparecido muito acima da inflação, eu acabo tendo um decréscimo das despesas primárias, especialmente a partir de 2027.

Em relação às receitas primárias, nessa primeira lâmina, eu ficaria na linha das receitas não administradas. Nós, com muito realismo, diminuimos o percentual de arrecadação com concessões e permissões, porque elas não compareceram como achávamos. Por exemplo, saímos de uma projeção de 15 bilhões de reais de receita em concessões e permissões, que é a quinta linha, para algo em torno de 6,9% de projeção no ano de 2026.

Estou dando esse exemplo só para falar da calibragem que se faz ano a ano, lembrando que LDO e LOA são estimativas de receitas, estimativas de despesas, situações internas ou externas alheias à nossa vontade, como a guerra da Ucrânia com a Rússia, que interfere na produção de fertilizantes, que impacta o nosso





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

agronegócio em relação à política americana de aumento de tarifas. Tudo isso, obviamente, tem impacto, para o lado positivo ou negativo, nas contas do País, fora os nossos desafios e problemas domésticos.

Gostaria de aproveitar para dizer que se faz presente juntamente conosco, Senador Efraim, o Chefe da Receita Federal, o Barreirinhas, que está à disposição também para discutir qualquer questão relacionada à Receita.

Eu sei que há sempre a seguinte pergunta: *"As receitas não estão superestimadas?"* Eu diria até que a gente tem dificuldade de falar que se coloque mais receita no Orçamento. O Barreirinhas diz: *"Eu vou trabalhar com realismo absoluto"*. É um realismo quase pessimista, na minha opinião, eu gostaria de um realismo mais otimista. Mas é um realismo. Isso se comprova, porque, depois, as receitas sempre vão surgindo e vão nos surpreendendo positivamente. Nada melhor do que contar com a sabedoria de um técnico para, na hora certa, muitas vezes, a gente conseguir achar saídas para alguns problemas e desafios na área da despesa que nós temos.

Então, não, as receitas não estão superestimadas. Ao contrário, achamos até que poderão, tudo o mais constante, como eu aprendi na economia, porque eu não sou economista, tudo o mais constante, poderão nos surpreender no ano de 2026 e também no ano de 2027.

Da minha parte, aí, sim, vem a pergunta do lado do MPO: *"As despesas estão subestimadas?"* A resposta também é não. Obviamente, há algumas intempéries. A gente tem algumas preocupações com algumas despesas obrigatórias que não temos como prever. Nós trabalhamos com base em estimativas, e estimativas baseadas em cálculos muito bem assentados em evidências.

Por fim, ainda pelo lado das receitas não administradas em relação ao PIB, se olharem na linha 4, em termos percentuais, comprovando aquilo que eu havia falado, as receitas apresentadas estão em 2,5%. Vocês vão ver que, depois, ela cai um pouco para 2,3%; 2,4%; 2,3%; 2,2%.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Agora, a previsão das receitas administradas em relação ao PIB, de novo, é tão conservadora, sob a nossa ótica, no sentido realista, com pés fincados no chão, que, em termos de PIB, nós estamos falando em receitas administradas na ordem de 5,2%, este ano, em relação ao PIB; projetando um crescimento de 15,4%; depois, em 2027, de 14,9%; 14,7%; 14,5%, porque, segundo a Receita, nós não queremos contar com os ovos da galinha antes da hora. Então, esses números são meras estimativas.

Isso posto, passo para o lado da despesa. Já estou indo quase para o final da nossa apresentação. São muitas coisas aqui, mas eu gostaria de focar — eu sei que este vai ser um grande debate aqui — na relação das despesas obrigatórias com as despesas discricionárias.

Se nós olharmos, também na primeira linha, em relação ao PIB, não há alteração do crescimento das despesas primárias do ano de 2025 para o ano de 2026, orçado em 18,9%, mas já há uma projeção de decréscimo significativo das despesas, em função do arcabouço fiscal em relação ao PIB, de 18,9%, em 2026, para 18% — é muita coisa —; depois, 17,3%; depois, 16,9%. De novo, isso é mera expectativa.

O que pesa em relação a este Orçamento do ano que vem e do ano de 2027?

Esse é um grande desafio e foi por isso que eu comecei falando que há um desafio muito grande pela frente.

As despesas discricionárias vão ser estranguladas pelo aumento das despesas obrigatórias. Para algumas delas temos soluções e vamos debater com o Congresso Nacional. Para outras, nós só conseguiremos fazer à luz de algumas medidas que teríamos ou teremos que fazer de revisão de gastos, de análise de projetos.

Eu trago aqui dois exemplos apenas: um é o BPC e o outro é o Fundeb.

O BPC sai de 119 bilhões — pode ser que seja um pouco mais ou um pouco menos no ano de 2025, a gente acha que não será menos — para algo em torno de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

140 bilhões em projeção. Aqui há uma série de questões que precisam ser discutidas. Depois ele vai para 151 bilhões, 165 bilhões e 184 bilhões.

Se nós compararmos Previdência com BPC, veremos que na Previdência nós temos mais de 20 milhões de pessoas e no BPC nós temos 6 milhões de beneficiários.

Quando a gente abre os números ou estressa esses números, no BPC quase que a metade é pessoa com deficiência e quase que a outra metade — não é essa bem a conta — é por idade. A gente tem visto um crescimento muito grande de pessoas com deficiência tendo direito ao BPC por decisão judicial.

Este é um Governo que não aceita tirar direito de ninguém, só não queremos nem podemos pagar para quem não precisa ou não está dentro das regras. Por isso há todo um estudo sendo analisado, o Congresso Nacional tem debatido essa questão, a imprensa tem olhado com uma lupa, porque algumas regras foram flexibilizadas em 2022, e agora nós estamos vendo o quanto essas regras abriram certas portas ou certas porteiras, como se diz na minha terra e na terra do Senador Wellington, de Mato Grosso, que estava aqui conosco até há pouco tempo. Abriram algumas porteiras. Então, essas são questões que nós estamos analisando.

Por exemplo, eu vi uma matéria hoje — permitam-me só essa divagação. Em 2022, houve uma alteração para menores de idade BPC e PCDs. Pessoas com deficiência que são crianças ou jovens têm direito a consignado, mas era preciso uma autorização judicial, portanto, dos pais ou responsáveis, para que o banco pudesse fazer esse consignado. Como caiu a regra de ter que ter uma autorização judicial, então se pressupõe que houve um aumento significativo desses empréstimos. Isso tudo está sendo analisado.

Segundo a matéria e alguns dados — nós ainda não estressamos todos os números —, meio milhão de crianças e jovens que têm BPC estão tendo desconto nos seus benefícios. Então, as flexibilizações feitas no BPC em 2022 estão tendo um impacto muito grande em relação a esses próximos anos.

Aqui é diagnóstico, é fato. Nós não estamos colocando juízo de valor.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Em 2022, eu estava nesta Casa, eu votei medidas no Congresso Nacional. Às vezes, a gente vota medidas e depois não sabe o impacto, não tem condições de ver o impacto. Por isso a legislação existe, para a gente modificar, discutir, debater e, às vezes, até rever.

Eu coloco essas questões porque não é pouca coisa. Estou falando de 20 bilhões de reais. Muitas vezes é o que falta para cumprir meta ou para fechar.

Passando para a última linha, pergunto de onde nós vamos tirar esses aumentos das despesas obrigatórias. Esse é o grande foco de atenção do nosso orçamento.

Se vocês olharem a última linha — eu acho que esse é o ponto principal de toda a fala —, nós temos na LOA de 2025 despesas discricionárias, portanto livres, para fazermos a ponte que os senhores pedem, o asfalto e uma série de investimentos em políticas públicas no valor de 221 bilhões. Isso corresponde a 1,8% do PIB. Olhem para quanto ele cai em 2026: para 208 bilhões, o que representa 1,5% do PIB. E olhem para quanto cairia, se nós não fizéssemos ou não fizermos nada em 2027, na virada do ano: 122 bilhões de reais.

Eu não quero assustá-los, mas, a partir deste ponto, em 2028, a gente entra em *shutdown*. Em 2028, sobriam 59 bilhões, e, em 2029, 8,9 bilhões.

Estamos apresentando esses números apenas por obrigação legal, porque é a orçamentação de médio prazo. Obviamente, algumas medidas serão apresentadas e debatidas, seja pelo Executivo, seja pelo Congresso Nacional, seja em comum acordo por ambos os Poderes.

Passarei para as duas últimas lâminas, muito rapidamente: metas do resultado por esfera de Governo.

O Governo Central tem o compromisso de fazer superávit e cumprir as metas fiscais de 0,25%, 0,50%, 1% e 1,25% do PIB. As estatais apresentam um pequeno déficit ainda no ano que vem de 0,05%, repetindo em 2027 e praticamente repetindo em 2028 e em 2029. Já os Estados, Distrito Federal e Municípios mantêm algo em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

torno de um superávit mínimo — praticamente uma meta zero, de 0,01%, nos 4 anos, sendo mais constantes.

Passo para o último eslaide. Não vou detalhar, pois todos têm acesso. Apenas por obrigação, nós detalhamos as despesas por Poderes: Poder Executivo — obviamente, o maior em termos de gastos —, seguido do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Não vou falar de números, mas essa apresentação final é importante, porque trata da variação real da receita.

É interessante observar como a receita tem realmente comparado. Este é um Brasil que está crescendo, que está gerando emprego. Isso faz com que o trabalhador gaste no comércio, o que gera mais receita, seja para o Município, seja para o Estado, seja para o Governo Federal.

Vejam, em números, a variação real da receita: em 2025, 5,8%; em 2026, a projeção é de 6,3%; em 2027, 6,7%; em 2028, 4,7%; e em 2029, 2,2%. A Receita gosta de ser conservadora, então ela não apresenta cenários muito para frente de todos os outros anos, porque dependemos de fatores externos e de fatores internos.

Por que essa lâmina é importante? Se temos o lado do copo meio vazio, também temos o lado do copo meio cheio. A regra do arcabouço fiscal estabelece que as despesas variam a partir de um primeiro piso de 70% do valor real da receita. E a receita, em termos reais, é de 4%, 4,4%, 4,7%, considerando os três primeiros anos. Isso significa que eu consigo cumprir o segundo teto do aumento das despesas, que é de 2,5%. Portanto, consigo cumprir esse limite de 2,5% em 2025, em 2026, em 2027 e também em 2028, para fins de crescimento das despesas.

No mais, Senador Efraim, e Relator, Deputado Gervásio, quero dizer que eu não venho sozinha. Estou aqui com o meu Secretário-Executivo, Gustavo Guimarães; com o Secretário-Adjunto; e aqui também temos representantes da SOF e, como disse, representando o Ministério da Fazenda, está aqui o Sr. Barreirinhas.

Eu não poderia encerrar, já que nós estamos falando de LDO, que é um tema tão árido, e nós estamos aqui para fazer política, sem dizer que economia é muito





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

mais do que números. Economia é falar de gente, e aí é onde começam as dificuldades.

Nós tivemos grandes desafios nos últimos anos para cá. Eu trato como um ponto nevrálgico e delicado a nossa pandemia da Covid. Ela nos trouxe uma série de demandas, seja na área da saúde, seja na saúde mental, seja no decréscimo da economia naquele momento, impactando as receitas. Com isso, nós e o Congresso tivemos que tomar uma série de medidas. Então, diante de tudo isso, nós temos um grande desafio.

O Governo que ganhou, que sagrou-se vencedor, assumiu com uma bandeira e um compromisso de campanha, que é o compromisso de cuidar, de colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda, num resumo que significa justiça tributária. Diante disso, algumas medidas foram apresentadas e estão sendo debatidas com o Congresso Nacional.

É nosso dever e é nossa obrigação agradecer ao Congresso Nacional por todas as medidas que ele aprovou, a começar pela PEC da Transição. Como eu disse, eu estava lá e também a aprovei; passando entre tantas — eu não vou relembrar todas —, e eu gostaria de reforçar algo que vai ter um impacto decisivo: a reforma tributária. Ela é importante.

Senador Randolfe, é um prazer revê-lo.

A reforma tributária tem um impacto positivo no crescimento do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Peço a atenção dos senhores e das senhoras. A Ministra está concluindo o seu pronunciamento e gostaria de ter a atenção de todos até o fim.

Obrigado.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

A PEC da Transição, a reforma tributária, o próprio arcabouço fiscal, enfim, todas as medidas que foram feitas em conjunto me dão a mais absoluta certeza de que, com serenidade, com diálogo, deixando as diferenças partidárias e ideológicas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

de lado e pensando mais naquilo que nos une do que naquilo que nos diferencia, nós temos soluções para todos os reais problemas do Brasil.

Diante disso e da certeza, Senador Efraim, de que esta Casa fará o melhor, com as alterações que devem ocorrer na LDO, e tendo a mais absoluta confiança no diálogo que teremos com o Relator, eu me coloco à disposição das senhoras e dos senhores para que possamos, a partir deste momento, ouvir as perguntas, as considerações, as sugestões e, dentro do possível, obviamente, responder todas elas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito obrigado, minha cara Ministra Simone Tebet.

Sabemos que hoje o Orçamento ganha esse protagonismo, Ministra, de ser uma agenda da política do Brasil. Tanto na Câmara, no tempo em que eu vivenciei aqui, quanto no Senado, ao chegar neste mandato — V.Exa. também já transitou por esses corredores —, vimos que, na CMO, o Orçamento era uma peça técnica, orçamentária. Havia um ambiente — muitos dos Deputados e Senadores que estão aqui sabem — que era quase como um nicho de atuação legislativa. Havia aqueles Parlamentares que se identificavam com o tema e que gostavam de vir para cá. Hoje, a elaboração do Orçamento deixou de ter esse perfil simplesmente técnico, orçamentário, para estar na principal agenda de discussão do Brasil.

O que se tratou aqui, nesses eslaides que V.Exa. apresentou, é o que hoje está sendo discutido nos bancos das praças, nas filas dos bancos, nas ruas, nas mesas de bares. E isso não é ruim, não! É um caldo cultural de cidadania fiscal. As pessoas começam a perceber que é importante estar acompanhando qual é o destino do dinheiro dos impostos que são pagos.

Eu até brinco, e quem acompanha os filmes e a cultura americana ou até mesmo a europeia sabe, que o pagador de impostos se chama *tax payer*, que é uma coisa impositiva. Aqui se chama contribuinte. Até essas coisas da nossa cultura





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

vão passando a percepção de que o cidadão tem que ser mais fiscal daquilo que está sendo feito com os recursos que ele paga.

Acredito que essas informações que estão aqui vão ajudar muito a balizar e a nortear o trabalho desta Comissão. É claro que temos o Relator da despesa, que é o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., e teremos a relatoria da receita. Como eu disse e V.Exa. já se antecipou na sua fala, a CMO estará muito atenta para que as receitas não sejam infladas, porque isso não faz bem para ninguém, é um jogo de perde-perde.

Como a gente está em um ano pré-eleitoral, muito se cogita que todo esse esforço fiscal de arrecadação que está sendo feito no Brasil não seja canalizado para despesas de cunho eleitoral, alavancando programas, enquanto o empreendedor brasileiro está suportando nos seus ombros um peso extremamente pesado da carga tributária, que muitas vezes chega a ser extorsiva no nosso Brasil. A gente espera que a reforma tributária que já foi votada consiga apresentar um cenário de mais previsibilidade.

Eu acho que será importantíssimo, para que a gente possa avançar, que haja segurança jurídica. Um Governo que gasta com responsabilidade transmite confiança, e confiança é essencial para atrair investimentos para viabilizar projetos de médio e longo prazo com previsibilidade e segurança jurídica.

Eu vou passar a palavra aos inscritos, mas, desde pronto, Ministra, vou deixar só uma pergunta, para sua lavra, ou do Barreirinhas, ou do Gustavo, acerca daquele eslaide para o qual V.Exa. nos chamou a atenção. Estamos preocupados há algum tempo com as despesas discricionárias e obrigatórias, que estão evoluindo.

Em 2029, apesar desse cenário de *shutdown*, que hipoteticamente é possível, as despesas obrigatórias caem de 17,2% para 16,8% do PIB, ocupando um espaço menor do PIB. Ao mesmo tempo, as despesas discricionárias acompanham e vão a 0,1% do PIB. Se as despesas obrigatórias crescessem, seria justificada essa diminuição das discricionárias. Então, gostaria que pudesse se aprofundar um pouco e dizer, nesse intervalo, quem vai estar consumindo, se as despesas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

obrigatórias estão ocupando um percentual menor do PIB, com reflexo também na diminuição das discricionárias.

Fiquei um pouco curioso sobre essa visão, sem querer tomar a palavra de nenhum Parlamentar, claro, que possa também querer se aprofundar sobre o tema.

Na ordem de inscrição estão o Senador Izalci Lucas, o Deputado Sidney Leite, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Jorge Solla e o Deputado Carlos Zarattini. Antes, regimentalmente, o Relator do PLDO, Deputado Gervásio Maia, está com a palavra.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, boa tarde.

Eu gostaria de abraçar todas e todos que se fazem presentes nesta audiência pública, saudar a Ministra Simone Tebet, que fez uma apresentação do trabalho exposto pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Inicialmente, quero agradecer a confiança e a oportunidade que recebemos para relatar matéria tão sublime e nobre do nosso Orçamento, nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dizer que nós vamos dialogar com todos os setores que já estão procurando nosso gabinete para apresentarem sugestões e ideias ao texto, para que, se Deus quiser, nós possamos, em plena sintonia com o Poder Executivo, respeitando, é claro, as prerrogativas do Congresso Nacional, apresentar o melhor texto dentro de um prazo mínimo, para evitarmos o que ocorreu recentemente, em 2025, ou seja, os atrasos na votação tanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como da LOA.

Eu gostaria de encaminhar alguns questionamentos à nossa Ministra, rapidinho, bem enxuto, como ela fez.

Ministra, o Capítulo 11 do PLDO 2026, intitulado, entre aspas, "Da Transparência", apresenta uma série de exigências de publicidade e de transparência para os diversos órgãos e entidades federais dos três Poderes, o que inclui os órgãos autônomos, estatais, entidades do Sistema S e conselhos profissionais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Considerando-se que as exigências de publicidade e de transparência já constaram, na essência, de LDOs anteriores, o Governo tem monitorado sua implementação?

De que forma o Governo tem monitorado sua implementação?

Há informações, Ministra, sobre o grau de aderência dos órgãos e das entidades a estas medidas?

Ainda na mesma linha, Ministra, o PLDO 2026 mantém a inovação inaugurada no PLDO de 2024, ao exigir a elaboração de agendas transversais e multissetoriais, contemplando, no mínimo, a participação da mulher nas despesas do Orçamento.

Eis nosso questionamento: como o Governo avalia a efetividade das agendas para o monitoramento das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero e de raça?

Ainda nesta linha, Ministra, o relatório *A mulher no Orçamento*, publicado em abril de 2025 pelo Ministério do Planejamento, ano-base 2024, mostra a evolução de indicadores nas dimensões relacionadas à autonomia econômica, à vida sem violência, à igualdade de decisões, à saúde e ao ambiente, entre outros.

Mais uma pergunta, para finalizar esta etapa: como a senhora avalia a evolução dos indicadores da agenda transversal da mulher neste primeiro semestre de 2025?

Há dados tabulados ou monitoramento contínuo da execução centrada em políticas de gênero?

Eu posso seguir, Presidente, com outras perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pode seguir com as perguntas, Relator. Depois, a Ministra responde em bloco.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Sobre a regra de ouro das finanças públicas, a Constituição estabelece limite para a realização de operações de crédito, o qual corresponde ao montante da despesa de capital. Esta é a nossa regra de ouro. Um valor acima deste limite somente pode ser autorizado, não na Lei





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Orçamentária, mas no âmbito de créditos adicionais aprovados já durante o transcurso do exercício financeiro, por maioria absoluta do Congresso Nacional.

Desde a LDO de 2019, admite-se que a Lei Orçamentária contemple receitas de operação de crédito excedentes ao limite constitucional e despesas que devam ser suportadas por estes recursos. Assim, figuram na Lei Orçamentária, embora somente possam ser autorizadas posteriormente por meio de outros instrumentos. Certamente, esta solução, que também consta do PLDO de 2026, deveria ser admitida com muita prudência. Trata-se de opção com vocação transitória e excepcional diante de circunstâncias que a torne inviável, por falta de recursos de outras fontes, a inclusão, na Lei Orçamentária, de todas as despesas indispensáveis ao adequado funcionamento da administração pública e à justa provisão de serviços públicos, seja estas despesas obrigatórias, seja discricionárias, necessárias.

Com base no exposto, que providências estão sendo propostas e adotadas pelo Poder Executivo, não apenas para o aumento da arrecadação tributária, mas também para a contenção de despesas correntes, com vista ao fiel cumprimento da regra de ouro, desde a elaboração da proposta orçamentária para 2026?

Este é outro encaminhamento que faço.

Temos mais um, sobre o tema, Ministra, referente aos precatórios.

A reintegração dos precatórios ao limite de despesas primárias, a partir de 2027, conforme estabelecido pelo novo arcabouço fiscal, impõe um desafio adicional à já restrita margem de manobra orçamentária do Governo Federal. De acordo com projeções oficiais, o Governo Federal terá que desembolsar 124,3 bilhões de reais em 2027, 132 bilhões de reais em 2028 e 144 bilhões de reais em 2029, apenas para a quitação de dívidas judiciais já reconhecidas pela Justiça. Estes valores representam um aumento substancial em relação aos patamares anteriores e pressionam diretamente a verba discricionária do nosso Orçamento.

Para 2027, estima-se que, após o pagamento dos precatórios, o Governo terá disponíveis apenas 122,2 bilhões de reais em despesas não obrigatórias, dos quais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

56,5 bilhões de reais já estarão comprometidos com emendas parlamentares impositivas.

Em face disso, eu faço a seguinte pergunta, Ministra: que medidas estão sendo planejadas para assegurar a sustentabilidade fiscal a partir de 2027, considerando-se que os precatórios voltarão a compor integralmente o resultado primário e deverão ser pagos sem a flexibilização orçamentária autorizada até 2026?

O Poder Executivo desenvolve ações para verificar quais as origens mais comuns destes passivos ou as entidades que mais concentram os fatos geradores destas obrigações?

Há algum plano de ação a ser adotado para reduzir o surgimento de compromissos de mesma natureza no futuro?

São estes os questionamentos, Ministra.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Agradeço imensamente ao Relator Deputado Gervásio Maia, que contribui para com a discussão e me permite complementar algumas das apresentações que nós fizemos.

É possível unir um pouquinho a primeira pergunta com a segunda, sem deixar de responder a nenhuma das duas. Por fim, eu me esqueci de começar com a pergunta do Presidente.

A primeira pergunta é sobre a transparência, uma determinação no anexo da LDO, e, a partir daí, o monitoramento e a aderência dos órgãos do Ministério e dos Poderes em relação às ações, especialmente no que se refere às despesas.

Primeiro, sim, é regra geral da Constituição o controle interno dos órgãos. Nós temos o controle interno dentro de cada Ministério e o controle feito pela própria equipe econômica, sem mencionar, obviamente, o controle externo, que não é uma pergunta de V.Exa.

Portanto, nós temos um monitoramento que atrelo à segunda pergunta. Desde o ano passado, salvo engano, isso é público, está disponível para toda a sociedade,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

porque nós criamos um *site* chamado MPO Transparente. Nele, consta não só a questão da aderência no sentido da publicidade, mas também o monitoramento dos gastos públicos e a forma como os recursos estão sendo gastos, de acordo com a análise detalhada do que é possível fazer no primeiro momento, porque nós sabemos que, muitas vezes, as intenções não estão escancaradas no processo, de acordo com as transversalidades do PPA, pergunta feita por V.Exa.

Nós andamos pelo Brasil perguntando aos cidadãos que Brasil desejam para os próximos 4 anos, depois, nós, com o Congresso Nacional, demos a dica de como fazer para chegar a este Brasil. Depois disso, algumas coisas ficaram muito claras. As pessoas nas plenárias perguntavam: *"Onde está meu filho, onde está o jovem, onde está a mulher, onde está a pauta da sustentabilidade, especialmente a da mudança climática?"* E assim por diante: *"Onde estão os povos originários e a igualdade racial?"*

Dentro disso, nós deixamos muito claro que, a partir de então, nós deixaríamos muito claro onde é que estariam, no Orçamento brasileiro, os negros, as mulheres, as crianças e os adolescentes. Chegamos a algumas conclusões, especialmente no caso das mulheres. Por isso, nós resolvemos fazer um capítulo específico sobre o orçamento da mulher, porque esta foi uma proposta que surgiu da Bancada Feminina do Congresso Nacional. Nós estávamos aqui e falávamos: *"Não é possível!"* Este é um dado interessante.

Nós vimos que, quando se entregava a casa do Minha Casa, Minha Vida, isso era colocado na cota do orçamento da mulher, mas não na cota do orçamento do homem, nem no da família.

Então, inflava-se, no Brasil, a ideia de que há muito dinheiro para políticas públicas voltadas para a mulher. Claro que a mulher é beneficiada, mas o homem também é, a criança também é, a família é beneficiada com a casa.

Assim, nós resolvemos ser honestos. Foi uma iniciativa do Congresso Nacional. Isso está funcionando muito bem. E nós vimos que, em vez de ser tantos por cento — eu não tenho de cabeça os números, peço desculpa —, a participação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

da mulher no orçamento brasileiro era zero, zero alguma coisa. E quando nós começamos a fazer a orçamentação com a transversalidade da mulher, da mudança climática, com essas cinco transversais, começamos a perceber que houve mais recursos, ainda que modestos, voltados para a pauta feminina.

Portanto, sim, está havendo uma evolução desde lá, ainda que não seja a evolução que nós, mulheres, queremos. E essa evolução tem se dado não só com a participação das Congressistas, mas também dos Congressistas, porque são os senhores que votam o Orçamento. Então, é muito importante que essa pauta da transversalidade não saia mais do Orçamento brasileiro, da elaboração do Orçamento brasileiro.

Em relação à terceira, que é a questão da regra de ouro, quanto as operações de crédito, realmente, desde 2019 estamos com excedentes nos limites constitucionais. Foram as alternativas que fomos achando diante das excepcionalidades, das situações fora da normalidade. Colocar essas situações para dentro também nos causaria ainda mais engessamento, uma inviabilidade das despesas obrigatórias.

Essa é uma pauta que ainda não tem solução. Essa é uma discussão que nós estamos fazendo junto com o IPEA, que é o órgão que nos assessora. É uma preocupação que nós temos junto com o Ministério da Fazenda. As propostas são algumas, mas ainda não estão na mesa, nem são públicas, mas podemos fazer, até mesmo, quem sabe, um grupo de trabalho que envolva também o Congresso Nacional com alternativas viáveis para, sei lá, a partir de 2027, na próxima legislatura.

Mas, dentro desse processo, que é a pergunta que V.Exa. também me faz, diante disso, quais são as propostas que nós temos para conseguir aumentar a arrecadação e diminuir gastos, a contenção de despesas correntes? Aumentar a arrecadação com aumento de imposto está cada vez mais complicado, nós somos um dos países que mais cobra impostos do mundo, embora a cobrança seja realmente injusta no que se refere à igualdade de quem paga esses impostos. É





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

possível ainda aumentar ou cobrar impostos de quem não paga, mas sempre lembrando que quem mais paga a conta não consegue suportar mais aumento de arrecadação.

Por isso, a proposta do Governo em relação ao IOF. Tenho certeza de que agora todos vão se sentar à mesa de negociação, vão conversar, e vai sair, através do diálogo, da concordância, do interesse coletivo, uma alternativa viável para o Brasil.

Outra proposta que eu sei que é desta Casa — e eu levei 8 anos trabalhando nisso, é um grande desafio — é a questão de se aumentar a receita pelo corte de gastos tributários daqueles incentivos fiscais. Eu sou a favor de incentivos fiscais quando eles atendem ao interesse coletivo, como é o caso do Super-Simples. Mas às vezes se tem um incentivo fiscal que foi dado 40 anos atrás, que atendia, gerava emprego, renda, dinamizava a economia, e que hoje atende apenas a pequenos grupos de interesse.

Agora eu não queria estar na pele das senhoras e dos senhores. Eu tentei por 8 anos, nós conseguimos, eu era Presidente da CCJ, colocar na PEC uma alternativa que, na prática, não consegue nos atender, que era reduzir para 2% do PIB os gastos tributários, mas da forma como ficou redigida, por interesses, não resolve. Eu não quero estar na pele das senhoras e dos senhores porque eu sei que, quando se mexe com interesses, os *lobbies* vêm, aqueles grupos que conseguem fazer *lobby* fazem pressão, muitas vezes mostram por A mais B que eles têm razão, outras vezes, não. E não conseguimos avançar na questão de gastos tributários.

O que está na mesa, a pedido do Presidente desta Casa e já aceito pela equipe econômica e pelo Ministro Haddad? Não se mexeria com os gastos tributários constitucionais, por exemplo, a Zona Franca de Manaus, entre outros.

Poderíamos fazer um corte linear — não é a melhor medida, mas talvez a possível. Eu mesma fui contra isso no passado. Acho que não é a forma que mais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

garante justiça tributária, mas, dentro da injustiça que nós temos hoje, mexer com uma linearidade em alguns desses gastos tributários poderia ser uma alternativa.

Mas não se iludam, nós estamos falando de pelo menos 150 tipos de gastos tributários no Brasil. Na hora em que abrimos isso, há sempre alguém dizendo que tem razão, que vai gerar desemprego. Mas nós temos que enfrentar.

Se nós conseguíssemos ou conseguirmos algo em torno de 20 bilhões de reais de economia, num universo de gastos tributários hoje da ordem de 580 bilhões de reais, que varia, de renúncias fiscais todos os anos... Lembro que, dos quase 600 bilhões de reais, grande parte é constitucional, então não vamos mexer; sobra outro tanto, e dentro desse outro tanto vamos ter dificuldades em achar alguns... Se nós conseguirmos algo em torno de 5% disso, nós estamos falando de uma economia — e economia no sentido de ter receita, receita que nós renunciarmos, mas que vai entrar para os cofres públicas — na ordem de 20 bilhões de reais.

Em tendo as receitas crescendo acima da inflação pelo menos 2%, eu não achato o crescimento da despesa. E esta foi a pergunta que o Presidente fez: "*Por que lá?*" Porque, por enquanto, lá, no último ano, nós ainda não colocamos todas as receitas. Por conservadorismo da Receita Federal, optou-se por não colocar, por isso essa diferença. E o olho clínico do Presidente foi exatamente na única discrepância das despesas primárias.

Nós questionamos a Receita: "*Vai ou não vai?*" Foi uma divergência. Chegamos à conclusão de que é verdade, é melhor fazer as coisas com parcimônia, com conservadorismo. Mas a tendência é esse número crescer, por conta de uma possível arrecadação maior, de receitas que virão para o Orçamento referente a 2029, que foi a pergunta do Presidente Efraim.

Ainda, antes da última pergunta do Relator, em relação à contenção de despesas correntes, eu não tenho outra resposta a não ser aquela que eu dou todos os anos quando venho a esta Casa, nas vezes que venho: não há como fazer contenção de despesas sem rever os gastos do Governo em todas as medidas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

É preciso colocarmos a lupa, termos honestidade intelectual, sabermos o que nós já fizemos. E aqui vou usar um termo que não é meu, mas do Governo, do Presidente Lula, para deixar claro, com toda tranquilidade e sem nenhuma consideração aqui a quem não concorde. Nós já mexemos muito com o andar de baixo, gente. Se não colocarmos a mão na consciência... Nos últimos anos, eu vou colocar 10 anos ou 11 anos, para fazer jus, porque eu estava aqui, fizemos a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, todas as medidas que nós fizemos sempre eram pelo lado de políticas sociais. No passado se cortou até dinheiro para ciência, tecnologia, inovação porque não se acreditava nisso, se tirou dinheiro do Farmácia Popular, de políticas sociais, e nunca se conseguiu mexer com o andar de cima — ao qual eu pertença, ao qual muitos de nós pertencemos.

Então, temos que ter a seguinte mente: por justiça tributária.

Se nós olharmos todos os servidores desta Casa, veremos que dificilmente alguém aqui paga menos de 22% de imposto na sua renda, e eles trabalham todos os dias, de manhã, de tarde, sábado e domingo. Eu sei disso, porque, mesmo quando estamos nas nossas bases, acionamos os nossos servidores.

Iguais a esses servidores, existem muitos pelo Brasil afora, nos Municípios e nos Estados. Nós estamos na iniciativa privada. Portanto, não é preciso muito dinheiro para pagar 22% de tudo o que se ganha, basta alguém ganhar 4 mil reais por mês, um pouco mais que isso, líquido, para que todo mês sejam descontados 22%. Corrijam-me, porque eu nunca gravei a tabela, que acabou de mudar, Barreirinhas, em maio. Então, eu não sei qual é o valor.

Não é justo que quem ganhe mais de 50 mil reais ou 60 mil reais de renda — não se trata de propriedade, não são outros tipos de benefícios temporários, não é indenização, não é nada disso — não pague pelo menos 10%. E nós não vamos mexer com quem paga 11%.

No agro, por exemplo, a maioria dos contratos, muitos dos contratos de arrendamento, etc., paga pelo menos 11%. Ninguém vai mexer com isso. Nós estamos dizendo que aqueles que não pagam imposto, ou pagam 3% ou 4%,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

passem a pagar pelo menos 10%. Se isso não for justiça tributária ou se isso for discurso de esquerda...

Eu, que nunca fui de esquerda, tenho de me considerar de esquerda, porque não é possível que entendamos isso como algo que fira a suscetibilidade de quem quer que seja. Isso se chama justiça tributária. Significa garantir às pessoas igualdade de tratamento. Significa que aquele que ganha 4 mil reais, que vai sofrer desconto de 22%, não vai ficar num grau de desnível tão grande em relação àquele que ganha 100 mil reais. Eu não estou dizendo que todos — muitos são tributados — não vão pagar nada, seja pelos dividendos, seja pelas receitas que têm, seja pelos investimentos que fazem.

Então, eu acho que, com muita honestidade... Eu dei um exemplo apenas, porque eu acho que posso falar isso, até porque eu estou nesse processo antes e depois. Eu faço parte desse processo e desse grupo. Eu acho que nós estamos falando de algo absolutamente democrático, justo e equilibrado, que permitiria e permitirá que, em compensação, garanta a quem ganha até 5 mil reais — por isso, eu dei o exemplo dos 4 mil reais — que não pague nada, como deveria ser.

Por fim, a última pergunta que o Relator me faz é em relação... Ele não quis dar o nome. Ele falou em dívidas judiciais. Vamos chamar isso de precatórios, para resumir e ser mais objetiva aqui. Ele está falando do desafio que nós teremos até 2027. Eu não dou muitas entrevistas, mas tenho dito para as pessoas que me perguntam, mesmo a imprensa... Quando eu fui a primeira da entrevista, todo mundo falou: *"A Ministra Simone falou que, em 2027, nós teremos shutdown se nós não resolvermos os problemas dos precatórios"*. Não sei o que eu disse de novidade, porque já estava na LDO do ano passado e todo mundo já sabia disso. Mas, enfim, o fato de falar e externar algo, como Ministra do Planejamento e Orçamento, às vezes, faz com que a imprensa pautar isso. Que bom que pautou, porque é um tema relevante!

E aqui só faço uma consideração. Acho, sim, Deputado... E a sua pergunta é das mais relevantes. Apenas como uma sugestão, eu penso que nós temos de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

enfrentar esse problema no segundo semestre deste ano, porque nós precisaremos fazer — isso é uma atenção importante — a LOA de 2027 até agosto do ano que vem, a LDO de 2027 até abril do ano que vem e o PLDO de 2027 até abril do ano que vem. Se a gente precisa desses parâmetros para a LDO de 2027, onde vai entrar a parte do precatório que vai voltar para o bolo?

O senhor me fez uma pergunta à qual eu não posso responder. Eu tenho uma opinião muito particular, uma alternativa a isso, mas ela ainda não está na mesa. O Ministro Haddad conhece essa medida, mas nós não a debatemos. Eu acho que ela é a mais simples de se resolver, resolve-se com toda a honestidade, e não causa problema nos próximos anos para efeito de achatamento, porque muito desse achatamento tem a ver com a questão dos precatórios. Dentro desse processo geral, o precatório é um dos problemas, dentre inúmeros outros. A pergunta que o senhor fez atrela a sua fala final à sustentabilidade... Eu não falo nem de sustentabilidade da dívida, porque nós não vamos garantir sustentabilidade da dívida dentro dessas regras. Mas nós estamos falando de estabilidade da dívida pública. Nós temos, sim, um Conselho — eu chamo de comitê — de Acompanhamento e Monitoramento das Decisões Judiciais.

É preciso falar dos fatores imponderáveis. Eu falei dos fatores externos, Senador Efraim, mas, volta e meia, há decisões judiciais. E decisão judicial transitada em julgado, a gente não discute, a gente cumpre. É assim que estabelece a Constituição. Eu a cumpro, como alguém que é do direito, e do direito público. Mas muitas vezes ela tem um ônus, que traz um impacto significativo no Orçamento brasileiro.

Então, diante disso, o que esse comitê está fazendo? Capitaneado pela AGU, fazem parte dele três Ministros: o Ministro Haddad, eu e o Ministro Messias. Nós procuramos nos antecipar aos problemas judiciais, e isso tem produzido muito efeito. Depois, o Ministro Messias pode vir falar item por item do quanto a gente conseguiu avançar, evitando decisões judiciais, com toda a legitimidade para dialogar com os tribunais superiores, não só o Supremo, mas também o Superior





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Tribunal de Justiça e, em alguns casos, até tribunais regionais, para que a gente pudesse, antes da decisão tomada, chegar ao Supremo e explicar aos Ministros o impacto social, fiscal e orçamentário da decisão.

Portanto, são enes ações, e algumas medidas têm surtido efeito, senão, nós já estaríamos, não em 2027, Senador, mas, no ano que vem, com a total impossibilidade de cumprir as regras do Orçamento.

Eu não sei se eu falei muito. Como as perguntas eram mais amplas, eu não sei se ficou sem resposta alguma pergunta do Relator.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Eu estou satisfeito.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu vou dar início à chamada dos inscritos para o debate.

Ministra, há um ponto na sua fala que acabou não sendo referenciado aqui. A senhora mesmo reclamou que ainda há uma lacuna no combate às fraudes, aos desvios.

Nessas despesas obrigatórias, nos benefícios previdenciários, a gente sabe das fraudes que existem no Bolsa Família e no BPC. Não está nominado aqui, mas eu até gostaria de saber, por exemplo, qual é o *quantum* do Seguro-Defeso, por exemplo, que tem sido também um outro tema bastante combatido, para que a gente possa, nesse mesmo esforço, com a AGU e com o Ministério da Fazenda, se antecipar aos problemas judiciais, também junto à CGU e aos demais órgãos, para avançar nesse pente-fino, para que a resposta não seja só aumentar alíquota, aumentar o imposto, mas também qualificar esse gasto público, eliminar esse desperdício e combater a fraude, que é um recurso que também retorna ao caixa do Governo.

Então, eu acho que é importantíssimo a gente avançar nesse sentido.

O primeiro inscrito é o...

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Permita-me apenas complementar, Presidente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Permito, Ministra. Antes, informo que, só para efeito regimental, o Senador Carlos Viana registrou a sua presença de forma *on-line* para complementar o nosso quórum.

V.Exa. está como sétimo inscrito, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu que lhe agradeço.

A Ministra quer complementar a fala dela. Na sequência, o Senador Izalci estará com a palavra.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Acho a fala do Presidente importantíssima. A gente fala muito de revisão de gastos no sentido de cortes, de cortar alguns benefícios, seja dos gastos tributários, da receita, seja do lado da despesa. Qual é a política pública? Vamos incorporar o piso para dentro da educação, da saúde ou não vamos? A gente fala muito disso.

Eu gostaria — só para efeito analógico para facilitar um pouco o entendimento — de imaginar o Orçamento como uma grande piscina, onde a gente consegue enxergar a superfície na horizontalidade, e muitas vezes não consegue enxergar na profundidade, dependendo, inclusive, se a água estiver turva.

Então, a gente tem dois tipos de análise de revisão de gastos: a análise horizontal e a análise vertical. A análise horizontal é esta: quais são os benefícios que podem ou devem ser cortados, que atendem ao interesse público ou não. Mas há um que vai na verticalidade, e na verticalidade ninguém vai mexer com o Super-Simples, por exemplo. Mas quantas empresas chegam ao teto do rendimento bruto, do limite máximo para ter direito ao benefício do Super-Simples, vão lá e criam uma outra empresa, ou três, ou quatro, ou cinco, ou oito, ou nove empresas para poder ter o benefício do Super-Simples? E quanto o Brasil deixa de arrecadar?

Isso não é uma tarefa simples. O Barreirinhas têm se debruçado nisso, a Receita tem se debruçado nisso, tem verificado. Uma alternativa poderia ser a questão via CPF/CNPJ. Enfim, há alternativas que não são simples, mas a gente procura fazer.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Sobre o Seguro-Defeso, o tal número, eu não tenho de cabeça, mas vou pedir para a minha equipe. O Atestmed está aqui também na revisão.

Eu finalizo com o BPC no exemplo que eu dei. Talvez voltar por lei, e não por decisão judicial — foi dada decisão judicial —, que consignado para beneficiário do BPC menor de idade somente mediante autorização judicial. Era assim no passado. Em 2019, caiu, e aumentou o número de crianças e jovens que têm consignado no seu BPC, porque os responsáveis, muitas vezes, vão lá e pegam o consignado, sem decisão judicial.

Então, são medidas como essas que a gente poderia fazer, por meio de lei, ou revogar o dispositivo.

Nós estamos dispostos, estamos prontos para participar do grupo de trabalho, que eu sei que existe dentro desta Casa, no que se refere a essa revisão de fraude, de erros, de combate inclusive à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Perfeito.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, pelo prazo regimental de até 5 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Primeiro, gostaria de cumprimentar a Ministra Simone.

Ministra, eu sei que o desafio é grande...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Senador Izalci, permita-me só um aparte para fazer um comunicado de interesse geral.

Após o encerramento desta reunião, nós já estamos com quórum, teremos sessão deliberativa. Nós temos medidas provisórias que estão na pauta da CMO e também faremos o anúncio dos membros dos comitês.

Com a ajuda da Secretaria da Mesa, nós fizemos a seguinte divisão dos comitês pela proporcionalidade: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras Irregulares Graves — COI; Comitê de Avaliação da Receita — CAR, que foi muito citado aqui; e Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária — CFIS. Então nós faremos esse anúncio.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Deputado Gervásio Maia, V.Exa. pretende fazer a leitura do relatório preliminar da LDO na sessão subsequente, ainda nesta semana?

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, essa é a ideia.

No entanto, conversando com a equipe técnica, eles sugeriram que a gente faça a votação para cumprir os prazos em relação às emendas na semana que vem. Mas parece que há um acordo no Colégio de Líderes para que, na semana que vem, as Comissões não se reúnam. Eu não sei se esse acordo inclui a nossa CMO.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - A gente pode, como sugestão, já para deixar todos informados, aproveitar o quórum, suspender a reunião — não para amanhã, mas para quinta-feira, para darmos condição a V.Exa. —, para cumprirmos o acordo da Casa de não haver reunião de Comissão na semana que vem.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Na quinta-feira é um pouco complicado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Então prefere amanhã?

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Amanhã.

Quer dizer, eu preferiria que a gente pudesse fazer na semana que vem, porque cumpriríamos os prazos das emendas. Haveria mais tempo para os Parlamentares, Senadores e Deputados, emendarem. De minha parte, não há nenhuma dificuldade que façamos na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira ou até na quinta-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Perfeito. Na próxima sessão, a gente avança sobre esse tema do calendário.

Ministra, é importante que V.Exa. tenha conhecimento de que há um esforço desta Presidência, um esforço hercúleo, para que a gente coloque o cronograma nos eixos. Todos sabem que nós viemos de um Orçamento atrasado — o de 2025 foi votado em abril. Nós estamos com a previsão no calendário, que será organizado entre nós e o Relator, de votar o relatório preliminar da LDO até julho, como manda a Constituição Federal, e o relatório definitivo ficará para agosto. O importante é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

colocar a programação nos eixos para que consigamos votar a LDO antes do envio do PLOA.

A gente vai conseguir fazer essa conciliação votando a LDO antes do envio do PLOA, que está previsto para 31 de agosto. A gente coloca tudo nos eixos, para que possamos concluir o ano de 2025 em dezembro deste ano com o Orçamento de 2026 votado. Vamos recuperar um atraso de 4 meses para que, em dezembro, a gente consiga encerrar a sessão legislativa com o Orçamento de 2026 devidamente aprovado.

É essa a missão e o compromisso da Presidência, contando, claro, com a colaboração de todos os senhores.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, quero só mencionar uma informação importante.

Dentro daquilo que nós pactuamos para o cumprimento desse calendário que V.Exa. aqui colocou, houve uma preocupação por parte do Executivo.

Eu conversei com a Ministra Gleisi e com o nosso Líder do Governo, Deputado José Guimarães, sobre o prazo para a entrega do Relatório de Gestão Fiscal, que sai em torno do dia 21.

Entendendo isso, Ministra, nós estabelecemos um calendário para que o relatório final só venha a ser apresentado após o Relatório de Gestão Fiscal, para que haja oportunidade, quem sabe, de se fazer alguma alteração no texto.

Então, seguindo a orientação do nosso Presidente, Senador Efraim Filho, que conduz com muita dedicação as atividades aqui na nossa CMO, nós vamos cumprir os prazos, para evitar qualquer atraso, e avançar com a LDO, antes que a LOA seja encaminhada à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Perfeito.

Peço para devolverem o tempo regimental ao Senador Izalci.

Muito obrigado pela tolerância, Senador Izalci. V.Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Como foi dito, o desafio é grande, porque praticamente não há recurso nenhum para investimento. Apesar de terem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

anunciado o PAC, acho que não será possível cumprirem a promessa de realizar esses investimentos.

Eu gostaria de perguntar se, nesse quadro, está considerada a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que fala de aumento de imposto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Não está computada.

Com relação ao que foi falado aqui, acho importante a questão do corte linear. A gente vem falando disso há mais de 1 ano, e o projeto do Senador Esperidião Amin está há alguns anos aqui. Falam sempre em corte linear, que é um absurdo, porque apenas o Governo Federal e os Governos Estaduais são competentes para fiscalizar e avaliar se o incentivo está dando retorno, se o incentivo fiscal está atendendo ou não seu objetivo. Então, eu acho que é um erro falar em corte linear. Eu acho que a gente tem que identificar os grandes incentivos e fazer o corte pontual daqueles que não estão cumprindo aquilo que foi combinado. Eu gostaria de saber como está o entendimento do Executivo e do Supremo sobre isso.

O Presidente Lula determinou que se devolvesse o dinheiro que foi roubado dos aposentados. Agora, o Ministro Dias Toffoli disse que é para devolver com o dinheiro do Orçamento e fora do arcabouço fiscal. Como funciona essa questão "fora do arcabouço"? Como vocês tratam isso? O contribuinte fica desesperado, porque os caras roubam, e o dinheiro é devolvido com recursos do Orçamento e fora do arcabouço fiscal. Não há condição de pagar, não há recurso para isso, mas o Supremo manda fazer assim. O Supremo tem determinado que se façam reembolsos muito ruins, além desse.

Muitos falam sobre tributação de dividendos. Quem ganha acima de 50 mil e é assalariado paga 27%, isso já está na tabela de Imposto de Renda. Então, quando se fala que ninguém paga nada, está-se referindo a dividendos. Eu talvez seja um pouco mais experiente que V.Exa. e me lembro de quando foi implementada a isenção dos dividendos. No momento em que foi feita a isenção dos dividendos, houve um aumento da alíquota da pessoa jurídica. Então, ao fazer a tributação de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

dividendos, a gente tem que rever essas questões da pessoa jurídica, porque houve aquele aumento. Basta buscar o histórico para comprovar isso.

Também está embutido o IOF nessa programação, nessa perspectiva que vocês fizeram? Vocês já previam que essa decisão não ia passar aqui? Ela foi feita agora, depois disso?

Quais medidas estão sendo tomadas para resolver essa questão das despesas discricionárias? Do jeito como está aqui, o Governo vai ficar sem recurso para o custeio básico da saúde e da educação e para manutenção.

Era isso, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Vamos fazer as manifestações em bloco, para que possamos avançar.

O Deputado Sidney Leite foi ao plenário.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado, Presidente Senador Efraim Filho.

Eu gostaria de saudar a Ministra e toda a sua equipe.

Ministra, eu queria parabenizar V.Exa. Eu fiz isso à época, quando fui Relator do PPA. A notícia boa é que, em relação a meio ambiente, a mulheres, a todos esses critérios que foram incorporados no PPA, 80% foram cumpridos. Acho que isso é muito importante.

Eu quero parabenizá-la também porque voltou a existir planejamento. Em outras épocas, nem planejamento havia no País. É importante fazer esse registro.

O segundo registro que eu gostaria de fazer é sobre o apontamento apresentado na exposição do Governo em relação ao crescimento da economia. Afinal de contas, se a economia não vai bem, absolutamente nada pode ir bem. As análises divulgadas pelo *Relatório Focus* e outros boletins, por banqueiros, por vários economistas que sempre têm voz nos grandes veículos de comunicação falavam que nós cresceríamos menos de 1%. Nós estamos no terceiro ano crescendo 3%, e agora temos uma perspectiva de crescer 2,5%. Isso é uma coisa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

muito importante que a gente deve registrar. Também há geração de emprego, inclusive na área industrial, que é outra questão importante, porque é emprego mais qualificado para o País.

O terceiro aspecto é o salário mínimo. Eu não sei se os senhores se lembram, mas, antes de o Lula assumir, o salário mínimo era menor que 80 dólares. A nossa luta era para que o salário mínimo chegasse a 100 dólares, o que hoje corresponderia a 550 reais. Será que isso é verdade? Sim, o salário mínimo era de 100 dólares. Aliás, não chegava a 100 dólares. Quando o Lula assumiu, o salário mínimo correspondia a 78 dólares, ou seja, não chegava a 500 reais. Hoje, ele está em 1.518 reais, e queremos que ele chegue a 1.630 reais. Isso se deve ao reajuste acima da inflação, que é política do Lula, que, infelizmente, foi interrompida no período em que Temer e Bolsonaro estavam no País. O trabalhador receber um salário bom significa que a economia está ativa na loja, no comércio, na padaria. O povão está comprando, e isso faz a economia crescer. Eu também gostaria de fazer esse registro.

Outro aspecto importante são os gastos, Ministra. Acho que nós temos que aprofundar essa questão. Quando a gente fala em gastos, a gente não fala numa movimentação forte para a taxa Selic cair. Aqui ainda não se falou que a taxa Selic está muito alta. Isso é gasto público, é investimento que não pode ser feito, é subsídio que o Governo tem que gastar para apoiar empresas e ir para o Plano Safra. Então, este é o grande tema: a taxa Selic precisa cair.

Outra questão importante é que existem muitas isenções fiscais, que somam entre 600 bilhões e 800 bilhões de reais por ano. Se nós formos tirar as mais necessárias, para ver as que não geram emprego, os benefícios que deveriam ser momentâneos, mas se eternizaram na economia do Brasil, os grandes setores que não geram os empregos prometidos, os que têm vantagens e não repassam os recursos que a sociedade paga no imposto, que se apropriam dele, nós poderíamos ter um aspecto linear, até que se atinja o equilíbrio. Seria possível fazer uma redução de, ao menos, 10% nas isenções. Se são 600 bilhões de reais, isso daria





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

60 bilhões de reais. A senhora falou em 20 bilhões de reais, foi bem ponderada nesse sentido. Eu acredito que a gente deveria fazer este debate: por que não cortar linearmente 10% e ter 60 bilhões de reais a mais para programas sociais?

Outra questão: por que a gente não fala da Lei Kandir? Eu estava conversando com o Deputado Marcon que nós estamos exportando sem industrializar aqui, sem agregar renda aqui. Precisamos fazer esse debate.

É muito fácil fazer o debate do BPC; é muito fácil fazer o debate do salário mínimo, que fica congelado para baixo, e ainda querem desvincular a aposentadoria do salário mínimo. *"Atenção, aposentados! Vocês podem receber menos que o salário mínimo."* É isso que a gente tem que dizer. Desvincular o salário mínimo da aposentadoria é dizer: *"Trabalhador, o salário mínimo vai ficar congelado, e o seu salário de aposentado vai ser menor do que o congelado"*. É isso. Bom, podem falar: *"Ah, temos que desvincular os mínimos constitucionais da educação e da saúde"*. Sim, para não haver SUS para o povo? Para não haver Programa Pé-de-Meia na educação?

Eu quero provocar, Ministra, esse debate. Vamos pegar exatamente onde há dinheiro. Isso é fazer justiça. Aí, sim, entraremos no andar de cima.

Vou ficar no meu tempo, vou respeitar o tempo, Presidente Efraim. Mas, antes, quero dizer o seguinte: isenção para quem recebe até 5 mil reais é para o povão, ou seja, 25 milhões ou 20 milhões de brasileiros. Se 140 mil brasileiros pagarem um pouquinho mais, esse dinheiro não vai fazer falta para eles. Eles são os que têm mais e podem pagar um índice maior. Talvez, eles não estejam pagando. Então, trata-se de justiça tributária.

O Brasil precisa continuar crescendo. O salário tem que ser pujante. Tem que cortar onde atinge os maiores e, para os menores, tem que haver política. Se houver um erro, um equívoco em algum lugar, façam uma revisão, mas não para acabar com o programa. Trata-se do que o Presidente Efraim colocou: corrigir aquilo que está errado. Então, se alguém recebe indevidamente, ele não deve receber. Mas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

não se deve cortar o programa. Acho que esse é o debate que nós precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço a V.Exa. a observância ao tempo. A Presidência será firme ao pedir aos demais Parlamentares a contribuição em relação ao tempo, pois há muitos inscritos aqui.

O último orador desta rodada é o Deputado Jorge Solla, a quem concedo a palavra.

O SR. JORGE SOLLÁ (Bloco/PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Inicialmente, quero saudar a nossa Ministra e parabenizá-la pela apresentação.

Em especial, quero destacar um ponto fundamental que a Ministra nos trouxe: o Orçamento não é uma peça de ficção. O Orçamento tem que traduzir as prioridades do Governo; o Orçamento tem que ser coerente com as políticas públicas que o Governo pretende implementar; o Orçamento tem que ser coerente com o programa de Governo. Portanto, o primeiro ponto que quero destacar é este aspecto que a Ministra deixou claro aqui: o Orçamento tem que refletir o programa de Governo, as prioridades de Governo, as políticas públicas. Ele não pode ser uma peça de ficção nem pode ser uma peça contrária ao programa de Governo. O primeiro ponto é esse.

A reconstrução que o Governo do Presidente Lula fez, nesses 2 anos e meio, só foi possível porque havia um Orçamento que permitiu colocar, como a senhora mesma disse, o pobre de volta nele. Ainda não colocamos o rico no Imposto de Renda. Mas já começamos com a reconstrução das políticas públicas, ampliando os recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social, voltando com o Programa Minha Casa, Minha Vida e uma série de outras políticas importantes.

É óbvio que a questão da justiça tributária é hoje um ponto fundamental na construção dessas políticas, da própria LDO e do próprio Orçamento.

Quero reiterar aqui uma coisa que o Deputado Bohn Gass disse: nós não podemos deixar de falar de juros, Ministra. E eu não achei aqui, infelizmente — e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

esse é um ponto fundamental —, que é o impacto do gasto de uma dívida pública, com juros, encargos, amortizações de refinanciamento. Em 2022, isso representou 46,3% do Orçamento. A estimativa é que, até 4 de junho deste ano, esse valor já tenha subido para 53,4% do Orçamento, ou seja, entre 2022 e 2025, nós estamos gastando — vou botar uma média aí — de 5% a 7% a mais do Orçamento com a dívida pública.

Isso aconteceu, é óbvio, porque a Selic aumentou. O impacto estimado é que cada 1% da Selic equivale a 55 bilhões de reais de despesas, de gastos. Isso é gasto. Isso não é investimento, não. Isso é gasto mesmo. É a forma como o dinheiro dos impostos...

Ministra, eu sempre lembro que há duas formas de o imposto ser aplicado, duas grandes formas: voltar para o povo ou voltar para a elite econômica e financeira. Voltar para a elite econômica e financeira é isto aqui: pagamento de juros de dívida pública. Voltar para o povo é saúde pública, é educação, é geração de emprego, é valorização do salário. Então, esse é o ponto fundamental.

Quanto à tentativa de cortes, o Deputado Bohn Gass comentou sobre o risco e o discurso de ter que cortar o BPC e a aposentadoria.

Ministra, eu sou profissional da saúde, trabalho há 40 anos em saúde pública. Eu me lembro do tempo em que o velho, o idoso, vamos chamar assim, no nosso País, era um estorvo para a população mais pobre, porque ele só dava despesa, e não gerava renda. Com o BPC, o idoso e o deficiente deixaram de ser prejuízo, estorvo, problema para a família mais pobre, e passaram a ser, muitas vezes, o principal gerador de renda da família.

Um programa como esse é um investimento social gigantesco. Nós estamos falando da população mais pobre que não tem nem direito de se aposentar quando chega à idade. Até isso foi tirado dela. Foi expropriada dela o direito de aposentadoria. Então, esse é o ponto que eu queria também destacar.

Algumas coisas eu não entendi muito bem, Ministra, e me permita perguntar a V.Exa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

A massa salarial nominal está caindo? A gente falou tanto de valorização do salário, de geração de emprego, de crescimento econômico. Permita-me o meu desconhecimento, talvez, desses meandros e detalhes da economia.

Como é que a gente aumenta o crescimento econômico, aumenta o PIB, aumenta a geração de emprego, aumenta o salário mínimo, e a projeção é de que a massa salarial nominal reduza de 10,3% para 6,08%? Eu gostaria de ter essa explicação.

Outra questão é a projeção do Imposto de Renda e do IOF. O que está sendo proposto aqui? Como V.Exa. falou, 0,01% iria passar a pagar o imposto que está projetado aqui, ou isso não está previsto na projeção da receita do Imposto de Renda?

Por que está projetada a redução da Cide dos combustíveis de 4,3 bilhões de reais para 4 bilhões de reais no período em questão?

Eu queria também questionar o seguinte: por que, na despesa primária, está projetada uma redução, em termos de percentual do PIB, de 18,9% para 16,9%? Por que, na despesa pessoal e encargos sociais, está projetada a redução do PIB 3,3% para 3%?

Onde é que nós vamos cortar pessoal, Ministra? Vai reduzir onde? Esse é um aspecto que eu não consegui ainda ter o detalhamento, e talvez V.Exa. possa dar essa explicação.

Obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Com a palavra a Ministra para responder a esse bloco de perguntas.

Na sequência, estão inscritos o Deputado Carlos Zarattini, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Vou começar com o meu querido colega Senador Izalci. Tive a honra de tê-lo como colega, aprendendo muito, debatendo por 8 anos no Senado Federal, sempre muito atento aos interesses do País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Especialmente, é um Senador que sempre teve foco lá na CAE na questão do Orçamento, e tive o privilégio de aprender muito com S.Exa.

A MP 1.303 não está, até porque nós não obtivemos êxito. Lembro que, de modo geral, tudo o que V.Exa. disse que não está, é porque nós apresentamos a LDO no dia 15 de abril deste ano, e a questão do IOF e da MP foram posteriores. É por isso que a LDO é uma estimativa, e V.Exa. me ensinou isso. Quero lembrar a cronologia e por que essas medidas vieram posteriormente.

Quanto à parte principal do corte linear, eu tenho certa convergência com V.Exa. Eu apenas estou ponderando essa ideia, porque foi uma ideia que surgiu desta Casa, através do Presidente Hugo Motta. Não é, obviamente, uma questão definitiva. Ele deu uma sugestão que vale a pena ser analisada, e a equipe econômica está analisando nessa luz. Aliás, foram duas sugestões desta Casa, e uma já foi absolutamente acatada: não se fazer nenhuma revisão em relação aos incentivos fiscais constitucionais. A princípio — política muda igual nuvem, muda a cada hora —, nós não estamos trabalhando com nada que se refira a corte de gastos tributários constitucionais. E, dentre os cortes tributários infraconstitucionais, em alguns deles, a gente sabe que não vai mexer.

Como eu disse, eu não acho que a melhor forma de se garantir justiça tributária é a mais fácil. Eu não gosto dos atalhos. Eu sou daquela pessoa que enfrenta os desafios. Eu prefiro o caminho certo do que o caminho fácil. A minha vida inteira mostrei isso e, recentemente, no processo eleitoral, também, mas vamos nos curvar a uma decisão da maioria dos Líderes, se acharem que tem que ser um corte linear.

Embora eu concorde com V.Exa., também concordo com a posição de alguns, que dizem o seguinte: é melhor um corte linear naqueles incentivos que não atendem mais ao interesse público a não ter corte nenhum. Se não atende ao interesse público, quem está levando esses gastos tributários, está levando de forma indevida, inconstitucional, à luz dos mais pobres da sociedade brasileira, da classe média brasileira. De novo, nós precisamos rever gastos para garantir, por





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

exemplo, a própria questão da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais.

V.Exa. foi muito preciso. E a pergunta é importante em relação ao posicionamento, não definitivo ainda, do Ministro Toffoli, que tem que ir para o Plenário do Supremo Tribunal Federal. Não dá para me delongar muito na resposta, mas a grande dúvida que nós tínhamos era... Nós tínhamos certeza de que era um fato imprevisto. Para gerar um crédito extraordinário, não basta a imprevisibilidade. Existem dois pressupostos. A gente tem que ter certeza de que esses pressupostos serão claros para efeito de se criar crédito extraordinário. Mas o Ministro Toffoli ainda não decidiu se está fora do arcabouço em relação à meta fiscal, isso não está decidido ainda.

Por que crédito extraordinário? Vai gerar dívida de qualquer forma, mas por que crédito extraordinário? Do contrário, eu teria que cortar as despesas deste ano, seja a nossa, do Executivo, seja a do Judiciário, sejam as emendas, enfim, na linearidade. Como é um fato imprevisível, que ninguém previa, não sabemos ainda quanto será este ano, se serão 4 bilhões de reais, 5 bilhões de reais ou menos que isso. Houve uma decisão, que ainda não é definitiva, do Supremo de que poderia ser emitido um crédito extraordinário. Alguém aqui pode comentar se houve alguma decisão nas últimas 48 horas que eu não esteja sabendo, mas não houve ainda a decisão sobre o arcabouço em relação à meta, se vai ficar fora ou dentro da meta fiscal.

Recebo aqui as sugestões, as observações em relação à tributação acima de 50 mil reais, no caso de dividendos, porque, no passado, onerou-se a pessoa física.

Eu não me lembro se houve mais alguma pergunta de V.Exa., mas eu acho que foram essas.

Em relação ao Deputado Bohn Gass, S.Exa. foi um querido parceiro e amigo que eu acabei conquistando. Acredito que tenha conquistado, porque V.Exa. me conquistou pela gentileza no trato, pela forma equilibrada como trata as questões a serem debatidas e que nos acompanhou no PPA. Obrigada pela lembrança de que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

o PPA conseguiu impor também certas regras para nós Ministros. A gente tinha lá indicadores e metas para cumprir, e os números estão extremamente positivos em relação ao cumprimento dessas metas e indicadores previstos no PPA.

V.Exa. tem razão em relação ao salário mínimo. Eu quero repetir aqui o que eu disse. Eu pedi para checar, Deputado Jorge. Eu falei: *"Chequem, porque eu não posso chegar lá na Comissão e falar isso"*. Hoje, o salário mínimo é o maior salário mínimo, em tempos reais, dos últimos 50 anos. Isso precisa ser comemorado, seja porque é uma justiça para o trabalhador que pega duas, três conduções, para ganhar 2 mil reais, 2.500 reais. Quando consegue, nos grandes centros, ganha algo em torno de 2.800 reais. A maioria no interior ganha exatamente um salário mínimo. Isso dinamiza a economia. A classe média e o pobre no País não têm o privilégio de guardar dinheiro debaixo do colchão. Eles gastam com o filho, com o marido, com a esposa, colocam comida na mesa. Isso quando eles não têm a infelicidade de escolher entre pagar a luz ou colocar a comida na mesa.

Então, sob essa ótica, V.Exa. tem razão. Acho que uma das grandes conquistas — e espero que isso continue com o próximo Presidente, ou um Lula 4, ou um próximo Presidente da República — é a valorização do salário mínimo. Nós tivemos que fazer uma calibragem. O Congresso aprovou uma calibragem, porque o impacto estava muito grande, mas, mesmo assim, isso significa — e é importante dizer — que, embora esteja pesando no bolso do trabalhador brasileiro o preço do café, da carne, da cesta básica, que agora está caindo, também é verdade que o preço do alimento cresceu abaixo do aumento do salário mínimo. E esse salário mínimo é perene, enquanto o preço dos alimentos — eu, como alguém do agronegócio, sei disso — é sazonal. No caso do café, é uma fatalidade aqui e no Vietnã. No caso do ovo, por conta da situação das aves nos Estados Unidos, um dos maiores consumidores de ovos, todo mundo resolveu exportar para lá, ficamos sem ovos aqui. Isso encareceu, mas já está se normalizando, especialmente no caso do ovo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Em relação aos juros, já respondendo às duas questões, nós colocamos as projeções da taxa Selic aqui. A taxa Selic tem a ver com dois fatores: um também com o nosso dever de casa de garantir as finanças públicas, a responsabilidade fiscal; o outro se refere a elementos externos, que a gente não pode prever. Mas concordo que esse é um tema que exige um debate com responsabilidade e honestidade intelectual, sem viés ideológico, sentar à mesa e ver o quanto nós estamos pagando de juros no Brasil, como ficarão os juros no Brasil, agora, a partir do momento em que começa a haver uma queda da inflação, como virão as próximas decisões do Copom. É um círculo, às vezes, vicioso, e precisa ser virtuoso. A gente precisa do crescimento da economia, com baixa inflação, para termos o controle dos juros. Esse é um assunto no qual não vou me delongar, obviamente, porque não é o assunto da LDO, mas concordo que nós precisamos debatê-lo.

Dentro desse processo da Lei Kandir, eu gostaria apenas de fazer uma consideração. Acho que ela vai se resolver com a aprovação — e aí o mérito é todo do Congresso Nacional — da reforma tributária. A reforma tributária é a reforma da indústria. Não é a isenção de imposto de exportação dos produtos primários e semielaborados o problema de não termos o semielaborado aqui, que é a indústria extrativista ou a indústria de alimentos, até porque o semielaborado está isento pela Lei Kandir.

O que nós tínhamos era um manicômio tributário, que penalizava demais aquele setor produtivo que queria investir na indústria, e isso fazia com que fosse mais cômodo, mais fácil exportar o boi sangrando, o grão *in natura*. Mas a boa notícia é que, mesmo que a reforma tributária ainda não esteja produzindo efeitos, porque ela produzirá efeitos a partir de 2027, mas principalmente a partir de 2029, nós já tivemos um crescimento do PIB, especialmente por conta do crescimento exponencial da indústria extrativista. Então, alguns produtos semielaborados já estão começando a crescer acima das projeções, fruto talvez dessa segurança





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

jurídica, da expectativa da reforma tributária que foi aprovada, de todos os números, os bons números da economia.

Eu encerro com a resposta ao Deputado Jorge Solla, que falou do rico no Imposto de Renda. A gente reclama muito dos políticos. O povo reclama e fala assim: *"Promete, e não cumpre"*. Ninguém foi enganado. O Presidente Lula foi categórico. Eu me lembro disso porque, na minha campanha, eu falava de 3 mil reais para a isenção do Imposto de Renda, e o Presidente Lula falava de 5 mil reais. Então, no processo eleitoral vitorioso — e democracia é isso —, ele já falava desde lá que ia isentar a população que ganha até 5 mil reais.

Sei que essa é a vontade da maioria absoluta desta Casa. Agora, é encontrar a forma de fazer. Eu sei disso. As enquetes mostram. Independentemente do espectro ideológico ou partidário, todos nós sabemos que é justo garantir isenção, se é que a gente pode chamar de classe média, a quem ganha até 5 mil reais. Nós agora temos que achar o como.

Não houve estelionato eleitoral, e a gente não pode imputar ao Presidente jamais essa pecha, porque tudo que ele colocou na cartilha do programa, ele tem cobrado de mim enquanto Ministra, cobrado da equipe econômica e de seus Ministros. Então, concordo com V.Exa. nesse sentido.

Eu finalizo dizendo que eu me coloco à disposição. V.Exa. fez uma série de perguntas: *"Por que isso? Por que aquilo?"* Eu posso começar com o outro, mas, para não monopolizar... O Barreirinhas seria muito técnico, mas eu coloco o Barreirinhas à disposição de V.Exa.

Isso muito tem a ver com a perspectiva conservadora, que eu mencionei lá atrás, que a equipe econômica colocou pelo lado da receita e do crescimento do Brasil. A massa salarial não está deixando de crescer. Ela só está crescendo menos — estimativa, apenas —, porque as estimativas conservadoras, que nós colocamos na LDO, de crescimento do Brasil, de crescimento de receita, nós sabemos que não serão assim. Ela vai ser maior e, conseqüentemente... E existe o fator inflação também.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Isso serve para a questão de todos os outros pontos. De novo, é estimativa. Se V.Exa. quiser, eu passo a palavra, obviamente, ao Barreirinhas para falar sobre os outros itens, mas nos colocamos à disposição logo que acabar também. Tem a ver com isso. Esse cuidado, eu tenho que ter, porque é o cuidado que o Presidente nos pede de manhã, de tarde e de noite em relação ao salário do trabalhador, à massa salarial.

Falando pela décima vez aqui, com muito orgulho, essa é a maior massa salarial, o maior crescimento, o maior salário mínimo, em termos reais, dos últimos 50 anos. Nós devemos isso também à votação dos Parlamentares, que votaram nesse sentido.

Perguntaram sobre juros. Não está detalhado, mas nós temos, sim, o Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública, que é público. Podemos passá-lo depois. Eu não sei qual é o *site*. Mas existe um plano em relação à questão dos juros. Não é esse estudo que todo mundo debate, mas a gente tem isso, sim, no Portal da Transparência.

Não sei se ficou alguma coisa para trás.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Vamos seguir a sequência, Ministra, porque há muitos inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Sidney Leite.

Na sequência, falarão o Deputado Zarattini, o Senador Randolfe, que não está presente, e o Senador Carlos Viana. Depois falará o Deputado João Leão.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Sr. Presidente, Senador Efraim, boa tarde. Ministra Simone Tebet, seja bem-vinda a este Parlamento. Secretário Barreirinhas e colega Deputado Gervásio, que é o nosso Relator, boa tarde.

Ministra, eu ia fazer uma pergunta sobre a questão da dívida, mas a senhora já a respondeu. Só quero lembrar a questão dos incentivos fiscais. Este Parlamento votou uma PEC, e tramita nesta Casa um PL. Na Comissão de Finanças e Tributação, por sinal, foi instituído hoje um subgrupo de trabalho que vai tratar da redução dos incentivos fiscais. Nós temos como meta disponibilizar isso para a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Mesa Diretora desta Casa até setembro, para que possa ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de ouvi-la sobre duas questões.

A primeira é que nós somos os Estados do Norte, o que tem um custo, não porque nós somos mais distantes, mas porque a logística nos impõe isso. Só a título de exemplo, o Ministro Camilo Santana esteve no Município de Eirunepé, no Alto Juruá, Deputado Malta, para entregar um *campus* do Instituto Federal de Educação. Essa obra, Barreirinhas, saiu 58% mais cara do que se fosse construída em qualquer lugar do Brasil por causa da logística. Isso reflete principalmente no que diz respeito à educação e saúde e a custeio.

Nós temos uma bancada de 65 Deputados do Norte do Brasil. Nós estamos fazendo aqui um pleito, Sr. Presidente: que nós possamos ter, juntamente com o Governo, estudos para que possamos corrigir essa distorção no orçamento. Também queremos ter um diferencial, não para que ganhemos mais, mas para que diminuamos esse diferencial da desigualdade. Por exemplo, hoje, com o valor *per capita* da merenda escolar no meu Estado, a gente não compra um ovo. Hoje a merenda escolar deixou de ser um programa para ser uma complementação.

Nós tivemos um avanço, pela sensibilidade do Ministro Camilo — e eu quero reconhecer isso —, com o reajuste de 50%, porque no meu Estado o transporte escolar não se dá sobre as rodas de um ônibus, ele se dá sobre canoas e sobre embarcações, o que é muito mais caro. Essas são condições que estão postas para nós.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso. Eu sei que a senhora conhece a realidade da região, sabe da nossa importância estratégica. Aliás, nós já discutimos sobre o papel da logística do Norte para aproximar o Brasil da Ásia e encurtar a distância pelo Canal do Panamá. Essa era uma questão sobre a qual eu gostaria de ouvir sua opinião.

A outra é a questão dos juros e da dívida. É importante se ressaltar — e amanhã, aliás, o Presidente do Banco Central estará nesta Casa — que é





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

inaceitável que essa taxa de juros, que deveria ser, na minha opinião, algo de curto prazo, esteja virando prática, Deputado Hauly. Nós pagamos por custos e juros da dívida quase 1 trilhão de reais do ano passado. Isso, com certeza, contribui sobremaneira para o déficit fiscal.

Eu queria ouvir a sua opinião na seguinte questão. É necessário que este Governo, ou qualquer Governo, tenha uma empresa para cuidar de telefonia quando a grande maioria utiliza isto aqui, que é a telefonia móvel e que está na mão da iniciativa privada? É necessário, Sra. Ministra, que o Governo tenha uma empresa de comunicação que tem traço de audiência? É necessário tanto imóvel, tanto patrimônio abandonado País afora?

Eu entendo que é chegada a hora de termos um esforço, inclusive com a ajuda deste Parlamento, não só no que diz respeito à redução dos incentivos fiscais, mas à melhoria do gasto público. Isso se faz necessário. Eu entendo que a gente pode avançar nessa questão para que tenhamos uma melhor execução orçamentária. A eficiência no gasto público, com certeza, refletiria de forma extremamente positiva não só para o Governo central — isso deveria também acontecer em escala para Estados e Municípios.

Dito isso, agradeço a presença de V.Exa.

Agradeço a iniciativa do Senador e Presidente Efraim de termos esta possibilidade de ter este bom debate, com a sua presença aqui e a presença de outras autoridades, para que a gente possa se aprofundar.

Senador Efraim, é real que hoje o Brasil tem esta preocupação que V.Exa. coloca. Ela é verdadeira, isso é muito salutar. É muito positivo este debate em todas as *(ininteligível)* deste País.

Obrigado.

Era isso, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Sem dúvida, Deputado Sidney Leite, um dos grandes desafios é como melhorar a arrecadação sem precisar aumentar impostos. Aí estão os atalhos que a Ministra relatou. Há





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 46

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

mecanismos para combater a sonegação; há mecanismo para combater a fraude; há o combate ao devedor contumaz; há a desafetação e a alienação de um patrimônio que já pode se transformar em renda; há projetos de lei, como a atualização patrimonial num percentual vantajoso para estimular o cidadão. Então, a gente tem que pensar fora da caixinha, e não ficar confortável só em aumentar alíquota, aumentar imposto, para aumentar a arrecadação. Isso pesa sobre os ombros de quem produz.

Se o cidadão do andar de baixo incorretamente paga um imposto indevido, quem é empreendedor neste País é um herói da resistência e também já está pagando imposto demais. Não adianta achar que muitas vezes ele é um privilegiado, não. Ele também é um herói da resistência, está pagando muito imposto, e a saída não é depositar sobre os ombros dele uma carga ainda maior.

Nesse sentido, o Deputado Carlos Zarattini está com a palavra. *(Pausa.)*

Agradeço a presença do nosso Relator da LOA 2026, Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Na ausência momentânea do Deputado Zarattini, tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Também não está presente.

O Senador Carlos Viana, que está *on-line*, vai fazer a participação por videoconferência.

V.Exa. tem o prazo de 5 minutos, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - Pois não.

Boa tarde ao Senador Efraim, à Ministra e a todos que nos acompanham.

Eu observei e acompanhei, ouvindo atentamente, as explicações da Ministra.

Tenho dois pontos que eu gostaria de colocar, Ministra. Vou sintetizar as duas perguntas numa só, para que a gente possa até ter mais brevidade aqui.

O primeiro ponto é o seguinte: nós estamos observando na LOA que a União está impossibilitando a construção de vias e obras rodoviárias estaduais e municipais, que são destinadas à integração dos modais de transporte de interesse





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 47

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

nacional. Em anos anteriores, a Ação 7K66, do Ministério do Desenvolvimento Regional, permitia expressamente a aplicação de recursos federais para a obras de pavimentação de estradas vicinais e pavimentação de rodovias estaduais. Agora os entes suportam a responsabilidade de manter as vias com trânsito intenso que são de interesse nacional, que recaem, na maioria das vezes, no Município.

Eu vou solicitar ao Relator que acate minha emenda para permitir a integração da logística nacional e gostaria de saber desde já o posicionamento de V.Exa. em relação a este assunto, que eu considero muito importante para os Municípios brasileiros.

O outro ponto que eu gostaria muito que a senhora comentasse tem relação com um assunto que está inquietando muito a sociedade e que vai ser alvo de uma CPMI. Como o Governo vai realizar o pagamento à população que teve descontos criminosos nas aposentadorias? Os recursos que o Governo utilizar, mesmo que por meio de crédito adicional extraordinário, são computados nos limites do resultado primário, o qual não está sendo cumprido. Em boa parte aqui, ao que me parece, o Governo está jogando a toalha. O relatório das receitas e despesas já aponta que há déficit.

Então, Ministra, será que é correto isso? Como vai ser esse pagamento? Como vocês vão equalizar esses recursos? E, para cobrir esse déficit e chegar ao equilíbrio das contas, não é injusto a gente sobrecarregar ainda mais os Municípios e os Estados com relação à manutenção das estradas? Esse é um dos pontos que acho interessante.

Gostaria de ouvir de V.Exa. os comentários em relação a esses pontos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Senador Carlos Viana, para otimizar os trabalhos, pergunto: o primeiro questionamento de V.Exa. para a Ministra é sobre a integração da logística de vias? É isso?

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - É isso. Exatamente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 48

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Senador, V.Exa. tem tempo para direcionar a pergunta diretamente à Ministra porque ela não a conseguiu compreender muito bem.

O SR. CARLOS VIANA (PODEMOS - MG) - A pergunta é a seguinte: qual é a posição do Governo em relação a essa questão de não podermos destinar recursos para a manutenção de vias e obras rodoviárias estaduais e municipais?

Tenho uma emenda e vou pedir ao Relator que a acate porque, a meu ver, não é justo a gente sobrecarregar ainda mais os Municípios, buscando equilíbrio do Orçamento e sobrecarregando os entes municipais e estaduais. Gostaria que V.Exa. comentasse esse assunto, Ministra.

A outra questão é sobre o dinheiro que será pago àqueles que sofreram descontos indevidos no INSS. Esse valor também está sendo retirado do Orçamento. Isso vai agravar ainda mais a nossa situação, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado. Agora, sim, a pergunta está compreendida.

Aproveito para saudar pela presença, aqui, na Comissão, o Presidente da FBA, o meu amigo Deputado Federal Pedro Lupion; o Presidente do MDB e também meu amigo, o Deputado Baleia Rossi, dos tempos de vivência aqui no Tapete Verde; e o Líder do PL, o Deputado Giacobbo.

A senhora está bem prestigiada, Ministra: vários Deputados que não estavam frequentando a Comissão vieram aqui neste momento. *(Pausa.)*

Eles também estão com saudade da senhora, pode ter certeza.

Tem a palavra o Deputado João Leão. Na sequência, falará a Deputada Antônia Lúcia, do Republicanos, que registra a presença junto à Ministra.

Deputado João Leão, V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental de 5 minutos.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Presidente, vou fazer elogios a você, a seu pai e ao meu amigo Tebet, que foi Presidente do Senado e pai da Simone Tebet. Então, Presidente, V.Exa. vai tirar os elogios do meu tempo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 49

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Será descontado, com a tolerância da Mesa, Deputado.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Nós temos uma coincidência aqui hoje, nesta Casa: é ter uma filha de um grande Parlamentar desta Casa, que foi Senador da República, foi Presidente do Senado e que hoje é Ministra do Planejamento. Foi candidata — imagine só, Senador Efraim Filho — à Presidência da República. E, por incrível que pareça, quero confessar: votei em você, viu, bonitona? *(Risos.)*

Eu votei em você, viu?

E temos na Presidência da Comissão o filho de um grande Deputado Federal, Senador, foi nosso colega aqui também, uma grande figura, o Deputado Efraim Filho, filho do nosso querido Efraim de Moraes.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Fomos colegas, Deputado. Meu pai foi colega do pai dele.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Eu sei. Eu fui colega dos dois aqui também. *(Risos.)*

Eu vivi. Vocês não viveram, mas eu vivi junto com eles.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Deputado João Leão, um aparte.

Eu conversava isso com a Ministra, na antessala, que uma grande coincidência nos traz aqui: Efraim Moraes e Ramez Tebet subiram a rampa ao lado do Presidente Lula, em 2002, na posse. Efraim exercia, naquela época, a Presidência da Câmara dos Deputados, e Ramez Tebet exercia a Presidência do Senado Federal. Então, naquele primeiro Governo Lula, lá em 2002, a foto, que é tão simbólica, da subida da rampa, traz Tebet e Efraim Moraes lado a lado, lá, naquele momento.

E V.Exa. foi testemunha desse momento.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - E eu, por conhecer muito o Tebet, votei na bonitona. *(Risos.)*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 50

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Mas votei com toda vontade, minha filha, porque eu queria ver você Presidente da República. Você tem o quilate do seu pai, então, seria uma grande Presidenta da República, e a gente não estaria nessa cascavilharia toda que nós estamos, com essa confusão toda de decreto para lá, decreto para cá, cancela decreto, bota decreto. A senhora é mais comedida, é mais inteligente. Você tem tudo, tudo, tudo para ser uma grande Presidente da República.

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) - Deputado João Leão, V.Exa. conseguiu deixar a Ministra monocromática, porque ela está da cor do vestido — não é um vestido, é um blazer —, ela está rosada de blazer, de cara, de rosto, de tudo. *(Risos.)*

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - O pai dela, lá de cima, deve estar orgulhoso e dizendo: *"Obrigado, João Leão. Obrigado, João Leão, por essas palavras por minha filha"*. Ele devia saber que eu tinha votado em você, mas você não sabia ainda.

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) - Pronto, descontado o tempo dos elogios, está começando a contar seu tempo, conforme prometido pela Mesa.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Então, vamos em frente.

O que eu quero falar aqui, Presidente e minha cara Simone Tebet, Ministra do Planejamento, é que eu tenho, precisamente, 24 anos como Deputado Federal. Fui Deputado Federal a primeira vez. Saí e fui ser Vice-Governador e voltei e hoje voltei novamente. É meu último mandato, não quero mais. Vou ser candidato, talvez, a Deputado Estadual, quem sabe a Senador da República ou quem sabe a Governador da Bahia. Eu estou caminhando para frente. Seja o que Deus quiser. Deus gosta muito de mim. E ele gosta tanto que me trouxe para cá para cuidar dos pobres e das pessoas do Brasil.

Você veja o quanto eu fiz aqui. Eu tive o prazer de criar o PAC — Programa de Aceleração do Crescimento, que não era PAC, nunca foi PAC, era PPI. Os mais antigos aqui da Comissão, — olha lá a minha turma toda ali — todo mundo se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 51

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

lembra que, quando nós criamos isso, criamos entre diversas reuniões: pode, não pode, vai, não vai, pode.

Olhe aquele lá! Foi o que mais gritava: *"Deputado, não pode!"* Eu digo: *"Pode"*. *"Não pode! Não pode!" "Pode!"*

É verdade o que eu estou dizendo, bonitão?

E ele depois assumiu o PAC. Na época, quando nós criamos, era o Projeto Piloto de Investimentos. Isso foi na LDO de 2007. E o primeiro recurso do PAC foi um recurso que eu aloquei na LDO, de 503,9 milhões de reais, e que era um absurdo: *"Vai tirar disso, tirar daquilo!"* Eu digo: *"Vai tirar!"* É verdade, bonitão? *"Mas não pode tirar!"*. Eu digo: *"Pode, porque é para todos"*.

E criamos o PAC. O Governo gostou tanto do PAC que Dilma abraçou o PPI. Então, Dilma era a mãe do PAC, e eu, o pai do PAC, e demos filhos maravilhosos por esse Brasil todo. Depois, o PAC foi lançado em 2014, novamente, e veio com 955 bilhões de reais. Veja a evolução. Em 2019...

Cala essa boca aí, bonitão!

Desculpem-me.

Em 2019, o PAC veio com 1,68 bilhão de reais. Depois, ele veio aumentando, aumentando, aumentando e chegou a 4 bilhões de reais em 2023. E, pasmem os senhores, nesse último exercício, o PAC está com 57,6 bilhões de reais.

Vocês mandaram para cá, e nós tivemos que consertar aqui, porque o Ministério do Planejamento pisou na bola lá, não mandou a coisa correta, não iria poder ser efetivado. O que é que nós consertamos?

Ô, bonitão, olhe para cima! Foi você que consertou, viu? Junto comigo, nós dois lá, viu?

Por que não podia? Porque vocês incluíram o PPI no PAC, e não podia ser incluído o PPI no PAC. O PAC era uma coisa, o PPI era outra. E nós aqui, salomonicamente, fizemos uma bestunta e conseguimos dar autorização pela LDO para que fosse incluída a possibilidade de o PAC alocar recursos nas PPIs.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 52

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Então, o PAC hoje tem 60,9 bilhões de reais. Imagine para este País a importância que é esse PAC hoje.

Eu tenho muito orgulho, viu, Ministra? Tenho muito orgulho, viu, meu Presidente? Essas são aquelas tacadas que a gente tem em uma determinada hora, brilhantes.

A Comissão era contra. Só quem era a favor era eu — e eu disse: “*Não, nós vamos fazer*”. Eu era o Relator. Relator bota o que quer. Eu vou bater, vocês não vão me segurar. Fui, conversei com o Governo. Eu era Relator e era Vice-Líder do Governo, e depois passei a ser Líder do Governo no Congresso. Conversamos todos.

Meu poder de convencimento foi tanto que eu consegui a aprovação por unanimidade aqui na Comissão. Passou por unanimidade.

Então, são essas coisas que eu defendo: o desenvolvimento econômico.

Minha cara Ministra, eu não sou de esquerda, não sou de direita. Também não sou incompetente, porque não brigo nem com um lado, nem com o outro. Eu procuro, às vezes, fazer um acordo entre a esquerda e a direita.

O povo aqui — a imprensa, principalmente — fala muito mal do centro. Mas o que é o centro? O centro é o equilíbrio deste Congresso. Com o centro, Senador Efraim — você que é do centro, e a senhora, que é do centro, Ministra —, nós equilibramos este Congresso Nacional e este País.

Veja bem, a senhora é Ministra do Governo Lula, do PT, da Esquerda. No entanto, está dando um *show* no Ministério. Parabéns! Parabéns! É disto que nós precisamos: ajudar o Governo. Não é ajudar o Lula, é ajudar o Brasil. É isto que nós queremos: ajudar o Brasil e os brasileiros.

Então, fico muito feliz, muito feliz mesmo, em ver dois filhos... Eu tenho um filho, o Deputado Cacá Leão, que não está aqui hoje no meu lugar, porque foi ser candidato a Senador. O candidato era para ser eu, e eu estava achando que a coisa estava fácil. Saí e o botei no lugar. Infelizmente ele bateu na trave e não veio para cá, mas com o Senador Otto Alencar, que é nosso amigo, eu não tenho ex-amigo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 53

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

no meu dicionário. Eu só tenho a palavra “amigos”. Não tenho inimigos — muito menos inimigos. Minha função na política é levar o bem.

Duvido, duvido que exista um Prefeito, um Vereador, qualquer pessoa que diga: “*João Leão passou dos limites aqui, nessa determinada coisa*”. Duvido! Porque as coisas comigo são na seriedade, na honestidade e na vontade de desenvolver o Brasil.

Meu amigo Tebet, meus parabéns pela bela filha.

Ministra Simone Tebet, você já se casou? (*Risos.*)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Casei-me 30 anos atrás.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Olha, eu só ia convidá-la para ser minha nora. Eu tenho um filho, o Cacá Leão, que é solteiro ainda — estou querendo casá-lo! Agora, eu queria uma Simone Tebet dessa na vida.

(*Intervenção ininteligível fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Para concluir, Deputado, para podermos seguir.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PP - BA) - Está concluído, Senador Efraim.

Meus parabéns, seu pai foi outra grande figura deste Congresso Nacional.

Eu fico muito feliz por estar voltando aqui para a Comissão do Orçamento, ao seu lado, um menino jovem, bonito, arrumado, inteligente, que vai ter, com certeza, muito futuro pela frente no Rio Grande do Norte.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado.

Na nossa Paraíba, graças a Deus, meu caro, na nossa vizinha do lado, como a nossa Bahia também.

Agradeço.

Teve a palavra o último inscrito.

Passo a palavra, para concluir, à nossa Ministra Simone Tebet. Peço também que faça as considerações finais.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Vou ser breve nas considerações finais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 54

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O Deputado Sidney Leite me deu a oportunidade, quando fala do seu querido Norte, de lembrar que nós temos uma missão constitucional. Igualdade é isso, é erradicar as desigualdades regionais do Norte, Nordeste, em especial, e parte do Centro-Oeste.

Ele trata da questão da logística. Eu concordo com ele. Tenho até uma alternativa. Eu tenho, rapidamente, um eslaide para mostrar.

Eu sou professora, então, eu posso falar. Eu dei aula 12 anos. Falo que ser professora é minha verdadeira vocação. Eu posso falar sem medo nenhum.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse é o quadro, hoje, daquilo que aprovamos em relação ao Fundeb.

Achei interessante. O Deputado Sidney foi tão preciso. Ele deu a volta em desenvolvimento regional, desigualdades, educação. Ele fez um apanhado de como resolver visando o PIB *per capita* de cada região e terminou — discutindo até se precisaria haver tantas estatais ou não — com a palavra "qualidade do gasto".

Como Ministra do Orçamento, sou sempre instada a falar sobre corte de gastos. Quando eu começo a falar de qualidade de gasto, de rever quem está ganhando o que não tem direito, de rever os gastos, imediatamente, eu sou interdita no debate, porque isso não é a questão da hora. Eu sempre digo que o futuro não pode matar o presente. Isso é verdade. Mas o presente também não pode matar o futuro. A gente tem que projetar o futuro sob pena de que em 4 anos, 5 anos, nós estejamos discutindo os mesmos problemas, os mesmos gargalos, com uma absoluta desvantagem, já tendo o Brasil envelhecido mal, antes de ficar rico.

Diante disso, eu trago um quadro. Eu votei isso. Quando eu fechei meu mandato como Prefeita, em 2010, a contribuição da União para o Fundeb era de 10%. Quando eu estava Senadora, foi discutida e votada uma PEC, salvo engano, estabelecendo que nós íamos ter uma escada e que a participação da União com o Fundeb passaria para 12% em 2021, 15% em 2022, 17% em 2023. Olha aonde vai chegar o ano que vem, 23%.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 55

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O problema não está na escada. Eu não quero tirar um centavo da educação. Esta não é a questão. Olha de onde nós saímos em 2020. Saímos de 16 bilhões de reais para 69 bilhões de reais para o Fundeb. O problema não é gastar muito com a educação. Nós temos que gastar muito mesmo, pois é o futuro do Brasil. O problema é que nós estamos gastando mal. Nós triplicamos e vamos quadruplicar esses valores. A melhor universidade do Brasil não tem a ver com o Fundeb. Eu vou chegar lá. Ela está em que nível do *ranking* das melhores do mundo?

Vamos para a educação fundamental, que tem a ver com o Fundeb. Nós melhoramos a qualidade do ensino médio, do Pisa, do IDEB das nossas crianças?

Senhoras e senhores, há alguma coisa muito errada.

Não adianta estar na rua. É importante estar com a rua, é fazer o que as pessoas querem. As pessoas querem discutir educação para os seus filhos. As mães precisam de creche. Mais do que de creche, de escola, precisam de escola de qualidade. Por quê? Porque elas sabem que esse jovem depois vai ser um trabalhador. Ele precisa de produtividade para que as indústrias possam absorver, competir com as indústrias americanas, ou russas, ou chinesas, e nós termos crescimento sustentável no Brasil.

Então, quando o Deputado Sidney fala sobre isso, eu me lembro de que, quem sabe, de novo, não se trata de discutir e diminuir o dinheiro do Fundeb. Não é isso, nem há que se fazer isso, mas é talvez redistribuir este gasto.

O Norte talvez tenha um percentual um pouquinho maior ou não, não sei. Esse é um papel do Congresso Nacional, também tenho dúvidas em relação a isso, mas ele tem razão de que o princípio da igualdade significa tratar os iguais igualmente e os desiguais dentro das suas devidas desigualdades.

Então, dentro desse processo, há mecanismo, sim, de se garantirem ao Norte, na parte de logística, na parte de educação, certos tipos de situações que outros Estados não têm, porque já resolveram seus problemas.

Então, ficam aqui apenas sugestões em relação ao que fazer.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 56

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O Deputado Efraim falou de qualidade de gasto. O devedor contumaz está há quanto tempo aqui, e não tiramos isso do papel? É isso. Vamos discutir qualidade de gasto. Não é preciso necessariamente aumentar impostos. Temos condições de garantir que pague impostos quem não paga hoje e garantir, na qualidade dos gastos, que possamos cobrar do infrator contumaz, porque é um nome bonito: o "devedor contumaz", para outra coisa... Falamos do contencioso administrativo, falamos desse tipo de corrupção que se faz também na maquiagem tributária de empresas. Então, é importante vermos, quando falamos, inclusive, de devedor contumaz, que é uma minoria, porque a maioria absoluta dos empresários do Brasil pagam seus impostos, contribuem, geram emprego e renda.

Eu parablenizo V.Exa. por essa palavra, porque normalmente eu sou interdita quando é para se falar de qualidade de gastos. Discutimos mais onde vai cortar, onde vai cortar, como se o futuro não fosse chegar. O futuro já chegou, e não fizemos o dever de casa, porque, de novo, estamos envelhecendo, e envelhecendo mal antes de ficarmos ricos.

O Senador Carlos Viana me fez uma pergunta. Nós estamos num momento de contenção de gastos. Estamos tendo que fazer bloqueios e contingenciamentos, e eu emendo com a pergunta do Deputado João Leão para encerrar, porque isso tem tudo a ver com a questão do PAC. O Senador Carlos Viana, que foi meu querido colega, fez-me a pergunta em relação a por que sempre pedimos veto em relação à possibilidade de usar emendas para investimentos em logística, estradas vicinais, estradas estaduais. É porque temos um PAC deste tamanho para cumprir. Temos obras estruturantes. É competência constitucional cuidar dos projetos nacionais relevantes, estratégicos.

As rotas de integração sul-americana vieram para ficar. Quando eu falei no primeiro ano aqui, Deputado João, sobre as rotas de integração, porque isso é um sonho de 50 anos, todo mundo falou assim: *"Imagina, lá vai uma louca, uma utópica"*. Eu quero dizer que a rota 2 — perto da região da Deputada Antônia, não chega a beneficiar diretamente lá, mas beneficia a região perto — vai ser





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 57

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

inaugurada agora em setembro e outubro. Um pedaço da rota 1, uma parte da rota 1 e a rota 4 vão ser inauguradas já no ano que vem.

A rota 5, que já existe, está com melhoramentos lá no seu querido Rio Grande do Sul, Deputado.

Então, eu faço essas considerações só para dizer que, assim, não há uma resposta pronta, Senador Carlos Viana, porque depende de os técnicos analisarem se, uma vez aprovado, estaremos sugerindo o veto ou não, mas é um direito de V.Exa. V.Exa. tem razão de insistir nessa emenda, e depois poderemos discutir melhor.

E finalizo, talvez eu não poderia finalizar de melhor forma do que tendo como última palavra a palavra, aqui, do Deputado, sempre Senador, João Leão, não por mim — as deferências, os predicados, a competência, tenho muito ainda o que aprender, estou anos-luz aquém dos grandes líderes que este País já construiu —, mas pela lembrança carinhosa ao meu saudoso pai.

Fazendo referência a ele, faço referência a outros líderes, talvez para trazer um pouco de reflexão: quando a gente fala de orçamento, falamos de gente — e isso é mais do que falar de orçamento. E cito, de novo, uma frase que me falaram um dia que foi de Ulysses Guimarães: *"Não adianta estar na rua, é importante estar com a rua"*. Então é importante, antes de cada voto, antes de cada decisão como Ministra, saber o que o povo quer. Será que ele quer discutir *bets*, cassinos, armamento, ou não? Às vezes querem, eu não sei. O que efetivamente querem? Eu só sei de uma coisa: o povo não quer ódio, nem discórdia, porque ódio não constrói uma Nação. Nós não vamos construir o Brasil que queremos na base da discórdia, na base do "vou clicar aqui e lacrar na Internet para ficar bonito no filme".

Vamos construir esta Nação — e continuar como Parlamentares e não ser substituídos — quando atendermos ao interesse do povo. Às vezes, no imediatismo a gente acha que está agradando e estamos advogando contra a política, a boa política. Se não entregarmos sonhos e esperança para as pessoas, elas vão, corretamente, nos substituir. Na realidade, a política é a arte de realizar sonhos. As





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 58

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

peessoas votam na expectativa de que a gente vai minimamente fazer alguma coisa para garantir qualidade de vida para elas, para sua família, para o seu filho, para o futuro.

Então, diante disso, e dentro da grandeza da fala do Deputado, encerro com muito carinho e agradeço pela forma como fui recebida aqui, Senador Efraim, principalmente, e a começar, por V.Exa., que me deu toda a proteção aqui na forma como conduziu os trabalhos, para que a gente possa refletir: vamos tratar mais daquilo que nos une do que daquilo que nos desune. E mesmo na nossa discórdia, na nossa divisão, que nós possamos ter uma reunião como esta, com diálogo, com civilidade, um Presidente que atua aqui sem mudar o tom, um Relator que faz as observações sem nenhuma pegadinha. Aqui estamos com o mesmo propósito. A gente pode ter caminhos diferentes, formas diferentes de querer chegar, mas o objetivo é o mesmo.

Então, encerro, realmente, dizendo ao Senador, Deputado João Leão, enfim, Senador, dizendo que a sua fala não poderia ter vindo em melhor hora para eu poder fazer a única coisa que eu sei fazer, que é um pouquinho de política, porque o resto do Orçamento eu só sei graças a essa equipe maravilhosa que tenho aqui.

Enfim, coloco-me à disposição das senhoras e dos senhores, porque, sempre que eu for convidada, vai ser um prazer vir aqui, porque sinto, de alguma forma, que sou muito bem acolhida.

Agora eu percebi que tinha gente com mais saudade de mim do que eu. Faço referência, de uma forma especial, porque havia mais de um mês que o não via, como forma de homenagear todos vocês, Marussa, inclusive, nossa Deputada, ao meu sempre e querido Presidente, que me permitiu, me deu a honra de eu também ser candidata, a primeira mulher candidata à Presidência da República. Então, em nome do Deputado Baleia Rossi, que é meu querido amigo, e Presidente do partido, eu agradeço imensamente a esta Casa.

A democracia não existe sem as críticas construtivas, as alterações, as modificações que as senhoras e os senhores fazem aos projetos de iniciativa do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 59

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

Executivo. De minha parte há todo esse reconhecimento. E que nós possamos voltar à mesa de negociação, na semana que vem, e resolver esse imbróglio do IOF, resolver o problema do Orçamento para que não possa faltar dinheiro para o PAC, o dinheiro das emendas, recursos para a nossa saúde, recursos para a nossa educação com diálogo, competência e a altivez, que V.Exas. têm, pelo bem maior do povo brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito bem, Ministra.

Agradeço a V.Exa. Da mesma forma, quero lhe devolver o elogio. A serenidade é importante no espaço, no cargo que V.Exa. ocupa. O equilíbrio na tomada de decisões e a serenidade são bem-vindos, inclusive na construção do diálogo com o Congresso Nacional.

Igualmente, agradeço o comparecimento ao Gustavo Guimarães, ao lado de toda a equipe técnica do Ministério. Agradeço a presença ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, o Sr. Robinson Barreirinhas.

A Ministra falou aqui sobre ser otimista ou pessimista. E eu vou buscar a sapiência de Ariano Suassuna, um dos nossos grandes gênios. Ariano Suassuna dizia que o otimista, muitas vezes, é um sonhador, que o pessimista é um tolo abusado e que bom mesmo é ser um realista esperançoso. Então, coloquem um pouquinho de esperança nessa realidade para a gente fazer as coisas darem certo, conforme a sabedoria do paraibano Ariano Suassuna. Temos aqui a resistência do Deputado Túlio Gadêlha, que quer dizer que ele é pernambucano — não é. É paraibano o nosso Ariano Suassuna.

Antes de encerrar, eu lhes aviso que o Deputado Gervásio Maia vai fazer a publicação do seu relatório preliminar da LDO de 2026.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidente, só trago uma questão de ordem antes da conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pois não.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 60

CMO (Reunião, Audiência Pública)

08/07/2025

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - São dois projetos. Há o projeto do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Nós vamos votar ainda.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Poderíamos, ao menos, votar hoje o da audiência pública sobre a questão ambiental, para nos organizarmos? É apenas esse o pedido, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Está certo.

Na próxima, vou tratar com o Deputado Gervásio Maia. Aí já apresentaremos a pauta da sessão subsequente. Mas teremos de fazer um intervalo, inclusive, para o pessoal do áudio encerrar esta sessão, que é de audiência pública, e para nós fazermos a abertura da sessão de deliberação.

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Na sequência, nós vamos fazer também o anúncio dos comitês, como eu falei: o CAE — Comitê de Admissibilidade de Emendas; o COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; o CAR — Comitê de Avaliação da Receita e o CFIS — Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária.

Obrigado, Ministra.

Serão 2 minutos só de intervalo para a gente fazer a abertura da sessão subsequente.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 8 E 15 DE JULHO DE 2025.

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foram registradas as presenças dos **Deputados Titulares**: Aluisio Mendes, Bohn Gass, Capitão Augusto, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Zarattini, Castro Neto, Dilvanda Faro, Geraldo Resende, João Cury, João Leão, José Nelto, Júlio Lopes, Júlio Cesar, Junio Amaral, Junior Lourenço, Marcos Tavares, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Rosângela Reis, Túlio Gadêlha, Vicentinho Júnior e Weliton Prado; **Senadores Titulares**: Beto Faro, Carlos Viana, Efraim Filho, Eliziane Gama, Irajá, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes; **Deputados Suplentes**: Alencar Santana, Bebeto, Delegado Marcelo Freitas, Dr. Francisco, Fausto Santos Jr., Felipe Francischini, Franciane Bayer, Gervásio Maia, Icaro de Valmir, Jefferson Campos, Jorge Solla, Luiz Carlos Motta, Marcon, Nely Aquino, Rafael Brito, Raimundo Santos, Sidney Leite, Soraya Santos, Talíria Petrone e Tião Medeiros; **Senadores Suplentes**: Esperidião Amim, Izalci Lucas, Jussara Lima, Professora Dorinha, Randolfe Rodrigues. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, os Deputados: Ana Paula Lima, Antônia Lúcia, Da Vitoria, Delegado Caveira, Mauro Benevides Filho e Pedro Lupion. Não compareceram à reunião os Deputados Titulares: Albuquerque, Acácio Favacho, Aliel Machado, Diego Coronel, Felipe Carreras, Isnaldo Bulhões Jr., João Carlos Bacelar, Luiz Carlos Busato, Rubens Pereira Jr., e os Senadores Titulares: Ana Paula Lobato, Cid Gomes, Mecias de Jesus e Wilder Moraes. **ABERTURA**: houve um comunicado do Presidente Senador Efraim Filho, na reunião de Audiência Pública, anterior a esta, que já havia quórum para deliberação e, assim, com a aprovação do Plenário, o Presidente senador Efraim Filho, às dezessete horas e vinte e quatro minutos reiniciou os trabalhos. **EXPEDIENTES**: O Presidente solicitou ao Plenário que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Comissão, do dia 12 de junho de 2025 até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações se encontravam publicadas na página da CMO na internet. Não houve manifestação em contrário a respeito das informações passadas sobre os expedientes. Na sequência, propôs ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 12 de junho de 2025. Não houve pedido de retificação da Ata. Em votação, a referida Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Item 2– Apreciação do **Requerimento nº 5/2025-CMO**, que requer a realização de audiência pública para debater a política climática sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) de 2026. Autor: Deputado TÚLIO GADÊLHA. O autor fez a justificativa do requerimento e não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação, o Requerimento foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Bohn Gass solicitou a palavra para agradecer a aprovação do requerimento e defender a importância de ouvir as entidades da sociedade civil no tocante aos efeitos das mudanças climáticas com o objetivo de incorporar na projeção da LDO previsões orçamentárias para prevenção e mitigação dos seus efeitos. A seguir, o Presidente anunciou a composição dos Comitês de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves; de Admissibilidade de Emendas – CAE; de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS; e de Avaliação da Receita – CAR. Esclareceu que houve a designação conforme indicações das lideranças e para as vacâncias foi adotado o critério da proporcionalidade. Ademais, salientou que as lideranças e assessorias poderão encaminhar indicações caso haja necessidade de ajustes. Na sequência, informou que a definição das relatorias setoriais terá o prazo do PLOA, 31 de agosto, cujas articulações estão em andamento com os respectivos líderes de bancada no colegiado de líderes e que o Deputado Gervásio Maia, Relator da LDO, apresentará na data de hoje o Relatório Preliminar da LDO 2026, cujo prazo de emendas se encerrará no dia 11 de julho, às 17 horas. A previsão da votação do Relatório Preliminar com emendas acontecerá na próxima 3ª feira, dia 15 de julho, juntamente com o item 1- Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.302/2025, motivo pelo qual suspende a reunião. **SUSPENSÃO**: Às dezessete horas e trinta e quatro minutos, do dia 8 de julho de dois mil e vinte e



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

cinco, o Presidente suspendeu a reunião. **REABERTURA:** Às quinze horas e quatorze minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco o presidente da CMO, Senador Efraim Filho declarou reiniciado os trabalhos e informou que havia quórum para deliberação com parlamentares presentes no plenário e aqueles que participam virtualmente por meio da plataforma zoom. **EXPEDIENTES:** a seguir o presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 8 de julho até a presente data, inclusive, os avisos dos TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontravam-se publicadas na página da CMO na internet. Também com a concordância do plenário, o presidente propôs a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 8 de julho e que se houvesse alguma retificação, que os senhores parlamentares se manifestassem. Não houve manifestação para retificação da ata e esta foi aprovada nas duas Casas do Congresso. Em seguida, o senador Efraim apresentou o item 1 da pauta: Apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 1.302/2025** – do Poder Executivo - que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para o fim que especifica.” VOTO: pela aprovação da Medida Provisória, na forma proposta pelo Poder Executivo. À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. RELATOR: Deputado TÚLIO GADÊLHA, que por não estar presente, foi designado como Relator ad hoc o Deputado Vicentinho Júnior que fez a leitura do Relatório. O relatório foi colocado em discussão porém não houve quem quisesse discutir a matéria. Em deliberação o Relatório da MPV 1302/2025 foi APROVADO. **EXTRA PAUTA:** Em continuidade, o presidente da CMO propôs ao Plenário, em virtude de acordo firmado, a inclusão na Pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2025-CN e o consultou sobre a possibilidade de votação do relatório, a despeito do previsto no Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 (dois) dias úteis, de sua distribuição. Em deliberação, a inclusão na pauta e a quebra do interstício foram APROVADAS nas duas Casas Legislativas. Então foi colocado em apreciação o **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2025-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências”. Relator: Deputado Gervásio Maia que fez a leitura do relatório. Foram



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

apresentadas 60 emendas. Voto: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 60 (sessenta) emendas apresentadas, ofereceu voto pela INADMIÇÃO às de nºs 6 a 8; 11 a 15; 21 a 38 e 41 a 60; APROVAÇÃO às de nºs 5,16, 17 e 20, APROVAÇÃO PARCIAL às de nºs 1, 3, 4 e 19 e REJEITADAS às de nºs 2, 9, 10, 18, 39 e 40. Após a leitura do relatório, o presidente deu início a discussão da matéria e abriu prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado não membro Mauro Benevides Filho. O relator esclareceu os questionamentos do deputado e a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Não foram apresentados destaques. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o presidente da CMO declarou inadmitidas as emendas de nºs 6 a 8; 11 a 15; 21 a 38 e 41 a 60, conforme indicadas pelo Relator no seu voto. Em deliberação o Relatório Preliminar com Emendas foi APROVADO na representação da Câmara dos Deputado e do Senado Federal. Diante da aprovação do parecer preliminar, o presidente informou que seria encaminhado ao presidente do Congresso cronograma alterado e sugeriu as seguintes datas: apresentação de emendas ao projeto de 5 a 14 de agosto; entrega do relatório final até 22 de agosto; deliberação do Relatório até 27 de agosto de 2025. ENCERRAMENTO: Não havendo mais matérias na pauta, o presidente da CMO, Senador Efraim Filho, encerrou a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senador Efraim Filho, Presidente XXXXXXXX





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião Deliberativa)

08/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da CMO para votação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas.

Passamos aos expedientes.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 12 de junho até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 12 de junho.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em apreciação o Requerimento nº 5, de 2025, que requer a realização de audiência pública para debater a política climática sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

O autor é o Deputado Túlio Gadêlha, que tem a palavra.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, agradeço a V.Exa.

Nós estamos sugerindo uma pauta importante, um requerimento necessário para a realização de uma audiência pública para debate das políticas climáticas sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para ouvir dos especialistas sua visão sobre o tema aqui na Comissão Mista de Orçamentos Públicos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião Deliberativa)

08/07/2025

Esta é uma audiência muito importante para a Casa, principalmente tendo em vista a perspectiva da CMO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Obrigado, Deputado Túlio Gadêlha.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pode fazer o registro, Deputado Bohn Gass. V.Exa. tem a palavra.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Esse requerimento tem todas as alterações climáticas em curso — a LDO precisa também refletir sobre isso — no Brasil e no mundo. Todos estão acompanhando o que está acontecendo no Texas, nos Estados Unidos. O que vemos são consequências da mudança climática.

É muito importante nós convidarmos todas as entidades, para que incorporem, na projeção das nossas leis de diretrizes, a preocupação também orçamentária com as prevenções e as mitigações que precisam ser feitas no campo climático. A audiência pública é exatamente para ouvir as entidades da sociedade civil que têm a ver com a temática.

Queria apenas fazer esse registro e agradecer a aprovação unânime deste colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço, Deputado Bohn Gass.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião Deliberativa)

08/07/2025

A audiência já foi aprovada. Vamos ajustar a agenda com a Secretaria da Mesa, para dar seguimento a esse tema, que é dotado de grande e crescente importância no cenário nacional e global.

Vamos fazer agora o anúncio dos membros dos comitês.

No Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, nós fizemos a distribuição das vagas de acordo com as indicações das Lideranças. Para o que permaneceu em vacância, pela proporcionalidade das bancadas, nós fizemos a designação dos membros.

É bom as Lideranças e assessorias estarem atentas. Logicamente, se quiserem fazer a troca de seus membros, podem encaminhar à Mesa e à Presidência a solicitação de substituição de Parlamentares da sua bancada ou bloco, para que nós possamos proceder aos devidos ajustes.

O COI terá como Coordenador o Deputado Junio Amaral, do PL. Os membros efetivos designados são: Deputado Junio Amaral, do PL; Deputado Luiz Carlos Busato, do UNIÃO; Deputado Carlos Zarattini, do PT; Deputado Túlio Gadêlha, da REDE; Deputada Lêda Borges, do PSDB; Deputado Júlio Cesar, do PSD; Deputado Ricardo Ayres, do Republicanos; Senador Flávio Bolsonaro, do PL; Senador Esperidião Amin, do PP; e Senador Carlos Viana, do Podemos.

O ilustríssimo amigo Deputado Carlos Henrique Gaguim coordena o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. São membros efetivos do comitê, além do Deputado Carlos Henrique Gaguim, do União Brasil: Deputado João Carlos Bacelar, do PL; Deputado Bohn Gass, do PT; Deputada Flávia Moraes, do PDT; Deputado Julio Lopes, do PP; Deputado João Cury, do MDB; Deputado Castro Neto, do PSD; Senador Cid Gomes, do PSB; Senador Izalci Lucas, do PL; e Senador Veneziano Vital do Rêgo, do MDB.

O Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária — CFIS tem como Coordenador o Deputado Rubens Pereira Júnior, do PT, e os membros efetivos designados, além dele, são: Deputada Rosângela Reis, do PL; Deputado Acácio Favacho, do MDB; Deputada Rogéria Santos, do Republicanos;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião Deliberativa)

08/07/2025

Deputado Sidney Leite, do PSD; Deputado João Leão, do PP; Deputado Miguel Lombardi, do PL; Senadora Eliziane Gama, do PSD; Senadora Soraya Thronicke, do Podemos; e Senador Weverton Rocha, do PDT.

Por fim, vamos ao Comitê de Avaliação da Receita — CAR. Atenção para a designação da Senadora Professora Dorinha Seabra, do UNIÃO, como Relatora da Receita para o Orçamento de 2026. Os membros designados para o comitê são: Deputado Fausto Santos Jr., do UNIÃO; Deputado Romero Rodrigues, do Podemos; Deputada Dilvanda Faro, do PT; Deputado Felipe Carreras, do PSB; Deputado Capitão Augusto, do PL; Deputado Vicentinho Júnior, do PP; Deputado Rafael Brito, do MDB; Senador Irajá, do PSD; Senador Beto Faro, do PT.

Assim, concluímos os quatro comitês.

Temos o prazo do PLOA, dia 31 de agosto, para fazer a definição das relatorias setoriais, cujas articulações a Presidência já está conduzindo com os Líderes de bancada no Colégio de Líderes.

Informo que o Deputado Gervásio Maia está concluindo e fará — esperamos que ainda hoje — a apresentação no sistema do relatório preliminar da LDO 2026. O prazo de emendas ao relatório, após a sua apresentação, se encerrará no dia 11 de julho, próxima sexta-feira, às 17 horas. E a previsão de sua votação é a terça-feira seguinte.

Nós vamos suspender a sessão, que tinha como item em sua pauta a medida provisória, que tem prazo — não está perto de caducar. Ela ficará para a próxima terça-feira, quando nós pretendemos fazer também a votação do relatório preliminar da LDO.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Deputado Túlio Gadêlha com a palavra.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa., dada a urgência do tema, em nome do Ministério dos Direitos Humanos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião Deliberativa)

08/07/2025

A quantidade de imigrantes que estão sendo deportados e estão retornando ao Brasil, em condições sub-humanas, tem aumentando muito.

O Presidente da República nos pediu que aprovássemos esse orçamento para o Ministério dos Direitos Humanos, para cuidar do acolhimento de quem chega, no que diz respeito tanto à alimentação e à segurança alimentar dessas pessoas, como também ao transporte para as suas residências. São famílias que estão sendo separadas nos Estados Unidos.

A proposta é consenso nesta Comissão. Se nós a aprovarmos hoje, Presidente, vamos ter a garantia de que essa política vai ser implementada pelo Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Deputado Túlio, compreendo o argumento de V.Exa. Mas, como a medida provisória tem eficácia imediata e está bem longe do prazo, o orçamento já está disponível. Acredito que a gente possa manter a votação na próxima terça-feira. Isso não trará nenhum prejuízo do ponto de vista orçamentário. Já há disponibilidade dos recursos, pela eficácia imediata da medida. O Ministério já está apto a fazer os gastos necessários.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Tudo bem, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu é que agradeço. *(Pausa.)*

Suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para o dia 15 de julho, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, imprensa e demais interessados.

A reunião está suspensa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Declaro reiniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação da matéria constante da pauta.

Queria pedir a atenção da assessoria dos Srs. Parlamentares, das Sras. Parlamentares e de todos aqueles que acompanham a sessão neste Plenário.

Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas do Congresso. Há Parlamentares presentes no Plenário e Parlamentares que participam de forma virtual através da plataforma Zoom.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 8 de julho até a presente data, inclusive, os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada em 8 de julho. Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

No Senado Federal, os que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 1 da pauta. Apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 1.302, de 2025, do Poder Executivo, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de 15 milhões de reais, para o fim que especifica.

O Relator originalmente designado foi o Deputado Túlio Gadêlha, mas diante da sua impossibilidade de poder participar desta audiência, foi redesignado *ad hoc* o Deputado Vicentinho Júnior.

O voto, aproveitado *ipsis litteris in totum*, elaborado pelo Deputado Túlio Gadelha, é pela aprovação da medida provisória na forma proposta pelo Poder Executivo. À medida provisória não foram apresentadas emendas e, neste momento, está com a palavra o Relator Deputado Vicentinho Júnior para apresentação do relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Sr. Presidente, boa tarde. Muito obrigado.

Voltando aos trabalhos desta importante Comissão do Congresso Nacional, venho aqui fazer a leitura do Parecer nº 1.302, de 2025, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 1.302, de 9 de junho de 2025, que abre crédito extraordinário a favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de 15 milhões, para o fim que especifica. Autor: Poder Executivo. Relator: Deputado Túlio Gadêlha.

"I. Relatório

O Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.302, de 09/06/2025, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de R\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. A Exposição de Motivos (EM) nº 00023/2025-MPO, de 5 de junho de 2025, que acompanha a referida MPV, esclarece que a medida tem por objetivo prover recursos extraordinários para a implementação, por um período de 12 meses, de ação emergencial de acolhimento aos brasileiros deportados pelo Governo dos Estados Unidos da América — EUA, com garantia de não violação de Direitos Humanos.

Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores, desde janeiro de 2025, a média de voos aumentou, com possibilidade de incremento ainda maior desse fluxo, dadas as diretrizes externalizadas recentemente pelo Governo dos EUA.

Ainda segundo o documento, a ação emergencial consiste em deslocamento de equipes dos Ministérios envolvidos para Fortaleza e Belo Horizonte (Confins); recepção dos brasileiros repatriados por equipes multidisciplinares de saúde e assistência social; disponibilização de 'kits' de alimentação e higiene, em parceria com os governos estaduais; viabilização de aeronave da Força Aérea Brasileira — FAB para deslocamento de passageiros do aeroporto de Fortaleza ao aeroporto de Confins, em Minas Gerais, que é o Estado de origem da maior parte dos repatriados; e a oferta de abrigo temporário e transporte terrestre, em articulação com os governos estaduais, ou com ônus para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Por fim, a citada Exposição de Motivos apresentou, entre outras informações, as razões de relevância, urgência e imprevisibilidade que teriam motivado e justificado a edição da MPV nº 1.302/2025.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à MPV.

Este é o relatório."

Vou ao voto, Sr. Presidente.

"II. Voto

O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal (CF), estabelece que compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da CF.

Conforme a Resolução mencionada, a Comissão deve emitir um parecer único, abordando a matéria sob os aspectos constitucionais, incluindo os pressupostos de relevância e urgência, bem como o mérito e a adequação financeira e orçamentária, os quais serão examinados a seguir.

II.1 Da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Por sua vez, o art. 167, § 3º, prevê que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Com base nos dispositivos constitucionais citados no parágrafo anterior, podemos afirmar que as medidas provisórias de créditos extraordinários devem atender aos pressupostos de relevância, urgência e imprevisibilidade. Quanto a isso, a Exposição de Motivos esclarece que:

a) a imprevisibilidade é decorrente do aumento do volume de pessoas recebidas regularmente até dezembro de 2024, com perspectivas de incremento ainda maior, dadas as declarações recentes do Governo dos Estados Unidos;"





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Estou lendo este relatório, mas registro que tenho as minhas ressalvas a esse texto. Vou cumprir com a minha obrigação regimental aqui nesta Comissão, mas com ponderações ao texto.

"b) a urgência deve-se à frequência ininterrupta de voos que tem gerado gastos não previstos, e o não incremento de sua dotação pode acarretar o encerramento da ação emergencial de acolhimento, cabendo ressaltar, ainda, que pelo fato de a atuação ter sido iniciada em fevereiro de 2025, de forma emergencial, os custos de sua execução não foram previstos na Lei Orçamentária Anual de 2025 para o MDH, motivo pelo qual faz-se necessária a disponibilização do crédito extraordinário; e

c) a relevância justifica-se em razão das condições degradantes a que essas pessoas têm sido submetidas, com a exigência de manutenção de algemas e correntes durante o voo e alimentação precária, exigindo que o Governo Federal atue para garantir o acolhimento, proteção e dignidade dos brasileiros durante sua chegada e interiorização no País.

Pelas razões apresentadas na exposição de motivos que acompanhou a MPV 1.302/2025 em exame, posicionamo-nos por considerar atendidos os pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância, à urgência e à imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição.

Ressalte-se que a MPV 1.302/2025 está vazada em boa técnica legislativa, obedece aos devidos trâmites legislativos, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais próprios a esse instrumento legislativo, consignados no já referido art. 62 da CF.

Com efeito, no que tange aos demais aspectos atinentes à constitucionalidade, não há reparos a fazer. O Sr. Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, ao editar a medida provisória, cujo objeto não incorre nas limitações materiais constantes do inciso I do § 1º do mesmo dispositivo, e ao submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. A proposição não se enquadra também nas hipóteses dos seus incisos II a IV; não se destina a regulamentar dispositivo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda, respeitando-se, dessa forma, a vedação expressa no art. 246 da CF; e tampouco representa reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo (art. 62, § 10, CF).





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Restam assim demonstradas a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da MPV 1.302/2025.

II.2 Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira

A Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das MPVs *abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.*

Para que se proceda a esse exame, deve-se observar que os créditos extraordinários, pelas circunstâncias excepcionais que os justificam, recebem tratamento diferenciado no ordenamento jurídico nacional, a saber:

1. Em conformidade com o art. 3º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar (LC) nº 200, de 2023, que instituiu o regime fiscal sustentável, em substituição ao regime fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, os créditos extraordinários não se sujeitam ao Regime Fiscal Sustentável e ao 'teto de gastos'. Assim, a despeito de promover aumento no montante de despesas primárias, o presente crédito está em consonância com a citada LC;

2. Conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167, da Constituição, os créditos extraordinários estão dispensados da indicação da origem de recursos no ato de sua abertura. De todo modo, ao encontro da boa técnica orçamentária, a MPV 1.302/2025 indica como fonte de recursos os oriundos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024 (Fonte: 'Recursos Livres da União');

3. Conforme consta do Anexo da MPV, verifica-se que a dotação está adequadamente alocada na Ação 21G5 (Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações), como despesa primária discricionária (RP 2), portanto eleva as despesas primárias constantes da Lei Orçamentária para 2025;

4. A MPV tem impacto sobre o resultado primário, na medida em que autoriza despesa primária à custa de receita financeira. Cabe lembrar que, no caso das medidas provisórias, a ausência da compensação para neutralizar o impacto sobre o resultado primário não se configura um problema formal, pois a legislação permite a abertura de créditos extraordinários mesmo sem haver a indicação da origem dos recursos. Além disso,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

caberá ao Poder Executivo, se necessário, contingenciar outras despesas primárias para assegurar o equilíbrio orçamentário e não prejudicar o alcance da meta fiscal;

5. Por fim, a abertura do presente crédito está de acordo com as demais normas que regem a matéria, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Destaque-se que a Nota Técnica nº 17, de 2025, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, elaborada em atendimento ao art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, expressa entendimento de que a MPV 1.302/2025 está em conformidade com as normas que regem a matéria.

Restam demonstradas, portanto, a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira da MPV 1.302/2025.

II.3 Mérito

A MPV 1.302/2025 é dotada de justificativas de relevância, urgência e imprevisibilidade condizentes com a programação orçamentária que a contempla.

Destaque-se que o Brasil tem reforçado, nos últimos anos, seu compromisso com a proteção e o acolhimento digno de cidadãos repatriados, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A atuação emergencial proposta pela MPV consolida uma política humanitária alinhada com os princípios constitucionais e com as obrigações internacionais assumidas pelo País em matéria de direitos humanos.

Vale ressaltar que as ações de interiorização e assistência aos brasileiros deportados têm sido essenciais para mitigar os impactos sociais e sanitários decorrentes do aumento repentino do fluxo de repatriados. A articulação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais demonstra a eficácia de uma abordagem coordenada, garantindo desde o transporte seguro até o atendimento psicossocial e a provisão de necessidades básicas.

Ademais, a iniciativa reflete uma resposta adequada às críticas internacionais sobre as condições desumanas enfrentadas por deportados em voos de repatriação. Ao assegurar alimentação, higiene, abrigo e transporte dignos, o Brasil reafirma seu papel como nação que prioriza a dignidade humana.

Assim sendo, resta comprovada a necessidade do crédito extraordinário.

II.4 Emendas

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à MPV 1.302/2025.

II.5 Conclusão





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da MPV 1.302/2025, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.

Quanto ao mérito, votamos pela aprovação da MPV 1.302/2025, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Brasília, 15 de julho de 2025.

Deputado Túlio Gadêlha, Relator."

Veja bem, às vezes, chegar cedo não é uma grande vantagem.

Li o parecer, e tenho lá as minhas divergências, mas eu cumpri com a minha obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu acredito que vai ser a primeira vez em que nós vamos abrir a discussão, e o Relator vai se inscrever para falar contra o parecer. *(Risos.)*

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Veja bem, Presidente, eu tenho as minhas pontuações.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Se eu soubesse, o Deputado Mauro, que é do PDT e tem uma visão mais centro-esquerda, teria lido com o maior prazer o parecer.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Não sabe V.Exa. que eu sou de uma casa brizolista lá no Tocantins, do meu querido pai, Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agora já contamos com a presença do Relator da LDO, o Deputado Gervásio Maia. S.Exa. estava em audiência com o Presidente da Casa, o Deputado Hugo Motta.

Como ele voltou sorridente, imagino que tenha sido positiva, Deputado Gaguim, a respectiva audiência.

O parecer está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, está...

Deputado Vicentinho, está em discussão a matéria. V.Exa. não vai se inscrever?

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - *"Manda quem pode, obedece quem tem juízo"*, Sr. Presidente.

Vou respeitar a cadeira de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu agradeço a V.Exa. o gesto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

A discussão está encerrada.

O parecer está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer da medida provisória.

A matéria vai à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado Federal.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo firmado, proponho a inclusão na pauta do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, à LDO.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação do relatório, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação do relatório somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição. *(Pausa.)*

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para votação do relatório apresentado.

Os que as aprovam na representação da Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Na representação do Senado Federal, os que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Apreciação do relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

O Relator é o Deputado Gervásio Maia.

Foram apresentadas sessenta emendas.

O Relator teve bastante trabalho para consolidá-las e, no seu voto, é pela aprovação na forma ora apresentada.

Quanto às sessenta emendas apresentou o voto pela inadmissão das Emendas nºs 6 a 8, 11 a 15, 21 a 38 e 41 a 60 e pela aprovação das nºs 5, 16, 17 e 20.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Apresentou aprovação parcial para as Emendas nºs 1, 3, 4 e 19 e rejeição para as Emendas nºs 2, 9, 10, 18, 39 e 40.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o Sr. Relator, o Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, quero saudar V.Exa. e os demais integrantes do Congresso, quero abraçar também os servidores da Casa e a imprensa.

Presidente, eu vou direto ao voto.

"Emendas ao relatório preliminar.

Ao relatório preliminar foram apresentadas sessenta emendas. Uma parte das proposições visa prover ou ampliar dotações em programações destinadas a financiar políticas públicas específicas. Conquanto a iniciativa seja meritória, não se trata de objeto contemplável neste relatório preliminar. A rigor e em prestígio ao princípio da exclusividade, somente a Lei Orçamentária Anual ou seus créditos podem veicular recursos para categorias de programação. Nesse sentido, manifestamo-nos pela inadmissão das Emendas nºs 46, 51, 53, 54, 57 e 59 e recomendamos aos autores que guardem o teor das proposições para reapresentá-las quando da apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2026 neste mesmo colegiado.

Outras tantas emendas tratam de assuntos afetos à própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não ao relatório preliminar ora em apreciação. Por não se tratar do momento reservado no processo legislativo para as emendas ao PLDO 2026, somos pela inadmissão das Emendas nºs 11 a 15, 21 a 38, 44, 50, 55 e 58, que propõem alterações no texto do projeto de lei, e das nºs 6 a 8, 41 a 43, 45, 47 a 49, 52, 56 e 60, que visam contemplar prioridades presumivelmente no Anexo VIII. Diversamente do caso anterior, esses constituem mera antecipação de etapa por vir na tramitação do PLDO 2026, e, assim, conclamamos os respectivos autores para que reapresentem as proposições quando do prazo próprio de emendamento ao PLDO 2026, ocasião em que serão devidamente apreciadas, Sr. Presidente.

Dentre as emendas apresentadas ao relatório preliminar, restou clara a preocupação dos nobres pares com o limite de emendas por autor para composição do Anexo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Prioridades e Metas e com os critérios de acolhimento de tais proposições pela relatoria. Para melhor nos alinhar com os anseios externados pelos pares e sem extrapolar o limite estatuído nos arts. 87, incisos I e II, e 88 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, revimos para 3 (três) o limite de proposições por autor no tópico 2.2.2, seja bancada estadual, seja Comissão Permanente de cada Casa Legislativa, seja parlamentar individualmente.

Nessa senda, acolhemos integralmente as Emendas nº 5, 17 e 20, de lavra dos Deputados Beto Pereira e Capitão Alberto Neto e do Senador Lucas Barreto, e parcialmente as Emendas nºs 1 e 4, respectivamente, da Deputada Talíria Petrone e do Deputado Luiz Carlos Busato.

Sobre a inclusão das proposições no Anexo de Prioridades e Metas pela relatoria, também ampliamos o quantitativo no tópico 2.4.1 para abrigar até três emendas de autoria de cada bancada estadual e de cada Comissão Permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, somando-se aos outrora já previstos até dez objetivos específicos propostos por autores individuais, considerando seu mérito e a frequência de apresentação. Ao fazê-lo, recomendamos aprovar a Emenda nº 16, do Senador Lucas Barreto, e parcialmente as Emendas nºs 3 e 19, dos Deputados Luiz Carlos Busato e Capitão Alberto Neto.

A Emenda nº 39 destina-se a incluir na Parte Geral pleito dos agentes federais de segurança pública, patrocinado pelo autor. Esclareço, contudo, que a Parte Geral deste relatório preliminar não é dispositiva. Ela se destina tão só a reproduzir o cenário socioeconômico e fiscal retratado no PLDO 2026, acompanhado de dados estatísticos e de projeção de gastos que corroboram as conclusões plasmadas. Não incluímos, pois, nenhum teor normativo ou critério de acolhimento, ainda que possamos reconhecer a importância de mérito específico. Nesse sentido, somos pela rejeição da proposta.

Por derradeiro, as demais proposições buscaram estabelecer critérios outros para acolhimento das emendas, em adição ou retificação daqueles que versamos no item 2.4.5 do relatório. A inclusão desse item no relatório preliminar apresentado inicialmente visou apenas registrar necessidade identificada por este Relator e de grande importância para a população. Várias emendas trouxeram outras questões impactantes e entendemos tecnicamente que será mais apropriado pactuar todas as prioridades quando da efetiva discussão do PLDO 2026.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CD - 11

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Assim, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas nºs 2, 9, 10, 18 e 40. Neste mesmo ato, suprimimos a pauta específica pormenorizada pela relatoria no item 2.4.5. Logo, por imposição constitucional e para promover a gestão fiscal responsável, mantivemos como critérios basilares de acolhimento apenas a continuidade de projetos em execução e as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, de coordenação material sobre as diretrizes orçamentárias para cada exercício financeiro.

II - Voto

Em face do exposto, votamos pela:

- inadmissão das Emendas nºs 6 a 8, 11 a 15, 21 a 38, 41 a 60;
- aprovação das Emendas nºs 5, 16, 17 e 20;
- aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 4 e 19;
- rejeição das Emendas nºs 2, 9, 10, 18, 39 e 40; e
- aprovação do relatório preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

para 2026 na forma ora apresentada."

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Cumprimento o Sr. Presidente, o Senador Efraim Filho, de quem tive o privilégio de ainda acompanhar seu desempenho aqui na Câmara dos Deputados; cumprimento o meu caro Relator, o Deputado Gervásio Maia, que fez uma discussão bem abalizada do que está sendo proposto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, para que as pessoas possam acompanhar.

Eu queria fazer algumas ponderações meramente técnicas, vamos dizer assim, para ver o que pensa o Relator em relação a essa questão.

Minha primeira ponderação é a seguinte. Por que a receita, como proporção do PIB, cai todo ano? Ela sai de 18,8%. Ela vem caindo todo ano. Qual fundamentação sustenta que a receita vai cair ao longo dos anos? Eu não sei exatamente o que ensejou essa diminuição. Isso cria problemas até para a apuração do resultado primário: 18,8%, em 2026, até 18,1%, em 2029. A queda é muito grande. Tem que haver alguma razão econômica para isso. Eu não consegui...

Eu aprendo muito com o Senador Efraim essas coisas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CMO (Reunião Deliberativa)

CD - 12

15/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Eu tive uma dúvida bem parecida, durante a apresentação da Ministra Simone Tebet. Fiz o questionamento, e ela justificou isso como uma falta de esperança da Receita, que prefere ser mais conservadora.

Esse é outro tema, outra pauta. Mas vamos deixar o Relator seguir. Eu fiz esta intervenção enquanto ele estava se informando com os consultores, para dar uma resposta a V.Exa., Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Quero fazer uma complementação, Deputado Gervásio.

Sobre o déficit da Previdência, acontece algo engraçado: todo mundo fica falando da reforma da Previdência, o déficit cai de 8,25% do PIB para 8,16%. Achei legal!

O que nós vamos fazer para obtermos esta perspectiva positiva de ajuste na Previdência? Pergunto isso porque nós não estamos tomando nenhuma medida de cunho previdenciário. Como eu sempre aprendo com o Senador Efraim, este é mais um ponto que eu estou colocando, só para sabermos por que o Governo está levantando estas questões.

No relatório, no item Déficit da Previdência do ano de 2027 — este é apenas um ponto —, está faltando o sinal de menos no 376. Ele consta como positivo, mas, na realidade, é negativo. No domingo, quando eu estava lendo esse negócio, percebi este detalhe. É preciso colocar o sinal de menos lá, para que quem for ler perceba que nós vamos ter déficit. Mesmo assim, esta queda do déficit previdenciário também é uma questão. É importante fazer esta correção.

Como analista do processo, eu entendo que a diminuição do déficit da Previdência é um assunto muito relevante para mim. Eu gostaria de saber por que isso acontece, Deputado Gervásio. V.Exa., que também é muito preocupado com a Previdência, deve querer saber por que houve esta queda que foi colocada, para, se for o caso, nós ajustarmos alguma coisa.

O problema é que este ajuste vai piorar o 0,5% previsto para 2027, que é um superávit. Já em 2027, a despesa discricionária cai bastante. Mas eu fico preocupado: a despesa discricionária cai de 208 bilhões de reais para 122 bilhões de reais. Não sei como o Governo vai funcionar ante esta previsão.

Eu fiquei surpreso com o valor referente a 2026, que é relativamente folgado: 208 bilhões de reais. Achei que 2026 está o.k. Eu acho que são 228 bilhões de reais neste ano; 208 bilhões de reais no ano que vem. Acocha, acocha, mas o Governo ainda se sustenta,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

a não ser que a campanha eleitoral eleve o gasto primário em si. No entanto, quanto ao valor para 2027, eu tomei um susto. Quero saber se é isso mesmo.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Deputado Mauro Benevides, seria muito bom se V.Exa. tivesse vindo para a audiência pública com nossa Ministra Simone, já que V.Exa. tem como bandeira principal de luta do seu mandato o tema orçamentário, os gastos do País. É assim que eu enxergo esta questão. V.Exa. é um Deputado que engrandece muito o Plenário da Câmara dos Deputados pelo conceito e pela forma como debate todas estas pautas.

Primeiro, quero dizer a V.Exa. que algumas dúvidas foram colocadas à Ministra, por exemplo, a diferença entre os números apresentados pelo Poder Executivo e os números apresentados no Relatório Focus, que são os números apresentados pelo mercado.

Quero lembrar a V.Exa. um ponto de que se falou aqui. Em relação à Previdência, nós percebemos o aumento do seu déficit a cada ano: 376, em 2027; 403, em 2028; e 432, em 2029. Eu entendo...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Ela cresce, mas numa proporção menor em relação ao PIB, ou seja, há algum conforto.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Correto.

Há outro ponto. Eu tive uma conversa com o Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, e com a Ministra Gleisi Hoffmann, que fizeram um apelo para que nós montássemos a agenda de votação da LDO para depois do recebimento do relatório fiscal do Governo, que deverá chegar entre os dias 21, 22 ou 23, para que, com este relatório, nós possamos fazer algum tipo de ajuste nestes números que V.Exa., com muita pertinência, mencionou neste momento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Obrigado, Deputado Gervásio.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Quero dizer, ainda, a V.Exa. que, com relação ao tema das despesas discricionárias, numa parte do texto encaminhado pelo Poder Executivo, V.Exa. vai perceber que está posto que as emendas parlamentares individuais e, desta vez, de bancada e até de Comissão, tudo o que foi indicado para a saúde será computado, pela União, para o cálculo obrigatório de despesas com saúde pública.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Mas já funciona assim.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Mas foram acrescentadas ao texto as emendas de Comissão. Estão colocadas no texto.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Tudo bem, mas eu estou dizendo que, pelo menos, as duas primeiras, a individual, a nossa, e a de bancada, facilitam ao Governo o cumprimento dos 15%. Muitas vezes, o pessoal critica a emenda, Deputado Gervásio, mas nem se lembra disso.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Mas me deixe chegar lá.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Pois não, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Eu estou querendo dizer que, em relação às despesas discricionárias, pode-se fazer um cálculo de maior alívio, porque o que foi indicado pelos Congressistas como emendas para a saúde servirá também para o cumprimento da meta dos 15%, já que é obrigação constitucional do Poder Executivo cumprir os gastos mínimos de 15% com a saúde. De certa forma, isso alivia um pouco, no que diz respeito às despesas discricionárias.

É muito bom falarmos um pouco sobre este ponto, porque as emendas estão sendo muito atacadas, mas esta é uma forma democrática de fazer a distribuição do bolo de arrecadação da União, que, ao longo de tantas décadas, foi distribuído, de forma muito injusta, principalmente para as Regiões Norte e Nordeste — nós vivemos na Região Nordeste. Muito pouco é destinado à Região Norte; muito pouco, historicamente, é destinado à Região Nordeste; e muito é distribuído às regiões que já são bem aquinhoadas pelo bolo de arrecadação, ao longo de décadas e décadas.

Por isso, agora, nós estamos falando em aparelhos de tomografia nos hospitais, passagens molhadas, passagens subterrâneas, equipamentos de Raios X, veículos para transporte de pacientes, clínicas de hemodiálise. Somente agora, em pleno século XXI, o Nordeste está tendo direito a isso, que é fruto das emendas parlamentares.

Portanto, é muito bom registrar que o cálculo dos 15% está tendo a contribuição das emendas parlamentares, dos Senadores e dos Deputados Federais. Se nós fizéssemos a conta destas despesas discricionárias, talvez pudéssemos aliviar um pouquinho. Seria uma forma de nos lembrarmos disso.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Eu vou citar um dado, embora eu saiba que a equipe já deva conhecê-lo. Faço isso para os Deputados e Senadores usarem aí afora. É o seguinte: emendas parlamentares, como proporção das despesas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

discricionárias, eram 28%, em 2020; agora, elas vêm para 21%. Esta proporção precisa ser colocada para a imprensa brasileira. O total de emendas parlamentares com proporção das despesas discricionárias até 2025, portanto, caiu, não aumentou. Obviamente, aumentou o valor.

Nós disciplinamos que os crescimentos dos últimos 3 anos não poderão mais acontecer, porque nós estamos nos balizando pelo crescimento do arcabouço, que é de 2,5%. Nós já estamos limitando isso. Portanto, para 2025, no caso da despesa discricionária, vamos cair de 28% para 21%. Trata-se, realmente, de uma queda bastante significativa. Nós precisamos popularizar estes dados para a imprensa brasileira, que tem falado tanto destas questões.

Para concluir, eu gostaria de falar de dois últimos pontos.

Agora vem mais uma crítica não ao Relator, mas, sim, ao entendimento nacional e ao nosso entendimento, ou seja, do Congresso Nacional, sobre o arcabouço fiscal. Normalmente se diz: *"Taxa de juros reais acima da taxa estrutural ocasionando um custo real de financiamento da dívida pública superior à taxa real de crescimento econômico; ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que há a preocupação com a capacidade do Governo em estabilizar a dívida pública em termos sustentáveis"*.

Qual é sustentável? 85? 80? 90? Ninguém diz! Aliás, este texto está no arcabouço. Eu lutei muito para colocar nele o que seria sustentável, mas o sistema financeiro não deixa, o Congresso Nacional não deixa. Portanto, não é nada com o nobre Relator, mas somente para percebermos como o sistema financeiro tem uma força muito grande.

"Ah não! Nós temos que controlar, para tornar a dívida sustentável". Então, o que é dívida sustentável? Ninguém diz!

Isso tudo é mais para efeito de discussão. No Ceará, nós chamamos isso de "velho queixo", "velho Agamenon", ou seja, está se fazendo um esforço para tornar a dívida sustentável.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Na Paraíba, nós temos também o velho Agamenon!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Também? Pois é!

Por último, quando eu analiso a curva da dívida pública brasileira, que também está no seu relatório e deve estar no relatório que veio do Governo Federal, percebo que existem três situações: a que o PLDO de 2025 prevê; a do PLDO de 2026, que é outra curva maior





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

ainda; e a que prevê o mercado. Obviamente, o mercado vai prever uma curva ainda mais ascendente, apesar de ele colocar também, Deputado Gervásio, quase muito... A nossa, de 2025 e 2026, podemos ver que é descendente, subsequentemente. Nós dissemos que a segunda derivada é menor que zero. Ela cresce positivamente, mas na segunda, a da dívida, vai decrescendo em termos decrescentes.

Eu sei que um companheiro meu da assessoria, de muitos anos, está rindo, mas eu me preocupo realmente com a segunda derivada. Do mercado, não! A do mercado é sempre ascendente. Isso me preocupa.

Para concluir esta parte, nós tivemos, em 2024, um primário negativo de 11 bilhões de reais, no Conselho do Tesouro. Tivemos um primário negativo de 42 bilhões pelo Banco Central, porque o Banco Central leva em conta abaixo da linha, que é a variação da dívida líquida; leva em conta as despesas extraordinárias, como os 30 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul, que não entram no primário normal, e os 700 milhões referentes àquelas intempéries climáticas — foram 700 milhões, mais ou menos. Por isso, vai a 42 milhões de reais.

O fato é que, mesmo saindo de 220 bilhões de reais de primário negativo, em 2023, para 40 bilhões de reais ou 11 bilhões de reais, em 2024, o Banco Central ainda aumentou a taxa de juros e disse que o problema é o primário.

Quando o Presidente Galípolo esteve aqui, ele disse: *"Não! A questão é a inflação!"* Ah, é a inflação! Muito bem, a inflação de fevereiro foi de 1,31%; a de março, 0,56%; a de abril, 0,43%; a de maio, 0,26%; e a de junho, 0,24%. A inflação está descendente. Quem está dizendo que a inflação está aumentando?!

O sistema financeiro me "convocou", entre aspas, e eu estive, na quinta-feira, em São Paulo. Diziam: *"Isso é muito importante, porque ainda há uma insegurança, a inflação não está..."* Isso porque ainda não havia sido divulgada a inflação de junho! *"Ninguém tem certeza se a inflação de junho vai continuar caindo."*

Não há explicação macroeconômica. Aumentou de 14,75% para 15%, sem razão macroeconômica de fazer isso, o que significa, portanto, 932 bilhões de juros. O pessoal diz: *"O juro é muito alto porque o primário não é adequado"*. Isso é pura falácia. Trata-se de uma maneira de querer justificar o fato de o Brasil, Senador Efraim, ter a taxa de juros real, que só não é a maior do mundo porque há a Turquia, por razões específicas. Fora isso, é a maior taxa de juros real do mundo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

A Rússia está em guerra, e os bancos de lá não estão querendo nem financiar o Governo russo. Lá, a taxa de juros real é de 7,5%, menor que a do Brasil. Agora, por esta que eu vou dizer a Casa vai rir mesmo: Israel está em briga com Gaza, com os Houthis, com o Irã, com o sul da Jordânia. É guerra para todo lado! Os bancos estão loucos, não sabem se financiam ou não o Governo de Israel. Lá, a taxa de juros real é de 2%.

Podem dizer: *"Deputado, V.Exa. não está entendendo que o risco é muito grande, que esta taxa de juros tem que ser assim mesmo, e tudo mais"*. Não adianta nós fazermos um esforço sem limites na despesa primária, que é o que todo mundo cobra aqui. A imprensa, este tal mercado, este tal Relatório Focus não adiantam nada, porque a maior despesa ou a maior gastança do Governo é, na realidade, a despesa financeira, com 932 bilhões. O Brasil não aguenta 5 anos com este nível de juros, zero de primário, e o Governo fazendo um esforço que, durante 5 anos, com 1 trilhão, o Brasil não vai aguentar. Eu estou procurando chamar a atenção da CMO da Câmara Federal para dizer que o Brasil não aguenta. Obviamente, o Senador Efraim, com certeza, reverbera isso no Senado Federal.

Há mais: o Senador Renan Calheiros apresentou um projeto para dizer que, pelo menos, daqui a 15 anos haja este limite para pelo menos forçar o Banco Central a prestar contas do endividamento se porventura ele não cumprir. O mercado financeiro não deixa o Senado aprovar! O Senador José Serra, lá atrás, apresentou o PRS, Senador Efraim, em 1984, que faria exatamente isso que o Senador Renan está fazendo agora, mas não o deixaram aprovar, porque eles não querem limites.

Nos Estados Unidos — o brasileiro adora se comparar aos Estados Unidos —, todo ano, a lei orçamentária coloca um limite da dívida pública. Lá, quando não se cumpre, tudo para: o pagamento da dívida, o pagamento ao pessoal, fecha museu, para tudo. É isso que acontece. O Governador chamava a isso de *shutdown*. No Brasil, *shutdown* se dá em função da despesa primária, não tem nada a ver com o *shutdown* americano, que se dá quando a dívida realmente ultrapassa o limite previsto, e o Governo é obrigado a fazer este fechamento. Não existe esta história: *"Olha, isso prejudica a política monetária"*. Nada disso!

Os Estados Unidos são um ancoradouro da poupança internacional. Têm dinheiro de todo mundo, e ninguém acha ruim. No Brasil, quando nós falamos isso, alguns dizem: *"Meu Deus do céu, lá vem um calote, não sei o quê"*. O discurso do mercado financeiro é muito forte. Depois, nós discutimos melhor estas coisas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Eu queria, pelo menos, deixar cravado para discutirmos, Deputado Gervásio Maia, num momento subsequente, um pouco mais esta questão da receita e da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - A Mesa foi extremamente tolerante com o tempo de V.Exa., Deputado, por merecimento. Acho que esta discussão é muito bem-vinda, pois ela engrandece, mesmo sabendo que estamos apenas em sede de relatório preliminar.

Quem assistiu à audiência pública da Ministra Simone Tebet viu que ela chamou a atenção, quando eu fiz a primeira pergunta. Ela apresentou o eslaide — quem estava aqui viu. Eu disse: *"Ministra, este dado mostra que o gasto obrigatório cai, quando se vai para 2029. Se o gasto obrigatório cai em percentual, se o PIB cresce e se o gasto discricionário vai bater em quase zero em 2029, esta conta não fecha"*. Ela disse: *"Não. É porque o Barreirinhas não é muito otimista. Ele é pessimista, é conservador"*. Quem estava aqui ouviu mais ou menos isso.

Eu não avancei no debate porque se trata de mera projeção, não é uma regra, não é um dado; é algo que vai mudar com o decorrer dos anos. Eu concluí minha participação com a Ministra dizendo que bom era seguir a linha de Ariano Suassuna, que diz: *"Não sou otimista, nem pessimista, mas realista e esperançoso"*.

O dado de 2026 tem que ser levado em consideração, porque é sobre ele que nós estamos trabalhando, mas as projeções para 2029 têm bastantes variáveis. Por isso, meu conforto, como Presidente da CMO, é entender que nossa tarefa em 2026 — trata-se de um compromisso meu — é fazer com que as receitas não sejam infladas, para permitir gastos desenfreados. Este é o compromisso da CMO. O recado foi dado. Não é o mercado, não é o Governo, é a sociedade brasileira que vai estar atenta ao tema. Ela terá em nós um guardião, para evitar que haja qualquer dissabor no sentido de inflar receitas para permitir gastos acima do orçamento brasileiro.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Eu só fiz essa ponderação porque o gasto conservador seria manter como está, não aumentar. A receita vai aumentar, mas seria conservador deixar como está e tudo mais. Mas não, ela trouxe para baixo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - É para dar um susto no povo! É como o seu questionamento sobre os juros, Deputado Benevides. Da mesma forma, é uma compreensão com a inflação no patamar em que está. Entendo que seria o momento de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

reavaliarmos isso. Cada um no seu quadrado, como dizem. Se reclamamos de as nossas competências serem usurpadas, não haveremos de usurpar as competências do banco.

Tem a palavra o Relator Gervásio Maia, para responder aos questionamentos e às análises feitos pelo Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - O Deputado Mauro Benevides, em vez de questionar, fez ponderações e apresentou preocupações pertinentes em relação ao que nós colocamos no relatório preliminar, que foi exatamente o que nós recebemos do Poder Executivo e foi votado neste momento.

Corroborando o que o Deputado Mauro Benevides falou sobre a diminuição da inflação, se observarmos a página 3, veremos que a taxa Selic prevista para a LDO de 2025, ano em curso, pelo mercado, coincidentemente, foi de 15%, que é o que está sendo aplicado. Coincidentemente, o Relatório Focus acertou. O projetado pelo Executivo foi 14,02%, ou seja, praticamente um ponto a menos foi a projeção do Poder Executivo.

Para o ano que vem, dentro destes números que V.Exa., repito, colocou com muita pertinência, nós percebemos uma queda distante da que o País precisa ter, distante da que nós apresentamos aqui a título de preocupação com o futuro do País, e observamos uma projeção do Governo de 12,56%. Para quem está com uma taxa Selic de 15%, a projeção do Executivo é de 12,56% e a do mercado, um pouquinho menor: 12,5%. O Relatório Focus projetou 12,5% para o ano que vem, e o Governo, 12,56%. O Governo projetou um pouquinho a mais do que o relatório, se V.Exa. observar. Isso significa que, desta vez, para 2026, pelos números apresentados, o mercado está um pouquinho mais otimista que o Governo em relação à taxa Selic.

Nós vamos, Deputado Mauro e Sr. Presidente, continuar, até o relatório final, dialogando muito. Vamos aguardar a publicação do relatório de gestão fiscal para ouvirmos também o Poder Executivo e avançarmos com a melhor peça possível, com o melhor texto possível, para que, se Deus quiser, antes da chegada da LOA à Casa, já tenhamos votado no Congresso nossa LDO.

Eu estou muito satisfeito, Sr. Presidente, com a participação do Deputado Mauro Benevides e, é claro, com a contribuição dos servidores da Casa. Aqui nós temos técnicos extremamente qualificados, competentes e dedicados, pessoas que são de extrema importância para o Congresso Nacional e para o futuro do nosso País.

Muito obrigado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - A discussão e o prazo para a apresentação dos destaques estão encerrados.

Não foi apresentado nenhum destaque.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as Emendas nºs 6 a 8, 11 a 15, 21 a 38, e 41 a 60, conforme indicado pelo Relator no seu voto.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Diante da aprovação do parecer preliminar, esta Presidência, após ouvir o Relator, o Deputado Gervásio Maia, enviará ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, sugestão de cronograma alterado para a deliberação da LDO para 2026, Deputado Mauro.

Seguem para os senhores a sugestão de encaminhamento de datas e de cronograma.

O prazo para a apresentação de emendas ao projeto é de 5 a 14 de agosto, na retomada dos trabalhos no mês de agosto. Portanto, 5 de agosto a 14 de agosto é o prazo de emendas. É de 10 dias o prazo de emendas à LDO.

O prazo de entrega do relatório final, portanto, é até o dia 22 de agosto. O Deputado Gervásio Maia terá 8 dias para fazer a apresentação do seu relatório final. Então, até o dia 22 de agosto é o prazo para entrega do relatório final pelo Relator. E esta Comissão terá prazo para votação do relatório final até o dia 27 de agosto.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Tem a palavra o Deputado o Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Presidente, como o dia 22 é uma sexta-feira, e o prazo do Governo é entre os dias 21 e 23, para a entrega do relatório de gestão fiscal, é possível que, na segunda-feira, se isso chegar na sexta ou no sábado, tenhamos tempo de fazer algum ajuste, já que temos uma equipe realmente muito boa, no entanto,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

se o relatório fiscal do Governo chegar no dia 22, talvez não haja tempo suficiente para eventual alteração no relatório até o final do expediente, não sei. Porém, o prazo está tranquilo em relação ao que foi programado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Deputado Gervásio Maia, esta Presidência é tão condescendente com o trabalho de V.Exa., porque sabe que é profícuo, que o relatório bimestral chegará entre os dias 21 e 22 de julho, e V.Exa. terá até o dia 22 de agosto para apresentar o relatório final. Então, V.Exa. terá tempo bastante para fazer o seu trabalho.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - Eu troquei as datas aqui então.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Exato. V.Exa. ganhou 30 dias. Pela minha conta, estou com crédito de 30 dias. Dá para eu diminuir o prazo e arrochar um pouco mais o seu trabalho.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - É verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - V.Exa. estava satisfeito com prazo 30 dias menor!

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - São tantos os prazos que eu terminei me confundindo. O relatório deve ser entregue entre os dias 21, 22 e 23 de julho. Temos tempo suficiente. Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Essa é a previsão de entrega do relatório bimestral.

Foi um gesto da Presidência da CMO, meu caro sempre Deputado Gilmar Machado e meu caro André Bucar. Na conversa que tivemos com o Governo Federal, pedimos que o relatório definitivo ficasse para depois do relatório bimestral, que vem agora em julho.

Esta Presidência fez um esforço hercúleo para retomar os eixos do cronograma de análise da proposta de Orçamento, que veio com 4 meses de atraso. Nós tivemos a sanção do Orçamento de 2025 apenas no mês de abril. Fizemos todo o esforço para, nesta semana, encerrarmos a votação do relatório da LDO ou do relatório preliminar. Estamos encerrando essa votação nesta semana, para podermos ir para o recesso informal do Congresso Nacional. E já retomaremos os prazos de imediato, no retorno, em agosto.

Esta Presidência se permitiu essa posição porque o importante é que, com todo esse tempo que o Relator terá à disposição, para fazer reuniões e agendamentos e elaborar o relatório final, a gente consiga votar a LDO antes do envio do PLOA, cujo prazo é 31 de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

agosto. Então, a partir de 31 de agosto, com o PLOA enviado, com o relatório definitivo da LDO aprovado, nós recolocaremos absolutamente nos eixos o cronograma de análise do Orçamento, com o compromisso desta Presidência de que, até dezembro de 2025, tenhamos votado o Orçamento de 2026, para encerrarmos o ano com o Orçamento aprovado, recuperando um atraso de 4 meses.

Os integrantes dos quatro Comitês — de Admissibilidade de Emendas; de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; de Avaliação da Receita; e de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária — já estão designados. E, a partir de 31 de agosto, com o envio do PLOA, teremos a designação dos Relatores Setoriais. Eu já avancei no diálogo para as primeiras escolhas. Isso tem avançado.

Então, a CMO encerra os trabalhos, neste semestre, com o sentimento de dever cumprido, com o relatório preliminar da LDO aprovado. A partir do mês de agosto, o trabalho estará com 30 dias de atraso, mas tendo começado com 4 meses de atraso.

Esta foi a missão a que me propus como Presidente: receber o PLOA em 31 de agosto, com o relatório da LDO já devidamente votado. Acredito que vou cumpri-la, ainda mais com essa fala do Deputado Gervásio Maia, que já estava pronto para entregar o relatório em 22 de julho. Imaginem com será agora, com o prazo até 22 de agosto!

Eu fiquei muito feliz, Deputado Gervásio Maia. Isso tirou de mim qualquer problema de perda de sono ou de hesitação quanto ao cumprimento do prazo por V.Exa.

O SR. GERVÁSIO MAIA (Bloco/PSB - PB) - O Presidente vai pegar no meu pé, porque eu me atrapalhei com os prazos nos meses de julho e de agosto, mas a gente tem que relaxar um pouco, tem que brincar um pouco, porque a vida já é muito dura.

Quero agradecer ao Presidente Efraim, porque nós dialogamos lá na SRI com a Ministra Gleisi e com o Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, montamos esse calendário a várias mãos, demonstrando a importância de que tudo pudesse ser feito de forma razoável, para que a gente não tenha, na tramitação do Orçamento para 2026, o que ocorreu na tramitação do Orçamento para 2025. Foram muitos atrasos, e esses atrasos estão custando muito caro ao País, principalmente para as pouco mais de 5 mil Prefeituras que estão necessitando de recursos, e os recursos não estão chegando. Os programas estão parando, e a dificuldade campeia Brasil afora.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião Deliberativa)

15/07/2025

Então, eu quero registrar a responsabilidade do Presidente, meu conterrâneo, o Senador paraibano Efraim Filho, em fazer com que as coisas andem na CMO, pensando no Brasil, pensando no exercício financeiro e orçamentário de 2026.

Então, vamos correr. Vai dar tudo certo! Meu sentimento é de gratidão, Presidente Efraim, pela sua condução dos trabalhos e pela sua parceria, pensando em todos esses temas e buscando o melhor caminho, para que a gente tenha tempo de montar o melhor relatório possível para a nossa LDO de 2026.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Agradeço ao amigo e Deputado Gervásio Maia os elogios, que são recíprocos, pela sua dedicação e compromisso.

Eu acredito que será uma vitória esta Comissão votar a LDO no mês de agosto, o que, no ano passado, só aconteceu no mês de dezembro. Nós colocaremos no eixo o cronograma da CMO. Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2025.**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Túlio Gadêlha (REDE/PE). Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 5/2025-CMO, de autoria do referido Deputado, com o objetivo de debater a política climática sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares:** Aliel Machado, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Geraldo Resende, João Cury, Junior Lourenço, Ricardo Ayres, Túlio Gadêlha e Weliton Prado e dos **Deputados Suplentes:** Delegado Marcelo Freitas, Gervásio Maia, Miguel Lombardi, Nely Aquino, Soraya Santos, Tião Medeiros. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e seis minutos, foi dada início a reunião pelo Deputado Túlio Gadêlha que informou o objetivo da audiência pública, bem como apresentou e convidou para compor a Mesa os representantes dos Ministérios e órgãos convidados: Sr. Marcelo Jorge Medeiros – Diretor Interino da Agência Nacional de Águas – ANA; Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante – Diretora do Departamento de Governança Climática Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sr. Ewerthon Marques – Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; Sra. Adriana Pinheiro – Assessora de Incidência Política e Orçamento do Observatório do Clima; Sra. Rita de Cássia – Consultora Legislativa de Orçamento do Senado Federal; Sr. Vinicius Ribeiro – Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e o Deputado Bohn Gass representando a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras, que participou virtualmente. Em seguida, o presidente em exercício esclareceu as regras de participação para um melhor ordenamento dos trabalhos e concedeu a palavra ao Deputado Bohn Gass, que participou por meio da plataforma zoom e parabenizou o autor do requerimento pela iniciativa. Destacou a questão climática como o



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

maior problema da humanidade, por isso a necessidade de fortalecer o sistema nacional de prevenção, mitigação e alerta de desastres climáticos através de recursos orçamentários específicos. Citou também a necessidade de investir em comitês de bacias hidrográficas com estrutura e recursos para implementação de seus planos de prevenção. Terminada a exposição do Deputado Bohn Gass, o presidente em exercício concedeu a palavra ao representante da Agência Nacional de Águas - ANA, Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino, que fez uso de recurso multimídia para, inicialmente, mencionar os diversos papéis da ANA, tanto de cunho regulatório como executivo. Ressaltou que a agência é responsável também pela produção de dados de monitoramento (Rede Hidrometeorológica Nacional) e estudos para que possam planejar e organizar o futuro por meio de projeções para posteriormente regulamentar e normatizar a concessão e fiscalização dos recursos hídricos. Demonstrou como a economia é dependente da água e como o sistema hídrico está fragilizado e vulnerável à mudança do clima. Citou também um estudo consolidado por eles sobre o impacto da mudança climática sobre os recursos hídricos do país. Observaram que o regime de chuvas é o principal afetado pelas alterações climáticas, provocando secas e inundações frequentes. Esses eventos afetam a oferta de água, ameaçando a segurança hídrica do país. Citou os principais problemas enfrentados quanto a disponibilidade de água (aumento da demanda e infraestrutura limitada). Apresentou os desafios orçamentários da ANA, explicando que o orçamento atual de 177 milhões de reais é insuficiente para realizar metade das atividades necessárias, incluindo monitoramento e estudos, e que, sem recursos adicionais, a agência precisará desligar cerca de 40 estações de monitoramento no próximo ano. Em seguida, foi concedida a palavra a Ana Paula Cunha Machado, diretora do Departamento de Governança Climática do Ministério do Meio Ambiente, que detalhou as ações governamentais para combate à mudança climática, incluindo o Plano Clima com sete planos setoriais de mitigação e 16 planos de adaptação, além da meta de neutralidade até 2050 e redução de emissões até 2035. Ela enfatizou a necessidade de linhas orçamentárias específicas para monitoramento e implementação do plano climático, argumentando que o custo de não agir será muito maior do que o investimento necessário. A seguir, falou o Sr. Ewerton Marques, Coordenador



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reforçou que, apesar de existirem planos e iniciativas governamentais para mitigação e prevenção, os recursos orçamentários não acompanham as necessidades, resultando em medidas provisórias após os desastres e falta de investimentos em prevenção. Em continuidade, a Sra. Adriana Pinheiro, assessora do Observatório do Clima, em sua exposição, relatou o sucesso de emendas climáticas no PLDO, com mais de cinquenta emendas apresentadas e propostas para maior detalhamento e transparência nas políticas orçamentárias climáticas. Refletiu ainda sobre a necessidade de maior transparência e rastreabilidade nos gastos públicos climáticos no Brasil e apresentou um relatório detalhando as dificuldades em monitorar as políticas ambientais devido à falta de clareza nas linhas orçamentárias e à mistura entre ações verdes e poluidoras. Em seguida, o presidente em exercício fez algumas observações sobre o tema e concedeu a palavra aos dois consultores de orçamento presentes, Sra. Rita de Cássia, do Senado Federal, que enfatizou a importância de estabelecer um plano nacional de adaptação atualizado e um PPA (Plano Plurianual) que priorize resultados em vez de produtos, separando claramente as agendas de mitigação e adaptação climática. Em seguida, o consultor da Câmara dos Deputados, Sr. Vinícius Ribeiro apresentou dados do programa de enfrentamento à emergência climática, mostrando um aumento significativo na dotação orçamentária de 11 bilhões em 2024 para 21 bilhões em 2025, com a maior parte dos recursos provenientes de operações de crédito oficial. Por fim, a audiência contou com participação de representantes do governo e da sociedade civil, como a Sra. Sheila Dourado, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, que agradeceu e parabenizou pela iniciativa e convidou todos a conhecerem e integrarem no Grupo de Trabalho de Orçamento da Frente Parlamentar Ambientalista, enquanto Luísa, do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS, questionou sobre o impacto das emendas parlamentares nas políticas de enfrentamento a desastres. Além disso, a discussão incluiu considerações sobre como o racismo ambiental está refletido no orçamento e a necessidade de uma abordagem mais sistêmica na governança orçamentária, com participação de representantes do Observatório do Clima, Secretaria Nacional de Defesa Civil e consultores orçamentários. Durante as considerações



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

finais, os participantes enfatizaram a necessidade de reformular o foco orçamentário para prevenção e mitigação de desastres climáticos, em vez de apenas resposta pós-desastre, bem como a importância de criar emendas parlamentares específicas para clima, evitar contingenciamento desses recursos e implementar maior transparência no uso dos fundos. ENCERRAMENTO: Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, o Deputado Túlio Gadêlha, presidente em exercício, agradeceu a participação dos convidados, bem como a presença de todos que acompanharam a audiência pública e encerrou a reunião. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araújo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo presidente em exercício e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas. Deputado Túlio Gadelha, presidente em exercício.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Senhoras e senhores, agradeço a todas e a todos pela presença. Peço que tomem assento para iniciarmos nossa audiência pública.

Esta é a nona reunião de audiência pública que nós realizamos aqui pela CMO. A gente já se desculpa pelo atraso e pede a compreensão de todos pela inconstância da Casa nas pautas e nos debates que nós temos feito com os mais diversos partidos e frentes para avançarmos com bons projetos para o Brasil.

Dessa forma, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta audiência foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2025, da CMO, de minha autoria, com o objetivo de debater a política sobre clima sob as perspectivas orçamentárias do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

Para isso, teremos as participações: do Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA; da Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Transferência, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; da Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento Público, do Observatório do Clima; da Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos, Consultora Legislativa de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal; do Sr. Vinicius Oliveira Ribeiro, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados.

O Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, representa a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras e fará sua participação remotamente, por meio da plataforma Zoom, como primeiro inscrito para usar a palavra.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada convidado disporá de até 5 minutos prorrogáveis para a exposição, de acordo com o inciso III do art. 5º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além disso, conforme estabelecido no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

máximo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que a apresentação dos participantes, quando houver, estará disponível na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Começo convidando para compor a Mesa o Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA.

Peço uma salva de palmas para o nosso Marcelo. *(Palmas.)*

É sempre bom entrar com uma salva de palmas, não é?

Convido também a Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Peço também uma salva de palmas para a nossa querida Ana. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Transferência, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Peço uma salva de palmas também. Essa turma de orçamento tem que ser aplaudida mesmo. *(Pausa.)*

Convido ainda a Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento Público, do Observatório do Clima *(palmas)*; a Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos, Consultora Legislativa de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal *(palmas)*; o Sr. Vinicius Oliveira Ribeiro, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados *(palmas)*; e o Deputado Bohn Gass, que está aqui virtualmente. A ele concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos.

Deputado, é uma satisfação vê-lo por aqui, mesmo estando fora do País. Obrigado pela participação.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Sim, vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Escutamos bem, mas vou pedir para a Comissão aumentar um pouquinho o volume, porque está meio baixo, e fechar essa porta lateral para que o barulho do corredor não atrapalhe a audiência. Muito obrigado.

Pode falar, Deputado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Deputado Túlio Gadêlha, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa de propor este debate, esta audiência pública sobre a nossa Lei de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Diretrizes Orçamentárias e, logo na sequência, a Lei Orçamentaria Anual para a inclusão de recursos, no sentido de proteção da política climática que nós precisamos ter.

Eu estou até vestindo aqui uma camiseta. Vou expô-la melhor. Esta camiseta é do Mercosul. Eu estive hoje em Rivera, no Uruguai, com a Ministra da Saúde Pública do Uruguai, a Cristina, e o nosso Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que é nosso colega Deputado. Eles estiveram aqui na fronteira. Eu faço parte, em nome do Congresso Nacional, do Parlasul, e nós fizemos um processo de integração de fronteira, que é exatamente aquele acordo de localidades fronteiriças vinculantes, cuja resolução nós votamos há poucos dias, e hoje isso se restabeleceu. Isso é muito importante para todas as partes que nos interessam, para a saúde e demais políticas. Restabeleceu-se a Comissão Binacional de Saúde, por meio da ratificação dos dois Ministros, para que a gente tenha serviços de integração. Então, é um ato muito importante que está sendo realizado aqui.

Eu quero saudar a todos que estão participando, os colegas todos da Mesa e as pessoas que estão nesse debate.

O que eu gostaria de dizer nesses meus 5 minutos, Deputado Túlio, é que o maior problema da humanidade hoje é a questão climática. Nós temos prejuízos em todas as áreas que são atingidas ou com secas ou com chuvas ou com tempestades ou com as condições hoje do ambiente, as quais já passaram do ponto no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa. Todas as alterações que são feitas mexem diretamente com a vida das pessoas. Os dados, infelizmente, mostram que os números são crescentes, intensos e redobrados, do ponto de vista desses incidentes climáticos. E a principal ação desta audiência pública hoje, com certeza, é fazer com que o maior problema da humanidade vire a preocupação nº 1 da política. Mas eu quero dizer, lamentando, que essa ainda não é a principal preocupação. No momento em que for a principal preocupação da política, com certeza, nós estaremos viabilizando mais recursos, viabilizando mais políticas.

Então, para mim, esse é o tema central da audiência pública hoje, que é o convencimento para que tratemos com atenção a questão climática em todos os sentidos. Portanto, mais uma vez, faço uma homenagem a todos vocês que estão participando.

E o que nós precisamos compreender? Que nós temos enormes prejuízos em todas as áreas. Nós temos prejuízo em relação ao tema ambiental, diretamente, ao tema da saúde, ao tema da produção, ao tema das nossas indústrias. Imaginem o sufoco que nós





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

vivemos no Rio Grande do Sul durante um mês inteiro: várias partes comerciais e industriais, de residências, de mobilidade, de espaços, inclusive de academia ou espaços de saúde ou espaços de produção industrial, ficaram debaixo d'água. Isso foi o resultado de uma situação climática muito aguda. O prejuízo que nós tivemos a partir desse processo foi enorme. E nos últimos anos foram crescentes os orçamentos em virtude das aprovações que nós fizemos reiteradamente no Congresso Nacional, em função do socorro a essas atividades. Acho que esse é o segundo aspecto importante que temos que registrar.

O terceiro aspecto é o fortalecimento de um sistema nacional que realmente faça a prevenção de desastres climáticos e a mitigação com um sistema vigoroso de alertas. Nesse sentido, acho que essa é uma ação importante, e a CMO pode nos ajudar. Eu estou há muito tempo trabalhando com a ANA, com os nossos Ministérios, enfim, para que a gente tenha um fortalecimento do sistema de estrutura meteorológica e hidrológica. Nós tentamos isso no ano passado, mas não conseguimos viabilizar um recurso mais substancial para que haja essa estrutura de forma a termos os dados e as informações. Os dados e as informações são fundamentais para nós termos um sistema de alerta.

Mais do que um sistema de alerta vigoroso, frente a episódios de sinistros, nós temos que ter um sistema que possa, a partir dos alertas, estruturar espaços onde as pessoas possam ficar, onde as pessoas possam se refugiar, onde as pessoas possam se prevenir. Por isso, é importante termos mecanismos de estrutura forte nessa área para que haja a elaboração de políticas públicas em cima de dados confiáveis, que a ciência hoje pode nos oferecer.

Deputado Túlio Gadêlha, acho que um dos aspectos importantes para o Orçamento é poder constar recursos para o aparelhamento meteorológico e hidrológico para todos que fazem esses trabalhos de pesquisa, para que avançarmos nisso. Para nós, fortalecer esse sistema é fundamental.

Eu fui Relator do Plano Plurianual — PPA. Nesta Comissão, inclusive, fizemos várias audiências públicas sobre isso. Na época, o Governo do Presidente Lula colocou, no quadriênio de 2024 a 2027, recursos que chegavam à margem de 45 bilhões 684 milhões de reais: em torno de 10 bilhões de reais em 2024, 10 bilhões de reais em 2025, 11 bilhões de reais em 2026 e quase 13 bilhões de reais em 2027, para processos de prevenção e mitigação. Já houve a revisão, por parte do Governo, que elevou esses 45 bilhões de reais para 62 bilhões 226 milhões de reais, elevando os recursos fundamentalmente para 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Essa é exatamente uma amostra das grandes consequências que nós já estamos tendo do ponto de vista das sinistralidades, das consequências para os nossos Estados. Eu citei o Rio Grande do Sul, mas eu poderia citar todos os outros que foram prejudicados com sinistralidades nesse tempo.

Concluo fazendo um destaque aqui sobre a necessidade da mobilização e articulação social, que considero fundamental, através dos nossos comitês de bacias hidrográficas. Esse é o ponto fundamental, Deputado Túlio Gadêlha, porque os comitês de bacias ficam exatamente nos territórios onde há as bacias, onde as pessoas em torno dessa geografia podem se articular. Eu propus a articulação destes comitês quando tive a satisfação de lançar, no ano passado, com a colaboração de tantos Deputados que assinaram o requerimento, a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras, que eu presido. Tenho contato direto com os fóruns, tenho contato direto com os Governos, com as áreas que tratam desse tema. É preciso haver um esforço de conscientização sobre a preocupação climática. É preciso haver o reforço e a organização dos nossos comitês, a estrutura para os nossos comitês. Ao mesmo tempo, é preciso que os comitês tenham seus planos e, tendo seus planos, possam ter os recursos disponíveis para efetivá-los. Eu tenho dito que, se colocarmos milhões de reais em prevenções, nós não vamos gastar bilhões de reais. O barato sai caro. Se não investirmos nos planos dos comitês, de início, vamos economizar recursos, mas depois vamos gastar muito mais. Então, economizam-se milhões de reais e gastam-se bilhões de reais. Por isso, é importante a prevenção.

Então, este é um aspecto importantíssimo também, o de valorização dos nossos Comitês de Bacias Hidrográficas, que nós iremos acompanhar por meio da nossa Frente Parlamentar.

Além disso, do ponto de vista do Orçamento — eu concluo com isto —, nós temos já a aprovação de uma PEC que foi viabilizada para que também as emendas parlamentares destinem um percentual direto para situações climáticas, porque é importante haver uma destinação direta. O fato de nós termos no País, este ano, a COP 30, Conferência das Partes, nos dá uma responsabilidade e um ambiente político para que possamos nacionalizar e globalizar um debate no sentido de, além dos orçamentos que vamos colocar, cobrarmos das grandes nações, das grandes empresas, das grandes instituições — que foram as mais agressivas ambientalmente pelas suas políticas — a alocação de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

recursos para efetivarmos realmente um sistema e um plano de prevenção e de mitigação, de cuidado do nosso clima.

Por isso, é tão importante a nossa audiência pública de hoje.

Eu agradeço e concluo dizendo que é fundamental que a gente tenha primeiro a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e, depois, o Orçamento, dialogando diretamente com essa necessidade de preocupação ambiental, como eu disse no início. Se a maior preocupação do mundo é a questão climática, esta deve ser também a maior preocupação da política, e não pode ser só no discurso, tem que ser viabilizada com recursos orçamentários. Por isso é tão importante este debate.

Contem sempre conosco. Estamos à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Nós lhe agradecemos, Deputado Bohn Gass, pela participação, pela exposição nesta Comissão. Parabenizo-o pela atuação em defesa da ciência e do meio ambiente.

O Deputado Bohn Gass vem de um Estado que sofreu muito com os fenômenos climáticos extremos recentemente. Nós somos de cidades que sofreram com isso. Recife também é uma capital vulnerável a esses fenômenos. Então, é importante que nós possamos compreender como o nosso País tem investido seus recursos na prevenção e na mitigação das mudanças climáticas. Daí, a importância desta audiência.

Muito obrigado, Deputado Bohn Gass, pela participação. Espero que V.Exa. continue aqui conosco para ouvir também os demais convidados.

Convido agora para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS - Agradeço ao Deputado Túlio Gadêlha e ao Deputado Bohn Gass, por meio de quem cumprimento todos os demais participantes.

Eu trouxe uma pequena apresentação para eu poder seguir uma linha.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico é uma agência reguladora federal. Nós regulamos o acesso à água em rios federais, fazemos normas de referência para saneamento e também fazemos a regulação e a fiscalização de segurança de barragens, só que justamente grande parte das nossas atividades não é de cunho regulatório, é de cunho executivo. A gente é responsável por implementar a Política





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Nacional de Recursos Hídricos. E a água é intrinsecamente ligada à mudança do clima. Para falar a verdade, não tem como falarmos de adaptação se não começarmos e terminarmos falando de água, de tão importante que ela é para nós.

Dentro da agência, a gente tem um fio condutor disso. Nós produzimos dados e coordenamos a Rede Hidrometeorológica Nacional. O Deputado Bohn Gass tocou no assunto. A gente produz dados sobre nível, vazão e qualidade das águas em todo o território nacional e, a partir disso, executa diversos tipos de estudos relacionados principalmente à disponibilidade de água no País. E não tão recentemente, porque já faz uns 15 anos, a gente tem investido muito no entendimento de como a mudança do clima tem impactado os recursos hídricos. A partir de dados e estudos, nós planejamos o futuro, pois somos responsáveis por fazer planos de bacia. A partir de cenários, a gente extrapola projeções de demanda e de disponibilidade, incluindo a mudança do clima nesses planos. Essa é a fase de planejamento, a partir da qual a gente faz a regulação.

Ludicamente, fica mais fácil dizer que a gente enxerga através dos dados; a gente entende através dos estudos; a gente planeja com base no estudo final, que é o plano de bacia; e no fim, a gente organiza isso através da regulação, do ponto de vista de recursos hídricos.

Quanto a enxergar, eu falei sobre a Rede Hidrometeorológica Nacional, que existe no Governo Federal desde 1920. Nós temos o maior sistema de monitoramento da América Latina e estamos presentes em todo o território nacional, como vocês podem ver os pontinhos verdes neste mapa mais à esquerda.

A gente sabe que existem no País, hoje, 23 mil pontos onde se mede alguma coisa relacionada a rio e chuva. Desses 23 mil pontos, o núcleo central tem 5 mil estações que são operadas pela ANA diretamente. Sai do nosso orçamento a execução dessa parte, que é a que tem durado. Há estações que existem desde 1850, e, todo dia, a gente necessita de uma nova estação de monitoramento porque há uma necessidade nova a ser suprida, seja de eventos extremos, seja de controle de um açude. Com isso, vão sendo criados novos equipamentos.

Esta é a materialização do que é uma estação, que tem diversos equipamentos. Na nossa rede, existem mais de 450 pessoas especializadas em todo o território que vão a essas estações para dar manutenção. Os equipamentos são complexos e dos mais modernos que existem no mercado hoje. Inclusive, os milhares desses pontos — porque a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

gente incorporou o setor elétrico também — transmitem o dado quase que em tempo real. É a partir disso que a gente e mais centenas de outros órgãos no País, não só da União, mas também dos Estados e Municípios, tomam decisão.

O gráfico à esquerda mostra a evolução da demanda por água no País. Hoje, estima-se que a gente consome cerca de 2.500 metros cúbicos por segundo de água nas diversas atividades econômicas e para a sustentação da vida, como abastecimento público. Já o gráfico em forma rosquinha, do lado, traz uma classificação desse uso por quem demanda: a maior demandante é a irrigação, seguida do abastecimento e do saneamento e, depois, da indústria. Isso tudo é para mostrar que a demanda continua crescendo e que a nossa economia é altamente dependente da água.

Este eslaide traz um mapa que mostra um estudo que a gente faz e, todo ano, é renovado, sobre um índice de segurança hídrica, em cima da oferta de água, da infraestrutura hídrica disponível, como reservatórios. Ele mostra como o País está fragilizado em um ponto ou outro. Aqui vocês veem o Nordeste com uma mancha laranja para vermelha. As manchas azuis são os melhores locais, onde a demanda por água é atendida. Mas há pontos que nos preocupam não só no Sudeste, mas também no Centro-Oeste e no Norte, onde existe muita água, e no Sul do País.

Isso é só para mostrar como a água é tão vulnerável à mudança do clima, sobre a qual, traduzindo para o nosso setor, nos preocupa o fato de que o aumento da temperatura aumenta a evaporação das massas de água que existem no território e faz com que essa água fique evaporada por mais tempo e não esfrie o bastante para cair como chuva. Com isso, o ciclo de seca aumenta. E, quando a temperatura diminui, há tanta água para cair que há um aumento absurdo da intensidade de chuva e da frequência de chuva de alta intensidade! E uma chuva de alta intensidade, mas num curto tempo, não é suficiente para que essa água seja captada pelo subsolo. Então, há uma perda muito grande.

No ano passado, nós consolidamos um estudo que estamos fazendo há alguns anos, especificamente sobre os impactos da mudança do clima nos recursos hídricos do País. Nós transformamos todo o continente em 460 mil pequenos trechos de rios; aplicamos mais de 130 saídas de modelos diferentes de previsão do clima para agora e para daqui a 100 anos; e traduzimos isso num estudo mais acessível.

Sobre os nossos achados, mais à esquerda está o impacto na chuva. A gente vê que a chuva que tem uma frequência muito comum, que ocorre uma vez a cada 2 anos ou quase





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

todo ano, aumenta a frequência, enquanto que a chuva que é mais forte e deveria ter menor probabilidade de ocorrer torna-se mais intensa e passa a ocorrer mais. Isso vai se traduzir num aumento do que a gente chama de vazão máxima nas bacias: as inundações frequentes se tornam mais frequentes, assim como aquelas que eram menos frequentes e que são muito absurdas em termos de volume tornam-se mais frequentes também.

Aqui são exemplos disso. Existe a cheia no Sul, de que o Deputado Bohn Gass falou, e existe a seca na Amazônia, que, em 2024, foi a pior da história. E o ano de 2025 não acabou, mas, na semana passada, a ANA declarou situação de escassez hídrica nas bacias do Acre. Eu não sei como isso vai parar ainda neste ano, porque a gente ainda está em seca.

Dentro desse mesmo estudo, existe um índice de aridez que tenta projetar essa falta de água na região para o futuro. Todas as saídas dos nossos modelos feitos a partir desse estudo, tanto em curto prazo, que seria entre 2015 e 2065, quanto em termos de um futuro mais distante, que é até 2100, concordam que esse índice de aridez piora no território.

Então, temos um problema muito sério no que diz respeito à disponibilidade de água. Ao final, todos os Estados vão enfrentar um cenário de disponibilidade hídrica reduzida, mas, ao mesmo tempo, uma pressão por mais água, por mais energia, que, no País, vem de água, e por mais comida, que vem de irrigação, que depende mais de água. Então, existe um aumento da demanda, mas existe uma situação de escassez futura.

Este é o gráfico final do estudo, no qual as linhas são rios. Nele, nós fizemos uma projeção de que, até 2040, os rios em vermelho perdem 40% da disponibilidade hídrica e os rios em laranja, 30%. E onde estão esses rios? A maioria deles está nas regiões mais populosas do País, que mais demandam água no território.

Eu falei do aumento de demanda, mas isso enfrenta outro problema muito sério: a infraestrutura hídrica brasileira não é adequada para suprir esse aumento de demanda, pois possui pouca reservação de água, ou seja, poucos reservatórios ou barragens que acumulam água. A gente tem muitas barragens hidrelétricas, mas a maioria delas não acumula água e só serve para elevar o nível. Para acumulação de água, há muito poucas barragens. Além do mais, há um baixo investimento para aumentar essa capacidade e há outro problema, porque, onde há esse tipo de barragem — como, por exemplo, nos açudes do Nordeste —, existe pouco recurso para a manutenção e a operação. Então, o cenário da infraestrutura também é contrário a nós.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Eu não vou me dar o trabalho de este eslaide, porque a apresentação vai ficar aqui. Mas esse é o caminho natural, e qualquer pessoa, após esses 10 minutos, vai entender o que a gente precisa fazer.

Temos um problema muito sério de planejamento, porque as ações no território têm que se encontrar com o Orçamento. Eu vou usar isso como gancho para o meu último eslaide, que é o mais triste, pois vou falar da ANA.

Tudo isso que vocês viram demanda a maior parte dos recursos da ANA. Só o monitoramento, essa coisa de ir ao campo, demanda um terço do orçamento da ANA historicamente. Esta tabelinha mostra que, de 2023 a 2025, no PLOA, quando eu negociei com o próprio Governo Federal, o meu orçamento passou de 255 milhões de reais para de 207 milhões de reais e, no final, eu acabei este ano com 146 milhões de reais. Houve um descontingenciamento agora, e eu estou com 186 milhões de reais. Isso é insuficiente para o que eu tenho que fazer. Caso, no ano que vem, se mantenha essa premissa que o Ministério do Planejamento já me deu, de que o meu orçamento no PLOA começará com 177 milhões de reais, eu não vou conseguir fazer metade das coisas que tenho que fazer.

A nossa projeção é de que, se isso continuar, a gente vai desligar, até o final do ano que vem, mais de 40% daquela rede de monitoramento, que é a maior da América Latina. Ainda assim, se vocês se lembrarem do mapa, existe um monte de buraco em branco que a gente não cobre. Na maior parte do Brasil, só a ANA cobre as bacias, pois os Estados não têm recursos e são poucos os que operam só a rede de monitoramento.

Então, no ano que vem, a gente vai desligar 40% das estações — que já estamos desligando neste ano — e diminuir a nossa capacidade de estudo. Para fazer estudos, não basta só ter gente especializada. A gente tem um excelente quadro na ANA e somos reconhecidos internacionalmente por isso, mas eu preciso de mais gente, eu preciso de orçamento para continuar essa minha atuação.

Também vou lembrar aos senhores que eu tenho arrecadação, pois existe uma compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para a geração de energia. Por lei, 0,75% disso vai para a ANA, que é uma despesa obrigatória e constitui preço público, porque é cobrança pelo uso da água. Isso é previsto em lei, porém eu não tenho esse recurso. No ano passado, 255 milhões de reais foram arrecadados, e eu não recebi esse recurso. Neste ano, enquanto que o meu orçamento é de 186 milhões de reais, a União já





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

arrecadou, até julho, 176 milhões de reais só da minha fonte — porque a CFURH toda dá, pelo menos, 1 bilhão e meio de reais.

Eu não estou discutindo orçamento, estou discutindo, perto do orçamento, uma caixa de bombom. É disso que eu preciso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradecemos ao Diretor Marcelo Jorge Medeiros pela exposição.

Nós vimos que as informações são muito preciosas e necessárias de serem trazidas, principalmente pela escassez de recursos. Se esta Casa quis ouvir a ANA — e aqui é onde se discute o Orçamento —, não há mais motivos para a gente não trazer o investimento para a agência. Vamos defender esse investimento aqui nesta CMO, como membro da Comissão, tendo em vista que não precisamos que nenhum outro desastre aconteça para dizermos: "*Eu avisei!*" É importante garantir o orçamento da ANA pelo trabalho que ela realiza e pela importância que ela tem para o País diante dos fenômenos climáticos extremos.

Agora daremos continuidade aos trabalhos convidando para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, com prorrogações por esta Presidência, a Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante.

A SRA. ANA PAULA CUNHA MACHADO CAVALCANTE - Muito obrigada, Deputado Túlio Gadêlha. Ao cumprimentá-lo, gostaria de agradecer o convite e de parabenizá-lo por organizar esta importante audiência para debater um tema tão relevante e fundamental para a nossa humanidade.

Cumprimento o Deputado Bohn Gass e o meu colega, o Diretor Marcelo Medeiros, por meio do qual cumprimento os demais membros da Mesa.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Como o Deputado Bohn Gass disse, o nosso objetivo hoje é retomar a discussão que está em voga em diversos espaços, sobre a relevância do tema da mudança do clima, e trazer um pouco das ações que, no âmbito do Governo Federal, têm sido empenhadas, para que, com base no que foi apresentado, a gente possa discutir a relevância de que elas estejam no planejamento orçamentário do País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

É de conhecimento de todos que a forma como nós nos organizamos, como sociedade para o progresso, foi extraindo combustível fóssil do solo, desmatando e emitindo os chamados gases de efeito estufa.

A questão é que isso gera um problema de estoque, que vem se acumulando desde a Revolução Industrial, pois esses gases ficam na atmosfera por muitos anos. Portanto, a gente está lidando com problemas que foram construídos nos últimos 40 anos ou 60 anos, e o que estamos fazendo hoje vai gerar consequências para as próximas gerações.

É muito importante termos em mente que é urgente mudarmos o rumo do nosso comportamento, porque isso vai ser fundamental para garantirmos um espaço seguro de vida para os nossos filhos e nossos netos no planeta.

Acho muito importante trazer este gráfico para a gente entender o problema. O perfil das emissões no Brasil é muito diferente do existente no resto do mundo. Enquanto, na grande maioria dos países, o principal problema é a energia — a energia para mover as economias e as sociedades é baseada em combustível fóssil —, aqui no Brasil, graças a investimentos públicos e estatais feitos há muitos anos, temos uma matriz energética muito renovável, principalmente a matriz elétrica, que chega a quase 90% de renovabilidade. As nossas emissões no setor de energia estão concentradas no setor de transportes, em que ainda usamos muito combustível fóssil.

O grande desafio do Brasil está relacionado ao uso da terra, à preservação de florestas e à agricultura mais sustentável, o que não tira também a importância de ele investir em outros setores, como a própria energia, principalmente os transportes, a indústria e também os resíduos.

Um tema que tenho debatido no âmbito do Ministério é que, enquanto as tecnologias voltadas para lidar com a agricultura, as florestas e o uso do solo são de mais fácil alcance, o que, então, torna mais fácil atingir esses resultados em curto e médio prazos, as mudanças profundas no setor industrial e energético demandam investimentos em longo prazo. Por isso, a gente precisa começar a investir agora se quisermos uma nova economia no Brasil que seja densa do ponto de vista industrial, que gere emprego e renda de qualidade, mas que tenha uma matriz sustentável e alinhada com o objetivo de manter a vida humana no planeta.

Como disse o Diretor Marcelo Medeiros, isso tem ficado muito latente e claro para todos nós diante do aumento da frequência dos fenômenos climáticos extremos. No Brasil,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

temos visto cheias e inundações, como as que ocorreram no Rio Grande do Sul, com uma intensidade muito maior do que víamos antigamente, gerando impactos gigantescos. Também vimos coisas inimagináveis, como a seca na Amazônia, por exemplo, que tem impactos, para além da disponibilidade de recursos hídricos, no meio de transporte e na forma de vida da população como um todo.

Estão, estão cada vez mais perto de nós os impactos da mudança do clima na vida de todos, os quais podem ser irreversíveis. Ainda exista, hoje, uma janela de oportunidade, e muita coisa possa ser feita para mudar esse rumo, mas essa ação é urgente, pois os impactos são extremamente graves.

Este eslaide fala da complexidade do problema. A mudança do clima é um tema extremamente complexo porque, na verdade, estamos falando de mudar, de maneira profunda, a forma como nós nos organizamos como sociedade. Isso não se trata de uma mudança simples, mas de uma mudança que requer um pensamento complexo, que se pense nas diversas facetas do processo.

Há toda uma articulação internacional para lidar com o problema, que começou em 1992, no Brasil. Avançamos bastante, mas não o suficiente, pois não fomos tão bem-sucedidos como deveríamos. Neste ano, como já mencionado pelo Deputado e pelo Diretor Marcelo, teremos a COP 30 no Brasil. As discussões internacionais sobre o tema acontecem em conferências das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e, neste ano, essa grande reunião vai ser realizada em Belém.

Já existem compromissos fortes entre os países, mas agora chegamos ao momento mais desafiador: o de implementar esses compromissos e financiar o processo dessa implementação. Como essa discussão vai ser realizada no Brasil, isso traz um momento político muito importante para ação.

O Brasil tem liderado pelo exemplo. Em âmbito internacional, fomos um dos primeiros países a apresentar a nossa contribuição nacionalmente determinada. Em novembro do ano passado, em Baku, o Brasil disse ao mundo o que pretende fazer para dar a sua parte de contribuição num processo que é planetário e demanda uma coordenação entre os diversos países: estabelecemos a nossa meta de compromisso de neutralidade até 2050 e estabelecemos a nossa meta de reduzir as emissões entre 59% e 67% até 2035, quando comparadas aos dados de 2005.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Agora estamos num processo intenso, porque não basta termos compromissos internacionais, precisamos ter um plano de ação no cenário doméstico, para implementar esses compromissos. Desde 2023, o Governo Federal vem elaborando, num esforço coordenado por 23 Ministérios, o nosso plano de ação, o Plano Clima, que tem um eixo de mitigação, sobre os conjuntos de ação para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o qual tem sete planos setoriais, dos quais eu vou falar um pouco mais à frente. Há também um eixo de adaptação, porque os eventos climáticos extremos já estão aqui, e nós precisamos de ações claras e consistentes para enfrentar esses fenômenos que o Diretor Marcelo trouxe aqui, relacionados a escassez hídrica e inundação.

Além disso, o Plano Clima traz estratégias transversais, porque é preciso tratar de transição justa. Todas essas políticas que serão implementadas têm que levar em conta o objetivo de combate a desigualdades no Brasil, não só desigualdades de renda, mas também desigualdades estruturais, de gênero e de raça. Então, se vamos transformar a nossa economia e a nossa sociedade, que isso seja por uma sociedade melhor e que leve em conta essas desigualdades estruturais e as ações necessárias para combatê-las.

Temos uma medida transversal voltada a meios de implementação, porque não basta ter um conjunto de ações planejadas, é preciso pensar em como implementá-las. Então, temos que pensar em ações regulatórias e mecanismos financeiros que estão disponíveis não só no âmbito do Governo Federal, mas também numa articulação com Estados e Municípios, porque a mudança realmente precisa acontecer no território.

Temos uma estratégia sobre educação climática, que envolve capacitação, pesquisa e desenvolvimento, já que as mudanças vão demandar seres humanos capazes de liderá-las. Falo de uma mudança de formação humana e também de uma mudança nos processos educacionais, inclusive de formação profissional.

Temos, ainda, uma estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Clima, para conseguirmos acompanhar como ele está caminhando.

Na parte de mitigação, nós temos planos setoriais sobre uso e cobertura do solo em áreas públicas; agricultura e pecuária; energia; indústria; transportes; cidades; e resíduos.

No Plano Clima Adaptação, temos dezesseis planos setoriais. Então, vários Ministérios estão pensando em como inserir a lente climática e a questão da adaptação nas suas políticas setoriais, que incluem agricultura e pecuária; biodiversidade; cidades e mobilidade; gestão de risco e desastres; indústria; energia; transportes; igualdade racial e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

combate ao racismo; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; recursos hídricos; saúde; segurança alimentar e nutricional; oceano e zona costeira; turismo; e agricultura familiar. É um plano extremamente abrangente, que procura, para além dos instrumentos específicos voltados para mitigação e adaptação, inserir a lente climática dentro das políticas públicas brasileiras.

Tudo isso tem sido elaborado dentro de um esforço de governança que é o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que reúne 23 Ministros duas vezes por ano e tem uma série de grupos de trabalho, que tratam de mitigação, adaptação, mercado de carbono, inventário, transição justa, educação climática e têm dinamizado a participação de muitos servidores e representantes dos Ministérios num processo de construção conjunta. Eu percebo, participando desse processo desde 2023, que os representantes dos Ministérios estão incorporando cada vez mais a visão sobre mudança do clima nos seus processos.

Para não me alongar, só não quero deixar de falar que a gente vai lançar, no dia 10 de setembro, as três câmaras do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que vão trazer a participação social, o assessoramento científico e a articulação federativa para dentro desse esforço federal de coordenação, porque a gente entende que é fundamental que essas soluções sejam dialogadas com o setor privado, com a sociedade civil, com o meio acadêmico e com os entes subnacionais.

Existem diversas iniciativas governamentais que integram o Plano Clima e que se relacionam com ele. O Plano de Transição Ecológica do Ministério da Fazenda tem sido fundamental para ajudar a pensar os instrumentos econômicos e financeiros de maneira inovadora, para viabilizar a implementação de diversas ações. Nós sabemos que os recursos públicos são escassos. Medidas criativas para incentivar o que se chama de *blended finance*, que é uma combinação de financiamento público e privado — o dinheiro público lidera o investimento e reduz os riscos do processo para atrair investimento privado, como acontece no Fundo Clima, no Eco Invest e em várias outras iniciativas —, têm sido fundamentais. Vejam as próprias iniciativas de transição energética do Ministério de Minas e Energia ou as iniciativas de adensamento industrial lideradas pelo MDIC. São vários Ministérios pensando em como transformar a nossa economia, porque o Brasil tem uma série de vantagens que outros países não possuem.

Deputado, temos grandes vantagens comparativas que podem e irão se tornar vantagens competitivas se pudermos aproveitá-las. Então, eu diria que, para nós, no Brasil,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

o custo e o risco fiscal estão muito mais associados à inação do que à ação. Deixar de agir é que gera um impacto fiscal enorme e insustentável, e a gente viu isso com o caso do Rio Grande do Sul.

Isso é verdade também do ponto de vista de medidas de mitigação e de transformação dos nossos processos industriais. Nós percebemos que estamos num momento geopolítico muito mais tenso, mas a nossa inserção no mercado internacional vai depender muito da nossa capacidade de ter uma indústria com bases sustentáveis no futuro. E ninguém tem tanto potencial para isso quanto o Brasil.

Esse debate é, portanto, extremamente estratégico para inserir o tema em linhas orçamentárias. Eu sou servidora pública há cerca de 20 anos e sei que é isso que traz estabilidade para as políticas. A gente precisa de linhas orçamentárias que tratem de conhecimento de dados. Hoje, o inventário nacional do MCTI é financiado com recursos de cooperação internacional, então, não está no nosso orçamento. A gente precisa de uma linha orçamentária para tratar do monitoramento do Plano Clima. A gente vai estabelecer o monitoramento, mas ele vai contar só com a parceria do Governo alemão? A gente não vai ter um recurso do Governo brasileiro, do Orçamento brasileiro para tratar do monitoramento do nosso planejamento estratégico, do inventário das nossas emissões?

Tudo isso é extremamente relevante, assim como contar com pessoas e instituições dedicadas. São as instituições, as pessoas e as agências que mantêm o trabalho girando, apesar dos desafios. Vamos precisar fazer obras e ter recurso para isso, bem como para tecnologia, inovação e incentivos regulatórios e financeiros.

Desculpem-me por ter extrapolado o tempo. É que o tema é extremamente interessante.

Obrigada, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Nós é que agradecemos à Sra. Ana Paula Cunha Machado, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Agradecemos a exposição.

É muito bom, diretora, termos um debate com dados, com ciência, com políticas públicas, com prestação de contas à população sobre o que está sendo feito pelo Governo brasileiro, que chame à reflexão os colegas desta Casa, em especial os membros desta Comissão, sobre a importância de termos orçamento para essas áreas. Como bem foi dito,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

não é certo ficar sempre à espera de outros Governos para garantir esse orçamento para implementar as políticas. Muitas vezes, diretora, esta Casa não atende àquilo que nós esperamos no que diz respeito ao orçamento porque muitas das vontades e das intenções são ligadas aos anseios políticos e eleitorais. É importante que os colegas compreendam que, enquanto não tivermos orçamento definido para as políticas de combate às emergências climáticas, a população será afetada. E é a população que vota, que elege. Esta audiência se torna ainda mais importante por causa dessa reflexão que devemos fazer com os membros desta Comissão.

Aproveito o momento também para dizer que esta audiência integra a programação da terceira edição da Virada Parlamentar Sustentável.

Agradeço à Luiza a presença e às entidades aqui representadas.

Dando continuidade aos trabalhos, convido para fazer uso da palavra o Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Antes, eu queria agradecer e parabenizar a Ministra Marina Silva pelo que tem feito, já que temos aqui um representante do Ministério do Meio Ambiente. Eu não havia citado a importância da Ministra na condução da política de proteção e de combate às emergências climáticas no Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Ewerthon tem a palavra.

O SR. EWERTHON MARQUES - Boa tarde.

Agradeço ao Deputado Túlio e ao Deputado Bohn Gass a requisição para nós estarmos aqui hoje discutindo esse tema tão importante, mas tão deixado de lado na hora de definir o Orçamento. A cada ano sentimos mais essa dificuldade.

Eu não trouxe uma apresentação, devido ao tempo curto, para a gente conseguir fazer um bate-papo.

Quero reforçar o que já foi dito pelo Marcelo, pela Ana, pelo Bohn Gass e pelo Túlio. De fato, a gente tem tido planos e ideias governamentais, sempre com foco na mitigação, na prevenção; entretanto, os recursos não acompanham isso.

Por exemplo, no MIDR — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, estamos desenvolvendo o PNEAP — Plano Nacional de Enfrentamento à Estiagem Amazônica e Pantanal, e nem sequer temos recursos pensados para esse plano. Estamos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

construindo esse plano, ele ainda está nascendo, mas não existe uma linha orçamentária que reserve recurso para isso.

Nós temos que ir lá à linha orçamentária da Ação nº 8.172, que trata do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Temos 10 milhões de reais para a realização de todas as atividades no Brasil inteiro. Então, é absurda a quantidade de recursos que temos em relação à nossa necessidade.

O que isso vem causando? Por exemplo, no PLDO deste ano, nós aparecemos nas metas e prioridades. As LDOs até são bem pensadas. O Objetivo Estratégico 13 é ampliar a gestão de riscos e desastres. Essa ampliação não deveria ser interpretada como a espera de que aconteça o desastre para entrarmos com recursos. Se isso é prioridade, deveria haver orçamento para mitigação e prevenção. Mas, na prática, apesar de ter sido colocado na LDO como prioridade, quando vem a LOA, o recurso não está condizente com esse anexo de prioridade. Muitas vezes, a gente acaba abrindo mão de medidas provisórias. Quase sempre os recursos acontecem após o desastre, por medida provisória, porque, no Orçamento, não foi previsto aquilo.

Há alguns casos muito impactantes e relevantes, como a Operação Carro-Pipa, gerida pelo Ministério. O recurso dessa operação tem uma série histórica bastante robusta. Já houve ano em que a dotação orçamentária foi de mais de 1 bilhão de reais. Hoje em dia, está próxima a 600 milhões de reais por ano, ou seja, vem havendo uma queda, até por estarmos investindo na estrutura de Municípios e Estados, para que a água chegue às regiões, sem necessitarem tanto da Operação Carro-Pipa. Entretanto, mesmo com todos os estudos e toda a comprovação, no momento em que é aprovada a LOA, o orçamento mínimo suficiente seria de 600 milhões de reais. Neste ano, por exemplo, foram aprovados 300 milhões de reais. Então, tivemos que fazer um crédito suplementar, em agosto, de mais 300 milhões de reais, porque claramente não era sustentável, não era viável.

Trazendo a realidade de 2025, que já está acontecendo, há uma dificuldade orçamentária e, curiosamente, financeira também, de limite financeiro. Muitas vezes até temos o orçamento, mas não temos, pelo aspecto financeiro, como pagar o empenho realizado. Temos que conseguir casar essas prioridades que realmente são bem colocadas na LDO.

Vejo a LDO como um bom instrumento. Ela está bem redigida, bem colocada, os objetivos estão lá. Entretanto, no momento em que vai para a LOA, isso não aparece, acaba





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

ficando em segundo plano. Aí torcemos para que não aconteça um desastre. Se acontecer, temos que fazer um crédito extraordinário, porque, de fato, não houve orçamento consignado para a mitigação, o fortalecimento do sistema.

Temos o PNEAP, como já citei, e o Programa Pégasus, que também trata da prevenção, de termos carros e aviões preparados para, quando houver ocorrência de incêndio florestal, estarmos prontos, sem termos que ir atrás de algum avião que pode não estar disponível.

A gente tem trabalhado, no Governo Federal, para isso, mas, de fato, como disse o Marcelo e a Ana Paula, o orçamento não acompanha a necessidade nem as iniciativas que já estão sendo feitas. Existem várias iniciativas dentro da gaveta, aguardando esse orçamento chegar para darem continuidade.

Então, é fundamental esse espaço concedido pelo Deputado Túlio Gadêlha para debatermos. Isso precisa, de fato, ser discutido antes. A gente não deve esperar acontecer o desastre para aportar recursos, porque isso sai muito mais caro. E não sai muito mais caro apenas em relação a recursos orçamentários e financeiros, mas sai mais caro em relação a vidas.

São vidas que pagam pelo fato de não se fazer a devida mitigação nas encostas. A gente tem que trabalhar isso previamente. A gente tem muita tecnologia para importar do Japão, a gente tem essa tecnologia. A gente vai à China, a gente vai ao Japão, a gente aprende com eles, mas não consegue implementar a tecnologia, por ausência de recursos e não por falta de capacidade.

Então, era isso o que eu queria deixar aqui como ponto de alerta e de discussão, para que, na LOA, seja honrado o que está colocado na LDO, para que a gente consiga receber aquilo que está previsto no PLOA. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço ao Sr. Ewerthon, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Sr. Ewerthon citou o Japão. Eu tive a oportunidade de acompanhar políticas e investimentos feitos na cidade de Tóquio, como o maior sistema de drenagem de água do mundo, com reservatórios subterrâneos de drenagem, com canais, com estações de bombeamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O impressionante é que eles economizaram bilhões de dólares em tragédias e incêndios que aconteceram após a construção desse sistema de prevenção aos problemas climáticos extremos.

Acho que talvez falte isso no Brasil. A gente não tem a cultura da prevenção. Por sermos um país em que não há furacão, terremoto, maremoto, a gente não desenvolveu essa cultura. Mas agora todos estamos sofrendo com os fenômenos climáticos extremos e precisamos desenvolver essa cultura e garantir o orçamento.

Passo a palavra à Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento do Observatório do Clima.

Muito obrigado pela presença, Adriana.

A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO - Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha por estar à frente desse projeto. Também agradeço a todos os Parlamentares envolvidos, à Senadora Eliziane Gama, ao Deputado Bohn Gass e ao Deputado Duda Ramos, além de todos os membros da Mesa. Houve um requerimento coletivo para que ocorresse esta audiência.

Vou falar no mesmo sentido do que a Ana Paula falou, do que o Ewerthon falou: no fim, sempre acabamos em volta da discussão sobre as ações orçamentárias serem muito genéricas, muito amplas, e da necessidade de maior detalhamento para acompanharmos e darmos conta das políticas públicas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar V.Exas. por haver esse engajamento parlamentar para atuar coletivamente no fortalecimento da pauta do orçamento climático e garantir espaço nessas discussões. Já convido o Deputado Túlio para sempre garantir isso nas próximas peças orçamentárias: LDO, LOA, o PPA que vem por aí.

Destaco também o papel do Congresso, desta Casa, de fiscalizar e cobrar ações do Executivo nesse sentido, nessa discussão. Eu gostaria de destacar ainda o trabalho que foi feito em rede, no âmbito do grupo de trabalho do congresso do Observatório do Clima, uma rede com mais de 133 organizações socioambientais da sociedade civil.

A gente produziu um documento com oito propostas de emendas ao PLDO. Pelo que vi hoje de manhã, o prazo de emendamento foi até ontem. A gente teve mais de 50 emendas apresentadas sobre o clima. Então, eu posso dizer que foi bem-sucedida a nossa proposta.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O que a gente busca aqui é qualificar o debate e ampliar a transparência. As emendas foram feitas no sentido de incluir a eficácia climática; vincular metas climáticas a metas orçamentárias; e ligar os marcadores orçamentários às políticas públicas. Hoje em dia, existem ações muito genéricas, e não se consegue ver o detalhamento — daqui a pouco, vou falar mais sobre o assunto — nem revisar a agenda transversal, com a inclusão da taxonomia sustentável.

A gente entende que a prevenção e o combate aos desastres que ocorrem todo ano, por conta das mudanças climáticas, pedem uma vedação ao contingenciamento de ações voltadas ao clima, além de um mínimo de 5% de emendas voltadas para o clima.

Diversas dessas emendas, como falei, foram incorporadas. A gente fez um mapeamento hoje de manhã e viu que cerca de 50 emendas foram propostas pelos aliados. O Deputado Túlio apresentou praticamente todas as nossas emendas.

A gente agradece a ele e à CMADS. Isso mostra a importância do Parlamento nesse debate. A gente também sensibilizou o Relator Gervásio Maia e o Presidente da Comissão, o Senador Efraim Filho, sobre o clima e a necessidade de inclui-lo no relatório. A gente também fez a entrega do documento à Ministra Simone Tebet, em 8 de junho.

E qual é o resultado? O que a gente busca? Maior transparência; maior fortalecimento do controle social; viabilização do cumprimento das metas climáticas de forma prática, vinculando-as ao orçamento climático; ampliação de recursos para o clima, como falei, com o mínimo de 5% de emendas voltadas ao clima; e vedação ao contingenciamento.

Tudo isso nos leva a uma jornada, a uma narrativa de tentar fortalecer a rastreabilidade dos gastos públicos para que as políticas públicas ambientais e climáticas sejam efetivas.

No âmbito do Observatório, a gente tem o Monitor 2045, que busca transformar o Brasil em uma potência ambiental até 2045. A gente acredita que isso é possível, se for alcançada a neutralidade do carbono e se houver o saldo positivo para a emissão dos gases de efeito estufa.

Com isso, a gente monitora cerca de 150 políticas públicas. Houve um avanço ao tentar uma correspondência orçamentária entre as políticas públicas e o orçamento. Porém, a gente teve uma dificuldade muito grande porque não existe uma clareza mínima na finalidade com que os recursos são aplicados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

A gente conseguiu obter mais de 779 linhas orçamentárias e mapeou 218 ações, com o objetivo de dar publicidade e ampliar o acesso da sociedade à informação, qualificando o debate, ainda mais considerando, como os próprios convidados falaram, que neste ano haverá a COP e que o Brasil tem toda a capacidade de ser uma potência e de estar à frente desse debate.

Outro ponto que eu gostaria de trazer também é sobre a narrativa de dar maior rastreabilidade. Essa jornada não necessariamente implica maior burocracia, porque a gente acaba utilizando mecanismos que já existem. A gente vai desdobrar as ações orçamentárias, talvez os planos orçamentários nos programas, para garantir, de fato, a transparência, a precisão e a rastreabilidade dos gastos, sem prejudicar a execução. Então, o avanço, no sentido de trazer maior transparência, não engessa o orçamento e não está ligado a uma maior burocratização. Pelo contrário, nós entendemos que dados abertos e transparentes aumentam o controle social, e a população passa a entender com o que se está gastando de fato.

Então, o que nós identificamos? Que há uma limitação. O orçamento público climático ainda é estruturado em ações genéricas, sem detalhamento nem vinculação clara às políticas climáticas. Uma única exceção que eu posso pensar aqui agora é o Bolsa Verde, que é a Ação 20VP, com que a gente tem uma correspondência exata. Mas em praticamente todas as outras políticas climáticas não existe essa exatidão. Vou trazer aqui alguns exemplos.

Mas outro ponto também muito importante é que a agenda verde e a agenda poluidora estão muito misturadas. Nas ações de agricultura sustentável, a gente tem a parte da agricultura sustentável familiar, que diminui a emissão, misturada com a agricultura convencional. Então, hoje a gente não consegue ver o que seria a agenda orçamentária verde e o que seria a poluidora. A gente não consegue fazer essa separação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar que, do ponto de vista do Ministério mais afim ao nosso, que seria o Ministério do Meio Ambiente, a estrutura orçamentária permanece praticamente inalterada há muitos anos, com apenas alguns ajustes pontuais. Então, é necessário avançar no sentido de que as ações sejam menos genéricas e mais ligadas aos planos que existem de fato.

Muitas ações aparecem com rubricas muito amplas, o que acaba inviabilizando o monitoramento. E aqui eu dou alguns exemplos: Ações 212J, 212K e a nº 48.921 que estão





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

ligadas ao Ministério de Minas e Energia, que agrupam o petróleo, o gás e os biocombustíveis. Nós fazemos essa separação, como eu já disse: biocombustíveis seria uma energia mais verde, mais limpa, e as outras, não. Mas isso está tudo misturado, e hoje a gente não consegue identificar o que é positivo ambientalmente ou não.

A gente sugere ainda as Ações 00JK, 20G4 e 20W22, que acabam misturando mitigação e adaptação. A gente entende que existe essa necessidade, mas é preciso avançar, porque as agendas são separadas. Então, talvez seja preciso separar mais as ações de mitigação e adaptação, até para a gente conseguir entender a repercussão delas melhor.

Outro exemplo que eu gostaria de trazer também é o Programa nº 1.144, que fala sobre agricultura sustentável. Como eu disse, as práticas convencionais estão misturadas com as atividades de baixa emissão de carbono. Então, a gente não consegue diferenciar as duas e ver o que é positivo ambientalmente ou não.

Gostaria de trazer outros pontos para a discussão, como a questão dos recursos extraorçamentários. Grande parte hoje do financiamento climático é feito via Fundo Clima, que é extraorçamentário, e a gente não consegue captar isso via Ciop. Então, grande parte do orçamento climático não está sendo captado por essa via, e a gente tem o BNDES, tem a Caixa e fundos que não estão dentro do Ciop.

E existe também a questão do PPA, que precisa de ser atualizado. É preciso incluir ações de transição energética, de energia, de mineração, de regulação fundiária e de proteção de povos indígenas, que ainda não estão plenamente considerados na agenda transversal.

Nesse sentido, a gente atuou enviando uma carta ao MPO, em nome da Subsecretaria de Temas Transversais, fazendo essas recomendações para que o orçamento climático esteja mais alinhado com esses detalhamentos.

Então, eu gostaria de concluir dizendo que marcar os recursos da agenda ambiental qualifica o orçamento e assegura que os compromissos do País com a sustentabilidade se reflitam na prática. Por isso, nós entendemos que investir nessa agenda é estratégico e urgente, pois traz retornos diretos em qualidade de vida, segurança climática e justiça ambiental.

Obrigada. (*Palmas.*)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Adriana, que aqui representa o Observatório do Clima.

Agradeço ao Observatório o quanto tem crescido nesses últimos anos e o quanto tem atuado dentro da Câmara. É muito importante que esteja cada vez mais presente neste ambiente do Parlamento, dentro do Congresso, aliando-se às boas pautas, como tem feito, engajando pessoas, conscientizando a sociedade e dando transparência aos recursos públicos sobre como eles são investidos.

Agradeço aqui à Adriana e ao Observatório, que particularmente nos ajudou muito na aprovação da Lei do Mar dentro da Câmara, na construção da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e em tantas outras políticas e projetos de lei da Frente Parlamentar Ambientalista.

Agora, eu passo a palavra à Consultora Legislativa de Orçamento do Senado Federal, a Sra. Rita de Cássia.

Muito obrigado pela presença, Rita.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e às que nos acompanham por meio remoto.

Quero agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha pela iniciativa desta discussão tão relevante e cumprimentar os meus colegas de Mesa, agradecendo o fato de ter tido a oportunidade de falar depois de tê-los ouvido. Todas as falas foram muito esclarecedoras para enxergarmos melhor como está o cenário, porque a gente vive num mundo de nichos; as equipes ficam nas salinhas fazendo os trabalhos. E a oportunidade de uma audiência pública como esta presta um grande valor ao juntar as pessoas para dizerem o que está acontecendo e como essa temática está sendo tratada.

Eu vou abreviar muito a minha fala, em função de todos os que me antecederam, e concentrar os meus comentários. Eu gostaria de contribuir para a discussão olhando um pouco os instrumentos que a gente deve ter à mão para enxergar o problema, o que precisa ser feito e como é que nós vamos nos organizar para financiar essas questões. Eu acho que essas são as grandes temáticas. É isso mesmo. Quando a gente olha, por exemplo, a recomendação da OCDE sobre como os Governos devem se organizar para lidar com algo dessa envergadura, as questões críticas são, de fato, estimar quais são as consequências e as necessidades de financiamento, definir com clareza quais são as ações a serem implementadas e construir a estratégia de financiamento para essas ações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou passar para o eslaide mais à frente.

Na verdade, no grande desenho da estrutura, temos os nossos pontos de referência para entender qual é a pauta e como agem os vários atores. E aqui estou falando do Poder Legislativo, que está do outro lado do balcão em relação ao Executivo, e também de uma estrutura federativa, de um setor produtivo, da sociedade civil organizada, das universidades e da governança global. Afinal de contas, como a Ana Paula muito bem colocou, nós estamos diante de uma crise de importância internacional. Se alguém acha essa expressão parecida com a da pandemia, é exatamente isto: estamos diante de uma crise, uma crise que, na verdade, já chegou inclusive para muitas pessoas e para muitos processos de Governo. E, se temos uma crise, nós precisamos ter um ponto de referência para entender de fato que crise é essa e do que é que nós estamos falando. Daí, quanto mais transparente, didática e simples for essa mensagem, mais condições teremos para mobilizar os recursos que precisarão ser mobilizados para financiar os fatores críticos, tanto de mitigação quanto de adaptação.

Eu quero inclusive enfatizar essa questão da agenda da adaptação, porque, se a agenda climática tem todos esses problemas de necessidade de financiamento — e estamos precisando de orçamento para muita coisa —, a adaptação tem mais ainda.

Mas nós temos uma crise. Onde a gente enxerga essa crise?

Assim, eu começo o meu eslaide com o Plano Nacional de Adaptação — PNA, que deveria ser a nossa grande referência. Eu coloquei uma provocação para 2070, porque o PNA, salvo engano, é de 2016 ou 2017. Quando a Ana Paula diz: "*Nós estamos fazendo o Plano Clima, que tem essas duas vertentes*", isso é um alento. E o que a gente precisa saber com clareza é: onde está esse plano de ação novo, atualizado, com essa visão de longo prazo, que traz para o presente todos os problemas?; onde é que todo mundo enxerga com clareza o problema, a crise que está se colocando e os seus componentes? Essas são as questões do plano.

Essa visão de longo prazo é importante. E, como há essa crise, e o tempo do planeta é de 50, 60, 70 ou 100 anos, é preciso termos um caminho de referência. O Ministério do Planejamento e Orçamento está elaborando o Brasil 2050. E todo esse esforço que a Ana Paula trouxe tem que se refletir no Brasil 2050, com metas muito claras, a longo prazo, e em torno dele a gente precisa se organizar com essa visão de 360°. A partir daí, devemos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

ter um PPA que, mandato a mandato, execute esse longo prazo concertado, articulado entre todos os atores.

Quando a gente olha essa versão do PPA, a gente vê que ele já avançou extremamente em aproximar o Brasil às boas práticas de contratar resultados, em vez de ir direto aos produtos. A nossa cultura alocativa sempre foi a de financiar produtos, sem antes discutir para entender claramente quais são as causas e, portanto, os fatores críticos que precisam ser financiados. E, para quebrar essa lógica de ir direto ao produto, vem essa nova sistemática que diz: o que a gente precisa combinar entre nós não é contratar mais fiscais ambientais para a Amazônia, mas, derrubar 90% do desmatamento da Amazônia, fazer esse indicador de desmatamento cair em 90%. Esse é o resultado contratado. Se o produto que vai entregar esse resultado é algo mais fiscal, ou é um monitoramento remoto, ou é mais tecnologia, ou é transformação digital, etc., passa a ser uma discussão da ciência, Deputado Túlio.

A gente vê nesse PPA, que já trouxe essa grande inovação da contratação de resultados e não de produtos, que a gente avança para enxergar a carteira...

E gostei muito de a Adriana ter feito quase uma súmula dos pontos que eu queria levantar.

Quando a gente abre o PPA, vê que existem três agendas que estão tratando dessa questão climática: a agenda transversal climática; a agenda prioritária climática; e a agenda dos planos regionais de desenvolvimento, todas com esses compromissos em relação à questão climática. Porém, em todas, por exemplo, a abordagem da mitigação está amalgamada à abordagem da adaptação, quando a gente sabe que são duas carteiras muito diferenciadas e que precisam ser tratadas... Daí o plano pode trazê-las de forma integrada, não tem problema, mas não pode ser inespecífico. E, como a Adriana muito bem colocou, é preciso construir essa taxonomia e a marcação das bases de dados, de tal modo que a gente possa trazer com muita clareza o que está servindo a uma coisa e o que está servindo à outra e em que medida nós estamos financiando as duas estratégias que precisam ser devidamente patrocinadas.

Então, se temos uma crise — e isso precisa ser comunicado com clareza, inclusive para a população lá fora e para a própria mídia —, essa crise precisa ser financiada. E nenhuma crise é financiada pelos instrumentos ordinários de políticas públicas. Quando a gente diz: *"Falta orçamento, faltam recursos na Lei Orçamentária Anual"*, isso é verdade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Uma pauta como esta, que é tão relevante para o mundo e para a governança global, inclusive, precisa permear todo o espaço orçamentário, não um pedaço dele, por meio do alinhamento transversal com todos os setores. Alguns dos colegas da Mesa também colocaram — e está sendo cuidado — esse alinhamento transversal de todas as políticas públicas e mais uma carteira específica, que vai ser financiada com esses recursos orçamentários vindos basicamente de receitas primárias e tributárias, que é um espaço limitado. Essa carteira de investimentos alavancadores precisa ser de fato muito criteriosa.

Isso posto, é preciso pensar instrumentos de financiamento dessa carteira que sejam do tamanho da crise. E essa clareza em relação aos planos de ação e aos projetos a ser financiados é fundamental para que a gente possa agregar mais recursos ao espaço fiscal orçamentário e olhar também para o extraorçamentário, mas não do modo como a Adriana colocou, que acaba sendo um problema. Ou seja, a gente tem que passar de um extraorçamentário que a gente não enxerga para um extraorçamentário que a gente enxerga. Uma parte vem dessa política creditícia, em que tem que se entrar com muita regulação e compras públicas.

E queria chamar a atenção para a oportunidade de se capitalizar muita coisa por meio de operações de crédito qualificadas, tanto com relação à emissão de títulos públicos, *social bonds* e títulos verdes, trazendo mais recursos para financiar essa agenda, quanto com relação a criar um ambiente de negócios. E aí entra também muita medida institucional regulatória para atrair investimentos e construir infraestrutura para lidar com essa crise. Então, existe um dever de casa, Deputado, que é extremamente importante.

E como é que a LDO entra colocando alguns ganchos, alguns instrumentos, para a gente fazer a agenda funcionar concretamente? Nós temos uma LDO que trata de metas fiscais, de uma política fiscal que precisa ser entregue. E boa parte do espaço primário orçamentário que a gente conseguir liberar para essa agenda estruturante vai precisar passar forçosamente por uma mudança no arcabouço orçamentário, no arcabouço das metas fiscais.

Hoje, nós temos regras de meta fiscal, que é curto-prazista e que é entregue anualmente em cima de um primário. Nós vamos ter, no dia 16 de setembro, a publicação de um livro, elaborado na Consultoria de Orçamentos do Senado, sobre os 25 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que a gente faz esta reflexão: não dá para trabalhar de forma coerente com esse tamanho de demandas e desafios que o futuro nos reserva com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

uma política fiscal em cima exclusivamente do primário e com metas anualizadas. É preciso que haja uma visão plurianual que entenda quais são os desafios e tenha fôlego para contratar as mudanças, inclusive mudança de legislação, para então a gente liberar recursos para financiar o que precisa ser financiado.

Então, boa parte dessa necessidade que todos os órgãos sentem de não serem atropelados pelo contingenciamento passa por uma nova discussão em torno do direito financeiro, a nova Lei Geral de Finanças Públicas. E aí tem a palavra o próprio MPO, para soltar a minuta que está sendo prometida e a gente alçar a uma sistemática de governança orçamentária mais consistente.

Nós temos oportunidades importantes nessa agenda. E a agenda de enfrentamento das questões climáticas pode ser um laboratório importante para a inovação na governança orçamentária e, mais do que isso, inovação na sistemática de finanças públicas, a fim de colocar toda essa questão da transparência dos planos, da marcação e da taxonomia, à qual a Adriana se referiu, a serviço da entrega de resultados.

O último ponto para o que eu queria chamar a atenção, Deputado Túlio, é que essa agenda climática tem uma conversa muito próxima com a agenda transversal de gênero e da igualdade racial. Nós estamos falando de uma população que será a vítima da primeira hora desses problemas se a gente não cuidar particularmente da agenda de adaptação, que é a mulher negra ou indígena em torno da qual haverá outras vítimas, crianças, jovens, deficientes e os idosos que são cuidados por essa mulher.

Então, essa integração de visão é parte de um dever de casa que a gente precisa fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço a exposição da Sra. Rita de Cássia, que é Consultora Legislativa, em nome de quem eu parabeno os consultores desta Casa, que inclusive são referências, pessoas que entendem desde antropologia, física quântica à política identitária.

Mas, sabendo da singularidade também do mundo do orçamento, Dra. Rita de Cássia, a gente percebe que, em sua fala, existe uma complementação daquilo que os outros expositores trouxeram. Todos os elementos trazidos e colocados aqui foram com base na ciência, nas evidências, nos números, na necessidade de políticas que possam dar mais segurança às populações vulneráveis, e, para isso, precisa-se de orçamento. Então, a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

projeção e a complexidade do mundo dos números são fundamentais. Mas é importante que a gente, com esta audiência, consiga conectar esses mundos, consiga garantir orçamento e consiga fazer com que ele chegue à ponta.

Agora eu queria passar a palavra para outro consultor, que está aqui conosco também e que vai fazer o uso da palavra pelo tempo de 5 minutos. Ele é consultor de orçamento aqui da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Vinicius Oliveira Ribeiro.

O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Boa tarde a todos.

Sou Vinicius Ribeiro, consultor de orçamento aqui da Câmara.

Falar depois de todos e falar alguma coisa que contribua, depois da consultora Rita também, que é nossa colega de orçamento, é até uma missão um pouco mais difícil.

Eu queria retomar algumas falas.

Começo pela fala da Adriana sobre a dificuldade de classificar, de enxergar no orçamento a mudança climática. Esse é um desafio real. Em outras políticas públicas, a gente também tem essa dificuldade, como no Programa Minha Casa, Minha Vida. A gente olha para o Programa Moradia Digna, e há outra ação fora do programa. Se a gente juntar isso tudo, dará o Programa Minha Casa, Minha Vida. Já o Programa Bolsa Família é um pouco mais simples de enxergar em ações.

(Segue-se exibição de imagens.)

Apesar de a mudança climática ter um programa — e eu vou falar dele aqui —, no PPA ele é transversal. Há ação lá na agricultura sustentável e em outros locais. Então, não é tão simples de fazer e de demonstrar isso, talvez, por um marcador diferente ou pela clareza vinda do Executivo, para que a gente saiba exatamente o que entra na política.

Outro comentário que eu queria fazer também é sobre créditos extraordinários, e isso foi falado. Um dos critérios de abertura de medida provisória para crédito extraordinário é a imprevisibilidade. Então, não me parece que tenha havido imprevisibilidade. Se todo ano um fenômeno acontece, não sei se seria o caso de usar o instrumento de medida provisória.

Quero só demonstrar o PPA. Como eu disse, há outras ações fora do programa, mas o Programa 1158 — Enfrentamento da Emergência Climática é o programa mais diretamente envolvido nisso. Ele tem alguns objetivos específicos. É até importante falar essa questão do objetivo. A Rita estava falando sobre resultado. A LDO agora veio com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

uma novidade no Anexo de Metas e Prioridades, que é demonstrar objetivos, e não ações, e tem o objetivo da política climática. Então, esses são os objetivos.

O primeiro objetivo do PPA nesse programa é produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima. E eu deixo aqui, para que sejam disponibilizadas para todo mundo, as metas anuais.

Objetivos desse programa: ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima — foi falado que mitigação e adaptação estão juntos; proteger, conservar e restaurar o oceano; promover processos de recuperação e de prevenção da degradação; incrementar a educação ambiental participativa; e implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.

Esse último objetivo é o que foi colocado no Anexo de Metas e Prioridades. Então, ele tinha uma meta, cujo indicador é o percentual de Municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos, para 2024, de 25%; 2025, 50%; 2026, 75%; e 2027, 100%. Vem a LDO agora, no Anexo VIII — Prioridades e Metas, e coloca como uma das prioridades o combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática. E esse objetivo é trazido aqui com essa repetição da meta do PPA, lembrando que a LDO deve concordar com o PPA. Então, o PPA apenas está dizendo: *"Eu quero que seja feito isso"*. E a LDO diz: *"Eu quero muito isso"*. Essa é uma confirmação daquilo que já está traçado no PPA.

Na LDO também há esse anexo, Despesas que não serão objeto de limitação de empenho. E também já foi dito aqui que o problema do contingenciamento é dividido em três sessões: despesas primárias; despesas financeiras; e demais despesas. As primeiras são obrigações condicionais e legais da União. E o Relator coloca — isso não está ainda no projeto — a terceira, que são as demais despesas ressalvadas. E esse aqui é um instrumento possível, não simples politicamente, mas um instrumento possível de se resguardar uma ação orçamentária, por exemplo, dentro do programa.

Eu trouxe as ações do Programa 1158 — Enfrentamento de Emergência Climática, porque, como eu disse, o PPA trata dos objetivos. A LDO trouxe os objetivos e essas são as ações do programa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Eu quero mostrar o último quadro. Eu consolido aqui o orçamento desse programa, Enfrentamento de Emergência Climática, a partir de 2024, nesse PPA atual, que é de 2024 a 2027, que antes era o Programa Mudança do Clima no PPA anterior.

Em 2025, o projeto de lei trouxe 21 bilhões de reais, com a dotação atual de 24,9 bilhões de reais, e o pagamento no ano em curso de 11 bilhões de reais; em 2024, o valor de 10 bilhões de reais no projeto; em 2023, 2022 e 2021, um valor bem menor. Isso é somente enxergando o Programa Enfrentamento de Emergência Climática e o Programa Mudança do Clima no Orçamento.

Só para fazer um complemento, a gente está falando aqui de visualização da política pública, da dificuldade que é até para poder se avaliar isso. A Consultoria de Orçamento da Câmara tem feito alguns trabalhos de visualização de dados e um deles é o raio-x do Orçamento. A gente sempre tenta evidenciar os principais números do Orçamento, quando o projeto de lei de Orçamento chega aqui no Congresso, quando ele é votado, no autógrafo da lei e quando ele sai do Congresso. E também nós já fizemos relatórios setoriais, raios-x setoriais do meio ambiente não com um recorte específico de mudança do clima, mas com diversas áreas do meio ambiente, com um recorte de unidade orçamentária, Ibama, ICMBio, um recorte dos programas e das ações.

Então, a gente sempre está tentando trabalhar para não só trazer as notas técnicas que a gente faz em conjunto com o Senado Federal, os informativos conjuntos, mas também trazer dados para a sociedade, para os jornalistas, a fim de que auxiliem os Parlamentares para possam trabalhar com dados mais visuais, de forma mais agradável, mais rápida, com uma informação para ser trabalhada, para ser utilizada. Isso é outro trabalho que a gente tem feito na consultoria.

É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço muito ao consultor Vinicius, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Eu queria aproveitar a presença de todos os convidados aqui para dizer que acredito que esta audiência também serve para que a gente possa se conectar mais com esses consultores, que conhecem com profundidade o Orçamento, as políticas que são aqui decididas e que ajudam a fazer com que as políticas públicas saiam do papel.

Eu queria me inscrever, como Parlamentar, para já fazer uma pergunta ao Vinicius com relação a esse último gráfico.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Vinicius, pelo aumento exponencial dos anos 2024-2025, no Programa de Enfrentamento à Emergência Climática, que foi levantado, eu acredito que esse orçamento deve estar sendo distribuído em diversos Ministérios. Você teria como destrinchar isso para que a gente possa compreender melhor?

Muito obrigado.

O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Deputado, pegando o ano de 2025 como exemplo, dos 24 bilhões de reais da dotação atual, 21 bilhões de reais são operações oficiais de crédito. A Rita estava comentando sobre operações de crédito. Então, a principal parte é essa de operações oficiais de crédito.

No Ministério do Meio Ambiente, esse valor é por volta de 45 milhões de reais. É um valor bem reduzido. *(Risos.)*

Não era para rir, na verdade. No Ministério da Ciência e Tecnologia, são 16 milhões de reais e há 3 bilhões de reais em encargos financeiros da União. É mais ou menos assim que se dividem. São 3 bilhões de reais em encargos financeiros da União; 21 bilhões em operações oficiais de crédito, em 2025.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Faço só um complemento. Existe na LDO um capítulo específico sobre as Agências Financeiras Oficiais de Fomento, e, nesse texto para 2026, veio uma indicação para o Banco da Amazônia para o financiamento de modelos produtivos rurais voltados à mitigação do enfrentamento da emergência climática.

Então, todo ano a LDO traz um capítulo sobre isso. E essa é uma oportunidade também para reforçar essas prioridades relacionadas à agenda.

Mas eu queria destacar que a atuação das agências financeiras de fomento — BNDES, Banco do Brasil, Caixa, demais bancos, etc. — pode e deve ser objeto de uma regulação mais enfática em relação a isso, colocando, por exemplo, como critério de todos os projetos, o fato de que tenha havido análise *ex ante* de impacto ou incorporação de medidas de enfrentamento da adaptação às mudanças climáticas. Trata-se de outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Eu queria agora abrir a palavra aos participantes desta audiência, a quem quiser fazer alguma fala, às assessorias e também aos Parlamentares que passaram aqui, mesmo que virtualmente, e não formalizaram perguntas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Mas deixo facultada a palavra a cada um que compõe esta audiência, caso queiram fazer alguma pergunta a qualquer membro da Mesa, porque passaremos, após as perguntas, às considerações finais. *(Pausa.)*

Enquanto pedimos calma nas inscrições, citamos aqui as autoridades da Agência Nacional de Águas presentes: a Diretora Ana Carolina Argolo, a Superintendente Ana Paula Fioreze e a Chefe de Gabinete Cláudia Kattar. Agradeço-lhes a participação nesta audiência pública.

Eu queria agora, mais uma vez, agradecer. Acho que a gente precisa, a partir do que foi colocado aqui, fazer um estudo profundo de cada exposição e também levar isso para os debates desta Comissão Mista de Orçamento.

Queria pedir que cada membro desta Mesa pudesse fazer suas considerações finais e também ficasse à vontade para fazer perguntas a esta Comissão e à Câmara dos Deputados. Digo o mesmo aos consultores também, caso queiram fazer perguntas aos representantes do Governo.

Queria facultar a palavra para as considerações finais e encaminhamentos, iniciando pelo nosso primeiro expositor...

Então, antes de passar para as considerações finais, temos um inscrito.

Por favor, diga o nome e a representação. Pode fazer a pergunta. Você tem 3 minutos.

A SRA. SHEILLA DOURADO - Boa tarde a todas e todos.

O meu nome é Sheilla Dourado. Eu sou assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos — Inesc, que é uma organização que trabalha bastante com o Orçamento público, que monitora as políticas públicas no sentido de averiguar se os direitos humanos estão contemplados no Orçamento. Nós temos trabalhado também com a pauta climática, especificamente, no meu caso, com a adaptação climática.

Na verdade, eu não tenho uma pergunta e quero só agradecer à Mesa e também parabenizá-los por todos esses pontos que foram trazidos. A questão da marcação no Orçamento é fundamental para nós podermos rastrear como esse Orçamento tem sido gasto, com políticas climáticas ou não.

A minha fala é também e principalmente para convidá-los a conhecer e integrar o GT-Orçamento da Frente Parlamentar Ambientalista, criado em abril deste ano, depois do GT-Mar, do GT-Racismo Ambiental e de outros GTs — se não me engano, é o 13º GT da frente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Eu estou aqui com Luiza, do IDS. Inesc e IDS compartilham a Secretaria-Executiva deste grupo de trabalho.

Eu gostaria de convidar todas e todos — Deputados, assessores, aqueles que estão aqui e os que nos acompanham pela Internet — a conhecer o nosso trabalho e também se engajar nesse trabalho de monitoramento de PLs e realização de novas propostas, para que nós possamos avançar nessa agenda e evitar retrocessos.

Parabéns pela iniciativa desta audiência!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Temos mais duas inscrições. Estão surgindo novas inscrições.

Tem a palavra a Luiza Chaer, do Instituto Democracia e Sustentabilidade — IDS, por 3 minutos, e, depois, o colega ali atrás.

A SRA. LUIZA CHAER - Obrigada.

Parabéns pela iniciativa e pela liderança! Parabéns a todo o corpo da Mesa! Foram exposições realmente muito esclarecedoras, de uma qualidade notável. É sempre um prazer ouvi-los.

Eu queria fazer uma pergunta.

Nesta Casa foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, que o Deputado Bohn Gass até mencionou na fala dele. Trago à baila o assunto das emendas parlamentares, porque me parece que, à medida que a gente tem uma parte cada vez maior do Orçamento alocada nas emendas parlamentares, a gente passa a ter menos previsibilidade orçamentária em relação a políticas perenes, políticas de Estado. Mas a PEC 44 traz um assunto importante, que é a destinação das emendas em casos de desastres.

Eu queria ouvir da Mesa, principalmente da Rita e do Vinicius, que são consultores e trabalham muito com essa parte mais detalhada do Orçamento, como equalizar e como modular o uso emergencial de emendas parlamentares, ou seja, como trabalhar uma estabilidade orçamentária maior nas políticas de enfrentamento a desastres — com recursos para a Defesa Civil, principalmente, que é nominalmente citada na proposta de emenda à Constituição — e, ao mesmo tempo, manter uma linearidade com as emendas que são atribuídas ano a ano e não estão previstas no PPA, por exemplo.

É isso.

Obrigada.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Luiza.

Agora, passo a palavra ao próximo inscrito, que fará as suas perguntas.

Peço, por favor, que se apresente e diga a instituição que representa. O tempo é de 3 minutos. Obrigado.

O SR. ÍCARO JORGE SANTANA - Obrigado.

Meu nome é Ícaro Jorge. Eu sou advogado do Instituto de Direito Coletivo.

Queria parabenizar a Mesa pela apresentação. É importante discutir a questão climática, principalmente no contexto atual de grandes desastres e de implicações relativas ao racismo ambiental.

Nós, do Instituto de Direito Coletivo temos atuado muito na pauta de inclusão, cidadania e meio ambiente, principalmente pensando a questão climática com os povos de terreiro, as comunidades quilombolas, e a minha pergunta vem alinhada com essa articulação. Eu queria perguntar à Mesa como a discussão da agenda transversal no Orçamento implica no combate ao racismo ambiental e, nesse ponto, compreendendo a discussão das comunidades de terreiro, as comunidades quilombolas e essa presença do clima no Orçamento.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos, eu queria apenas agradecer a cada um dos presentes aqui e agradecer à assessoria desta Comissão. A CMO é a Comissão mais disputada do Congresso Nacional, é uma Comissão composta por Senadores e Deputados. As vagas aqui são disputadas de fato nas Lideranças. Então, acredito que esta Comissão também deve ser disputada pelos consultores, para que eles estejam aqui. E ter dois representantes dos consultores da Comissão de Orçamento é motivo de orgulho para essa audiência pública, para que eles possam trazer esclarecimentos técnicos sobre o funcionamento desse Orçamento, no caso das emendas parlamentares, orçamentos emergenciais.

Agora eu queria passar a palavra aos nossos convidados, para uso por 3 minutos, para que eles possam responder às perguntas que foram feitas, para que também possam fazer outras perguntas caso necessitem, mas que tenham esses 3 minutos para fazer o uso da palavra.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Vou iniciar cedendo a palavra ao diretor interino da Agência Nacional de Águas, o Sr. Marcelo Jorge Medeiros.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS - Vou concluir falando uma coisa que fica por trás, até antes das políticas, que é um problema muito sério que a gente tem no Governo brasileiro, no País: precisamos de dados e de conhecimentos para montar políticas e ter resultados. Se a gente não investe em produção de dados, se não investe em produção de conhecimento, a gente não entende o problema, a gente não enxerga o passado, não aprende com ele e não enxergará o futuro. Então, cada vez mais, ainda mais por conta das incertezas que a mudança do clima traz, a gente precisa de mais produção de dados, mais produção de conhecimento.

Pego até o gancho da justiça climática para falar algo. O estudo que a gente produziu sobre impactos da mudança do clima em recursos hídricos tem uma parte que ainda está em desenvolvimento, a gente ainda vai republicar isso, que é justamente sobre como isso atinge populações que são povos originários, quilombolas e outras que têm problema socioeconômico, principalmente nos Municípios. São as áreas que mais são atingidas. E não é só porque a mudança do clima é perversa, ela é perversa para todo mundo, mas porque existe um problema de adaptação, que é a falta de infraestrutura nessas comunidades. Então, o efeito se torna pior. A gente diz isso no estudo.

Eu tenho que concluir. Como todo mundo fez pergunta, tenho que agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha por nos proporcionar este espaço para falar. Temos que falar cada vez mais, porque não é só para sermos ouvido, é para que as pessoas consigam entender a importância, a relevância do que é produzido e consigam trazer para a vida delas isso. Então, a gente precisa ter esses espaços.

E eu faço um agradecimento especial porque a ANA este ano faz 25 anos. E a gente vem desde o ano 1 aqui ao Congresso, não só porque a gente é convidado para audiências públicas como esta — e a gente opina muito na formulação legislativa, nas novas leis —, mas também porque a gente tem um problema sério de orçamento há 25 anos. Então, a gente está aqui todo ano, tanto na LDO, quanto depois na LOA, batendo papo com Deputados e Senadores para nos ajudarem nisso. A gente precisa continuar produzindo, a gente precisa de orçamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Tenho que fazer um agradecimento especial ao Deputado Bohn Gass, ao Deputado Arnaldo Jardim, ao Fernando Mineiro e ao Deputado Marangoni, que acabaram de introduzir quatro emendas a nosso favor no Orçamento. Então, eu vou continuar vindo, porque funciona.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Marcelo. Nós é que agradecemos à ANA pela sua exposição aqui.

Eu, particularmente, gosto muito de perguntas da sociedade civil e de entidades. Sempre vejo muito cuidado e cautela nas perguntas de representantes do Governo, porque ninguém quer brigar com esta Comissão.

É importante que se tragam dados, é importante que se façam perguntas, é importante falar da necessidade de se ter orçamento para executar a política na ponta. Reforço essa importância e também a importância de se ter coragem para podermos expor e argumentar quando estivermos sentados aqui como Presidente desta Comissão.

Agora, eu passo a palavra à Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A SRA. ANA PAULA CUNHA MACHADO CAVALCANTE - Muito obrigada, Deputado Túlio.

Como eu tive que correr muito, faltou falar tanta coisa. Seria importante a gente conseguir voltar aqui para falar um pouco mais sobre o Plano Clima.

Respondendo à Rita, a gente está em processo de aprovação do plano, que deve ser aprovado pelo Pleno de Ministros do CIM em outubro deste ano. Então, a gente vai ter esse Plano Nacional de Adaptação atualizado e o Plano de Mitigação.

Rapidamente, vou falar sobre algumas inovações que a gente está propondo. Vocês mencionaram a marcação de questões climáticas no PPA. Eu acho que esse é um grande avanço, e a gente está discutindo com o Ministério do Planejamento, mas a inovação que estamos propondo agora nesse Plano Clima é uma sistemática robusta de monitoramento e avaliação do Plano Clima em parceria com o Ministério do Planejamento e alinhada ao PPA. A gente quer exatamente institucionalizar as ações e os programas do Plano Clima alinhados às ações do PPA, com o intuito de ir melhorando o PPA e de institucionalizar esses temas no âmbito do Orçamento federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 38

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Deputado, eu também gosto muito das perguntas da sociedade civil. Eu fico feliz de ver aqui o Observatório do Clima, o Inesc, o IDS, que são organizações que vão passar a compor a Câmara de Participação Social do CIM. Eu acho que isso vai enriquecer bastante os debates.

A pergunta que foi feita em relação a emendas parlamentares foi muito boa e me preocupa. Eu acho que também se alinha um pouco ao que a Rita trouxe sobre as inovações necessárias em finanças públicas, o quanto o "curtoprazismo" no Orçamento é nefasto para o processo de desenvolvimento do País como um todo, em especial no cenário complexo sobre mudança do clima.

Então, é muito bem-vinda a reflexão que está sendo feita e liderada pelo MPO. A sabedoria que vocês têm acumulada nesta Casa vai ser muito importante para esse processo como um todo, que é um processo que tem um impacto estrutural na capacidade de desenvolvimento do País.

Falando também um pouco sobre emendas e desastres, apesar de ter sido fundamental a sensibilização do Congresso Nacional com a questão do Rio Grande do Sul, é importante que a gente tenha recurso, como disse o meu colega Ewerthon, para prevenção e preparação, porque cuidar do desastre é caro demais para o orçamento público. A gente tem que desenvolver, como o Deputado disse, a cultura no Brasil, como existe no Japão, de se preparar para os eventos climáticos extremos, porque o custo vai ser muito menor.

Fica aqui mais uma vez o agradecimento não só por hoje, Deputado Túlio, mas por toda a parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Agradeço em nome da Ministra Marina Silva.

Eu espero ter novas oportunidades para diálogos sobre o tema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Ana Paula.

Agradeço também à Ministra e à equipe dela pelo trabalho, pela presença nesta Casa e pela prestação de contas de sempre. Sou sempre solidário aos ataques infundados que ela vem sofrendo por parte de alguns Parlamentares da Câmara e do Senado. Agradeço de verdade o trabalho de vocês.

Agora, eu queria passar a palavra ao Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para fazer suas considerações finais pelo tempo de 3 minutos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 39

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O SR. EWERTHON MARQUES - Obrigado, Deputado Túlio.

Realmente, assim, é fundamental fazer essa discussão mais vezes, com mais tempo e com maior profundidade, porque, de fato, por exemplo, na PEC 44, você vê que a gente está pensando em uma reserva para uma emergência quando houver o desastre. Então, isso é fundamental, é importante, é um bom papel também, mas a gente precisa mudar o nosso foco.

A gente ainda tem um foco na Defesa Civil. Quando acontecer o desastre, a Defesa Civil vai lá ajudar a reconstruir, a fazer uma ação de resposta. Então, a gente tem sempre bastante orçamento para fazer uma ação de resposta, uma ação de reconstrução, mas o orçamento para prevenção e mitigação não existe.

Então, na própria PEC, o pensamento está também nesse de uma emergência, quando houver o desastre, mas o ideal seria nós termos realmente o orçamento de emenda reservado para mitigação e prevenção, e não focado em um pós-desastre.

Óbvio que ter um *fast track*, como a gente chama, um caminho rápido para a emenda parlamentar quando ocorrer um desastre é importante, é fundamental. Às vezes, acontece o desastre, e o Parlamentar está com a emenda indicada para algum outro local. Ele quer fazer a movimentação dessa emenda, e também está travado pela realidade da legislação.

Então, de fato, pensar em uma possibilidade de quando ocorrer um desastre o Parlamentar poder retirar aquela emenda que estava prevista inicialmente para algo que seria realmente de prevenção, alguma coisa, e poder realocá-la para um desastre é interessante, porque já aconteceu aquele desastre. É preciso haver essa possibilidade.

Além de essa possibilidade ser criada, que é muito importante, deveríamos também pensar em emendas que já tivessem uma vinculação, assim como nós temos hoje a vinculação com emendas da saúde, pensar em algo parecido com a saúde, colocar alguma amarração nas emendas para essa pauta do clima, porque é fundamental a gente também garantir esse orçamento via parlamentar. Sabemos o tanto que cresceu o orçamento parlamentar em relação ao Executivo. Então, a gente tem ficado cada vez mais minguido nesse orçamento. E sempre que houvesse essa previsão de não contingenciamento, seria fundamental que o tema, a pauta clima, não pudesse ser contingenciada ou bloqueada, porque, muitas vezes, até vem o orçamento consignado, mas, quando vai havendo alguma frustração de arrecadação ou, então, algum outro custo que não estava previsto no orçamento, as primeiras ações que vão sofrer um contingenciamento ou um bloqueio





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 40

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

acabam sendo as ações relacionadas ao clima, por não termos ter essa, vamos dizer assim, essa transparência orçamentária de como isso está sendo aplicado e também, muitas vezes, não termos esses insumos, essa colocação clara e transparente para todos de que aquele recurso realmente vai ser utilizado para determinado fim.

Então, de fato, é uma construção de todos nós envolvidos, tanto dos Ministérios, do Ministério da Integração Regional, do MMA, enfim, de todos os Ministérios e da ANA. A gente tem que conseguir trazer isso de maneira mais clara, mais palatável para que todos consigam entender. E aqui nesta Casa, em especial, o que o Deputado Túlio tem tentado é trazer a sensibilidade dessa pauta, de um tema realmente importante e necessário de orçamento, para que a gente possa garantir que não haja mais desastres. É evitar desastres, e não aplicar recursos em desastres. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, agradeço ao Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Ewerthon Marques. E esse é o nosso intuito, Coordenador.

Precisamos discutir o orçamento público de maneira cada vez mais pública, transparente, participativa. Particularmente, eu destino minhas emendas, há 6 anos, por meio de uma consulta pública, o que a gente chama de emendas participativas. Todos os anos, aumenta a quantidade de pessoas participando, votando no nosso *site*. Já ultrapassamos 200 mil pernambucanos escolhendo quais devem ser as prioridades do orçamento.

Muitas vezes, o Município precisa concluir uma ciclovia, reformar um hospital ou construir uma creche. Esses projetos são inscritos no *site*, e a população daquele Município vota, indicando qual é a prioridade. Todos os anos, a gente destina dezenas de milhões de reais, a partir dessa consulta pública. Mais de 200 mil pernambucanos participam e inscrevem de duzentos a trezentos projetos todos os anos.

Essa é uma forma que o nosso mandato adota, de maneira participativa e colaborativa, utilizando a tecnologia a nosso favor, ouvindo a população e permitindo que ela participe da decisão sobre o orçamento e faça escolhas não só em época de eleição, quando escolhe seu candidato, mas também no dia a dia, discutindo as prioridades de suas cidades.

Então, parabênizo a sua fala em defesa de um orçamento cada vez mais público e transparente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 41

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Agora, para fazer uso da palavra e apresentar suas considerações finais, chamo a Sra. Adriana Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento do Observatório do Clima.

A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO - Gostaria de agradecer mais uma vez ao Deputado Túlio, à Senadora Eliziane Gama e ao Deputado Bohn Gass por este esforço conjunto. Espero que todos os temas levantados nesta audiência sejam permanentes e duradouros, que se estendam a todas as peças orçamentárias.

Gostaria de destacar, mais uma vez, o papel do Congresso em fiscalizar e cobrar as ações do Governo. Estamos cumprindo esse papel aqui nesta audiência, e é fundamental que tudo o que foi levantado se desdobre em forma de emendas e resultados concretos.

Sobre a pergunta do Ícaro, sobre como o racismo ambiental está refletido no PPA. Não sei se é uma resposta definitiva, mas foi uma tentativa de solução que buscamos. O Instituto Geledés, que integra a rede do Observatório, realizou, em abril, junto com o Ipea, um seminário sobre mulheres negras e racismo ambiental.

Uma das tentativas foi identificar ações que tocavam diretamente mulheres negras e que também tinham caráter ambiental. Aplicamos o que chamamos de índice demográfico. Por exemplo: se mulheres negras representam 25% da população, conseguimos verificar o quanto uma ação, com público-alvo definido, alcança esse grupo. É similar ao que vem sendo feito no orçamento das mulheres — uma marcação específica, com segmentações sociais por raça, idade ou gênero. Isso representa um avanço no sentido de identificar o público-alvo.

Portanto, ações estão sendo feitas nesse sentido, ainda que setoriais, mas que são importantes para ampliar o debate e trazer temas fundamentais para a pauta.

Quero falar um pouco, nas minhas considerações finais, que estamos com uma parceria com o Siga Brasil, para tentar incluir no Painel Cidadão uma marcação de orçamento verde, distinguindo quais ações têm impacto positivo e quais não têm. Vai ser importante ter o painel disponibilizado com um *dashboard* mais visual, e a gente está nesse caminho.

Pretendemos também, no âmbito do Monitor 2045, que já disponível no *site* do OCE, fazer essa atualização orçamentária. Quem sabe, no futuro, poderemos chegar a Estados e Municípios, para que eles façam essa marcação orçamentária também. Eu acho que é importante levar esse debate para o nível subnacional, para Estados e Municípios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 42

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Nós temos publicações trimestrais do Monitor 2045 e também vamos trazer essa questão do orçamento para dentro dele, verificando as principais políticas públicas e como fomos avançando do ponto de vista orçamentário. É um primeiro esforço de trazer maior clareza para isso.

Também vamos atuar na LOA. Na última LOA, a gente olhou as ações que tocavam a agenda da gestão ambiental, que é um pouco mais ampla — pega meio ambiente, pega clima e pega algumas ações de saneamento. A gente conseguiu um resultado de sucesso de 60%. Na pauta climática, o mínimo que a gente quer são os parâmetros do ano anterior. A gente nunca quer abaixar. Considerando que meio ambiente é uma pauta com pouco e é a primeira a sofrer cortes, é preciso que haja regras mais rígidas, para que não haja contingenciamento, para que a pauta não sofra cortes, e, sim, o contrário. Como cada ano está mais quente que o outro, com essa questão das mudanças climáticas, a pauta ambiental, em ano de COP, tende a ganhar amplitude, força, e o orçamento tem que corresponder a isso também.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Adriana. Na pessoa de Adriana, agradeço às entidades que estão aqui presentes, todas elas da sociedade civil, que estão participando desta audiência.

Para fazer uso da palavra, para suas considerações finais, tem a palavra a Sra. Rita de Cássia, Consultora Legislativa de Orçamento do Senado Federal.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Obrigada, Deputado.

Fazendo uma resposta bem rápida à Luíza, à provocação dela, na verdade a gente precisaria de toda uma audiência só para tratar dessa questão. Claro, existem as iniciativas que se vão buscando em função das necessidades, mas um princípio que não pode ser esquecido é que soluções paliativas não resolvem problemas estruturantes. Precisamos de uma abordagem sistêmica para darmos conta do problema.

Eu queria, Deputado, lembrar um aspecto que eu gosto muito de enfatizar toda vez que eu estou em uma Casa legislativa: nós temos uma Constituição praticamente parlamentarista. Os Legislativos nas três esferas de Governo têm amplas prerrogativas para fazer avançar a pauta das políticas públicas. Uma das coisas que nós não temos é a última milha em matéria orçamentária no modelo de gestão por resultados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 43

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O PPA já avançou e traz resultados que precisam ser melhorados. Esta Mesa inclusive já trouxe essa pauta. Ele traz os indicadores, traz meta para os indicadores e traz as entregas que vão de fato apresentar os resultados. Porém, não existe orçamento dentro do PPA. Eu acho que uma pauta importante para esta Comissão é fazer essa última milha acontecer, é cobrar junto ao Executivo que isso é importante, porque sem ela, mesmo que a gente consiga fazer a marcação no Siga Brasil, criando os marcadores... Essa também é uma outra pauta importantíssima. Hoje a tecnologia da informação coloca dificuldade zero de se criarem quantos indicadores forem necessários sem que isso enrijeça o orçamento na base infralegal. Podemos e devemos avançar nisso. Se nós fizermos isso só no orçamento, continuamos sem o vínculo com o planejamento. Então, essa última milha é absolutamente fundamental.

Outra coisa que nós não temos ainda é o acompanhamento de metas físicas. Então, a gente fica acompanhando um orçamento que a gente não sabe o que, de fato, está entregando ali na ponta.

Precisamos plurianualizar uma boa parte da baixa execução. A gente fica aqui pedindo dinheiro: "*Queremos mais dinheiro*". Às vezes, a gente entra no Siga. Por exemplo, o colega ali falou sobre essa pauta do racismo ambiental. Existe uma ação de baixíssimo nível de execução voltada para apoiar projetos em comunidades vulneráveis, com soluções baseadas na natureza. Não é porque o Ministério seja incompetente, nada disso. Existe uma necessidade de maturação para o projeto começar a gerar a cota de pagamento dele que não está prevista em lugar nenhum. A gente não tem, na nossa estrutura de governança orçamentária, um instrumento em que o projeto seja aprovado e comece a ser amadurecido para então ocupar espaço fiscal. Ele já ocupa o espaço fiscal *a priori*, e não é executado. Isso é mais uma camada mostrando que precisamos rever a governança orçamentária. Não é como se as emendas estivessem estragando algo que é uma Brastemp vinda do Executivo. A gente sabe que não é isso. Então, precisamos realmente rever a governança numa visão sistêmica.

Obrigada por esta boa conversa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Em nome da Comissão, agradeço à Consultora Rita de Cássia pelos esclarecimentos.

Agora eu queria passar a palavra ao Sr. Vinicius Ribeiro, Consultor de Orçamento da Câmara Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 44

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Obrigado.

Eu também queria falar sobre esse assunto das emendas da PEC 44. Ela reserva recursos tanto para emendas individuais quanto para emendas de bancada. Fez-se a comparação com os 50% da saúde, que tem um orçamento grande. Aqueles 50% ajudam o cumprimento do mínimo. Eu acho um pouco diferente a situação do meio ambiente, que tem um orçamento muito menor. Aquele recurso é bem decisivo para o meio ambiente. Eu tenho um pouco de receio das diversas demandas que são atendidas pelos Parlamentares dentro das emendas, desses 5%, mesmo que sejam vinculadas ao Fundo de Calamidades, se isso vai realmente atender às necessidades do meio ambiente, que são distintas em cada Estado, em cada Unidade da Federação. Eu tenho, pessoalmente, um pouco de receio se isso vai funcionar para a emenda individual. A emenda de bancada pode ser que tenha uma utilidade maior. Acho que é um debate importante a ser feito: a contribuição, vincular isso à emenda individual. Você poderia vincular uma outra coisa que o Poder Executivo seja obrigado a executar.

Era isso. Eu gostaria de agradecer a participação, o convite.

Só vou falar uma coisa importante que parece óbvia para a gente que trabalha com orçamento.

A gente está na fase da LDO. Terminou a fase de emendamento do texto e do anexo de metas e prioridades. Aquilo é colocado no anexo de metas e prioridades ou despesas que não terão limitação de empenho. Fazer isso não faz com que essa ação conste automaticamente do Orçamento. O projeto de lei orçamentária vai chegar ao Congresso 31 de agosto ou 1º de setembro, e essas demandas precisam ser colocadas no Orçamento. A LDO vai colocar as prioridades, mas as dotações precisam constar do Orçamento. Era só um lembrete sobre isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Vinicius.

Agradeço ao Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Para finalizar, eu queria dizer que esta Comissão vem realizando reuniões e audiências públicas e que é muito importante a participação da sociedade civil nessas audiências, para que se façam perguntas, para que a gente possa levar o resultado das audiências para a sociedade civil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 45

CMO (Reunião, Audiência Pública)

27/08/2025

Não existe política pública sem orçamento, não existe resultado positivo sem garantia de recurso público, mas é importante não só o recurso, mas também que a gente acompanhe as metas desses orçamentos, os resultados, no que foi que isso se desdobrou efetivamente na vida das pessoas.

Infelizmente, a gente percebe que alguns discursos polêmicos comovem mais a sociedade do que a destinação de recursos a uma determinada política pública. Isso nos preocupa muito neste mundo de redes sociais, de algoritmos obscuros e de tentativas, muitas vezes, de ludibriar parte da população, e de não levar a população ao problema de fato, para que ele seja resolvido.

Dessa forma, eu queria agradecer às entidades que estiveram presentes aqui: o Inesp, o IDS, o Observatório do Clima, a Arayara e todas as entidades que se pronunciaram, porque elas cumprem um papel muito importante no sentido de dar transparência ao Orçamento, de discutir com profundidade, para que a sociedade civil possa pressionar este Congresso, esta Casa, esta Comissão, para trazer cada vez mais transparência aos recursos públicos, seja pela sociedade civil, seja por determinação da Justiça.

E isso está acontecendo. Eu vejo por parte de muitos Parlamentares também a disposição de dar transparência, no sentido de saber quem indicou o orçamento, para onde ele foi e, principalmente, qual foi o resultado da indicação daquele recurso público.

Dessa forma, agradeço o comparecimento de todos os convidados, das senhoras e dos senhores, dos Parlamentares, do Deputado Bohn Gass, dos assessores legislativos aqui presentes, dos servidores desta Casa.

Até a próxima audiência.

A reunião está encerrada.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª
LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2025.**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referentes ao 1º quadrimestre de 2025, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Albuquerque, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, João Cury, Júlio Cesar, Junior Lourenço, Marcos Tavares, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues e Túlio Gadêlha; dos **Senadores Titulares**: Beto Faro e Efraim Filho; dos Deputados Suplentes: Alencar Santana, Beбето, Dr. Francisco, Emanuel Pinheiro Neto, Jefferson Campos, Jorge Solla, Rafael Brito, Raimundo Santos e Sidney Leite; e dos Deputados Não Membros: Mauro Benevides Filho, Ricardo Abrão e Wilson Santiago. **ABERTURA**: às quatorze horas e trinta e seis minutos, o Presidente da CMO, Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB) declarou iniciada a reunião, esclareceu os objetivos desta bem como apresentou a composição da Mesa formada pelo Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha e pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Sr. Arinaldo Bonfim Rosendo. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o ministro disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado com a permissão dela. E conforme o estipulado no mesmo artigo, inciso X, os parlamentares inscritos para interpelar o ministro poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o convidado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Em seguida, informou a abertura da lista de inscrições para o debate. Logo após, o presidente concedeu a palavra ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, que, fazendo uso de projetor multimídia e slides,



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

iniciou a apresentação do relatório esclarecendo sobre a recomposição do orçamento da saúde no país, destacando o aumento de 22,7 bilhões reais em recursos para a área em 2023, totalizando 172,8 bilhões reais. Explicou que apesar desses avanços, o Brasil ainda investe menos em saúde pública em relação ao PIB comparado aos países da OCDE, e que 96,4% dos recursos do orçamento de ações e serviços de saúde vêm das receitas da seguridade social. O ministro informou que 152,5 bilhões reais dos 232 bilhões reais do orçamento de ações e serviços de saúde são repassados para estados e municípios. Além disso, o ministro da Saúde apresentou o relatório do primeiro quadrimestre, destacando que a aprovação do orçamento foi feita tardiamente, o que impactou a velocidade de execução dos pagamentos. Foram discutidos desafios orçamentários, incluindo o crescimento das despesas judiciais, o aumento do roll de remédios 100% gratuitos e do uso das fraldas geriátricas na farmácia popular, que resultou em um impacto maior no orçamento do que o previsto. O ministro citou o programa “Agora tem especialistas”, que não estava na estrutura orçamentária do orçamento aprovado para 2025, e visa reduzir os tempos de espera para atendimento médico especializado. Foram apresentadas novas modalidades de execução orçamentária, incluindo carretas de saúde e mutirões de cirurgias, que podem ser financiadas através de emendas de bancada e comissão. Informou que o Ministério da Saúde também está desenvolvendo uma ata de registro de preços para transporte sanitário, permitindo que parlamentares destinem recursos para veículos de transporte para pacientes que precisam de tratamentos especializados em outras cidades. Esclareceu também sobre a política nacional de doenças raras, explicando que o Ministério da Saúde implementou acordos de compartilhamento de risco para medicamentos caros, alguns custando entre 8 a 12 milhões de reais por dose. O ministro mencionou que estão sendo realizados esforços para acelerar a execução e controlar o crescimento das despesas, incluindo o cadastramento das farmácias e a possibilidade de abrir novos cadastramentos em regiões vulneráveis após a conclusão do processo atual. Encerrada a apresentação, o presidente concedeu a palavra ao Deputado Bohn Gass que parabenizou a apresentação do Ministro e destacou a aprovação da medida provisória 1301 pela Comissão Mista e os resultados concretos já observados, como a redução do tempo para exames e procedimentos na região do Rio Grande do Sul. Ele também mencionou o trabalho de integração de serviços de saúde na fronteira com o Uruguai e a importância da



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

elevação dos recursos para o SUS. Às quinze horas e dezoito minutos o Deputado Carlos Henrique Gaguim assumiu a coordenação dos trabalhos e anunciou a presença no plenário da prefeita de Gurupi-TO, Sra. Jose Nunes. Em seguida concedeu a palavra aos Deputados Wilson Santiago e Mauro Benevides Filho que parabenizaram o Ministro por sua atuação e discutiram questões como a atualização da tabela SUS, a implementação de programas como o transporte sanitário, e a necessidade de melhorar o sistema de emendas parlamentares para saúde, aumentando o número de emendas. Às quinze horas e vinte oito minutos o presidente da CMO, Senador Efraim Filho reassumiu os trabalhos e passou a palavra para o Deputado Jorge Solla que trouxe sugestões ao ministro e destacou a importância de estabelecer parâmetros equitativos de custeio para as emendas parlamentares, já que atualmente não há critérios claros como antes, criando desigualdades e dificuldades operacionais para os gestores locais. Por fim, o ministro respondeu questionamento de internauta realizada pelo presidente da CMO sobre a incorporação da vacina contra herpes zoster no SUS. O ministro explicou que o Ministério da Saúde solicitou à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia - Conitec uma avaliação da vacina, mas a comissão inicialmente avaliou que não deveria ser incorporada devido ao alto custo. Apesar disso, anunciou que uma nova vacina contra bronquiolite foi incorporada ao SUS através de uma parceria com o Butantã e a Pfizer, com entrega de 1,8 milhão de doses até o final do ano. Estavam presentes também os Prefeitos de Cacimbas - ES, Sr. Nilton de Almeida e de Carmo do Rio Claro – MG Sr. Felipe Carielo. O presidente da CMO, informou que, segundo este prefeito, a cidade mineira tem a maior incidência per capita de Geodema Hereditário no Brasil com muitos tratamentos judicializados e questionou se havia alguma perspectiva de mudança na política de tratamento de doenças raras. Como o ministro já havia tratado sobre o tema no decorrer da apresentação, explicou mais sobre os acordos que o Ministério estava fazendo de compartilhamento de risco para medicamentos caros e se comprometeu a encaminhar alguém do Ministério para compreender melhor a situação da cidade.

ENCERRAMENTO: Finalizados os inscritos e respondidos todos os questionamentos pelo Ministro Alexandre Padilha, o Presidente da CMO agradeceu a presença e participação do Ministro e sua equipe técnica, bem como dos parlamentares presentes no plenário. Por fim, às quinze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente da CMO encerrou a reunião, antes, porém, anunciou a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 1

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Declaro iniciada a 11ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública, de 2025, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, que já compõe a Mesa e fará uma apresentação sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do gestor federal do SUS referente ao primeiro quadrimestre de 2025, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Convido também para compor a Mesa o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo, Sr. Arionaldo!

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministro disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplica e tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate se encontra, a partir deste momento, aberta.

Com a palavra o Ministro de Estado da Saúde, o Sr. Alexandre Padilha, que já foi nosso companheiro aqui no Parlamento...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Foi, não; é nosso companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Exato. S.Exa. já conviveu conosco aqui como Parlamentar, e agora atua em âmbito ministerial.

Agradeço ao Deputado Wilson Santiago a correção da informação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 2

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Transmito ao Sr. Ministro Alexandre Padilha as boas-vindas da Comissão Mista do Orçamento e concedo-lhe a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Muito obrigado, Sr. Presidente, querido colega Senador Efraim.

Saúdo todos os membros da Comissão Mista do Orçamento e agradeço a disposição desta Comissão.

Quero dizer, Presidente, que eu venho aqui para cumprir algo de que eu tenho muito orgulho. Na outra gestão em que fui do Ministério da Saúde, foi feito um esforço pelo Congresso Nacional, à época, em 2011, para a regulamentação da chamada Emenda Constitucional nº 29, que estabelecia as regras de financiamento para a saúde no nosso País. Foi uma grande conquista aquela regulamentação, que há anos era esperada.

Na regulamentação, estabeleceu-se como obrigação dos gestores de cada esfera — federal, estadual e municipal — regularmente se apresentarem ao Poder Legislativo para fazer uma espécie de prestação de contas e falar sobre o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Ministro, só um momento.

Quero fazer um alerta ao nosso operador de som. Parece-me que o volume do microfone do Ministro está baixo. Se puder, peço que aumente um pouquinho o volume, para que possamos ouvi-lo melhor.

Agradeço ao nosso operador de som.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Alô! Ah, fizeram aqui uma liberação do contingenciamento do som. Eu vou usar este, porque eu vou fazer uma apresentação e vou ter que ficar de pé.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, da honra de estar aqui, e faço questão de vir aqui porque, quando fui Ministro da outra vez, em 2011, nós fizemos a regulamentação da EC 29, aquela emenda constitucional do final dos anos 90 que estabeleceu os parâmetros, à época, dos investimentos nas ações e serviços públicos de saúde.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 3

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Naquela regulamentação, que aprovamos em 2011 e foi sancionada no comecinho de 2012 — a Lei Complementar nº 141, de 2012 —, havia, como uma das missões, responsabilidades e obrigações para o gestor da saúde, nos âmbitos federal, estadual e municipal, prestar contas do Orçamento, da execução orçamentária, e explanar essa situação para o Legislativo local.

Quero dizer da honra de estar aqui junto com o Dr. Arionaldo, que é o Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde há décadas. É uma pessoa que serve ao SUS, no âmbito federal, em várias áreas do orçamento do Ministério da Saúde, tendo passado por vários Ministros e Ministras.

Quero agradecer muito ao Ari e toda a equipe pela presença aqui.

Eu vou ficar aqui de pé, porque assim consigo olhar para a apresentação e, com isso, passar cada um dos eslaides.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, isto é para que todos tenham uma visão geral do grande momento que nós estamos vivendo de recomposição do orçamento da saúde no nosso País, a partir do esforço da PEC da Transição, lá em 2023, que constituiu um orçamento extraordinário, levando 22,7 bilhões de reais a mais de recursos para a área da saúde, com um total de 172,8 bilhões de reais.

A regra de transição, anterior à aprovação do novo marco fiscal, nos permitiu reconstruir o Farmácia Popular, reconstruir o Programa Mais Médicos, reforçar o Saúde da Família, expandir a saúde indígena. Naquele momento, em 2023, foram habilitados 9 bilhões de reais de serviços que já estavam abertos e funcionando pelos Estados e Municípios, sem o repasse federal. Em 2024, a partir da aprovação do novo arcabouço fiscal, foram garantidos 15% da receita corrente líquida para a área da saúde, preservando o novo piso constitucional da saúde e levando a um aporte de mais 40 bilhões de reais.

Mostro aqui, na evolução de 2022, 2023, 2024 e 2025, o grande compromisso do Governo do Presidente Lula dessa recomposição do Orçamento federal. Houve um aumento de 75% na aplicação mínima em ações e serviços de saúde, quando





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 4

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

a gente compara 2022 com 2025. Ali está o piso das ações e serviços de saúde. E, apesar desses avanços importantes construídos pelo Congresso Nacional — quero agradecer ao Congresso Nacional —, o Brasil ainda investe menos do que, por exemplo, quando a gente compara, os países da OCDE na área da saúde.

No Brasil, cerca de 4,5% do PIB é pela saúde pública. A média da OCDE, que tem países com sistemas nacionais públicos de saúde, é de 7,4%. No Brasil, o envolvimento das famílias no PIB da saúde é de 5,1%, ou seja, as famílias gastam mais, desembolsam mais do que é investido no setor público em relação ao PIB. Comparando com a OCDE, a gente tem 7,4% do PIB pelos sistemas nacionais públicos de saúde; e 2,3%, pelas famílias.

Então, apesar desse esforço de recomposição — e o Congresso Nacional tem um papel fundamental nisso —, nós tivemos, de 2022 para 2023, o maior aumento percentual, em números absolutos, do orçamento da saúde na avaliação de um ano para o outro. Foi o maior aumento da história desde a aprovação, no final dos anos 90, da Emenda Constitucional nº 29, que estabeleceu a vinculação ao PIB e à inflação. Apesar de tudo isso, a gente tem ainda muito a avançar, aprimorar, melhorar e investir cada vez mais na saúde em nosso País.

De janeiro a abril de 2025, está previsto no Orçamento da União para o Ministério da Saúde, aprovado por este Congresso Nacional neste ano, 248 bilhões de reais. Desse total, 232,8 bilhões de reais destinam-se às Ações e Serviços Públicos de Saúde. Ressalte-se que parte dos recursos do orçamento do Ministério da Saúde são despesas que não são de Ações e Serviços Públicos de Saúde, segundo a própria regulamentação feita pelo Congresso Nacional por meio da Lei Complementar nº 141, de 2012. Isso envolve outros recursos, que não são para o conjunto do SUS ou, por exemplo, recursos que se destinam a despesas de copagamento, empréstimos internacionais, que, quando acontecem, estão alocados ali não como Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Dentro do Orçamento de Saúde de 2025 para Ações e Serviços Públicos de Saúde, 223,8 bilhões de reais destinam-se à execução das políticas de saúde, e 9





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 5

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

bilhões de reais a despesas de pessoal do próprio Ministério da Saúde, incluindo servidores e a nossa estrutura de agências vinculadas ao Ministério da Saúde — Fundação Nacional de Saúde, Fiocruz, Funasa, Grupo Hospitalar Conceição, que foi criado no final dos anos 70, como complexo hospitalar na Região Sul do País, e a Anvisa, enquanto agência nacional de saúde.

Para essas Ações e Serviços Públicos de Saúde, nós registramos o montante de 232,8 bilhões de reais, ou seja, apenas 0,2% acima do piso constitucional, que é o mínimo obrigatório para os investimentos na área da saúde.

Quanto à execução da despesa por fonte de recursos, observa-se que 96,4% dos recursos são receitas da Seguridade Social, conforme estabelecido pelo Constituinte. A grande maioria dos recursos é repassada diretamente a Estados e Municípios: dos 232 bilhões de reais do Orçamento destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde, 156,5 bilhões de reais são repassados para Estados e Municípios, dos quais 99% são transferidos para o Fundo Nacional de Saúde, diretamente para o Fundo Estadual ou para o Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as políticas.

A gente está apresentando o relatório do primeiro quadrimestre. Essa é a nossa etapa aqui de obrigação, pois já havíamos solicitado a possibilidade de ter esta sessão para fazer esta apresentação, mas ela foi marcada neste momento. Então, até 30 de abril, já haviam sido pagos quase 17 bilhões de reais de restos a pagar. Vocês vão se lembrar de que a gente teve um atraso na aprovação do Orçamento deste ano — foi aprovado tardiamente. A autorização para o Ministério começar a executar as políticas fruto do novo Orçamento aprovado, por exemplo, as emendas parlamentares, veio muito mais tardiamente este ano. Isso impactou, inclusive, a velocidade de pagamento dos restos a pagar, porque, nos primeiros quatro meses, não havia sido aprovado ainda o novo Orçamento. Então, essa execução de restos a pagar é basicamente do Orçamento anterior aprovado ou do um dezoito avos autorizado no começo do ano, antes da aprovação do novo Orçamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 6

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Em relação às emendas parlamentares, estão previstos no Orçamento deste ano 13,1 bilhões de reais em emendas individuais; 7,3 bilhões de reais em emendas de bancada; e 5,9 bilhões de reais em emendas de Comissão.

Aqui está a distribuição nas ações. Quanto às emendas individuais, pelo calendário da LDO, a gente obteve autorização para começar a executá-las, receber as propostas, cadastrar e fazer toda a execução, a partir do final do mês de maio.

Quanto às emendas de bancada, a gente recebeu autorização 4 semanas atrás. No dia 12 de agosto, há quase 1 mês — hoje são 10 de setembro —, a gente obteve autorização para começar a receber as propostas. Vários Estados, inclusive, não chegaram a cadastrar o conjunto das propostas no prazo que estava estabelecido. Agora, todos eles já cadastraram.

Quanto às emendas de Comissão, a gente começou a abrir o sistema esta semana, para começar a receber as propostas e fazer a execução.

Quando se compara o momento a partir do qual o Ministério da Saúde foi autorizado a receber as propostas, vê-se que a gente está batendo recorde de execução, tanto de empenho quanto de pagamento. No ano passado, por exemplo, havia o desfofo eleitoral — em que é preciso empenhar e pagar antes de começar as eleições —, e o orçamento foi aprovado em dezembro de 2023. Então, desde o começo do ano, havia autorização para se começar a receber as propostas e cadastrá-las. Por isso, essa comparação pode passar a ideia de que a execução está mais lenta do que a do ano passado. Mas, quando a gente conta a partir do momento em que o Ministério da Saúde foi autorizado pelo calendário da LDO a começar a execução, vê-se que a gente tem batido o recorde nas emendas individuais, do ponto de vista da execução orçamentária. Quanto às emendas de bancada e de Comissão, foi aberta agora a autorização para a execução.

Nós temos alguns desafios orçamentários. O primeiro é o que eu falei: como o Orçamento foi aprovado tardiamente, não foi aprovado no ano passado, o início de autorização para a execução se deu mais tardiamente. Na prática, a gente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 7

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

perdeu 5 meses, até o mês de maio, para começar a autorização da execução. Então, o desafio é acelerar a execução.

Há novas regras em relação às emendas individuais e de bancada, estabelecidas pelo Congresso Nacional, no ano passado, a partir de toda a interação que houve com o STF, como o registro no sistema Transferegov.br, a abertura de conta específica para cada repasse. Este é um desafio que nós temos, a velocidade da execução. Todo o Ministério está totalmente envolvido nisso, não só a equipe do Ari, mas também a equipe do Fundo Nacional de Saúde e a equipe da Vivian, Chefe da Assessoria Parlamentar aqui, todos nós, para acelerar ainda mais a execução.

Outro desafio que nós temos é o crescimento de algumas despesas, além do que estava previsto e aprovado na lei orçamentária. Um exemplo disso é a judicialização da saúde. Esse é um problema grave, que impacta não só o Orçamento federal, mas também o de Estados e Municípios.

Em 2022, 1,5 bilhão de reais de despesas do Ministério da Saúde foram comprometidos para honrar pontos de judicialização. Isso cresceu para 2,7 bilhões de reais, em 2024. No Orçamento aprovado, há menos em 2025 do que foi executado em 2024: 2,5 bilhões de reais. Então, se se mantiver o mesmo ritmo de judicialização do ano passado, isso vai nos obrigar a fazer o remanejamento de outras ações para cobrir essa demanda judicial.

Até o dia de hoje, 10 de setembro, com as ações que o Ministério da Saúde tem feito — estabelecimento de uma relação mais próxima com o Conselho Nacional de Justiça; reorganização do Departamento de Judicialização do Ministério da Saúde, a partir de uma decisão importante, do final do ano passado, no Acordo nº 1.234, do STF, para tentar regularizar o tema da judicialização —, 1,9 bilhão de reais já foram executados com base na judicialização. Há ainda o final de setembro e os meses de outubro, novembro e dezembro. Estamos trazendo um dado que não é do primeiro quadrimestre, um dado de hoje, para os senhores terem noção de que, em razão desse desafio, é possível que tenhamos que fazer, até o final do ano,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 8

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

algum tipo de remanejamento de recursos de outras áreas, para cobrir esse déficit da judicialização.

Para os senhores terem ideia, há uma medicação cuja dose, hoje, custa 17 milhões de reais — 17 milhões de reais, Deputado Gaguim! E até hoje ela tem algumas evidências científicas mais fortes para um tipo de doença rara, para várias outras doenças raras não há. No entanto, há demanda judicial o tempo todo em relação a essas outras também. E essas demandas judiciais continuam obrigando a União, os Estados e os Municípios a executarem isso.

O Acordo nº 1.234, que o STF coordenou, no final do ano passado, estabelecia regras claras sobre medicações que não tivessem a incorporação tecnológica ao SUS aprovada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde — Conitec, comissão que este Congresso criou em 2011, quando eu fui Ministro da Saúde pela primeira vez, para que houvesse uma instância com participação da sociedade, de especialistas e do Ministério, a fim de definir o que é e o que não é incorporado no Sistema Único de Saúde. Mesmo com essa decisão do STF, continua havendo decisões judiciais para obrigar o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde a comprarem produtos e medicamentos que nem sequer estão incorporados ao Sistema Único de Saúde.

Esse é um grande desafio. O STF e o Conselho Nacional de Justiça são parceiros importantes nisso. Esse problema não é só do Brasil hoje. O Brasil preside o Mercosul atualmente. Esse problema está acontecendo na Argentina, no Uruguai, na Colômbia. O ponto central do Ministério da Saúde da Argentina, que estava presidindo o Mercosul no primeiro semestre, no debate feito no Mercosul, era como enfrentar esse tema da judicialização. Ele estava preocupado com isso. Essa é uma demanda importante dos sistemas nacionais públicos europeus também. E esse é um desafio diário nosso, não é Ari?

Recentemente, a agência europeia, o FDA e a própria Anvisa, cerca de 3 semanas atrás, suspendeu a comercialização dessa medicação porque ela apresentou alguns eventos adversos relacionados à sua utilização na Europa. A





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 9

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

partir dali, a agência europeia e o FDA suspenderam a utilização da medicação para alguns tipos de doenças, porque ela, inclusive, levou um paciente a óbito. Estão investigando a relação da medicação com o óbito, por isso suspenderam a comercialização. A Anvisa suspendeu também, e isso nos ajudou a criar um ambiente de maior segurança para os pacientes, sem impacto de desorganização no orçamento do Ministério da Saúde, o que impacta a vida de outros, na prática.

Outro desafio que nós temos é algo muito positivo, a partir da decisão do começo deste ano de colocar de forma gratuita todos os medicamentos e fraldas geriátricas no Farmácia Popular. Isso tem um impacto muito positivo para a população. Já tivemos, de janeiro a abril, 17 milhões de beneficiados e mais de 31 mil unidades credenciadas. Agora, isso tem impacto no orçamento do programa. O orçamento em 2022 foi de 2,7 bilhões de reais; em 2024, de 3,7 bilhões de reais; e a projeção que temos hoje de aumento, sobretudo no uso das fraldas geriátricas... O uso de fraldas geriátricas, para que os senhores tenham uma ideia, saiu de 3 milhões de unidades por mês, antes da gratuidade, para 60 milhões de unidades no mês de agosto, conforme estamos acompanhando. Isso eleva o impacto a pouco mais de 6 bilhões de reais no orçamento. E não havia essa previsão no orçamento deste ano. Então, essa é a segunda demanda que vamos ter que resolver de alguma forma. Estamos fazendo um estudo de remanejamento. O previsto para este ano era de 3,5 bilhões reais, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

Corrijo: estavam previstos 2,7 bilhões de reais. Foram 3,7 bilhões de reais, em 2024, acima do que estava previsto. Para este ano, estavam previstos 2,7 bilhões de reais, e já chegamos a 6 bilhões de reais. Isso vai nos obrigar a fazer algum tipo de remanejamento para cobrir essa questão do Farmácia Popular.

Há outras medidas que estamos tomando. Para que os senhores tenham uma ideia, quando fui Ministro da Saúde pela primeira vez, todo ano fazíamos cadastramento das farmácias, em parceria com a Caixa Econômica Federal. Esse cadastramento ficou 6 anos sem ser feito. Pararam com o cadastramento das





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 10

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

farmácias. Então, retomamos o recadastramento das farmácias agora, junto com a Caixa Econômica Federal, e demos um prazo para exame da documentação. A documentação está em análise.

E, a partir da inteligência artificial que está sendo utilizada pelo Ministério da Saúde, no Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, estamos identificando situações que fogem da curva normal em alguns Municípios e suspendendo o credenciamento das farmácias, para tomarmos medidas de gestão, a fim de contermos esse crescimento, naquilo que é aumento de acesso. É possível também que esse esforço de recadastramento consiga controlar um pouco esse grande crescimento.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Ministro, esse recadastramento é para farmácias hoje existentes, correto? Não é abertura de novas vagas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Nós ainda não abrimos novas vagas. Nós estamos fazendo o recadastramento. Faz uns 3 ou 4 anos que não se abre a possibilidade de novos cadastramentos. Estamos concluindo o recadastramento agora, Deputado Mauro. Nossa ideia é primeiro concluir isso, e a Caixa está devolvendo as últimas documentações. Eu defendo que pensemos de forma estratégica a abertura de novas vagas.

Por exemplo, em 2023, na retomada do Governo do Presidente Lula, foram abertas novas vagas, para tentar atender Municípios onde não havia farmácia. Então, abriu-se a possibilidade de cadastramento em alguns Municípios onde não havia nenhuma farmácia popular cadastrada. Só que há Municípios onde já há farmácia popular cadastrada, mas não há farmácia onde o povo mais precisa. Em Nilópolis, é possível que haja na região central; em Duque de Caxias, da mesma forma, pode ser que haja na região central, a região mais comercial. Na minha cidade, São Paulo, há em vários polos comerciais, mas não há no extremo da periferia. Então, estamos aguardando a finalização do recadastramento para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 11

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

analisar a situação. Estamos pensando, sim, em abrir para novos cadastramentos, mas em regiões extremamente vulneráveis, para que se possa ter um estímulo.

Vocês se lembram de que são farmácias privadas que se credenciam ao programa e passam a receber um subsídio, um recurso direto do Ministério da Saúde para os medicamentos que são retirados pela população.

Aqui vou rapidamente lembrá-los do programa Agora Tem Especialistas, porque é um programa novo e não estava na estrutura orçamentária que foi aprovada este ano. Trago aqui alguns itens que são de interesse dos Parlamentares, porque são oportunidades de investimentos.

Não vou passar detalhes do programa. Eu já o apresentei tanto na Câmara quanto no Senado. Aliás, quero agradecer ao Congresso Nacional, porque hoje houve reunião da Comissão Mista que analisou a medida provisória do programa. Abriu à 1 hora da tarde, e já foi aprovado o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar. A nossa expectativa é de que venha para o plenário nesta semana ou na próxima.

Eu quero passar rapidamente as oportunidades para os Parlamentares, no Orçamento deste ano ainda e no Orçamento que está sendo construído para o próximo ano, para interagirem com esse programa. O esforço dele é cumprir aquele objetivo que cada Parlamentar ouve da população.

Acho que uma das coisas que as pessoas mais reclamam para os Parlamentares, e a gente pega isso nas pesquisas de opinião, é a preocupação em relação ao tempo de espera para atendimento médico especializado. Esse era um problema grave no Brasil e piorou com a pandemia. Como a pandemia durou mais do que precisava, muitos procedimentos especializados foram cancelados. Todo mundo aqui sabe do que estou falando, porque, ou aconteceu consigo próprio ou com algum familiar, que teve cancelado um exame, ou uma cirurgia eletiva, ou o acompanhamento de um câncer, ou o acompanhamento de uma doença cardíaca, durante a pandemia. Tudo isso ficou represado, o que pressiona o Sistema Único de Saúde. Então, há um grande esforço de redução de tempo de espera.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 12

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Aqui mostro a possibilidade de utilização das emendas parlamentares para algumas ações novas desse programa. Uma parte da ação do programa é aquilo com que as emendas já podem colaborar, o repasse a Estados e Municípios, para eles contratarem cirurgias e exames, com base numa tabela diferente, maior do que a tradicional tabela SUS. Eu me refiro à tabela do programa Agora Tem Especialistas. As emendas já podem dialogar com isso, porque, quando os Parlamentares colocaram emendas para o Orçamento deste ano, colocaram-nas para rubricas de alta e média complexidade, e elas podem ser direcionadas para isso. Com isso os Parlamentares já podem dialogar.

Há coisas novas no programa. A medida provisória autorizou o Governo Federal a oferecer exames especializados, cirurgias especializadas, consultas especializadas no território, nos Estados e Municípios, em pactuação, em concordância com eles. Às vezes, o Estado ou o Município tenta contratar isso e não consegue. Ou não consegue ter um cirurgião fixo, ou mesmo faz a abertura de um edital para contratar, mas, como é um Município pequeno, numa região afastada, não consegue um valor adequado.

Eu nunca me esqueço de que um dia eu recebi um Governador, que disse: *"Padilha, no meu Estado inteiro, só há sete cirurgias torácicas. Faça o que fizer, tudo o que vou contratar é com um valor muito mais alto. Eu queria que o Governo Federal contratasse isso, porque tem escala maior. Assim vai me ajudar a enfrentar esse problema"*.

Então, a medida provisória do programa Agora Tem Especialistas autorizou o Governo Federal a fazer isso. Criamos novas modalidades de execução orçamentária que não estavam no orçamento aprovado em 2025. Por isso, os Parlamentares não têm como colocar suas emendas para essas novas modalidades. Nós discutimos isso, e já foi apresentado o PLN que permitirá essa apresentação.

Quais são as modalidades? Elas permitem tanto emendas de bancada quanto emendas de Comissão. Este ano elas podem ser remanejadas para as estruturas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 13

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

que contratam diretamente pelo Governo Federal, a AgSUS, aquela agência que o Congresso Nacional criou para organizar o Mais Médicos, depois para tocar o Saúde Indígena. A medida provisória a autoriza a contratar carretas e, mutirões de cirurgias para os territórios. No caso da Região Sul do País, pode-se remanejar para o Grupo Hospitalar Conceição, que também tem capacidade de organizar mutirões de cirurgias e exames.

Isso permite que possam ser utilizados, neste ano ainda, tanto recursos das emendas de bancada quanto recursos das emendas de Comissão para contratação das carretas e dos mutirões especializados.

Além disso, o Ministério da Saúde está fazendo uma ata de registro de preço, conforme vou mostrar aqui, para o chamado Transporte Sanitário, uma novidade criada pelo programa. Por isso não estava previsto no Orçamento de 2025 aprovado pelo Congresso. Esse é um meio de transporte para apoiar as famílias e os pacientes em situações em que a pessoa tem que sair da sua cidade para fazer uma hemodiálise, um tratamento de câncer, um exame especializado em outro Município. Essa é uma demanda muito grande que os Parlamentares nos trazem, dizendo: *"Eu preciso de ambulância para isso, preciso de transporte"*.

O Ministério não comprava mais ambulâncias — só comprava ambulância para o Samu —, mas agora organizamos, dentro do Agora Tem Especialistas, a compra desse Transporte Sanitário. Isso também pode ser objeto de repasse de emendas parlamentares e pode ser feito de duas formas: ou o Parlamentar já aponta na sua emenda a compra pela ata de registro de preços que o Ministério adquiriu, como é feito no Caminho da Escola, por exemplo; ou ele pode passar o recurso para o Município ou para o Estado, e eles podem aderir à ata e fazer a compra.

Este eslaide é para todo mundo ter noção dos valores. Foi aberto um credenciamento universal pela AgSUS. Então, não há uma disputa licitatória. Qualquer empresa que tiver o padrão técnico para apresentar estrutura para essa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 14

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

carreta por esse valor pode ser contratada pela AgSUS para desenvolver esse atendimento.

Aqui há principalmente dois padrões — há um terceiro, de tomografia, que não está aqui. Há um padrão de carreta oftalmológica, que faz cirurgias e exames oftalmológicos, para o que há uma demanda enorme — essa é a principal demanda de filas de cirurgia. Colocar essa carreta durante 1 mês em um Município, para atender a região como um todo, custa 1,9 milhão de reais, em todo o território nacional. Na Amazônia Legal, o valor é maior, de 2,4 milhões de reais.

Então, o Parlamentar que já iria destinar, por exemplo, 1,9 milhão de reais para determinado Município pode fazer a opção de destinar isso para a carreta, o que até tem um protagonismo maior, aparecendo mais a ação feita pelo Parlamentar. Como ele faz isso? A gente está criando um PLN que abre espaço para ele remanejar isso para uma rubrica da AgSUS ou do GHC, se for na Região Sul do País.

Para carreta da Saúde da Mulher, o parâmetro é de 723 mil reais para a Amazônia Legal e de 660 mil reais para as demais Unidades da Federação. Esses são os valores de 1 mês. Se o Parlamentar quiser a carreta por mais de 1 mês naquela região ou se quiser fazê-la circular por outras regiões, ele tem essas opções.

Quero lembrar todo mundo que nem o Ministério da Saúde nem o Parlamentar vão criar uma fila própria. O recurso é do SUS, que está oferecendo um atendimento que vai atender a fila que está organizada pelo próprio SUS no âmbito local, ou no Município, ou no Estado — dependendo da região, a fila é do Município ou é da Secretaria Estadual. Vai-se colocar o equipamento lá, apoiado pela comissão local de gestores, e vão ser chamados os pacientes que estão organizados na fila para atendimento.

Dependendo do atendimento, faz-se uma chamada geral. Para oftalmologia, acaba-se fazendo uma chamada geral, não só de quem está na fila, porque vem muito mais gente que precisa. Essa é uma demanda importante e por isso faz-se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 15

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

uma convocação grande em relação a isso. No caso da Saúde da Mulher ocorre a mesma coisa.

Então, quem quiser realizar mutirão de cirurgias, nessa ação orçamentária, deve destinar as emendas, no caso da Região Sul, para o GHC; no caso dos outros Estados, para a AgSUS. Passamos isso para todas as assessorias e esclarecemos tudo com um material específico. Está todo mundo devidamente orientado em relação a isso.

O Parlamentar indica o valor do orçamento e para qual Município tem interesse em levar a carreta ou o mutirão de cirurgias. O Ministério da Saúde repassa isso ao Município e pega a aprovação da comissão regional de execução. Isso não entra no teto do Município.

Às vezes, o Parlamentar tem um problema ao levar uma ação para uma cidade, pois já extrapolou o teto e não consegue realizar isso. Pela AgSUS ele consegue fazer diretamente. Aqui não precisa esperar a aprovação da SIB para a execução financeira, porque a carreta vai lá diretamente pela aprovação da comissão regional. Ou o Ministério, ou a AgSUS, ou o GHC faz o contato com os gestores municipais, e a execução do serviço da carreta é realizada a partir do plano de trabalho que estava colocado.

Há outra ata de registro de preços que o Ministério da Saúde está executando. A expectativa é de que, até novembro ou dezembro, esteja concluída. É igual ao Caminho da Escola, que vários Parlamentares já utilizam, no caso do Ministério da Educação. Esse é um programa novo que a gente chama de Transporte Sanitário. Estamos fazendo uma ata com mais de 6 mil veículos, então há um volume grande para possibilitar a adesão.

Com ele ocorre a mesma coisa: ou o Parlamentar já destina o recurso ao Ministério da Saúde e adere à ata diretamente, e esse equipamento é entregue ao Município, ou, se quiser, repassa o recurso para o fundo estadual ou municipal de saúde, e o Município ou o Estado faz a adesão à ata. É lógico que o controle é maior quando feito diretamente no Ministério. É mais rápido e o controle é maior em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 16

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

relação a isso. Esses são os valores da *van*, da ambulância e do micro-ônibus, que são as novidades que não existiam antes em relação a isso.

Aqui explico as duas formas: repassar diretamente ao Ministério ou repassar ao Estado ou ao Município, e ele faz a adesão à ata.

Vários Parlamentares perguntam sobre a AgSUS, que tem tido um papel importante. Ela foi criada ainda no Governo anterior, na época, para tocar o Programa Médicos pelo Brasil. Com o início do Governo do Presidente Lula, esse programa foi reformulado para a retomada do Mais Médicos. Uma medida provisória recompôs a AgSUS, que inclusive ganhou novo nome, nova composição do conselho e maior participação de pessoas, ampliando a possibilidade de a agência atuar no território indígena. Hoje, ela realiza um grande trabalho, mobilizando toda a força de trabalho em terras indígenas, contratando diretamente pela AgSUS, acabando com aquela situação de ONGs e organizações sociais, o que demandava muita complexidade para a execução.

A medida provisória do Agora Tem Especialistas autoriza a AgSUS a também contratar esses serviços especializados para apoiar Estados e Municípios onde eles mais precisam.

Nós estamos propondo um ajuste na LOA de 2025. O PLN já foi apresentado. Quando o Orçamento deste ano foi aprovado, a LDO não contemplava o Agora Tem Especialistas. Não havia previsão de a AgSUS executar ações de atenção especializada, nem existia a rubrica específica para isso. Por isso, estamos propondo esse ajuste na LOA de 2025, por meio de um PLN, com a abertura dessa rubrica, para permitir que os Parlamentares possam remanejar emendas de bancada e emendas de Comissão este ano ainda. Já para o Orçamento do ano que vem e para a LDO do ano que vem, essa previsão viria desde o começo, o que vai ajudar os Parlamentares a destinarem emendas individuais também.

Este ano a gente não vai conseguir remanejar emenda individual por conta do tempo, porque também é preciso criar a chamada emenda filhote, o que não dá para fazer na emenda individual; dá para fazer nas de bancada e nas de Comissão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 17

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Então, para o Orçamento do ano que vem, desde o começo, se o Parlamentar quiser botar suas emendas para fazer a carreta ou o mutirão, direto na AgSUS, ou, para quem é na Região Sul do País, direto no Grupo Hospitalar Conceição, vai poder passar isso diretamente, com toda a transparência, porque esse sistema segue as mesmas regras de transparência do resto da execução orçamentária.

Acho que é isso. Não sei se há alguma coisa a adicionar, Ari. Por enquanto não, não é?

Então é isso. Muito obrigado, Presidente Gaguim.

Quero agradecer a abertura feita aqui pelo Presidente Efraim. Fico à disposição dos nossos colegas Parlamentares, se tiverem alguma dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Henrique Gaguim. Bloco/UNIÃO - TO) - Nós é que agradecemos a presença ao Ministro e ao secretário também. Muito obrigado.

Vamos começar a chamar os debatedores inscritos.

O primeiro inscrito é o Deputado Bohn Gass, que está com a palavra.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Obrigado.

Quero parabenizar o Deputado Gaguim pela coordenação dos trabalhos e também o Senador Efraim, nosso Presidente. Saúdo os colegas Deputados e Senadores.

Ministro Alexandre Padilha, antes de nós iniciarmos esta reunião, eu estava na Comissão Mista da medida provisória do Agora Tem Especialistas, na qual o querido Senador Otto Alencar é Relator e onde aprovamos, por unanimidade, a Medida Provisória nº 1.301, de 2025. Eu quero parabenizar, V.Exa., Ministro Padilha, que esteve conosco na audiência pública em que debatemos a medida. Nós ampliamos o programa para além das seis especialidades elencadas, a partir do debate feito na Comissão, e programa já está permitindo que, onde houve a adesão, especialmente no GHC, no Rio Grande do Sul, haja essa assistência. Os dados foram apresentados pelo Dr. Barrichello, que é o Diretor-Presidente do GHC,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 18

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

e constatamos a redução do tempo para exames, consultas e procedimentos. Então, a medida provisória está em vigor e já está dando resultados concretos.

Essa foi uma decisão do Presidente Lula, sob a coordenação do Ministro Padilha, para fazermos o que a população quer. Dependendo da doença que a pessoa tem, se ela tem a marcação de consulta, ou de exame, ou de procedimento muito alongada, não se sabe em que grau a doença já estar, e a pessoa pode até não ter mais a possibilidade de cura.

Esse é um processo muito importante. Eu quero realmente registrar que participei da aprovação dessa medida provisória, que foi aprovada na Comissão e agora precisa ser aprovada pelos Plenários das duas Casas. Na Comissão Mista foi aprovada por unanimidade. Esse era o primeiro registro que eu queria fazer.

O segundo registro, Presidente, para ficar no meu tempo, é o anúncio de um acompanhamento que fiz há poucos dias, em Santana do Livramento e Rivera, junto com o Ministro Padilha, representando o Brasil, e a Ministra da Saúde do Uruguai, Cristina Lustemberg. Eu represento este Congresso Nacional, junto com outros Senadores e Deputados, no Parlasul e integro a Comissão Mista de Fronteira. O Presidente Lula é o Presidente Pro Tempore do Mercosul neste momento. E nós aprovamos aqui no Congresso o que os Governos haviam aprovado no Mercosul: o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.

Existem inúmeros protocolos de integração de serviço de saúde na fronteira assinados, mas eles não acontecem. Houve um episódio, colegas Deputados e Senadores, em que o Samu, do lado brasileiro, estava vendo um acidente no lado uruguaio e não pôde ir lá socorrer porque o acordo não permite esse deslocamento. Então, carregaram a maca e trouxeram a pessoa na maca até o Samu. É inaceitável isso! Nós temos que integrar fronteiras.

E o Ministro esteve lá com uma ação concreta de vacinação — naquele dia, foi uma simbologia —, assinando o acordo de reconstituição da Comissão Binacional de Saúde na Fronteira entre Brasil e Uruguai.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 19

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Então, eu quero, como integrante dessa comissão fronteira do Parlasul, dizer da ação concreta e da determinação política de unir fronteiras. As fronteiras não podem nos dividir no serviço de atendimento. Esse é o segundo registro.

E o terceiro registro que eu queria fazer é sobre essa prestação de contas que o Ministro está fazendo hoje, toda essa ampliação.

Eu vi, há poucos dias, o Brasil Sorridente, do qual V.Exa. nem falou. Quantos equipamentos foram colocados para o País? Falo também do programa do Samu, Ministro, que voltou a funcionar. Quantos equipamentos foram entregues para salvar vidas por meio do Samu!

E o que é fundamental: nada se faz sem dinheiro. Olhando, de fato, o recurso, a elevação dos recursos para 2026, observamos que houve um avanço de 67,9 bilhões de reais. São 38% a mais se compararmos com o valor de 2022. Houve essa elevação sensível de recursos, desde o histórico que V.Exa. apresentou aqui da PEC da Transição, que foi fundamental. A votação de recursos que nós fizemos aqui foi fundamental. E nós não teremos como salvar o SUS neste País se não tivermos recursos efetivamente alocados.

Então, eu quero realmente colocar a importância desta prestação de contas aqui.

E a gente precisa continuar aprovando medidas que façam com que quem tem mais recursos neste País faça suas contribuições. Eu concluo, Presidente, falando da votação, que nós queremos fazer agora, da isenção do Imposto de Renda para as pessoas que ganham até 5 mil reais. Mas quem tem altos salários precisa fazer sua contribuição. É assim que a gente vai poder ter equilíbrio.

E, na saúde, vale a mesma coisa, com o SUS público, gratuito e de qualidade chegando a todos os lugares.

Parabéns, Ministro Padilha! Nosso Governo Lula se sente orgulhoso desse seu trabalho. E nós, aqui, queremos defender essa expansão de programas que já aconteceram, foram interrompidos e retornam e de outros que se criam, como o Agora tem Especialistas, que é tão determinante.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 20

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Henrique Gaguim. Bloco/UNIÃO - TO) -
Parabéns, Deputado Bohn Gass!

Eu queria registrar aqui a presença da sempre Deputada Josi Nunes, Prefeita de Gurupi. A mãe dela, a Dolores Nunes, foi a primeira Deputada do Tocantins. É uma grande honra tê-la aqui.

E queria sugerir aos Parlamentares, já que temos só mais quatro inscritos, que todos fizessem os questionamentos, e depois o Ministro responderia a todos, até pelo tempo, pela situação, para darmos agilidade. Para mim, ele é o melhor Ministro deste País.

Além disso, se eu pudesse sugerir, eu acho que 50% das emendas nossas é pouco. Acho que deveria ser mais, porque saúde é prioridade. Então, dentro aqui da Comissão, eu vou até falar com os pares, para a gente ver se consegue mais recursos do Orçamento para a saúde, até das emendas nossas.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Agora passo a palavra para o Deputado Wilson Santiago, ex-Senador.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Ministro Padilha, boa tarde.

De fato é uma grande alegria para todos nós da Comissão, Ministro, ter V.Exa. aqui nesta Casa como Ministro, já que é companheiro da Casa e tem feito, durante todos os anos que por aqui passou, um grande trabalho. E o faz na saúde muito mais ainda, através do Ministério da Saúde, como Ministro já pela segunda vez.

O que eu quero, neste momento, é parabenizar V.Exa. Todos nós testemunhamos, ao longo desses anos, que o trabalho de V.Exa. no Ministério da Saúde de fato deu velocidade às ações do próprio Governo. Então, V.Exa. tem dado uma contribuição muito grande para o Presidente da República quando se dedica de corpo e alma a concretizar muito daquilo que o Brasil precisa, que são ações diretamente voltadas ao atendimento da população, o que é muito positivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 21

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Todos nós reconhecemos, sabemos e testemunhamos, a toda hora e a todo instante, a importância de um Ministro competente, preparado e, além de tudo, dedicado às ações e à execução do próprio Orçamento e às tarefas do próprio Ministério.

V.Exa. dá um exemplo muito grande no Ministério da Saúde, já pela segunda vez. E eu tenho certeza de que qualquer Presidente da República se sente feliz com o trabalho de V.Exa. E V.Exa. conta com todos nós aqui, não só na Comissão de Orçamento, mas também no Congresso Nacional, na Assembleia e até na Câmara dos Deputados.

Parabenizo V.Exa., torcendo para que V.Exa. concretize aquilo que sempre sonhou, que é fazer o melhor em favor do povo brasileiro, independentemente de classe social, de cor, de tamanho. Então, parabéns a V.Exa.!

O Presidente da República está de parabéns pelo trabalho que V.Exa. tem feito no Brasil inteiro na área de saúde, de fato deu velocidade ao Ministério. O Ministério estava emperrado, sim, todos nós testemunhamos isso. Nós participamos de muitos debates onde as críticas praticamente eram voltadas para o Ministério da Saúde, não por incompetência, não era isso, mas, às vezes, por falta de habilidade ou de conhecimento, e muito mais por falta de habilidade para conseguir concretizar e fazer o melhor em favor do Brasil. Então, parabéns a V.Exa.!

É por essa razão que o seu relatório é mais do que aplaudido por todos nós. E eu tenho certeza de que V.Exa., por onde passa neste País, mostra o que faz. Há uma diferença no Ministério da Saúde antes de V.Exa. e após a data e o dia que V.Exa. assumiu o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Henrique Gaguim. Bloco/UNIÃO - TO) - Agradeço ao Deputado pelas palavras.

Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Obrigado, Presidente Gaguim.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 22

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Sr. Ministro Alexandre Padilha, eu acho que nesta Casa V.Exa. tem um espectro de admiradores e de incentivadores para que a sua gestão realmente marque o Ministério da Saúde. Até porque, depois da PEC da Transição, quando, como já foi externado aqui, foram mais 22 bilhões para reforçar o Orçamento e, depois, no final de 2023, vigorando a partir de 2024, com a aprovação do arcabouço fiscal, sai-se da PEC 95, onde os gastos de saúde eram atualizados pela inflação somente, e passa a ser atualizado com o crescimento da receita corrente líquida, e não há o limite dos 2,5% que estão sendo impostos lá no arcabouço.

Inclusive, na sua apresentação, Ministro, há: *"Extinção da Emenda nº 95, piso da saúde voltou a crescer com a inflação"*. Voltou? Eu acho que é só a redação aqui que está inadequada. Deixou de crescer pela inflação porque passou a crescer pela receita; não é que voltou a crescer pela inflação. Isso é só semântica. Mas eu me preocupo, porque, com o arcabouço, você cresceu 22 milhões em 2023, e foi para 43 milhões em 2024. Acabou ficando 43 milhões, e não 40 milhões, mas, de qualquer maneira, é um crescimento significativo.

Dito isso, muito mais pela visão — e o Ministro gosta muito de trabalhar na área fiscal, e tudo o mais —, tenho três perguntas.

Primeira, com todo esse aumento, o gasto do Governo com saúde, quando comparado à média do OCDE, está bem abaixo, quase a metade desse percentual. Mesmo com o aumento, ainda é muito pouco o que a gente está gastando com saúde. Já farei a minha pergunta. Onde a gente anda, a gente que não é muito da área, ouve o pessoal dizer assim: *"Na Tabela SUS, eu faço um parto, sei lá, por 115 reais"*. O que há de concreto sobre o processo de uma possível atualização da Tabela SUS? Isso porque quem não é da área escuta muito dizerem que esses valores estão defasados, o que desestimula, portanto, a própria atividade médica. Inclusive, Ministro, os programas que surgem muitas vezes no Ministério dizem: *"Vamos fazer melhor e tal; vamos pagar pela Tabela SUS"*. Mas não há uma adesão. E acho que é por isso que o Ministro, no programa agora, está tentando pagar um valor acima da Tabela SUS, porque, senão, as coisas não andam, as





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 23

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

coisas não andam se o valor for aquele que está estabelecido na Tabela SUS. É uma preocupação que eu tenho neste exato momento.

Segunda, e há uma crítica muito grande, com a qual eu não concordo: pelo arcabouço, saúde e educação vão crescer pela receita corrente líquida, independentemente dos 2,5%, e as outras despesas discricionárias vão ser, portanto, diminuídas, porque a saúde e a educação estão crescendo mais. Como a gente vê — e é bom deixar isso transparente — que o gasto com saúde no Brasil é muito menor do que em boa parte do mundo, a gente precisa ter um contraponto, porque isso está ganhando corpo na sociedade, nos editoriais dos jornais brasileiros. E eu queria ponderar ao Ministro que a gente precisa fazer um contraponto, para que isso não venha... A gente escuta sistematicamente: *"Isso é um absurdo!"* Então, para o arcabouço fiscal vigorar, tem que haver essa preocupação, e nós temos que ter esses números um pouco mais divulgados, para que a gente possa fortalecer a política de V.Exa.

Aliás, há três programas aqui sensacionais. Essa da carreta, então, eu acho que vai ter uma adesão muito grande. E eu vou realmente trabalhar para que a gente possa aumentar de 50% para 65% a obrigatoriedade dos gastos parlamentares, das emendas parlamentares no setor de saúde, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde ainda há uma carência muito grande dessa intervenção, apesar da crítica de que isso é muito centralizado, e as emendas tentam fazer essa descentralização. Mas eu acho que o Parlamentar ainda consegue visualizar melhor os lugares em que ainda falta uma intervenção muito precisa em relação a isso.

E o último ponto, Ministro, fique bem à vontade com o que eu vou falar. Há 3 anos, nós estamos com os 10 milhões. Eu sou o autor da Emenda Constitucional nº 127, de 2022, que trata do piso da enfermagem, e o Ministro me ajudou muito nesse processo. Gostaria de saber se há alguma previsão de atualização desse valor, até porque há demandas maiores de carga horária, de 36 horas para 30 horas. O que o Ministro pensa sobre isso?

Era só isso, Sr. Presidente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 24

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Parabéns, Ministro, pela atuação!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito obrigado, meu caro Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLÁ (Bloco/PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Primeiro quero parabenizar o nosso Ministro Padilha pelo brilhante desempenho.

A gente perdeu a sua companhia no dia a dia aqui, na Comissão de Saúde, nas nossas atividades legislativas, mas ganhamos com a sua atuação no Ministério, bem como de toda a sua equipe.

Para quem não conhece, o nosso companheiro Ari, o Arionaldo, é o craque de planejamento e orçamento do Ministério. É ele que entende tudo do assunto. Há muito tempo, ele é um esteio para a saúde e para o SUS.

Parabenizo também, até porque viemos agora da Comissão Mista, e aqui há especialistas, o nosso Senador Otto Alencar. Destaco o apoio do Senador, que agilizou as condições de aprovação, apresentou o relatório.

E hoje aqui sua apresentação é uma coisa interessante. Nós estamos no início de setembro, o que já cria uma oportunidade para, na CMO, fazermos um balanço, identificarmos o que nós vamos sinalizar de necessidade de mudança orçamentária, de ajustes para este ano ainda.

Mas vou aproveitar também, Ministro, para trazer algumas demandas. Esta semana nós tivemos a comemoração da regulamentação da pensão das vítimas da Zika. A gente acompanhou isso de perto. O senhor também acompanhou quando era Parlamentar aqui. Temos uma situação semelhante, que recebeu um veto, que é a questão relacionada à população com albinismo, em que a lei teve um veto nesse artigo. E o veto não foi por causa do protetor solar, foi por causa dos outros pontos que havia no artigo.

A sugestão que eu daria, que acho mais prática, mais efetiva e mais rápida, é que, em vez fazermos uma nova lei ou algo do gênero, tivéssemos uma portaria do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 25

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Ministério incorporando para essa população a distribuição do protetor solar e que isso fosse incorporado no Farmácia Popular. A quantidade de pessoas não é grande, o cadastramento dessas pessoas para pegar protetor solar na Farmácia Popular não seria difícil, e teríamos o benefício de ter essa população cadastrada, podendo, com isso, gerar outras políticas e outros benefícios.

Outro ponto que destaco é que nós estivemos — e parabeno a parceria com a sociedade de especialistas — com o senhor e com a Sociedades Brasileiras de Neurocirurgia, Terapia Nutricional e Otorrinolaringologia. Esta última me pediu para lembrá-lo da câmara técnica de implante coclear, que é um mecanismo importante de acesso. E a turma da terapia nutricional pediu para lembrar a portaria atualizando as políticas na área, aproveitando a oportunidade.

Ministro, gostaria de comemorar, porque, neste exato momento, nós estamos inaugurando a última central regional do Samu na Bahia, agora, na Chapada Diamantina. Com isso, fechamos a última região que faltava ter uma central do Samu, lá em Seabra. Parabéns por esse alcance e essa ampliação!

Para concluir, vou fazer um comentário acerca da questão das emendas parlamentares, porque eu acho que nós estamos longe ainda de buscar uma solução ideal. É claro que a participação das emendas compõe o Orçamento, só que ela não é a mais, não é um extra, na verdade é só uma reorganização do orçamento do Ministério que diminui o recurso que o Ministério tem para alocar de forma mais livre, o recurso discricionário, ao transferi-lo para as emendas parlamentares.

Eu gostaria muito que o recurso da emenda parlamentar fosse um valor extra, fosse um *plus* no orçamento do Ministério, mas não é. Na verdade, cria uma dificuldade, porque a capacidade que o Ministério tem de construir as políticas públicas, de executar essas políticas e ampliá-las vai se achatando.

Uma solução é esta que o senhor soube fazer aqui muito bem, a de "vender", digamos assim, entre aspas, alguns projetos, para que sejam captados com





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 26

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

emenda. Em relação à questão do transporte sanitário, temos uma margem boa para fazer isso. Temos uma facilidade maior de fazê-lo.

Contudo, eu trago, para concluir, um entrave que acho mais difícil resolver: a questão do custeio. A gente não resolve o custeio com emenda parlamentar. O que nós estamos criando é uma desigualdade imensa, um foço gigantesco. Nós tínhamos antes — e V.Exa. acompanhou isso na sua gestão anterior como Ministro — parâmetros populacionais, capacidade instalada, série histórica, APIs regionalizados, que estabeleciam os valores de custeio e os tetos. Essa série se perdeu. Hoje as emendas parlamentares fizeram com que perdêssemos os parâmetros efetivos.

Contudo, repito, custeio é recurso que tem que estar todo mês no Fundo Municipal, tem que estar todo mês no Fundo Estadual. Para ilustrar, lembro que outro dia eu ouvi o caso de uma Prefeita que se queixava que tinham cortado o orçamento do SUS e a transferência do Ministério da Saúde. Quando ela foi ver, na verdade, é que no ano anterior ela tinha recebido emenda de um Parlamentar, que destinou recursos no ano anterior, mas, por algum motivo, não tinha alocado no outro ano. E ela diz isto com razão, não resolve o problema, mas diz com razão: *"Eu abri serviço, contratei profissional, e agora o que é que eu faço?"*

Portanto, essa questão do custeio é algo que fica em aberto, que a gente precisa amadurecer mais. Precisamos ver como podemos retomar parâmetros mais equitativos, mais regulares para viabilizá-lo. Para investimento, para equipamentos, para transporte sanitário, para reforma é muito interessante, até porque, pelas diversas bancadas, vamos identificando as prioridades. Agora, o que me incomoda é a questão do custeio.

Como eu já fui Secretário Municipal e Estadual, sei o quanto isso é um dilema. Participei, recentemente, de um Congresso de Secretários Municipais da Bahia e vi quanto isso é um dilema. Vamos ver como a gente pode tentar amadurecer alguma alternativa.

Obrigado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 27

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Encerradas as nossas participações por inscrição, vou trazer aqui, Ministro, apenas a participação de um internauta, que, acompanhando a nossa sessão, trouxe a seguinte pergunta: *"Quando a vacina da Herpes Zoster estará incorporada ao SUS e disponível para o público? Caso isso se confirme, com que idade poderemos tomar a vacina?"*

Em tese, a vacina seria recomendada a quem tem mais de 50 anos. Não sei se o senhor tem a resposta para esse tema, mas, se tiver, também já pode esclarecer à nossa audiência.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Muito obrigado, Presidente. Vou começar pelo fim, respondendo a essa pergunta da nossa internauta, já trazendo uma notícia que nós demos hoje cedo, pela manhã, na posse da Anvisa.

Primeiro, temos uma Comissão que se chama Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias — Conitec, que tem participação no Ministério, nos Estados, nos Municípios, na Sociedade de Especialidades, e até o Congresso Nacional recentemente está propondo outros representantes da sociedade. Está sendo feita a regulamentação final, pelo decreto presidencial. Essa Comissão é que analisa quando há um pleito de incorporação de uma vacina.

O Ministério da Saúde solicitou a essa Comissão a avaliação da incorporação da vacina do herpes zoster, já na minha gestão. No entanto, essa Comissão, na primeira reunião, pelo valor que é apresentado por quem produz a vacina hoje, pelo impacto que isso tem, pela análise que foi feita, chamada de custo-benefício, avaliou-se, num primeiro momento, que ela não deveria ser incorporada. E ainda há uma comissão de especialistas, que discute em qual faixa etária a gente deve começar a incorporar em saúde pública.

Então, o Ministério está fazendo gestão junto ao único produtor, para a gente poder estabelecer uma condição melhor de preço, ou fazer o que a gente faz, que são as transferências de tecnologia aqui para o Brasil, no sentido de incorporá-las — vai ser um volume bem elevado —, fazer a transferência de tecnologia para que a gente possa produzir aqui no Brasil. Para os senhores terem ideia, hoje ela chega





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 28

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

a custar 1.700 reais ou 1.800 reais, dependendo do local onde a pessoa vá tomar essa vacina. Como há um produtor só, nós estamos nesse processo de negociação, ainda com intenção, porque interessa ao Ministério que a gente possa ter essa vacina no SUS.

Aproveito isso para dar outra notícia, que a gente anunciou hoje pela manhã. Nós já temos a data para uma outra vacina, uma nova vacina no SUS, que é a vacina contra a bronquiolite, algo que afeta muito os bebês. Para os senhores terem uma ideia, a principal causa de doença respiratória no inverno deste ano, até 1 ano de idade, foi o vírus que causa essa bronquiolite, o vírus sincicial respiratório, que é um dos principais vírus que causa essa bronquiolite.

Nós estávamos numa tratativa de uma coordenação feita pelo Ministério com um instituto público, o Butantan, com uma empresa internacional que detém a tecnologia, que é a Pfizer. Fechamos essa parceria. Hoje foi assinado o contrato lá na posse da Anvisa. Nós vamos ter a entrega, até o final do ano, de 1 milhão e 800 mil doses dessa vacina, o que vai permitir que a gente, no final de novembro — no mês de outubro vamos nos dedicar à vacinação infantil —, comece já a campanha de vacinação para gestantes. Quem vai tomar a vacina é a gestante. A partir da 28ª semana, ela toma a vacina, que protege ela e o bebê que vai nascer. E com isso a gente garantiu uma proteção muito importante.

A previsão é que a introdução dessa vacina possa reduzir 28 mil internações, o que vai significar um investimento mais efetivo dos recursos, economizando recursos de internação, evitando que a criança passe pela situação da doença, seja internada. Com isso, podemos investir em outras áreas.

Tenho aqui as sugestões de pleitos do Deputado Jorge Solla. Agradeço todas as falas. Vou checar lá com a Câmara Técnica a questão do implante coclear, por que ainda não foi implantado. E já encomendamos um estudo para esse tema do albinismo, do protetor solar. Acho que vou, inclusive, encomendar um estudo na Farmácia Popular, uma sugestão do nosso Deputado Jorge Solla que acho bem interessante.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 29

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Em relação às sugestões aqui trazidas pelo Deputado Mauro Benevides, que é um grande conhecedor de orçamento e finanças, a gente vai fazer mais isso, mostrar o impacto do orçamento, o crescimento do orçamento. Vamos falar mais sobre isso. Às vezes, a gente fica meio acanhado de falar, Deputado Mauro, porque, às vezes, essa coisa de número não é uma coisa que a população segue, acompanha, mas já temos estudos, inclusive, que mostram cada vez mais o impacto disso na economia. Então, vamos mostrar isso. Vamos mostrar que, ao se investir em saúde, gera-se mais emprego, mais economia. Vou passar para o senhor os estudos. Sei que o senhor acompanha muito esse tema. Acatamos aqui a sugestão — não é, Ari? A gente, cada vez mais, vai falar sobre isso, sobre o impacto que isso tem.

Sobre o tema da tabela SUS, nós temos que superar definitivamente essa forma de remuneração, Deputado Mauro. Esse é um desafio nosso. Nós temos que enterrar de vez a chamada tabela SUS, que é uma herança do Inamps. Ela tem dois problemas: um é o valor muito abaixo mesmo. Inclusive, o Congresso Nacional aprovou, em 2023, e o Presidente Lula sancionou a regra de que todo ano se faça um reajuste geral da tabela SUS. O Presidente Lula honrou isso, colocou 600 milhões a mais nesse reajuste específico. E todo ano a gente vai fazendo esse reajuste, tendo o índice de reajuste. Este é o primeiro problema: é um valor baixo.

Agora tem um problema adicional. Como ela é uma herança do Inamps, faz-se o pagamento de forma fragmentada. Então, se você tem um problema cardíaco, vai precisar fazer um eletrocardiograma, um ecocardiograma, uma consulta com o cardiologista. Como é que a tabela SUS faz? Ela paga cada uma separado. Isso gera desarticulação. Às vezes, o hospital se prepara melhor para fazer o ecocardiograma e não garante a consulta com o cardiologista; não faz o eletrocardiograma; às vezes, os hospitais se organizam de um jeito que fica mais forte aquilo que remunera mais dentro do hospital. Então, você deixa de cuidar do paciente, do problema de saúde, e começa a ficar refém, às vezes, do que é a produção feita de acordo com cada especificidade que tem lá.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 30

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Agora tem especialista que começa a superar essa regra. Como a gente está remunerando? Começa-se com seis especialidades, seis grandes temas: cardiologia, saúde da mulher, tudo o que tem a ver com câncer, a oncologia, ortopedia, oftalmo e otorrino. Hoje, na Comissão Mista, acrescentou-se inclusive fazer a mesma regra para neurodivergência, transtorno do espectro autista e diálise para deficiências renais. Foram esses dois temas acrescentados — não é, Deputado?

Então, o que a gente faz? A gente começa a pagar um pacote completo. Quais são os exames e a consulta que você precisa para fechar o diagnóstico de cardiologia? São três exames, quatro exames, uma consulta especializada. Você junta tudo isso, paga um valor maior, que chega a ser duas a três vezes maior do que seria o somatório da tabela SUS, estabelecendo um prazo para o cumprimento disso. Dependendo da especialidade, em 30 dias se tem que fazer tudo, ou em 60 dias se tem que tudo. Então, você começa a estimular uma reorganização do serviço. Você começa a induzir o hospital, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria de Estado a organizar isso de forma melhor, para atender melhor o paciente.

A gente está começando a fazer isso. Agora, é uma coisa para se superar definitivamente. Nós teremos que trabalhar, nesses próximos anos, com a superação dessa mecânica de financiamento, para que se possa ter um recurso mais adequado. É lógico que, para se ter volumes cada vez maiores, vai ser uma briga permanente, para mais recursos na área da saúde. Eu acho que é um debate importante, porque, quando a gente compara os dados com os da OCDE, com os de outros países, verificamos que eles mostram quanto a gente precisa continuar investindo mais na área da saúde.

Há o tema do piso da enfermagem. O Governo Federal faz a recomposição da diferença ali. O nosso problema é ter um piso que foi estabelecido por lei para o Governo Federal fazer essa recomposição. Não temos análise de nenhuma





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 31

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

proposta de reajuste em relação a isso, mas sempre vamos estar à disposição para poder analisar essa proposta.

Em relação aos outros comentários, eu quero só agradecer as falas do nosso querido colega Deputado Wilson Santiago, do Deputado Bohn Gass, dos Parlamentares que tiveram que sair e não puderam registrar.

E eu queria reforçar dois dados aqui — não trouxe todos os dados do Ministério, focamos mais no orçamento —, para se ter uma ideia do impacto, Deputado Bohn Gass. Hoje nós temos 107 unidades móveis odontológicas pelo Brasil Sorridente. O Brasil Sorridente foi criado pelo Presidente Lula, em 2024, e pelo nosso ex-Ministro Humberto Costa. Na época, o Secretário de Atenção Especializada à Saúde era o Deputado Jorge Solla, responsável pela criação do Brasil Sorridente.

Em 2024, começaram as primeiras. Foram mais de 30 mil unidades de Equipes de Saúde Bucal, mas, quando começou agora o terceiro Governo Lula, eram só 107 unidades móveis espalhadas no Brasil, sendo que o Ministério ficou 10 anos sem comprar uma unidade móvel. Nós voltamos a comprar por meio do PAC. Entregamos quatrocentas e vamos entregar mais quatrocentas. Nesse Governo, vamos sair de 107 para 907 unidades móveis odontológicas no nosso País.

E temos uma novidade, que é a impressora 3D para a chamada prótese dentária. É um problema sério esse negócio de prótese dentária. O Presidente Lula me cobra toda vez, porque, sempre que ele encontra alguém em que faltam os dentes, ele fala: *"Poxa, precisava levar para fazer a prótese dentária"*. Ele se encontrou agora, na sexta-feira, em Minas Gerais, com uma senhora. Ele tem essa sensibilidade. Às vezes, ninguém percebe ou ninguém fala, e ele vai lá, vê e fala: *"Tem que marcar, ver com o Município como é que marca"*.

A coisa da prótese dentária é uma dificuldade, porque a pessoa vai lá, faz o molde, suja toda a boca, e 15 dias depois tem que voltar lá, fazer a prótese, testar. Aí começa a arranhar. Ela tira, vai dormir e bota lá no copo. Alguém some com o copo. Isso, às vezes, desestimula. O Município até tenta, o serviço tenta. Para fazer





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 32

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

uma prótese, a pessoa tem que ser quase um artesão, então é difícil encontrar esse técnico. Eu fui Secretário Municipal de Saúde na cidade de São Paulo, e era um drama encontrar esse técnico.

Surgiu, então, essa nova tecnologia da impressora 3D, que já incorporamos ao SUS. Estamos fazendo uma grande compra. O molde é uma caneta eletrônica que não suja nada, vê tudo, e o *laptop* já faz a imagem. Em 15 minutos fica pronta a prótese, e já se começa a testar. Leva uma ou duas consultas. Acho que vai ser um avanço muito importante. Portanto, além de sair de 107 para 907 unidades móveis, nós vamos ter também a impressora 3D para as próteses.

E com o Samu é a mesma coisa. O Deputado Jorge Solla citou um exemplo aqui. A Chapada Diamantina não tinha, agora passou a ter. Vamos chegar a universalizar isso em várias regiões. Foram 6 anos sem que se comprasse uma ambulância UTI do Samu. Voltamos a comprar agora com o PAC, com o Governo do Presidente Lula. Vamos entregar mais 2 mil até o final do ano. É um impacto muito positivo.

Para terminar, eu queria reforçar essa orientação, esse pedido a respeito do PLN 13/2025, cujo Relator é o nosso colega Deputado Gervásio Maia. É exatamente esse PLN que cria a possibilidade de remanejar os recursos para as carretas e para os mutirões que são executados direto pela AgSUS e que permite que você possa remanejar das emendas de Comissão.

Vários Parlamentares, conversando com a Comissão de Saúde da Câmara e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, sinalizaram esse interesse. Isso vai permitir, por exemplo, que em vez de se colocar um recurso de emenda de Comissão, que já está na ata, de 1 milhão de reais, na cidade, no Fundo Municipal, no Fundo Estadual, ele seja transformado em uma carreta para que fique lá no mês. Isso dá um protagonismo maior até para o Parlamentar, para ação da Comissão, e vai permitir remanejar esse recurso das emendas de Comissão e das emendas de bancada também.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 33

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Então, o PLN 13/2025 está para ser votado aqui. O Relator é o Deputado Gervásio Maia. Se pudermos votar o mais rápido possível, a gente consegue permitir que os Parlamentares possam utilizar os recursos deste ano.

No orçamento do ano que vem, na LDO, a gente já está prevendo — porque já está criado o programa — o remanejamento dos recursos para a AgSUS ou para o Grupo Hospitalar Conceição, no caso do Rio Grande do Sul.

Quero agradecer, mais uma vez, toda a participação da CMO. Para mim, é uma alegria e uma honra poder aqui cumprir algo que está previsto na regulamentação, na Lei Complementar nº 141, de 2012 — segundo a qual compete ao gestor prestar contas em relação à execução orçamentária —, e ficar sempre à disposição dos senhores.

Acho que todo mundo conhece a Vivian, que é chefe da nossa Assessoria Parlamentar. Ela está lá no fundo. A gente tem a preocupação de manter uma equipe que possa atender ao máximo os Parlamentares.

Quero agradecer mais uma vez ao Ari, que é uma pessoa que está há décadas no Ministério.

Vamos comemorar, no dia 19 de setembro deste ano, os 35 anos da Lei Orgânica do SUS, uma construção do Congresso Nacional. São 37 anos desde a Constituição e 35 anos desde a Lei Orgânica do SUS. Senador Efraim, o Relator foi o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, que à época era Parlamentar e foi o Relator da Lei Orgânica da Saúde.

E o Ari está no Ministério da Saúde quase desde essa época — não é, Ari? Na parte de orçamento e de planejamento.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Sim, na parte de orçamento e de planejamento.

O SR. JORGE SOLLÁ (Bloco/PT - BA) - O Ari vai comemorar 40 anos de Ministério, Ministro?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Sim, ele está lá desde essa época. Na parte ou de orçamento ou de planejamento, ele sempre tem sido um





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 34

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

grande quadro, um grande servidor, que nos dá muita segurança no comando do orçamento do Ministério da Saúde.

Muito obrigado a todos os colegas Parlamentares.

Muito obrigado, Presidente Efraim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Pela ordem, o Deputado Gaguim pede o uso da palavra.

Quero saudar a presença do Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro, como também do Prefeito Nilton, da cidade de Cacimbas, que prestigia a nossa solenidade, a nossa audiência pública.

Meu caro Ministro, após a intervenção do Deputado Gaguim, temos uma pergunta do Prefeito de Carmo do Rio Claro, de Minas Gerais, que está aqui presente. Direcionarei a pergunta dele a V.Exa.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente, quero somente parabenizar o Ministro.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Odontologia, que representa, no Brasil inteiro, milhares de profissionais, na Câmara e no Senado. E eles são muito gratos e querem fazer uma homenagem ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito bem, Deputado Gaguim. Eu quase chamei V.Exa. de Senador. Quem sabe não é uma profecia para o futuro, não é verdade?

Sr. Ministro, o Prefeito de Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, Filipe Carielo, está aqui presente e disse que a cidade dele é a que tem a maior incidência *per capita* de angioedema hereditário no Brasil. São quase sessenta casos para 21 mil habitantes. Nesse caso, os pacientes precisam judicializar seus tratamentos, sem os quais podem vir a óbito, em caso de crise. Haverá ou já há alguma perspectiva de mudança na política de tratamento de doenças raras de alto custo, como angioedema?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 35

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Eu sei que V. Exa. já se pronunciou sobre o tema durante a sua fala, mas, se houver algo que possa complementar o questionamento do Sr. Filipe Carielo, peço que o faça.

Justifico que, infelizmente, não podemos transmitir a palavra a terceiros que não sejam Parlamentares. Foi por isso que pedimos que as perguntas fossem encaminhadas por escrito, para serem transmitidas a V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE PADILHA - Primeiro, quero agradecer a pergunta encaminhada pelo Prefeito. De fato, eu não sabia dessa situação da cidade, a de ter a maior incidência de angioedema.

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras foi criada da outra vez em que fui Ministro. Não existia, no SUS, uma política nacional para doenças raras. E a gente criou essa política em relação a isso, com as primeiras portarias. E esse tema é prioridade para nós, sim, não dessa doença específica, mas de várias delas.

Nós inovamos o primeiro acordo de compartilhamento de risco de incorporação tecnológica de uma medicação, que foi o Zolgensma. Como há um número pequeno de pacientes com doenças raras, embora seja um problema importante para as famílias e para esses pacientes, há uma dificuldade em obter evidências científicas sólidas sobre os tratamentos. Não há um grande número de pessoas tratadas com aquele produto. Então, é muito difícil e raro haver uma evidência científica sólida quanto aos tratamentos.

O que o Ministério começou a fazer? Nós somos o quinto país do mundo a adotar essa prática. Foi feito um acordo chamado de compartilhamento de risco. Nesse modelo, você incorpora a medicação ou o produto e paga uma primeira parte do valor. Na incorporação que fizemos do Zolgensma, que é um produto que custava, por dose, entre 8 milhões e 12 milhões de reais, sendo uma única dose, fizemos o compartilhamento de risco. Então, o Ministério da Saúde paga, no primeiro ano, 40% do valor dessa dose à indústria que fabrica o medicamento. A cada ano, acompanhando a evolução da doença no paciente, ele paga mais 20%,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 36

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

mais 20%, mais 20%, até fechar em 100%, em 4 anos, de acordo com o desempenho clínico, com a melhoria clínica.

Essas modalidades, inclusive, estão sendo estudadas para outras doenças, como o angioedema, em que não há uma evidência científica robusta analisada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. Essas formas de incorporação de tratamento estão na lista das doenças que estamos analisando.

Eu vou enviar uma pessoa do Ministério à cidade para conhecer melhor a situação dessa alta incidência local.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. UNIÃO - PB) - Muito bem.

Agradeço também a presença da nossa profissional e fonoaudióloga paraibana Maria Eunice Kehrle, que também prestigia esta sessão.

Meu caro Ministro Alexandre Padilha, agradeço os esclarecimentos. A LRF foi cumprida.

Aproveito a oportunidade para convidar todos, na próxima terça-feira, às 18h30min, para o lançamento do livro da Consultoria de Orçamento do Senado Federal sobre os 25 anos da LRF. Todos estão convidados. O livro traz perspectivas, análises e sugestões de aperfeiçoamento.

Ministro, V.Exa., além do Ministério da Saúde, também atuou na SRI e sabe mais do que ninguém da importância da LRF.

Aproveito para comunicar aos Parlamentares que, às 14h30min da próxima terça-feira, já está agendada a votação da LDO 2026.

Ministro, buscamos recuperar o tempo perdido com o atraso do Orçamento deste ano. Então, queremos, na semana que vem, já votar a LDO. O Relator disse que o relatório está pronto. Será apresentado na terça-feira, para que a gente consiga, até dezembro, fazer a recolocação nos trilhos do cronograma do OGU 2026, para que possa ser aprovado para o ano que vem.

Agradeço ao Ministro a gentileza e a tolerância.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 37

CMO (Reunião, Audiência Pública)

10/09/2025

Portanto, agradeço o comparecimento ao Ministro Alexandre Padilha, ao Subsecretário de Planejamento, Arinaldo Bomfim Rosendo, e aos demais Parlamentares presentes.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado.



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

